

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
ÁREA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RENATO COSTA LIMA FILHO

**AS PECULIARIDADES DOS
BANCÁRIOS CARIOCAS**

Niterói/RJ
2006

RENATO COSTA LIMA FILHO

**AS PECULIARIDADES DOS
BANCÁRIOS CARIOCAS**

Dissertação apresentada, ao Curso de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: História Contemporânea.

Orientador: Prof. Dr. THÉO LOBARINHAS PIÑEIRO

Niterói/RJ
2006.

RENATO COSTA LIMA FILHO

**AS PECULIARIDADES DOS
BANCÁRIOS CARIOCAS**

Dissertação apresentada, ao Curso de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: História Contemporânea.

Aprovado em agosto de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Théo Lobarinhas Piñeiro – Orientador
UFF

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos
UFF

Prof. Dr. Hiran Roedel
UFRJ

Niterói/RJ
2006.

“[...] os intelectuais sonham amiúde com uma classe que seja como uma motocicleta cujo assento esteja vazio. Saltando sobre ele, assumem a direção, pois têm a verdadeira teoria. Essa é uma ilusão característica, é a “falsa consciência” da burguesia intelectual. Mas, quando semelhantes conceitos dominam a inteira intelligentsia, podemos falar de “falsa consciência”? Ao contrário, tais conceitos terminam por ser muito cômodos para ela.”
(E.P. Thompson)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	03
1) UMA REFLEXÃO SOBRE AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	
1.1) RELAÇÃO CAPITAL E TRABALHO	07
1.1.1) Capital bancário e financeiro: A financeirização global	09
1.1.2) Trabalho concreto e trabalho abstrato	22
1.2) ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: AS RELAÇÕES DE FORÇA NA COMPOSIÇÃO DO ESTADO	31
1.3) O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL – ANOS 80 E 90	43
2) A REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NO BRASIL	
2.1) A TRANSFORMAÇÃO DO DINHEIRO EM CAPITAL E A RELAÇÃO COM O TRABALHADOR BANCÁRIO.	58
2.2) INFLUÊNCIA DAS DIRETRIZES POLÍTICAS E ECONÔMICAS DO ESTADO BRASILEIRO A PARTIR DO GOLPE DE 1964 NA FORMATAÇÃO DO SISTEMA	60
2.3) A ORGANIZAÇÃO (CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO) NO SETOR FINANCEIRO	64
2.4) A CONSOLIDAÇÃO DA HEGEMONIA DO SETOR FINANCEIRO NACIONAL A PARTIR DA DÉCADA DE 80	72
2.5) OS ASPECTOS DO “NOVO MUNDO DO TRABALHO” E A FRAGMENTAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA	79
3) RECUPERANDO A MEMÓRIA SINDICAL: A FORMAÇÃO DA MILITÂNCIA PELA AÇÃO POLÍTICO-SINDICAL	96
3.1) A CRIAÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO RIO DE JANEIRO E AS CONQUISTAS HISTÓRICAS DA CATEGORIA – RETROSPECTIVA DAS DÉCADAS DE 30, 40 E 50.	100
3.2. LEVEMENTE VIOLENTADAS – A AÇÃO SINDICAL NA DÉCADA DE 1960	112
3.3) O APOGEU E A CRISE DA DITADURA MILITAR NA DÉCADA DE 70 – AS PERDAS E A RETOMADA DAS LUTAS SINDICAIS.	129
3.4) DÉCADA DE 1980 – QUANDO A MULTIDÃO VOLTOU ÀS PRAÇAS	142
3.5) DÉCADA DE 1990 – DO PROVISÓRIO DEFINITIVO AO DEFINITIVAMENTE PROVISÓRIO	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
APÊNDICES	176
ANEXOS	320
REFERÊNCIAS	
FONTES PRIMÁRIAS	324
BIBLIOGRAFIA	325

RESUMO

Pesquisa sobre a formação histórica do Sindicato dos Bancários do Município do Rio de Janeiro nas de 1960 a 2000, com foco nas décadas de 1980 e 1990. Trata dos rebatimentos das novas formas de organização do trabalho nos estabelecimentos bancários a partir das transformações da estrutura produtiva em face das novas tecnologias microeletrônicas e dos métodos de gerenciamento e controle. Articula estas mudanças aos avanços do capital sobre o trabalho, abordando seus conteúdos políticos, sociais, econômicos e culturais e suas consequências sobre a formação das lideranças bancárias.

Palavras-chave: Trabalho Bancário; Sindicalismo Carioca; Capital Financeiro; Projetos Político-sindical; Memória Sindical.

ABSTRACT

Research on the historical background of the Bank Clerks Trade Union of the City of Rio de Janeiro between 1960 and 2000, with a focus on the 1980's and 1990's. This paper deals with resonances of the new ways in which banking work has been organized as a result of changes to the productive structure given the new microelectronic technologies and methods for management and control. It also hinges these changes to capital advancements over labor, addressing relevant political, social, economic, and cultural contents, and their consequences on the development of leaderships amongst bank clerks.

Key words: Banking Work; Trade Unionism in the City of Rio de Janeiro; Financial Capital; Politico-Trade Unionist Projects, Trade Unionist Memory.

INTRODUÇÃO

Não foram poucas as mudanças ocorridas no mundo nas últimas décadas do século XX. As transformações econômicas, políticas, sociais e culturais alteraram profundamente o modo de vida das pessoas.

Quando analisamos as relações estabelecidas no mercado de trabalho, percebemos mudanças estruturais significativas a partir da introdução de sistemas operacionais informatizados e das novas formas de gestão: a flexibilização das relações de trabalho – contratos de tempo parcial, subcontratação, terceirização, etc. – e, conseqüentemente, altas taxas de desemprego que são acompanhadas pela crescente insegurança e precariedade das novas formas de ocupação. Tal situação acabou exercendo forte impacto sobre a atividade sindical em todo o mundo, atingindo também, mesmo que tardiamente, o movimento sindical brasileiro.

Neste sentido, partimos da constatação de que as mudanças operadas a partir da chamada Terceira Revolução Industrial (ou Tecnológica) estão historicamente condicionadas pelas relações entre capital e trabalho, tomando este processo como parte da ofensiva do capital no sentido de garantir a sua reprodução em novos patamares de acumulação em escala global. Neste sentido, enfocaremos a reestruturação produtiva como decorrência da lógica da mundialização do capital, inserida no processo histórico da luta de classes.

A partir do final dos anos setenta e durante toda a década de 1980, a conjuntura repressiva implantada a partir do golpe de 1964 irá se alterar, marcada pelas mobilizações populares, como as greves e a luta pelas eleições diretas, que pressionam por mudanças no campo político institucional.

O movimento sindical bancário carioca refletirá as tensões daqueles momentos, através da retomado do sindicato pela oposição, em 1979; da greve duramente reprimida neste mesmo ano; da disputa entre projetos políticos para o movimento, que vai desaguar na eleição sindical de 1985, ano em que a categoria fez uma de suas maiores paralisações, e na filiação do Sindicato dos Bancários à CUT, em 1986.

Em 1989 Lula se candidata pela primeira vez à presidência da república, mas perde para Fernando Collor de Melo, que inicia a década de noventa como presidente, o primeiro eleito pelo voto direto depois de mais de duas décadas sem

eleições. Com sua cassação, também marcada por intensas manifestações populares, assume o vice-presidente Itamar Franco que indica Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda. Responsável pela implantação do Plano Real, Fernando Henrique será eleito em 1994 e reeleito para um segundo mandato em 1998.

Neste período, o “projeto neoliberal” ganha força, com medidas como a abertura do mercado nacional à especulação internacional e o processo de privatização do patrimônio público, gerando uma intensa precarização das condições de trabalho, níveis elevados de desemprego e aumento da concentração da renda. Esta nova conjuntura colocou para o movimento sindical uma nova pauta e trouxe um novo equilíbrio na correlação de forças, com mudanças profundas na formação e reprodução das lideranças.

Diante deste cenário, algumas questões se colocam, tais como: quais os elementos de sustentação e continuidade do movimento sindical bancário carioca neste período? Quais os elementos de crise que geraram suas dificuldades? Quem são os novos personagens que entraram em cena? Quais as perspectivas para a nova realidade que se coloca?

Esses são os questionamentos que buscaremos aprofundar nesta dissertação, através do resgate da história do movimento sindical bancário no município do Rio de Janeiro, partindo da investigação da vida profissional e pessoal de alguns dos dirigentes sindicais bancários atuantes no período que vai de 1960 a 2000.

A escolha deste período se fundamenta pela necessidade de se verificar a existência de elementos de continuidade e ruptura no processo de formação dos trabalhadores bancários cariocas, levando em consideração as condições históricas, políticas, econômicas e sociais, assim como os aspectos culturais e ideológicos que influenciaram, e influenciam, na visão de mundo que esse segmento da classe trabalhadora construiu.

Para tanto, dividimos este trabalho em três capítulos:

No primeiro capítulo, procuraremos discutir algumas questões conceituais sobre as relações estabelecidas no capitalismo contemporâneo. Com isso, objetivamos dimensionar a abordagem do meu objeto a partir de um enfoque totalizante, que englobe as dimensões históricas, políticas, econômicas e sociais dos temas considerados centrais para uma compreensão das mudanças estruturais por

que passam as relações entre capital e trabalho nos dias atuais. Para tanto, buscaremos destacar algumas questões que servirão como referência para as análises a que me proponho, refletindo nesta pesquisa acerca dos elementos que influenciam na ação sindical no sentido de verificar as rupturas e continuidades no processo de formação político-sindical dos trabalhadores bancários cariocas.

No segundo capítulo buscaremos verificar como as mudanças no setor financeiro brasileiro, ocorridas no período que vai de 1960 a 2000, alteraram a forma e o conteúdo do trabalho bancário. Procuraremos demonstrar como o crescimento dos espaços ocupados pelos grandes grupos econômicos aponta para uma tendência à concentração e centralização de capitais. E como, a partir dos anos 80 (a chamada “década perdida”, uma vez que a economia brasileira, em média, estagnou durante esse período), aconteceram mudanças estruturais, sobretudo relativamente à concentração e centralização de capitais num número menor de grandes grupos econômicos, nacionais e estrangeiros, e a consolidação da posição hegemônica do capital financeiro.

Por fim, abordaremos os impactos marcantes destes processos na organização da luta dos trabalhadores, assim como a crescente dificuldade por parte dos sindicatos tradicionais, organizados na vigência do modelo fordista-taylorista, em responder às novas condições colocadas para as relações entre capital e trabalho no quadro da globalização dos capitais e da reestruturação flexível. Transformações operadas numa velocidade e intensidade avassaladoras, para as quais as tradicionais estratégias sindicais têm se mostrado insuficientes, fragilizando, assim, a ação sindical e a articulação de uma contra-hegemonia por parte da classe que vive da venda de sua força de trabalho.

No terceiro e último capítulo, buscaremos recuperar a história da formação do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, das lutas e das conquistas da categoria, que ainda hoje servem como referência para suas atuais formas de luta.

Quer por sua dimensão nacional, seu grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras, sua posição estratégica na economia ou por sua composição social, os bancários formam uma das categorias de que são referência para o movimento sindical brasileiro. E sua história está fortemente referenciada nos embates políticos da classe trabalhadora e sua influência sobre vários momentos da história brasileira foi marcante.

Enfim, nossa pesquisa buscará entender os diversos processos que atuaram, e atuam, sobre a formação política e sindical dos trabalhadores bancários cariocas, com suas rupturas e continuidades, através de sua práxis.

Para tanto, enfocaremos as diversas formas de organização adotadas pela categoria, tanto as institucionalizadas, como as confederações (CNB-CUT e Contec), a Federação e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), como as comissões por empresa, os comandos por banco ou grupo de bancos, assim como as organizações por segmento (caixas, gerentes, etc).

Enfatizaremos as greves e a participação da categoria nas lutas sociais; as relações entre negociação e ações de massa; as diferenças na atuação sindical dos bancários de bancos públicos e privados, assim como os projetos políticos em disputa no movimento sindical bancário, com o sentido de apurar, na ação sindical, os resgates e as rupturas que conformam historicamente a formação do trabalhador bancário do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO I: UMA REFLEXÃO SOBRE AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

1.1) RELAÇÃO CAPITAL E TRABALHO

Paris, outubro de 2005: dois jovens da periferia morrem eletrocutados ao se abrigarem numa dependência do metrô parisiense. Segundo relatos, os jovens, ambos de origem imigrante, fugiam de uma das muitas incursões policiais com objetivo de manter a ordem nos bairros pobres. Imediatamente, eclode uma série de conflitos de rua, que vão se alastrar por outros bairros e cidades habitados majoritariamente por descendentes de imigrantes de países da periferia do capitalismo. Milhares de policiais são mobilizados para reprimir os revoltosos, formados pelo grande contingente de jovens desempregados ou sub-empregados, sem perspectivas de integração na sociedade formal, mas os tumultos prosseguem por semanas e ganham as periferias de outras cidades da França, com repercussão na Bélgica, Holanda, Grécia e Alemanha. Na França, após o insucesso das medidas repressivas (inclusive com a decretação do estado de sítio e toque de recolher), governo, partidos e entidades da sociedade civil tentam a via da negociação com os revoltosos, mas esbarram num problema: negociar com quem? Essa massa de jovens de origem imigrante, muitos negros e árabes, boa parte com cidadania francesa, não possui lideranças articuladas dentro de critérios representativos. Enfrentam a polícia, queimam carros, destroem o patrimônio daqueles que ainda têm algum patrimônio para ser destruído, em geral gente também habitante da mesma periferia, e depois voltam a sua vida de jovens de origem imigrante, desempregados ou sub-empregados, sem perspectivas de integração na sociedade formal, gente da periferia das cidades, da periferia do capital, sem igualdade, sem liberdade, nem fraternidade.

Em um trabalho publicado em 1997, Helena Hirata comenta as proximidades existentes entre a situação dos trabalhadores da França, país do chamado primeiro mundo, com os trabalhadores do Brasil, país que se insere no cenário da economia mundializada de forma periférica.

A conjuntura atual de precarização social, de crise econômica e de recessão, aproxima incontestavelmente os mundos do trabalho do Norte e do Sul. Guardadas as devidas proporções e contemplada a situação historicamente desigual da divisão internacional do trabalho, pode-se afirmar que os longos períodos de desemprego, a grande instabilidade do

emprego, a crise do Estado de Bem Estar que os assalariados franceses experimentam hoje convergem crescentemente com a insegurança fundamental dos trabalhadores brasileiros no mercado de trabalho. Esse processo amplo de precarização é ele mesmo resultado da emergência de novos modelos produtivos e das necessidades de flexibilização das empresas.¹

Quase dez anos se passaram e o processo de precarização das condições sociais, culturais e de trabalho se aprofundou, sobretudo para os setores mais discriminados. Na França, a segunda geração de imigrantes dos países que estiveram subordinados ao imperialismo francês no século passado, trabalhadores de etnia negra ou árabe que vieram para ocupar os empregos menos qualificados, diante do novo quadro de crescente desemprego e corte nas políticas públicas não vêem quaisquer perspectivas de integração social.

Num cenário de globalização acelerada do capital, onde o trabalho atinge altos níveis de instabilidade e precarização, vicejam o individualismo, a xenofobia e o preconceito racial e religioso. A explosão de revolta dos jovens da periferia de Paris, com reflexos em outras cidades e países da Europa, colocou a nu um presente sinistro que revolve do fundo da história a dicotomia entre civilização e barbárie.

O capital se apropria das ciências para reforçar seus poderes de coerção e convencimento no sentido de maximizar a exploração do trabalho, com forte impacto sobre os sindicatos. Com as novas tecnologias de base microeletrônica e os novos padrões de organização da produção, o capital consegue gerar um aumento expressivo da produtividade. Simultaneamente, o emprego decresce nos setores primário e secundário da economia, enquanto cresce o setor de serviços, ganhando o trabalho improdutivo novo *status* no quadro da divisão internacional do trabalho. Aumentam também as várias versões do trabalho part-time e do emprego por conta própria como novas formas de relações precárias de emprego.

O mercado é entronizado e a produção direcionada para um consumo cada vez mais restrito. No Brasil, para a “classe-que-vive-do-trabalho”, entendida conforme a conceituação de Ricardo Antunes, crescem o desemprego e as ocupações na chamada economia informal, que vão agravar ainda mais as condições de vida dos trabalhadores que, de fato, nunca foram apresentados ao Estado de Bem Estar Social. Em comum entre o mundo do trabalho da França e do Brasil, a predominância dos postulados Neoliberais e da reestruturação produtiva

¹ HIRATA, Helena. Os Mundos do Trabalho: convergência e diversidade num contexto de mudança dos paradigmas produtivos, 1997, p.23.

dentro dos padrões do chamado modelo Toyotista, que têm no processo de financeirização global e na acumulação flexível sua expressão ontológica.

A perversidade da instabilidade contemporânea tem sido justamente a de [...] combinar alta especulação financeira com crescimento mínimo, coisa capaz de evitar o colapso, garantir os lucros de todo tipo – com apoio dos tesouros nacionais e dos bancos centrais – e arrebentar com a maior parte das “periferias” sociais, mesmo nos países centrais, e geográficas. É este o estigma da financeirização global – nem colapso, nem desenvolvimento – que, como tal, denuncia um padrão de riqueza econômica, social e historicamente limitado.²

Neste sentido, as fronteiras entre norte e sul vão ficando cada vez menos nítidas e as transformações ocorridas na segunda metade do século XX nas relações entre capital e trabalho, têm se dado em tal velocidade e intensidade que qualquer objeto de análise histórica fica submetido a um número de variantes conjunturais que, mais do que nunca, só ganham sentido quando enfocadas de forma totalizante.

Neste capítulo, faremos uma reflexão sobre as relações estabelecidas no capitalismo contemporâneo e suas conseqüências sobre o mundo do trabalho.

1.1.1) Capital bancário e financeiro: A financeirização global

Trataremos da mundialização do capital sob a dominância financeira como uma das características marcantes do estágio atual de desenvolvimento do capitalismo.

A financeirização - *“expressão geral das formas contemporâneas de definir, gerir e realizar riqueza no capitalismo”*³ - se tornou o padrão sistêmico de riqueza no capitalismo contemporâneo. Este padrão, que se originou nos anos 60 nos EUA e difundiu-se mundialmente, vem provocando grandes instabilidades pela crescente defasagem, por prazos longos, entre os valores dos papéis representativos da riqueza, como as moedas conversíveis internacionalmente e ativos financeiros em geral, e os valores dos bens, serviços e bases técnico-produtivas em que se fundam a reprodução da vida e da sociedade.

Segundo José Carlos de Souza Braga,

² BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização Global: O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo, 1997, p. 239.

³ Ibid., p.195.

Trata-se de um padrão *sistêmico* porque a financeirização está constituída por componentes fundamentais da organização capitalista, entrelaçados de maneira a estabelecer uma dinâmica estrutural segundo princípios de uma lógica financeira geral. Neste sentido, ela não decorre apenas de uma práxis de segmentos ou setores – o capital bancário, os rentistas tradicionais – mas, ao contrário, tem marcado as estratégias de todos os agentes privados relevantes, condicionado a operação das finanças e dispêndios públicos, modificado a dinâmica macroeconômica. Enfim, tem sido intrínseca ao sistema tal como ele está configurado.⁴

Para Braga, a questão que se coloca é a de saber como o capital financeiro se apresenta nos dias atuais em seus desdobramentos dinâmicos, naquilo que diferencia a atual fase das anteriores, *“já que o passado não determina em termos absolutos nem o presente, nem o futuro”*. Assim, discorda de interpretações como as de Arrighi⁵, segundo a qual estaríamos presenciando *“um fenômeno recorrente, que marcou a era capitalista desde os primórdios: expansões financeiras como fases finais dos grandes desenvolvimentos capitalistas”*, alertando ainda para o fato de que noções como *globalização financeira*⁶ ou *mundialização do capital*⁷ não são sinônimas nem se confundem com o conceito de financeirização, pelo qual busca apreender o *modo de ser* da riqueza contemporânea, sua gestão e aspectos de sua dinâmica sistêmica, no âmbito destes movimentos internacionais do capitalismo.

Os fatores pertinentes a esse padrão de riqueza advêm das transformações dos sistemas monetário-financeiros relacionadas às alterações na natureza do dinheiro, do crédito e do patrimônio; da gestão dos bancos centrais sobre a liquidez e as taxas de juros; da emergência das corporações produtivas com finanças que são um objetivo em si mesmo; da circulação internacional ampliada dos capitais sob o regime de taxas de câmbio flexíveis; da interação desses movimentos com as restrições impostas às finanças públicas; da desregulamentação financeira; da condução das políticas de globalização pela hegemonia dos Estados Unidos.⁸

O processo de financeirização se materializa numa correlação entre os planos nacional e internacional, tendo como padrão de riqueza típico o institucionalizado pelos Estados Unidos, país hegemônico que condiciona ao mundo este paradigma, que se impõe no processo de liberação financeira e desregulamentação mundial. Braga descreve como este processo se dá no plano nacional:

⁴ Ibid., p.196.

⁵ ARRIGHI, G. O Longo Século XX, 1994.

⁶ AGLIETTA, M. & COUDERT, V. La Globalisation Financière: L'aventure obligeé, 1990.

⁷ CHESNAIS, F. A Mundialização do Capital, 1996.

⁸ TAVARES, M.C. & MELIN, L.E. A Retomada da Hegemonia Americana Revisitada apud BRAGA, José Carlos. Financeirização Global: O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo, 1997, p.198.

[...] através da concorrência acirrada, nos mercados creditício e de capitais, interconectados pela securitização⁹, praticada por bancos, corretoras, nas parcerias com investidores institucionais e corporações industriais, administrando um amplo espectro de títulos e moedas conversíveis, numa perspectiva de gestão de ativos. Neste sentido, o espaço nacional por excelência, onde se verifica, com a participação de capitais mundializados, o novo tipo de interação entre moeda, crédito e patrimônio.¹⁰

Este sistema monetário e de financiamento que se cristaliza nos Estados Unidos, calcado mais nos ativos financeiros que em moeda ou reservas bancárias, gera uma enorme valorização financeira e patrimonial, condição para que, através do banco central americano, o dólar se constitua na moeda da financeirização global. Este padrão, hoje difundido por todo o mundo, caracteriza-se, nos países periféricos, pela aplicação de políticas de estabilização monetária “a qualquer custo”, que trazem como conseqüência desindustrialização, desnacionalização e a expansão de circuitos de valorização patrimonial e financeira.

Desta forma, este novo padrão de riqueza se realiza, no plano internacional, num mercado de capitais *lato sensu* integrado mundialmente, composto por ações, bônus e títulos financeiros em geral, públicos e privados, que representam a grande massa de riqueza mobiliária, muitas vezes superior à riqueza real ou produtiva. A circulação cambial impulsionada por esses títulos, de corte estritamente financeiro e tendo o dólar como moeda padrão dominante, determina um movimento interdependente de taxas de câmbio e juros, cuja variação estabelece as rentabilidades dos ativos financeiros e as modificações dos valores patrimoniais nos diferentes mercados nacionais globalizados.

Com isto, o que se configura, “em definitivo”, é o regime de taxas flexíveis de câmbio, como aquele pertinente à lógica financeirizada, que, combinado com os juros e a capitalização em bolsas de valores, estabelecem, predominantemente, os critérios de valorização e desvalorização da riqueza.¹¹

⁹ Nota do autor: “A securitização é, em sentido amplo, o processo pelo qual empresas produtivas, bancos, demais empresas financeiras e governos emitem títulos de dívida, com inúmeras finalidades, envolvendo e interligando, desta forma, os chamados mercados creditício, de capitais, de derivativos (swaps, opções e futuro). Ela é uma modalidade financeira que torna os títulos negociáveis, flexibiliza prazos e taxas de rendimento, adaptável a múltiplos agentes, funcional à administração de riscos, substituta dos empréstimos bancários e, ao mesmo tempo, propícia aos bancos na captação de fundos. Como tal, é peça-chave do padrão de riqueza em questão, disseminando-se nas operações nacionais e transnacionais, nos regimes monetário-financeiro e cambial”. BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização Global: O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo, 1997, p. 198.

¹⁰ BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização Global: O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo, 1997, p. 198.

¹¹ Ibid., p. 199.

Historicamente o processo de financeirização tem origem nas contradições internas do sistema financeiro norte americano, cuja estabilidade estava baseada no quadro regulatório montado após a crise dos anos 30. Esta regulamentação¹², que estipulava tetos para as taxas de juros, captação e empréstimos bancários, especialização de funções entre instituições, além do impedimento aos bancos regionais de operarem nacionalmente, tinha por objetivo manter sob controle o sistema orientado para o mercado, para que este não descambasse para a indisciplina financeira. Segundo Braga, *“o sistema de financiamento do investimento produtivo era, até então, baseado nos lucros internos das empresas, no crédito bancário de curto e médio prazos e no “funding”¹³ estável do mercado acionário e de títulos, proporcionado pelos fundos de pensão e seguradoras”*.¹⁴

No início da década de 60, os Estados Unidos emitiam moeda para o financiamento da chamada “Idade de Ouro” e sua posição hegemônica no mundo, incluindo aí desde gastos com infra-estrutura e programas sociais, com a internacionalização das corporações e bancos, até programas militares e a guerra colonial no Vietnã. Neste sentido, o Fed, banco central norte americano, *“adquiria títulos do Tesouro, monetarizando parte da dívida nacional, e, assim, aquelas aquisições de ‘open-market’ atavam os déficits orçamentários federais à criação automática de moeda”*.¹⁵

No contexto internacional, a ‘confiança’ no dólar como valor de reserva conversível em ouro já vinha sendo abalada em função de que *“a expansão de liquidez era proporcionada pelos déficits de balanço de pagamento americano, cujo saldo comercial positivo era superado pelas saídas na conta capital. O sistema financeiro interno [...] começava a ser alterado por uma práxis privada e pública de cunho liberalizante e estimuladora da especulação”*.¹⁶ No início dos anos 70, opera-

¹² Regulation Q; Glass-Steagall Banking Act – 1933; McFadden Act – 1927.

¹³ Funding – Conversão de um débito de curto prazo em débito de longo prazo. Os recursos auferidos com a venda de títulos de longo prazo são empregados para saldar débitos imediatos. Para as empresas, as operações de funding são rentáveis quando o mercado de ações está em ascensão. Em relação ao governo, essas operações revelam-se favoráveis quando as taxas de juros estão elevadas. SANDRONI, Paulo. Novo Dicionário de Economia, 1994, p.147.

¹⁴ BRAGA. op.cit., p. 201.

¹⁵ Nota do autor: “Em 1960, o Fed detinha 9,4% do estoque da dívida pública federal (T-securities), mesmo patamar que havia mantido ao longo dos anos 50. Daí em diante este percentual é ascendente a cada ano, chegando a 16% em 1970 (Guttmann, 1994:102)”. BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização Global: O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo, 1997, p. 201.

¹⁶ Id.

se a ruptura da relação dólar/ouro, consolidando as bases do novo padrão de riqueza que vinha se configurando.

Na análise de Braga, a raiz do problema pode ser encontrada já nas medidas empregadas pelos Estados Unidos após a Grande Depressão dos anos 30, onde os mercados financeiros, apesar das legislações restritivas, tiveram dinâmica própria, enquanto Alemanha e Japão ordenaram suas finanças, *“cada qual a sua maneira, mas ambos baseados numa articulação creditícia estrita entre bancos e indústrias, sem mercado acionário ativo”*¹⁷, o que restringia a margem para manobras especulativas.

Desde 1956, quando ocorreu a primeira mudança no marco regulatório¹⁸, os agentes financeiros norte americanos pressionavam pela desregulamentação total do sistema, lançando uma série de produtos financeiros, sobretudo a partir dos anos 60 e mais acirradamente nos anos 70. Através da introdução de inúmeras novidades tecnológicas e novos produtos, os bancos comerciais e de investimentos, financeiras e instituições de poupança, passaram a diversificar as formas de captação de recursos. *“No final dos anos 70, os bancos introduziram a Automated Teller Machine (ATM), operando 24 horas por dia, que mais tarde possibilitaram o desenvolvimento dos softwares para os home banking (transações bancárias pessoais)”*.¹⁹

Assim se gestou, nos Estados Unidos, o processo de substituição da moeda pelos ativos financeiros geradores de juros, com a alteração das condições operacionais dos bancos, a implantação da securitização e a radicalização da concorrência financeira.

Os novos instrumentos financeiros dotados de rentabilidade com liquidez constituíram-se como substitutos da moeda, quase-moeda. (...) Os financiamentos ofertados por organizações não-bancárias crescem como percentual do total de financiamentos da economia, sinalizando o fenômeno da chamada *desintermediação* bancária. O aprofundamento desta mudança foi de tal ordem que a relação entre ativos bancários e ativos totais das instituições financeiras, que havia estado em torno de 40% entre as décadas de 30 e 70, cai para apenas 27% no início dos anos 90 (Edwards, 1993).²⁰

¹⁷ Ibid., p.202.

¹⁸ “Bank Holding Act, pelo qual as holdings de bancos – bank holding companies – podiam oferecer serviços financeiros que estavam vedados aos bancos”. Ibidem.

¹⁹ Ibid., p.204.

²⁰ Id.

No final dos anos 60, os fluxos de dólares americanos, das corporações e dos bancos, impulsionam o Euromercado de moedas²¹, iniciando a mudança de escala e natureza da circulação monetário-financeira internacional. Estes fluxos, aliados à internacionalização de bancos e corporações de vários países e à incerteza cambial, geraram um salto nas operações cambiais no Euromercado, que passaram de 25 bilhões de dólares em 1970, para 100 bilhões ao final de 1973, *“já revelando, embrionariamente, o que estes agentes vieram a desenvolver em termos de sofisticadas técnicas de gestão internacionalizada de dinheiro. (Guttmann, 1994: 143)”*.²²

A transição no perfil de atuação dos bancos gerou, na configuração atual, os “conglomerados de serviços financeiros”. Diferentemente do processo de circulação financeira baseado em moedas e depósitos à vista, prevalecem os ativos financeiros públicos e privados geridos pelos bancos em parceria com fundos mútuos e de pensão e seguradoras, constituindo uma *circulação financeira ampliada*. Ocorrem assim a redução do tempo médio de manutenção das ações, a internacionalização das aplicações e o crescimento dos mercados de derivativos.

Desta forma bancos e instituições financeiras promovem a interpenetração dos mercados creditício e de capitais; alimentam a expansão autonomizada da circulação financeira (nacional e mundial); atuam como centros privados de emissão monetária, através de ativos de tipo quase-moeda; ampliam a liquidez, em grau significativo, à margem do Banco Central; dão à gestão da riqueza o caráter de gestão de ativos (*Professional and performance-oriented asset management*).

É uma massa de riqueza a circular, nacional e internacionalmente, em magnitudes desproporcionais às necessidades de financiamento da produção e circulação de bens e serviços, com vigência em períodos prolongados, não apenas conjunturalmente, com o que se revela um traço estrutural, característica da financeirização como padrão sistêmico de riqueza.²³

Desde os anos 60, as corporações industriais passaram também a adotar práticas financeiras em suas estratégias, tanto no modo de bancar seus investimentos produtivos quanto na busca de rentabilidade operacional e não-operacional. Braga assinala que, segundo dados das últimas três décadas, houve picos de elevação e retração das fontes externas no financiamento dos ativos físicos, *“que evidenciam momentos críticos, micro e macroeconomicamente,*

²¹ Eurocurrency Market.

²² GUTTMANN, R. How credit money shapes the economy: the United States in a global sistem. M.E. Sharpe, Armonk, New York, 1994, 143.

²³ BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização Global: O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo, 1997, p. 206.

*derivados da própria instabilidade de financiamento. Assim, observamos as finanças ditando o ritmo da economia”.*²⁴

O quadro de fragilização financeira registrado nos anos 80 gerou um processo de operações especulativas e a transnacionalização de mercados nacionais como tendência geral das corporações, a partir da gestão de finanças como um fim em si mesma. O Estado passa a ocupar, neste ambiente privado, um papel a reboque das convenções prevalecentes nos mercados. No quadro da financeirização, caberá ao Estado:

[...] as funções de 'Big Government' e de prestador de última instância. Diante das turbulências financeiras que conduziram, em momentos dos anos 60 e 70, a tendências recessivas, entrava em ação a política fiscal para evitar um agravamento e sustentar o lucro das corporações. (...) Essas funções públicas erigiram outra dimensão da financeirização, aquela em que se vai estabelecendo um déficit público alimentado pelo componente financeiro, restringindo o papel dinamizador do gasto governamental sobre a renda nacional.²⁵

O primeiro déficit comercial americano, desde 1893, ocorre em meados de 1971, indo desaguar no rompimento do padrão monetário internacional, montado desde Bretton Woods, com a suspensão da conversibilidade dólar/ouro, em 15 de agosto do mesmo ano. E em 1976, durante a conferência do Fundo Monetário Internacional na Jamaica, é legalizado o sistema de taxas de câmbio flexíveis.

Os Estados Unidos, após um período de turbulência, onde a taxa de inflação, que de 1953 a 1965 se mantivera na casa de 1% ao ano, passa em 1966 para 2,2%, mantendo a tendência crescente até atingir o pico de 13,5% em 1980; com uma taxa de crescimento média anual de 1,5% entre 1974 e 1982; perda de competitividade internacional pela queda na produtividade de suas empresas, além de uma sucessão de crises financeiras.

Como reação a este quadro, em setembro de 1979 o Fed realiza um choque de juros, *“dando partida ao processo pelo qual o dinheiro americano voltaria a se impor mundialmente, em bases puramente financeiras e patrimoniais, a despeito de seus déficits comerciais e sua fragilidade relativa (...) em termos de sistema técnico-produtivo”.*²⁶ Para Braga,

[...] a posição hegemônica americana tornou possível, nos últimos anos, operar a lógica da financeirização e as políticas de globalização em favor de

²⁴ Ibid., p. 207.

²⁵ Ibid., p. 208-209.

²⁶ Ibid., p. 210.

sua performance econômico-financeira, ao passo em que a difusão deste padrão de financeirização global não tem revelado nos demais países o mesmo “sucesso” do país central, nos últimos anos.²⁷

É da nova lógica financeira das corporações industriais, compostas por diferentes tipos de empresas patrimonialmente interligadas, que surgem os fundamentos da financeirização. Segundo dados pesquisados por José Carlos Miranda sobre o controle dos estoques de ativos financeiros nos 18 principais países da OCDE, em 1995, as empresas transnacionais detinham um total de 13 trilhões de dólares aplicados nesses ativos, enquanto os bancos detinham 8,3 trilhões; as seguradoras 6,7 trilhões; os fundos de pensão públicos e privados 6,5 trilhões, sendo superadas apenas pelas famílias, que possuíam 28,8 trilhões.

A liquidez das empresas passa a adquirir um sentido estratégico. Através de estoques de moedas conversíveis internacionalmente e ativos do tipo quase-dinheiro, como explicamos acima, constroem sua posição na busca de mobilidade, flexibilidade, agilidade inovadora e velocidade na captação de oportunidades lucrativas. Através de maciços investimentos em tecnologia e em pesquisas nos campos da física, química e outras ciências, buscam ampliar os setores em que atuam, desenvolvendo novos produtos e processos nem sempre relacionados com a base industrial de origem da corporação.

Assim, estas corporações competem umas com as outras nos diferentes territórios, com o que o *lôcus* da concorrência para estes capitais não é este ou aquele ramo/estrutura de mercado, mas sim um subconjunto do total de ramos/mercados/indústrias que lhes dá escopo para que, na concorrência, suas taxas de retorno se assemelhem de acordo com as magnitudes de capital imobilizado globalmente.²⁸

O novo perfil das empresas multinacionais diferencia-se do antigo padrão, que tendia a replicar as plantas das matrizes no exterior, pois, ainda que a produção esteja espalhada por vários países do mundo, a montagem do produto final técnica e economicamente relevante, vai ser operada na economia nacional da corporação, de onde será exportado. Estes fluxos se combinam com as pressões que estas corporações exercem pela liberalização comercial sobre países e órgãos internacionais de regulação, no sentido de ampliar mercados para seus bens e serviços. São elas que, implementando a rede do mercado mundial em produção, comércio, tecnologia, dinheiro e finanças, *“fornecem a base material para uma*

²⁷ Ibid., p. 211.

²⁸ Ibid., p.217.

efetiva globalização dos negócios”, redefinindo a territorialidade econômica a partir de seus interesses.

Evidentemente que o fazem a partir de suas bases nacionais, porém suas estratégias técnico-produtivas e financeiras são mundiais. Portanto, o plano nacional é apenas a “rampa de lançamento”, enquanto que seu espaço lucrativo é o planeta, isto é, a parte dele economicamente “explorável”, o que pode significar apenas segmentos geográficos de um determinado país e não este como um todo.²⁹

Nesta perspectiva, a ação destes “jogadores globais” (*global players*), que atuam na produção, comércio e finanças, amplia os fatores de desequilíbrio na divisão internacional do trabalho, diminuindo as chances de industrialização das economias periféricas do sistema e contribuindo para a retração dos investimentos produtivos.

As grandes corporações, estruturadas como multinacionais, multissetoriais e multifuncionais, operam o entrelaçamento entre as dimensões financeira e tecnológico-produtiva-comercial, tendendo a uma “*generalização e homogeneização nas formas de operação, estrutura e estratégia, tendo em vista a concorrência financeira que está superposta e conectada ao acirramento da concorrência industrial e comercial*”.³⁰

Essas corporações são agentes ativos da financeirização, ocupando posições determinantes na circulação monetário-financeira mundial, ao lado dos grandes bancos e demais organizações. Dessa maneira influenciam decisivamente a evolução de parâmetros de rentabilidade, como as taxas de juros, as taxas de câmbio, as taxas de capitalização das bolsas de valores, os índices de valorização patrimonial. Suas articulações com o sistema financeiro tornam-nas também atores preponderantes na distribuição internacional do crédito em geral, e da liquidez, além do seu já conhecido papel na geografia da alocação dos investimentos fixos e do processo tecnológico, bem como nas características do comércio internacional.³¹

As corporações, a partir de seu poder tecnológico e econômico, estão presididas por uma lógica financeira geral que as permite atuar de forma determinante tanto para a alavancagem nos processos de crescimento inovador, como contribuir com as instabilidades financeiras, cambiais e patrimoniais que hoje se verificam em escala global. Seus movimentos de capital privilegiam os países com sistemas monetários, financeiros e industriais mais sólidos, onde elegem seus parceiros, mercados e condições de lucratividade mais adequadas a seus objetivos

²⁹ Ibid., p.218.

³⁰ Ibid., p.221.

³¹ Id.

estratégicos, restando aos países periféricos a função de mercados consumidores de seus produtos e de circuitos para a valorização financeira e patrimonial.

Assim, o capital financeiro tem se constituído como a fusão da forma juro com a forma lucro, objetivando ampliar seus ganhos operacionais, financeiros e patrimoniais. Na fase atual do capitalismo, a existência funcional do dinheiro superou sua existência material.

[...] no centro deste padrão de riqueza está o capital a juros, venha ele da grande corporação industrial ou comercial, dos bancos, dos donos da terra, dos investidores institucionais ou das poupanças financeiras pessoais. O juro sobre o dinheiro deve rigorosamente ser compreendido como manifestação máxima do capital enquanto pura propriedade, enquanto mercadoria plena, como ativo estratégico peculiar de uma economia monetária, gerida por empresas, cujo objeto último não é a troca de mercadorias por mercadorias, mas sim o circuito dinheiro-mercadoria-mais dinheiro.³²

Foram criados um sem-número de ativos financeiros que rendem juros e funcionam como quase-moedas, combinando liquidez com rentabilidade, que permitem a realização de riqueza financeira numa velocidade e amplitude jamais vista. Desta forma, o monopólio do crédito já não é mais exercido pelo sistema bancário, formado pelas autoridades monetárias e bancos comerciais, e está em curso uma *“tendência à financeirização com ‘moedas privadas’, a partir da capacidade da macroestrutura financeira de criar crédito em geral [...] e operar mecanismos de pagamento, ainda que parcialmente, à margem do controle das autoridades monetárias”*³³.

Como efeito destes processos, a fiscalização e controle das atividades financeiras por parte das autoridades monetárias se torna cada vez menos eficiente, colocando as economias, mesmo a dos países centrais, mais sujeitas a movimentos especulativos. Esta situação se acentua se considerarmos que o crédito, entendido como o uso do “capital social” ou da poupança financeira da sociedade, tem sido utilizado pelas grandes corporações em seus movimentos de valorização de ativos financeiros e patrimoniais, aprofundando a contradição enunciada por Marx: *“O crédito desenvolve a dissolução do regime de produção, transformando-o num sistema de jogo e especulação”*.³⁴

³² Ibid., p.223.

³³ Ibid., p.225.

³⁴ MARX, Karl. El Capital, 1968, vol. III, p.419.

O jogo e a especulação se tornaram sistêmicos, e *não apenas um momento dos “ciclos”*, quer de ondas curtas, médias ou longas, após os quais a riqueza financeira fictícia desapareceria por um longo tempo. Eles são permanentes, como que constituindo valores que forjam um **“estrato superior”** de riqueza sobre aquele que corresponde aos valores dos bens e serviços. Ou seja, a riqueza financeira sustenta patamares de valorização inusitados em relação à riqueza real, demonstrando capacidade de revalorização, mesmo quando sofre quedas significativas, após ter atingido picos exacerbados (nas palavras do presidente do Fed, momentos de “exuberância irracional”). Estes, que têm sido designados de “bolhas especulativas”, entretanto, são apenas a superfície e a manifestação estremada de um movimento mais estrutural daquele **“estrato superior”**.³⁵

Como característica central no atual estágio de valorização e reprodução do capital, que diferencia historicamente e estrutura o novo padrão de riqueza, o papel do Estado como coordenador dos investimentos cede lugar à crescente institucionalização do rentismo, constituindo um novo “metabolismo social”. Através da construção ideológica de uma “cultura” onde o sistema de jogo e especulação passa a responder às necessidades sociais básicas, estabelecidos em códigos de conduta que se manifestam nas finanças das famílias, até porque os rendimentos provenientes do trabalho vêm sofrendo progressiva degradação, nas finanças das empresas, na rentabilidade dos financistas, assim como nas finanças dos Estados.

Registre-se ainda que a alteração radical na **temporalidade** das finanças resulta em possibilidades de operações que, anteriormente, não se registravam nos sistemas nacionais ou mesmo internacionais. A flexibilização do tempo de valorização dos capitais, com a agilização da negociabilidade de papéis; a existência de um mercado de compra e venda do controle de corporações (*corporate control market*); a conversibilidade de taxas e moedas nos contratos financeiros e comerciais, entre outras, possibilitou uma mobilidade entre as diversas formas de cristalização da riqueza, na busca de maior e mais rápida rentabilidade, sem registros na história do capitalismo.

A concorrência financeira se sobressai na estratégia de todos os agentes. Não é a penas a competição entre bancos, ou entre estes e as demais instituições, ou intercorporações produtivas. A concorrência financeira desata a competição de “todos contra todos”, nos âmbitos monetário-financeiro e patrimonial, e acentuar-se-á, sobretudo, se o grau de desregulamentação seguir tendendo ao mínimo.³⁶

No processo de financeirização, a valorização das ações está sempre à frente dos ganhos operacionais, pois o sistema se movimenta referido no tripé “moeda-

³⁵ BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização Global: O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo, 1997, p. 227.

crédito-patrimônio”, configurado de tal forma que o processo de capitalização financeira é preeminente. Nestas condições, decisões sobre investimento produtivo ficam condicionadas à concorrência financeira.

A valorização financeiro-patrimonial, expressa na riqueza de papel, dissocia-se, por longos períodos, de seu fundamento originário, o capital em funções produtivas, o ativo operacional. Trata-se de um aprofundamento do que já estava posto pelas sociedades anônimas, com a separação entre propriedade e gestão dos negócios, pelo capital fictício, pelo lucro fundador.³⁷

Estes processos vão repercutir sobre as agências dos Estados nacionais, particularmente sobre os Tesouros Nacionais, por seu impacto sobre as dívidas públicas, assim como sobre os bancos centrais que, optando por políticas monetárias segundo as pautas do mercado, cortam o requerimento de reservas e flexibilizam a administração da liquidez, o que, entre outras medidas, demonstra o poder da orientação de mercado na implementação das políticas públicas.

É a concorrência financeira que reforça uma tendência à generalização e homogeneização nas formas de organização, operação e comportamento estratégico das corporações e empresas financeiras, em quase todos os países, ainda quando seus sistemas nacionais resistam a essa convergência. Ocorre, contudo, uma pressão dos “negócios” a favor desta convergência.³⁸

Isso posto, a financeirização não implica em deslocamento de recursos da circulação industrial para a financeira. Uma vez que as grandes corporações produtivas com seu poder financeiro manejam o dinheiro e as quase-moedas, a circulação industrial e a financeira passam a ser “domínios altamente conexos”, onde a alocação de recursos na órbita financeira passa a ser uma decisão patrimonial, onde as corporações atuam em conjunto com bancos e similares. Aos bancos centrais resta a atuação sobre a expansão monetária, a liquidez e a taxa de juros, com o intuito de reverter as valorizações patrimoniais fictícias e a capitalização financeira autonomizada. *“Podem fazê-lo, contudo, apenas temporariamente, porque uma reversão completa exigiria uma mudança no próprio padrão de riqueza”*.³⁹

Relacionada a essa dinâmica, insistamos, está a transformação das finanças públicas em reféns a ponto de lhes reduzir sensivelmente a capacidade de promover o gasto autônomo dinamizador do investimento, da renda e do emprego; de tornar financeirizada a dívida pública que, como tal,

³⁶ Ibid., p.230.

³⁷ Ibid., p.232.

³⁸ Ibid., p.235.

³⁹ Ibid., p.236.

sanciona os ganhos financeiros privados e amplia a financeirização dos mercados.⁴⁰

No caso do Brasil, este processo se configurou forma mais radical a partir dos anos 90, com a transferência de vultosos recursos públicos para viabilizar as privatizações de empresas estatais e dos bancos estaduais. Como veremos, no caso do sistema bancário, as reestruturações do setor estão intimamente ligadas aos processos de mudanças na economia promovidos pelos diversos planos econômicos, que tinham como meta a contenção da inflação e a organização da estrutura econômica nos marcos da financeirização global.

Apoiado no discurso neoliberal de redução do papel do Estado na economia, orquestrou-se uma intensa campanha que tinha por objetivo fixar a imagem do Estado como burocrático, mal administrador e empregador perdulário. Empresas que simbolizavam o projeto nacional-desenvolvimentista, como a CSN, a Vale do Rio Doce e a Petrobrás, entraram na alça de mira das privatizações, sendo as duas primeiras transferidas à iniciativa privada. O setor de telefonia também foi completamente privatizado, sendo a maioria das áreas vendidas a empresas multinacionais estrangeiras.

Ao financiar o processo de privatizações, o Estado brasileiro utilizou os recursos que deveriam ser empregados na dinamização da economia, da renda e do emprego, favorecendo o capital monopolista privado nacional e estrangeiro, ampliando assim a dependência da economia às flutuações dos mercados financeiros mundializados.

No setor bancário, as privatizações dos bancos estaduais diminuíram a capacidade de financiamento dos estados, que ficaram mais dependentes dos recursos da união. Houve ainda o aumento da concentração do crédito nas mãos dos grandes conglomerados financeiros nacionais, destacando os bancos Itaú e Bradesco, e estrangeiros, como o Espanhol Santander. Apesar da grande resistência dos trabalhadores bancários dos bancos estaduais privatizados, esta não foi suficiente para deter a grande onda de privatizações. Suas organizações por local de trabalho foram desmanteladas e, após milhares de demissões, os poucos trabalhadores que restaram, assim como os novos contratados, viram suas conquistas serem retiradas e os processos de trabalho profundamente alterados

⁴⁰ Ibid., p.238.

pelas novas metas de maximização da produtividade implantadas pelos novos controladores.

1.1.2) Trabalho concreto e trabalho abstrato

Na fábrica do futuro só vão ser necessários dois seres vivos: um homem e um cachorro. O homem, para alimentar o cachorro. E o cão, para impedir que o homem chegue perto das máquinas.

Escutei pela primeira vez esta história numa palestra sobre Qualidade Total. O palestrante, que trabalhava ministrando cursos para grandes empresas sobre este tema, discorria sobre como é importante para aqueles “privilegiados” que “ainda” podem se orgulhar de possuir um emprego “fixo”, desfrutando de salário e “benefícios” ao fim de cada mês, manter uma “nova” atitude cooperativa e participativa com a empresa, uma vez que é a empresa que “garante” seu sustento e o de sua família. E utilizou a historinha acima para demonstrar que, de forma natural, dado os requisitos para o “progresso” das empresas, a utilização de máquinas inteligentes acabarão por dispensar cada vez mais o trabalho produtivo humano.

Como a palestra era parte de um curso sobre Reestruturação Produtiva organizado, entre outras entidades, pelo DIEESE, um dos sindicalistas presentes fez a seguinte pergunta: - “E nesta fábrica do futuro, quem vai transportar o cão e o homem para o trabalho? Quem adentra o cão? Quem produzirá a alimentação para os dois? E as máquinas, quem construirá e programará?...” Acho que a pergunta poderia incluir muitos outros itens, mas o fato foi que nosso palestrante ficou um tanto perdido a partir daí.

Na verdade, hoje o trabalho como expressão do trabalho social se apresenta em relações mais complexas, combinadas socialmente e com ritmos e processos mais intensificados, com uma crescente redução do *trabalho vivo*, aquele que, ao transformar a matéria pela intervenção direta dos homens, lhe agrega valor, e uma expansão do *trabalho morto*, através do emprego intensivo de máquinas e ferramentas informatizadas, assim como do trabalho improdutivo, que se dá na órbita da circulação das mercadorias, no chamado setor terciário ou de serviços. Mas na era da mundialização do capital e da acumulação flexível, o que está mesmo em jogo é o trabalho *estável*, que é cada vez mais substituído pelas diversas formas de trabalho parcial, terceirizado, precarizado. A meta do capital é aumentar a produtividade do trabalho, reduzindo os tempos de produção e intensificando as

formas de extração de *sobretabalho* para a realização de seu ciclo de reprodução, garantindo assim a competitividade, fator que se tornou central para a sobrevivência das empresas capitalistas.

O perfil do novo trabalhador articula a diminuição do tempo físico do trabalho e do trabalho manual com a ampliação do trabalho qualificado, multifuncional, mais intelectual. Não se trata, pois, da eliminação do trabalho vivo, fundamental para a produção e também para a reprodução do ciclo do capital, que se dá pelo consumo das mercadorias e serviços, o que obviamente seria impossível sem a existência de assalariados.

A articulação entre trabalho vivo e trabalho morto é condição para que o sistema produtivo do capital se mantenha.(...) A redução do trabalho estável, herdeiro do taylorismo/fordismo, a ampliação do trabalho intelectual abstrato no interior das fábricas modernas e a ampliação generalizada das formas de trabalho precarizado (trabalho manual abstrato) sob a forma do trabalho terceirizado, part-time, desenvolvidas intensamente na “era da empresa flexível” e da desverticalização produtiva, são fortes exemplos da vigência da lei do valor. O aumento dos trabalhadores que vivenciam as condições de desemprego [...] é parte constitutiva crescente do desemprego estrutural que atinge o mundo do trabalho, em função da lógica destrutiva que preside seu sistema de metabolismo societal.⁴¹

Divergindo dos que, como Habermas, defendem que “a técnica e a ciência tornam-se a principal força produtiva”, uma vez que “o progresso tecno-científico tornou-se uma fonte independente de mais-valia, face à qual a única fonte de mais-valia considerada por Marx, a força de trabalho dos produtores imediatos, perde cada vez mais seu peso”⁴², Antunes ressalta, apoiado em Mészáros, que esta teoria desconsidera que “o trabalho vivo, em conjunção com ciência e tecnologia, constitui uma complexa e contraditória unidade, sob as condições dos desenvolvimentos capitalistas”⁴³.

Certamente Marx, ao analisar o papel crescente da ciência aplicada à produção, levou em conta esta questão em sua teoria do valor-trabalho, mas ressaltou que seu desenvolvimento encontra-se submetido à própria base material das relações entre capital e trabalho. Esta relação estrutural ao mesmo tempo em que libera potencial científico para o incremento da produção de valores de troca,

⁴¹ ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 1999, p.120-121.

⁴² HABERMAS, Jürgen. Técnica e Ciência como “Ideologia”. 1975. p.320 apud: ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 1999, p.121.

⁴³ MÉSZÁROS, István. The Power of Ideology. 1989, p. 135 apud ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 1999, p.122.

trava sua expansão nos limites do movimento reprodutivo do capital, que assim subordina a produção de valores de uso.

O maior dilema da ciência moderna é que o seu desenvolvimento esteve sempre vinculado ao dinamismo contraditório do próprio capital. Além do mais [...] a ciência moderna não pode deixar de ser orientada para a implementação a mais efetiva possível dos imperativos objetivos que determinam a natureza e os limites inerentes ao capital, assim como seu modo necessário de funcionamento sob as mais variadas circunstâncias. [...] a obtenção da mais justa disjunção entre a ciência e as determinações capitalistas destrutivas é concebível somente se a sociedade como um todo tiver sucesso em sair fora da órbita do capital e promover um novo patamar – com princípios e orientações diferentes – no qual as práticas científicas possam florescer a serviço de finalidades humanas.⁴⁴

No mundo produtivo contemporâneo, o saber científico interage mais com o saber laborativo, potencializando o trabalho vivo e a própria máquina informatizada. A moderna fábrica toyotizada e flexível, operou uma crescente interação entre trabalho e ciência, trabalho material e imaterial, interação esta que passa a ser fundamental no mundo produtivo industrial e de serviços. Para tanto, o capital investe nas técnicas de “envolvimento” da força de trabalho, diferentemente da separação rígida entre produção e elaboração fordista, com o objetivo de se apropriar do saber fazer intelectual do trabalhador. Cada vez mais distante do tempo em que se referia ao trabalhador como “mão-de-obra” (o que é resumido na frase atribuída ao próprio Ford: - “*o ideal era que os trabalhadores, ao entrarem na fábrica, deixassem, junto com seus chapéus, a cabeça*”)., as empresas investem cada vez mais na construção da idéia de trabalhadores como “colaboradores”, e na redução dos níveis de trabalho improdutivo, extinguindo várias funções intermediárias que são transferidas e incorporadas ao trabalho produtivo pelo trabalhador polivalente.

Com o objetivo de “ganhar” os trabalhadores para estes fins, as empresas investem nos cursos de formação e qualificação, tanto propriamente técnicos como nos cursos de perfil claramente ideológico, como os de 5S e Qualidade Total. Como exemplo da visão dos elaboradores destes modelos, o discurso do fundador do grupo japonês Matsushita (National – Panasonic), Konosuke Matsushita, que serve como introdução a alguns destes cursos, pode dar uma dimensão mais exata de como estas questões são concebidas por eles:

UMA CONFIDÊNCIA DO PRESIDENTE
KONOSUKE MATSUSHITA

Nós vencemos e o Ocidente Industrial perderá a batalha: vocês não podem fazer muito para evitá-lo, porque já trazem consigo a sua própria derrota.

⁴⁴ Ibid., p.122-123.

As suas organizações são Tayloristas; mas o pior é que também o são suas cabeças.

Vocês estão totalmente convencidos de que podem fazer funcionar as suas empresas distinguindo de um lado os chefes e do outro os executores; de um lado aqueles que pensam, do outro os que trabalham.

Para vocês, o “management” é a arte de fazer passar convenientemente as idéias dos chefes às mãos dos operários.

Nós, pelo contrário, somos pós-tayloristas: sabemos que o “business” é muito complicado. A sobrevivência de uma empresa é difícil e problemática, num ambiente sempre mais perigoso, imprevisível e competitivo, que obriga a mobilizar toda a inteligência de todas as pessoas para atingir uma possibilidade de fazê-lo.

Para nós, “management” é precisamente a arte de mobilizar e canalizar toda esta inteligência a serviço do projeto da empresa. Havendo medido melhor que vocês a amplitude dos nossos desafios tecnológicos e econômicos, sabemos que a inteligência de alguns tecnocratas – embora brilhante – é insuficiente para vencê-los.

Como consequência, somente a inteligência de todos os seus membros pode permitir a uma empresa enfrentar a turbulência e as exigências deste novo ambiente. É por isto que as nossas empresas investem 3 ou 4 vezes mais na formação de seus recursos humanos do que fazem as suas; esta é a razão da existência em nossas empresas de um clima de diálogo e uma comunicação tão intensos. Solicitamos continuamente as sugestões de todos e, sobretudo, do Sistema Educativo Nacional a preparação de diplomados generalistas, iluminados e cultos que representam a base indispensável para uma indústria que deve nutrir-se de inteligência.

Os seus líderes sociais, muitas vezes gente de boa vontade, acham que devem defender o homem na empresa. Realisticamente, pensamos que devemos fazer com que o homem defenda a empresa, a qual lhe renderá 100 vezes o que lhe haverá dado.

Fazendo assim, acabamos por ser mais “sociais” do que vocês.⁴⁵

O discurso do senhor Matsushita, muito utilizado nos cursos de TQC para gestores de empresas aqui no Brasil e em outros países, coloca algumas questões que funcionam dando “liga” ao processo Toyotista de gestão. A diminuição dos níveis hierárquicos; a valorização do saber do trabalhador como parte intrínseca ao processo; o papel do Estado (no caso, o Japão) em regular o sistema de ensino a partir das exigências do desenvolvimento do capital e a submissão do sentido de social à esfera da empresa. Certamente a ruptura entre o fordismo/taylorismo e o toyotismo não é tão profunda, existindo nexos e continuidades, sobretudo no princípio da utilização da ciência no processo de produção, na busca de processos que viabilizem a maximização da produtividade pela redução dos tempos de produção, na intensificação do trabalho como forma de ampliação da mais-valia. Mas, junto ao emprego da microeletrônica que forneceu as condições para o desenvolvimento da “produção enxuta” (*lean production*), o toyotismo desenvolveu uma nova lógica de produção de mercadorias, com novos princípios de

⁴⁵ MATSUSHITA, Konosuke. In: CAMPOS, Vicente Falconi. Qualidade (TQC): Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia. 1994, p.VII.

administração da produção capitalista e de gestão da força de trabalho, que tem como elemento central a captura da subjetividade do trabalhador pela lógica do capital, construindo assim uma nova hegemonia do capital na produção.

Ao desenvolver-se e assumir uma dimensão universal, as novas práticas gerenciais e empregatícias, tais como *just-in-time/kanban*, controle de qualidade total e engajamento estimulado, levado a efeito pelas corporações japonesas, assumiram nova significação para o capital, não mais se vinculando as suas particularidades concretas originárias. [...] O que interessa, nesse caso, são as objetivações concretas dos princípios (e técnicas) organizacionais do toyotismo, capazes de garantir, em maior ou menor proporção, seu objetivo primordial: a constituição de uma nova subjetividade operária, capaz de promover uma nova via de racionalização do trabalho.⁴⁶

A mundialização do capital, que impulsionou a ampliação do trabalho morto pela utilização intensiva das novas tecnologias microeletrônicas na produção, possibilitou o surgimento da “cultura organizacional” toyotista, que pressupõe o envolvimento do trabalhador, a captura de sua subjetividade pela sua inserção engajada no processo produtivo. O trabalho vivo, agora mais limitado, continua sendo o elemento central de sustentação do desenvolvimento das próprias máquinas/ferramentas informatizadas.

O incremento das atividades de pesquisa, comunicação e *marketing* são também vitais neste processo, que depende em grande parte das informações oriundas do mercado consumidor, ampliando assim a utilização de várias formas de *trabalho imaterial*, tanto nas empresas produtivas como nas de serviços. Na prática, a nova relação produção-consumo é ativada e organizada pelo trabalho imaterial, que inova continuamente as condições e a forma da comunicação, produzindo mercadorias que têm como valor de uso seu conteúdo informacional e cultural. Neste sentido, rompe as oposições entre produção e conhecimento ao dar forma e materializar as necessidades, o imaginário e os gostos do mercado consumidor, transformando-se continuamente e recriando o ambiente ideológico e cultural do consumidor. Citando Lazzarato, Antunes ressalta que:

O trabalho imaterial, portanto, [...] evidencia o conteúdo informacional da mercadoria, exprimindo as mutações do trabalho operário no interior das grandes empresas e do setor de serviços, onde o trabalho manual direto está sendo substituído pelo trabalho dotado de maior dimensão intelectual. [...] O operário deve converter-se num “elemento de integração cada vez mais envolvido na relação equipe/sistema”, expressando uma “capacidade de ativar e gerar a cooperação produtiva. O trabalhador deve converter-se em ‘sujeito ativo’ da coordenação de diferentes funções da produção, em

⁴⁶ ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho, 2000, p.31-32.

vez de ser simplesmente comandado. O aprendizado coletivo se converte no principal aspecto da produtividade”.⁴⁷

Ampliou-se assim a apropriação pelo capital da subjetividade do trabalhador, que não se resume ao espaço onde se realiza a produção. Incentivada para o envolvimento com o projeto da empresa e seu processo de criação de valores, para a valorização e auto-reprodução do capital, constrói-se uma subjetividade *inautêntica*, baseada em formas de representação ideológicas, como a ‘qualidade’, o ‘atendimento ao cliente’ e outras formas simbólicas introduzidas pelo capital, que tornam este trabalho dotado de maior significado intelectual, imaterial, também uma mercadoria que se integra ao trabalho morto, dando-lhe maior flexibilidade, rapidez de deslocamento e capacidade de autotransformação.

Para maximizar o envolvimento do trabalhador no projeto da empresa, o capital investe em cursos, premiações e na disputa entre os ‘times’, sempre ressaltando os pontos em que a elaboração e a atitude do trabalhador deve se ater no sentido de propiciar sua maior apropriação pelo sistema de produção da empresa. Caso exemplar de investimento na formação de uma cultura ideologicamente traçada para estimular nos trabalhadores uma atitude voltada para os objetivos da empresa, os cursos de 5S são disseminados nas empresas que se reestruturaram como parte do processo de adequação da força de trabalho aos novos conceitos inerentes à produção flexível.

No prefácio de um destes manuais de 5S⁴⁸, de autoria de Masao Umeda, (formado em engenharia mecânica, ocupou a diretoria administrativa da Toshiba Construction and Engineering e a presidência da Nishishiba Eletric Co. Ltd. (empresa do grupo Toshiba), e, desde 1991, prestou consultoria a várias empresas brasileiras, dentre elas a CSN, PETROBRAS, SADIA, GRUPO GERDAU, TELERJ, Viação São Geraldo, etc.), podemos ter uma idéia de até que ponto estas questões são formuladas:

No Brasil, o 5S está sendo interpretado como um **movimento cívico**, uma oportunidade de educar e reeducar pessoas para praticar os (bons) sentidos

⁴⁷ ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 1999, p.127-128.

⁴⁸ 5S – Seiri – Senso de Utilização; Seiton – Senso de ordenação; Seiso – Senso de limpeza; Seiketsu – Senso de Saúde; Shitsuke – Senso de Auto-disciplina. No manual de Masao Umeda, o autor destaca que “o quinto S é praticado em muitos países por gerar grandes resultados”. Há também uma observação de que o senhor Umeda “acha que a denominação mais adequada para o quinto S é ‘Senso de Bons Hábitos’”. UMEDA, Masao. As sete chaves para o sucesso do 5S. 1997, p.1.

de: utilização, ordenação, limpeza, saúde e autodisciplina. Como observou o senhor Umeda, um dos líderes do movimento de qualidade e produtividade no Japão, os resultados já podem ser vistos em todos os cantos do País. Talvez tenhamos encontrado o caminho para se produzir aqui uma verdadeira “revolução cultural”.⁴⁹

E no prefácio do próprio senhor Umeda:

No Brasil, o 5S está sendo difundido amplamente, não só nas empresas mas também nas organizações públicas, escolas, hospitais e até entidades ligadas à agricultura. [...] Em uma determinada ocasião, fiquei muito impressionado com a implementação do 5S e consequentes resultados extraordinários alcançados no quartel do exército brasileiro sediado em Rosário do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. Espero que as atividades do 5S se estendam a todo o território nacional para que possa promover **uma verdadeira “revolução cultural” entre os brasileiros.**⁵⁰ (sem grifo no original)

Para o objetivo deste trabalho, vamos apenas citar alguns pontos destacados no referido manual de 5S:

- 5S e TQC – [...] o 5S contempla praticamente todos os elementos essenciais do TQC, como, por exemplo, treinamento, melhoria, motivação, trabalho em equipe, gerenciamento, etc. [...] Naturalmente, nas empresas com o TQC em implementação é conveniente que o 5S seja praticado como parte integrante do sistema.
- No Japão, o 5S foi iniciado como atividade para a eliminação de **desperdícios** dos locais de trabalho. Esses desperdícios significam **qualquer trabalho desenvolvido que não pode ser cobrado dos clientes**, ou seja, **todo serviço que não agrega valor**.
- A campanha iniciada para acabar com os **desperdícios** transformou-se em 5S por englobar o **senso de saúde** e o **senso de bons hábitos** (auto-disciplina). Conseqüentemente, é mais conveniente promovê-lo como uma atividade que visa a **construir postos de trabalho seguros e agradáveis com a participação de todos**.
- Atualmente é muito discutido o assunto da preservação do meio ambiente em nível do planeta terra. Justamente dentro desse contexto, o 5S pode ser considerado como uma atividade mais simples de preservação ambiental, que pode ser praticada por qualquer um de nós no dia-a-dia.
- [...] os primeiros S's trabalham principalmente com o aspecto físico, enquanto que o quarto e o quinto tratam, inclusive, de assuntos de ordem psicológica e, muitas vezes, do íntimo das pessoas.
- Contramedidas relacionadas a líderes: A palavra **líder** foi utilizada para designar supervisores e gerentes em geral, sendo que muitas vezes as causas de metas não atingidas estão justamente com os líderes. [...] se algum líder não conseguir obter um bom resultado, a empresa deve tomar algumas medidas em termos de administração de pessoal. Uma vez a empresa tendo decidido implementar o 5S, os que ocupam os cargos de chefia têm por obrigação executar esta tarefa. [...] Se a chefia constatar a queda de motivação dos subordinados, é necessário que ela faça uma reflexão quanto ao seu próprio entusiasmo.

⁴⁹ UMEDA, Masao. As sete chaves para o sucesso do 5S. 1997, prefácio de João Martins da Silva.

⁵⁰ Id., prefácio de Masao Umeda.

- Frase da capa do manual, elaborada por uma funcionária da Telebahia de Itabuna que ganhou o primeiro lugar num concurso interno de frases do programa 5S: “Não compre 5S feito. Faça-o!”.⁵¹

Como podemos notar, há uma constante preocupação em “vender” a idéia de que o mundo (o país, a cidade, as pessoas, as relações sociais e inter-pessoais, etc) tem como célula básica a empresa. Conseqüentemente, melhorar a empresa representa uma melhoria do mundo que nos cerca. Assim, observar a limpeza do local de trabalho, o descarte de materiais e a organização e arrumação de ferramentas, peças e produtos, passam a ser tarefas tratadas com um verniz de princípios éticos, como ações em defesa do meio ambiente. Com efeito, a qualidade total opera uma construção ideológica que naturaliza as relações de exploração inerentes à relação capital/trabalho, onde o capital, que detém a propriedade dos meios de produção, estabelece suas metas para o aumento da produtividade e os trabalhadores devem ser emulados para, evitando desperdícios (incluindo aí o adoecimento como desperdício de trabalho útil), aceitarem e superarem as metas estabelecidas como uma forma de melhorar a empresa, conseqüentemente o país, a si mesmo e à própria sociedade. Ao mesmo tempo em que pregam uma maior iniciativa, com o envolvimento da força de trabalho, constatamos que a diminuição dos níveis hierárquicos se encontra muito mais ligada a uma redução dos custos pelo aumento das tarefas atribuídas, pois a função dos chefes e o próprio princípio de hierarquia permanecem intactos. Só que a cobrança sobre este chefe se dá sob um controle maior, com uma gama de exigências que vão do técnico ao psicológico, inculcando um sentido de culpa e auto-desvalorização quando as metas estabelecidas para os grupos não são cumpridas a contento.

Há, de fato, um verdadeiro cerco por parte do capital para capturar objetiva e subjetivamente, e em todas as esferas da vida do trabalhador, sua energia criativa para a realização dos objetivos estratégicos das empresas. Antunes aponta para uma reelaboração do significado do trabalho imaterial, *“que se mostra como uma tendência cada vez mais presente e crescente nos processos de ponta do mundo produtivo”*⁵².

O trabalho imaterial, mesmo quando mais centrado na esfera da circulação, interage com o mundo produtivo do trabalho material e encontra-se aprisionado pelo sistema de metabolismo social do capital. (...) Por isso,

⁵¹ Ibid., trechos selecionados: prefácio de Masao Umeda e p. 1-3.

⁵² ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 1999, p.129

concordamos com Toni Negri e Michael Hardt quando eles afirmam que “os horizontes monetários, simbólicos e políticos, pelos quais por vezes se tenta substituir a lei do valor como elemento constitutivo do tecido social, conseguem efetivamente excluir o trabalho da esfera teórica, mas não podem, em todo caso, excluí-lo da realidade”.⁵³

Apesar de uma maior “participação” nos projetos e do “envolvimento” coletivo dos trabalhadores, sua subjetividade submetida ao capital provoca um estranhamento, sobretudo com relação a o que e para quem se produz. O perfil exigido pelas empresas, de trabalhadores propositivos, engajados, dispostos a vestirem a camisa da empresa, é confrontado com o quadro real de desemprego estrutural e precarização das condições de trabalho, o que serve para deprimir a emergência de uma subjetividade autêntica.

Dos serviços *públicos* cada vez mais *privatizados*, até o turismo, onde o “tempo livre” é instigado a ser gasto no consumo dos *shoppings*, são enormes as evidências do domínio do capital na vida fora do trabalho. Um exemplo maior é dado pela necessidade crescente de *qualificar-se* melhor e preparar-se mais para conseguir trabalho. Parte importante do “tempo livre” dos trabalhadores está crescentemente voltada para adquirir “empregabilidade”, palavra que o capital usa para transferir aos trabalhadores as necessidades de sua qualificação, que anteriormente eram em grande parte realizadas pelo capital.⁵⁴

O saber dos trabalhadores é apropriado pelo capital e passa a integrar processos de organização da produção e as habilidades das próprias máquinas, ampliando, aprofundando e interiorizando o estranhamento do trabalho. E a idéia de emular sua participação, seu envolvimento no processo de produção é a própria luta do capital para submeter o trabalho e ampliar seu poder de reprodução social e cultural. Com a crescente precarização das condições de trabalho, alimentada pelo vertiginoso processo de introdução de novas tecnologias que ampliam o desemprego estrutural, e pelo emprego generalizado das formas de trabalho parcial, temporário e terceirizado, aumentam as formas de alienação à margem do processo de trabalho, nas relações sociais e culturais, no lazer e na vida privada.

Nos pólos mais intelectualizados da classe trabalhadora, que exercem seu trabalho intelectual abstrato, as formas de reificação têm uma concretude particularizada, mais complexificada, [...] dada pelas novas formas de “envolvimento” e interação entre trabalho vivo e maquinaria informatizada. Nos extratos mais penalizados pela precarização/exclusão do trabalho, a reificação é diretamente mais desumanizada e brutalizada em suas formas de vigência. O que compõe o quadro contemporâneo dos estranhamentos no mundo do capital, diferenciados quanto a sua incidência, mas vigentes

⁵³ Ibid., p.129-130.

⁵⁴ Ibid., p.131.

como manifestação que atinge a totalidade as classe-que-vive-do-trabalho.⁵⁵

Limitada a integração social pelo trabalho, afloram instabilidades e crises, ampliando os antagonismos e as contradições, num processo histórico marcado por conflitos, onde a origem pode se por preconceitos étnicos e religiosos, que assumem proporções violentas, mas também pode ser por diferenças entre times de futebol, bairros e outras motivações que opõem a “racionalidade” do âmbito produtivo à “irracionalidade” no universo social, como observou Antunes.

1.2) ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: AS RELAÇÕES DE FORÇA NA COMPOSIÇÃO DO ESTADO

Um estudo sobre as lutas dos trabalhadores deve levar em consideração o papel que o Estado desempenha, pois suas agências atuam sobre a sociedade regulando, julgando, punindo, enfim, estabelecendo limites dentro da ordem vigente naquela sociedade e no período histórico enfocado.

Mas conceber as agências de controle, como a polícia e o exército que executam o monopólio da repressão por ele exercido, ou o judiciário e as estruturas de registros e fiscalização, em suma, toda a estrutura de funcionários, regras e regulamentos que constituem a parte burocrático-administrativa do Estado estrito senso, como limites da atuação estatal se mostraram insuficientes para dar conta das complexas relações entre o Estado e a sociedade civil.

Ao analisar *O Príncipe*, de Maquiavel, Antônio Gramsci propõe de forma criativa sua releitura

como uma exemplificação histórica [...] de uma ideologia política que se apresenta, não como fria utopia, nem como raciocínio doutrinário, mas como uma criação da fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar sua vontade coletiva.⁵⁶

A partir deste movimento teórico, o príncipe passa a ser visto como um elemento catalisador necessário para conduzir *“um povo à fundação de um novo Estado”*.⁵⁷

⁵⁵ Ibid., p.131-132.

⁵⁶ GRAMSCI, Antônio. Maquiavel – a Política e o Estado Moderno, p.04, mimeo.

⁵⁷ Id.

A “fantasia concreta” se revela na medida em que a obra estende seu sentido como um verdadeiro “manifesto político”, revelando o moderno príncipe não como uma pessoa real, mas como *“um organismo, um elemento complexo de sociedade no qual já se tenha iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação”*⁵⁸. E conclui:

Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais.⁵⁹

A proposta de Gramsci é criar um instrumental teórico capaz de captar o movimento histórico em seu devir, no caso, o processo de construção das premissas intelectuais, morais e culturais que servirão de base para a ação coletiva de criação do Estado moderno. E a relação entre sociedade civil e Estado está colocada sobre a base da luta dos interesses diversos das classes sociais.

Neste sentido, o partido não se restringe à ação política estrito senso de grupo formalmente constituído. *“Muitas vezes o Estado Maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma das frações, mas opera como se fosse uma força dirigente superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público”*.⁶⁰ Assim, um jornal ou um grupo de imprensa pode atuar como *“partidos”, “frações de partido” ou “funções de um determinado partido”*.⁶¹

Nesta relação dialética, *“a história de um partido não pode deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas esse grupo não é isolado; tem amigos, afins, adversários, inimigos”*.⁶² E conclui que *“só do quadro complexo de todo o conjunto social e estatal (e freqüentemente com interferências internacionais) resultará a história de um determinado partido”*.⁶³

O desenvolvimento das sociedades capitalistas, desenvolvimento aqui utilizado sem qualquer conotação positivista de evolução, mas no sentido de desenvolvimento das relações de produção e experiência cultural, como explicitaremos adiante, colocou a necessidade de agregar novas dimensões que ampliassem o conceito de Estado, agregando ao papel, por exemplo, do sistema

⁵⁸ Ibid. p.06.

⁵⁹ Id.

⁶⁰ Ibid., p.22.

⁶¹ Ibid., p.23.

⁶² Ibid., p.24.

⁶³ Id.

educacional, como formador e reproduzidor de valores do sistema, o da mídia, como precursor destes valores.

Como o Estado não é algo que paira sobre a sociedade organizando a atuação dos indivíduos de forma “neutra”, ao aprofundarmos nosso estudo sobre a luta de um segmento da classe trabalhadora, perceberemos como as tensões inerentes à luta de classes vão influenciar nas, ao mesmo tempo em que são influenciadas pelas, ações do aparato estatal.

Cada agência do Estado, assim como seu corpo de funcionários, será afetado pela tensão da luta de classes no interior da sociedade civil. Mais que isso, é essa tensão que irá constituir as relações materiais das instâncias de ação do Estado, sendo ele próprio uma relação cambiante de acordo com as correlações de forças nos momentos históricos, no que pese sua tendência à conservação e sua autonomia relativa, aberto a rupturas e descontinuidades.

Quando, numa greve de trabalhadores, a polícia (ou o exército, como já foi moda) reprime os grevistas em nome da garantia da propriedade privada do patrão, é fácil percebermos que o Estado está agindo em prol de um lado, no caso, o do capital. Quando a mídia divulga os danos causados à população pela paralisação daquela atividade; as matérias pagas pelas entidades patronais ou veiculam opiniões dos articulistas “isentos” que analisam as perdas para a economia ou estabelecem comparações com outras categorias “menos privilegiadas”. Ou ainda quando o judiciário ameaça com o julgamento do dissídio e a decretação da ilegalidade do movimento, as relações do Estado, em seu sentido ampliado, com o poder das classes dominantes fica patente.

Mas, e naqueles casos em que a greve transcorre sem a repressão policial direta? Quando na mídia surgem matérias demonstrando a dimensão dos lucros dos empresários daquele setor em contraposição a outros setores do capital, ou até às perdas dos trabalhadores? Quando, nos discursos dos parlamentares em apoio aos grevistas ou aos patrões, repercute no parlamento a disputa dos interesses em contraposição?

Como vivemos em uma sociedade capitalista complexa, para respondermos a estas questões somos levados a lançar mão de outros elementos de análise da correlação de forças existente naquele dado momento na sociedade, das relações econômicas e políticas em jogo, dos interesses das frações de classe em

concorrência, dos elementos de ordem cultural/ideológica preponderantes naquele momento histórico.

Certamente não se trata de dizer que, no primeiro exemplo da repressão policial direta aos grevistas, todas essas questões já não estivessem colocadas. Mas o que buscamos destacar é que, nas sociedades capitalistas contemporâneas, as situações concretas colocam certas sutilezas que exigem um instrumental teórico capaz de dar conta de elementos, muitas vezes contraditórios, que estão na base da relação entre a sociedade civil e o Estado.

Ao analisar o modo de organização racional fordista do trabalho nas indústrias americanas do início do século XX, Gramsci antevê que os métodos de exigência de qualificação para os operários deveriam se generalizar, a partir de um longo processo de mudanças nas condições sociais e nos costumes e hábitos individuais. Para ele, estas mudanças não se realizariam “apenas através da ‘coerção’, mas só através da combinação da coação (auto-disciplina) com a persuasão, inclusive sob a forma de altos salários”. Mas adverte que

logo que os novos métodos de trabalho e de produção se generalizarem e difundirem, logo que o tipo novo de operário for criado universalmente e o aparelho de produção se aperfeiçoar mais ainda, o turnover excessivo será automaticamente limitado pelo desemprego em larga escala, e os altos salários desaparecerão.⁶⁴

Nesta análise das tendências do desenvolvimento dos métodos de controle da força de trabalho, encontramos alguns elementos que demonstram a importância de uma teoria que dê conta das relações de produção material integrada à subjetividade das formações culturais e ideológicas. “*A coerção deve ser combinada com a persuasão e o consentimento [...] nas formas adequadas de uma determinada sociedade*”.⁶⁵ Significa dizer que o monopólio proporcionado pela utilização de novos métodos de produção ou de uma nova tecnologia, ao mesmo tempo em que traz mudanças no modo de produção, gera novas demandas da força de trabalho. Estas novas demandas vão exigir condicionamento físico, psicológico e novas habilidades técnicas que permitam sua reprodução sistemática.

E assim como as novas técnicas de controle gerencial buscam não a eliminação dos erros e defeitos na produção, mas o maior controle e previsibilidade

⁶⁴ GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno – Americanismo e Fordismo; p. 405, mimeo.

⁶⁵ Id.

dos processos, o capital cria também novas relações sociais que visam ao controle dos trabalhadores pela construção de valores que, uma vez assimilados, permitam que os conflitos inerentes à diferença entre os que detêm os meios de produção e aqueles que vendem sua força de trabalho, fiquem limitados e sejam previsíveis.

Mas esses processos de coerção, persuasão e consentimento não se limitam às relações diretamente ligadas à produção. Do chão da fábrica, do escritório ou da lavoura, transbordam para as relações do conjunto da sociedade, atravessando todos os segmentos e conformando novas relações sociais. E é através do Estado que a classe dominante generaliza e reproduz sua dominação, estabelecendo a sua hegemonia não só pela coação policial, mas também como consentimento ativo pelo sistema educacional, através das mídias de comunicação de massas, pela formação de valores culturais a serem assumidos pelo conjunto da sociedade.

O Estado, portanto, deve ser tomado como a condensação material dessas relações, assumindo um sentido ampliado em que engloba e coordena a reprodução do sistema capitalista de forma necessária e não como uma exterioridade.

Voltando ao nosso exemplo, quando a polícia reprime uma greve, é claro que há na sociedade uma série de elementos complexos que resultam na possibilidade de uma ação direta, no caso repressiva, do Estado sobre uma classe ou segmento de classe. Mas se essa situação tem o condão de colocar a nu a politização da questão, mostrando o Estado como agente do interesse de uma dada classe ou fração de classe, a segunda situação demonstra que o Estado não funciona como um bloco monolítico. Mesmo porque a decisão de reprimir ou não uma greve vai gerar seus desdobramentos, não só para os trabalhadores e patrões envolvidos no conflito, mas na própria sociedade política ou Estado, que é atravessado pelas repercussões dos conflitos existentes na sociedade civil.

É comum vermos em trabalhos de cientistas sociais e historiadores, e até em matérias jornalísticas, o Estado ser apresentado como um protagonista independente na história, um “ser-para-si” dotado de vontade própria e exterior aos conflitos sociais. A sociedade civil, por sua vez, é apresentada como um amontoado fragmentário de elementos frágeis, que necessitam de algo que os organize e conduza, como um líder carismático que, no essencial, encarne o próprio Estado. Muitas das análises que encontramos na historiografia mais difundida se limitam a fotografar a realidade, a descrever os acontecimentos de forma estática, enquadrando os diversos planos a partir de visões apriorísticas, muitas vezes

mistificadoras, em sínteses que relacionam eventos de momentos históricos diferentes como continuidades, como se houvesse uma relação genética atávica entre os acontecimentos.

Esta vertente tende a apresentar a formação do Estado brasileiro não como a resultante dos diversos conflitos sociais que transcorreram ao longo de nossa história, mas como a intervenção de Elites pensantes que, a partir dos postos que ocupavam no aparelho de Estado, ordenaram e conduziram a sociedade, dando a ela a configuração de nação.

Como exemplo desta vertente, podemos citar José Murilo de Carvalho em “A Construção da Ordem – A Elite Política Imperial”, que vê na tradição patrimonialista portuguesa transplantada para a colônia, a origem da formação de uma burocracia de Estado que, possuindo uma formação cultural e política mais “progressista” para a época, logrou construir um projeto de nação superior às concepções que vigoravam na sociedade brasileira de então que, frágil desde sua origem, necessitou de um Estado forte, com um projeto autônomo em relação a uma sociedade civil que carecia ser tutelada por este.

Neste rumo, interpreta que “*a manutenção da escravidão, um compromisso da elite com a propriedade da terra*”⁶⁶, teria reduzido as possibilidades de mobilidade social, restando para os segmentos “*marginais do sistema econômico agrário-escravista*”⁶⁷ ocupar os empregos públicos existentes no aparato burocrático do governo. Assim, a dificuldade de modernização do Estado brasileiro é colocada como fruto da dependência de uma elite de formação coimbrã “*da produção agrícola de exportação*”, o que representava “*um sério limite a sua (do Estado) liberdade de ação*”.⁶⁸

É importante destacar que ficam fora desta análise as contradições entre os segmentos das classes ligadas à economia agrário-exportadora, baseada na exploração da força de trabalho escrava, e outros segmentos de classe que se alinharam à luta abolicionista, que marcou profundamente os debates e a luta política no Brasil por longo período. Ficam de fora também as iniciativas dos próprios negros, escravos ou libertos; as inúmeras revoltas e fugas, organizadas muitas vezes com apoio militante de trabalhadores livres, inclusive imigrantes, de

⁶⁶ CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem – A Elite Política Imperial, p. 37, mimeo.

⁶⁷ Id.

⁶⁸ Ibid., p.38.

intelectuais, clérigos e artífices; a extensa rede de associações, clubes, jornais, fundos beneficentes, etc. Somadas às inúmeras ações internacionais sobre o Estado brasileiro, no sentido de pressionar por definições de ordem política e econômica de acordo com os interesses das nações hegemônicas, são esses movimentos das classes e segmentos de classe que dão a real conformação e orientam a ação do Estado brasileiro.

A ideologia dominante, que o Estado reproduz e inculca, tem igualmente por função constituir o 'cimento interno' dos aparelhos de Estado e de seu pessoal. Esta ideologia é precisamente a do Estado neutro, representante da vontade e do interesse gerais, árbitro entre as classes em luta: a administração ou a justiça acima das classes, o exército pilar da nação, a polícia garantia da ordem republicana e das liberdades dos cidadãos, a administração motor da eficiência e do bem-estar geral".⁶⁹

Partindo de uma concepção que naturaliza as relações sociais e desenha uma cisão entre Estado e Sociedade Civil, esta historiografia faz mais do que uma opção teórico-metodológica, uma opção política, que tem servido a muitos interesses em conjunturas diversas, como veremos a seguir. Ao apresentarem as ações do Estado como se não fossem fruto de pressões e contra-pressões de classes e frações de classe, como se o Estado fosse algo da natureza, que se comporta por regras próprias que ora devem ser cultivadas, ora podadas para o "bem comum", constroem um discurso ideológico onde o Estado é apresentado ora como uma positividade, como o estruturador da sociedade acima de seus conflitos, ora como negatividade, defendendo a necessidade de uma maior autonomia da sociedade civil, esta em geral tendo como referência o "mercado", em relação ao Estado burocrático, centralizador, intervencionista, etc.

Neste sentido, e levando em consideração algumas conjunturas políticas da história recente de nosso país, podem servir para legitimar tanto a necessidade de um Estado forte e condutor da sociedade civil débil, como no caso da ditadura militar implantada com o golpe de 1964, que gerou vinte anos de repressão política e ampliou a concentração de renda e a dependência externa do país, quanto a necessidade de reduzir o Estado ao mínimo, que serviram de base aos discursos do chamado neoliberalismo da era Collor/FHC, deixando como saldo as privatizações indiscriminadas, a desregulamentação da atividade econômica e o aumento brutal do desemprego.

⁶⁹ POULANTZAS, Nicos. O Estado, o Poder, o Socialismo. p. 179, mimeo.

Mas este maniqueísmo pode também apresentar o Estado como “objeto”, como uma estrutura vazia de atores sociais que, uma vez dominada por uma classe ou fração específica, passa a impor sua dominação sobre o conjunto da sociedade de forma mecânica. Esta visão, presente em algumas tendências de esquerda com atuação no movimento operário, há muito vem se mostrando insuficiente para dar conta das relações complexas da sociedade contemporânea, sobretudo na atual fase de desenvolvimento do capitalismo monopolista.

A visão do Estado como “objeto”, que tem sua origem nas análises elaboradas pelo movimento revolucionário a partir das experiências de tipo jacobino de 1789 (Termidor), se materializou no conceito da chamada “revolução permanente”, como *“fórmula própria de um período histórico em que não existiam ainda os grandes partidos de massa e os grandes sindicatos econômicos”*.⁷⁰

A maior concentração de trabalhadores no campo e do poder político em poucas cidades; o desenvolvimento ainda incipiente do aparelho estatal e uma maior autonomia da sociedade civil em relação a este e das economias nacionais no quadro das relações econômicas do mercado mundial, eram características deste Estado, compondo um quadro onde a repressão, a centralização das decisões e a própria fragilidade da sociedade opunham de forma mais definida as contradições dos interesses de classe.

A expansão colonial européia marca não só o período de avanço do capitalismo em sua fase imperialista, mas também a modificação daqueles elementos que até então caracterizavam as relações entre o Estado e a sociedade civil, tornando mais complexas suas relações de organização internas e externas. Segundo Gramsci, *“a fórmula jacobino-revolucionária da ‘revolução permanente’ é elaborada e superada na ciência política pela fórmula de ‘hegemonia civil’*”.⁷¹ A partir desta caracterização, desenvolve o conceito de “guerra de posição”:

Na estrutura de massa das democracias modernas, tanto as organizações estatais como o complexo de associações na vida civil constituem para a arte política o mesmo que as “trincheiras” e as fortificações permanentes da frente na guerra de posição: elas fazem com que seja apenas “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra.⁷²

Considerar o Estado a partir dos conflitos entre sujeitos coletivos organizados, sujeitos que lutam pela hegemonia de seus projetos coletivos, para se fazerem

⁷⁰ GRAMSCI, Antônio. Introdução ao Estudo da Filosofia do Materialismo Dialético, p. 91.

⁷¹ Id.

representar na sociedade política ou Estado em seu sentido estrito, nos parece uma abordagem mais abrangente, capaz de dar conta de uma gama maior de situações para a construção de uma teoria apoiada numa prática mais coerente com a dinâmica necessária à construção de um projeto contra-hegemônico classista.

O filósofo Walter Benjamin escreveu que *“Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que está sempre procurando dominá-la”*⁷³, para *“fazer explodir o continuum da história”*⁷⁴. Ele chamava a atenção para a tendência de se ligar a idéia de progresso como desenvolvimento das forças produtivas à própria natureza do capitalismo.

Para Josep Fontana, *“confundir o capitalismo com o desenvolvimento das forças produtivas fez com que se esquecesse que sua essência não reside na maximização do produto, mas sim na do ganho”*.⁷⁵ Esta “confusão” teórica que tende a naturalizar a idéia de “progresso” e secundarizar a luta de classes, está presente nas concepções que colocam o socialismo como consequência necessária do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, atribuindo à classe operária o papel de *“salvar as gerações futuras”*.⁷⁶

A idéia de um progresso da humanidade na história é inseparável da idéia de sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo. A crítica da idéia de progresso tem como pressuposto a crítica dessa marcha.⁷⁷

Seus defensores tendem a anunciar, a cada crise econômica, o dobrar dos sinos marcando o fim do capitalismo e início de uma nova era. Mas tanto as cíclicas crises econômicas quanto o desemprego, as guerras e a extensão da pobreza, que não se encaixam na linha evolucionista de “progresso”, não são “aberrações” nem denotam a crise do sistema, *“porém resultam perfeitamente normais na lógica interna do capitalismo como forma de exploração”*.⁷⁸

Assim, sem apartar o Estado da Sociedade Civil, sem considerá-lo como sujeito ou objeto, mas, numa interação dialética, como “condensação das relações sociais”, sendo atravessado pelas relações de classe existentes no contexto

⁷² Ibid., p.92.

⁷³ BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito da História. Tese 6. p.224.

⁷⁴ Ibid., Tese 15. p.230.

⁷⁵ FONTANA, Josep. História: análise do passado e projeto social. p.262, mimeo.

⁷⁶ BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito da História. p.229.

⁷⁷ Id.

⁷⁸ FONTANA, op. cit., p.263.

histórico, a incorporar os conflitos e operar ações resultantes destes, será possível detectar as relações profundas que ocorrem tanto no Estado como na sociedade.

É necessário repolitizar nosso exame do presente, reintroduzindo nele a consideração do Estado, que desempenha um papel fundamental no próprio funcionamento da economia, nem mero instrumento repressivo da burguesia, nem “instância autônoma”.⁷⁹

Entender, pois, o Estado a partir das conformações que a luta de classes gera na estrutura da sociedade civil, da tensão que opõe interesses de classes ou frações de classes em luta por ocupar posições na disputa pela hegemonia, passa não só pela compreensão da complexidade dos interesses propriamente das relações de produção em disputa, mas dos valores que são construídos para apoiar a dominação exercida por certa classe ou fração na sociedade.

A “ossatura material do Estado”, nos termos de Poulantzas, é atravessada constantemente pela tensão da disputa dos diversos projetos que constroem valores culturais, conceitos ideológicos que permitem consensos pontuais a apoiar sua dominação. Para Poulantzas,

Uma teoria do Estado capitalista não poderia construir seu objeto pela referência apenas às relações de produção, como se a luta de classes só intervisse nas formações sociais como simples fator de variação ou concretização desse Estado, tipo ideal, em tal ou qual Estado concreto.⁸⁰

Através principalmente da educação formal e das mídias, estes valores construídos são difundidos pela sociedade, estabelecendo parâmetros de conservação ou mudança. As diversas instituições ou agências da sociedade e do Estado são atravessadas constantemente pelas disputas entre projetos, independentemente da orientação hegemônica estabelecida, replicando internamente a tensão da luta de classes de forma desigual no conjunto do Estado ampliado.

Nesta perspectiva, o Estado é tratado não como algo acabado e monolítico, mas como processo em constante construção, aberto a rupturas, a novas relações e às pressões de projetos contra-hegemônicos. *“A luta de classes está presente nos aparelhos de Estado, mesmo quando se expressa à distância: o pessoal de Estado está desde então, em razão de seu ser-de-classe, na luta de classes”*.⁸¹

⁷⁹ Id.

⁸⁰ POULANTZAS, op. cit., p.141.

⁸¹ Ibid., p. 178.

Num devir que se estabelece na e pela Sociedade Civil, que não se opõe à constatação de uma certa autonomia daquele em relação a esta, o lócus de definição da ação não está limitado ao espaço das instituições do Estado, tampouco à sua burocracia ou a uma elite com projetos ou valores próprios a imprimir à sociedade suas orientações, seja pela coerção ou pelo consenso.

A apreensão de que os homens, sujeitos de sua ação histórica, se organizam na sociedade civil constituindo o que Gramsci chamou de “aparelhos privados de hegemonia”, a partir dos quais constroem de forma articulada sua práxis social, influenciando na definição das políticas públicas, colocando seus quadros de “intelectuais orgânicos”, formuladores dos projetos da classe ou fração de classe a que se filiam, junto aos órgãos do Estado restrito para disputar e conduzir suas demandas, lança por terra teorias que têm por base a burocracia enquanto classe social, ou que apontam uma certa elite como elemento supra-social imune aos conflitos de interesses.

Vista deste ângulo, a Sociedade Civil constitui o Estado, onde se condensa toda a complexidade das relações de classe inerentes ao desenvolvimento histórico das sociedades capitalistas ocidentais. E o Poder, disperso na sociedade, se manifesta em cada prática cultural e ideológica que organiza a ação política nos aparelhos privados de hegemonia e contra-hegemonia. Desta forma, a construção da contra-hegemonia passa pela luta por transformar, além das relações de produção, as relações culturais ou ideológicas na sociedade civil.

Neste ponto, cabe uma consideração quanto às tentativas, muito em voga nos autores “pós-modernos”, de mistificação do conceito de Sociedade Civil, apresentada como a resultante do desencanto com as grandes narrativas totalizantes, como o espaço onde tudo ocorre de forma fragmentária e, assim, desvinculada do sistema que justamente lhe dá liga e marca a possibilidade de ruptura – o capitalismo. Para Ellen Wood,

Um respeito sadio pela diferença e a diversidade, pela pluralidade das lutas contra os vários tipos de opressão, não nos obriga a descartar todos os valores universalistas aos quais o marxismo, em sua melhor expressão, sempre esteve ligado, ou a abandonar a idéia de uma emancipação humana universal.⁸²

Superdimensionando os elementos de descontinuidade, a linguagem, a cultura, os discursos e as diferenças em detrimento das desigualdades de classe e

poder, a Sociedade Civil é apresentada de forma acrítica e novamente apartada do Estado, que representa a coerção ao livre desenvolvimento das relações voluntárias e “livres” dos entes individualizados, geralmente reguladas pelo mercado, que se afirmam por “identidades sociais” à margem das relações de classe, esvaziando a possibilidade de rupturas ou transformações contra-hegemônicas.

Por um lado, a negação da história em que se baseia está ligada a uma espécie de pessimismo político. Uma vez que não há sistemas ou história suscetíveis à análise causal, não podemos chegar à origem dos muitos poderes que nos oprimem. Nem tampouco aspirar a algum tipo de oposição unificada, de emancipação humana geral, ou mesmo uma contestação geral do capitalismo, como os socialistas costumavam acreditar; o máximo que podemos esperar é um bom número de resistências particulares e separadas.⁸³

As teorias que apontam a pós-modernidade como uma mudança de época, contraditoriamente baseadas na negação da própria história, tendem a negar, num relativismo radical, qualquer possibilidade de totalização ou universalização características do sistema capitalista, realçando a natureza fragmentária do mundo, a impossibilidade de causalidades ou de identidades sociais comuns (classes), nem de experiências ou interesses, somente havendo fragmentos e contingências, conseqüentemente a falta de bases para solidariedades e ações coletivas.

1.3) O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL – ANOS 80 E 90

A acumulação flexível

Em nossa abordagem, consideramos que o tema da Reestruturação Produtiva não se restringe à emergência dos novos padrões tecnológicos introduzidos na produção de bens e serviços, de forma intensiva e extensiva, a partir da ampla utilização da automação microeletrônica. Partindo da constatação de que as mudanças operadas a partir da chamada Terceira Revolução Industrial (ou Tecnológica) estão historicamente condicionadas pelas relações entre capital e trabalho, tomaremos este processo como parte da ofensiva do capital no sentido de garantir a sua reprodução em novos patamares de acumulação em escala global.

⁸² WOOD, Ellen Meiksins. O Que é a Agenda “Pós-Moderna”? p.18.

⁸³ Ibid., p.15.

Neste sentido, enfocaremos a reestruturação produtiva como decorrência da lógica do capital sob a mundialização, inserida no processo histórico da luta de classes.

Em sua pesquisa sobre reestruturação industrial e novos padrões de produção, Mario Salerno assinala que:

Tais inovações têm sua lógica derivada de um contexto social, político e econômico marcado pelas crises financeira, de mercado (ou de concorrência intercapitalista) e social (conflitos capital-trabalho relativos à organização e controle da produção e do trabalho, e distributivo) que emergem nos anos 60 e 70, e colocam para as empresas novas necessidades de integração (para dar saltos de produtividade, necessários devido tanto ao acirramento da concorrência quanto aos entraves sociais colocados às formas tradicionais de organização da produção e do trabalho) e de flexibilidade (como forma de fazer frente a um ambiente – especialmente a um mercado – pouco previsível e com alta instabilidade). Daí surgir o paradigma da empresa integrada e flexível, contrapondo-se à empresa “taylorista-fordista”.⁸⁴

Na verdade, como ressaltamos ao abordar o tema da financeirização global, o foco irradiador das crises nos anos 60 e 70 pode ser encontrado nas condições por que passava a economia norte americana, com perda de produtividade e da competitividade relativa, sobretudo ante as economias japonesa e alemã. O esforço feito pelos Estados Unidos para retomar sua posição de nação hegemônica, dentro dum quadro de grande concorrência intercapitalista, gerou a chamada mundialização do capital, integrando de forma subordinada as economias dos países centrais às dos países periféricos. Com a predominância da financeirização surge a radicalização dos processos de flexibilização dos controles sobre os mercados financeiros, assim como a opção por compensar a diminuição do crescimento da economia mundial pelos ganhos de produtividade, liberando assim recursos para alimentar a especulação.⁸⁵

A ordem passa a ser produzir por menor custo, para um mercado mundializado, reduzindo custos com a força de trabalho e canalizando os recursos dos investimentos sociais, das políticas públicas, para garantir a manutenção do sistema financeirizado, agora sujeito a instabilidades maiores por parte dos movimentos especulativos. Conforme ressalta Giovanni Alves:

[...] o que torna a nova manifestação da categoria de flexibilidade algo essencialmente novo, em termos qualitativos, é a sua vinculação estrutural ao estágio, também recente, do desenvolvimento capitalista: a mundialização do capital. O predomínio da financeirização sob o capitalismo

⁸⁴ SALERNO, Mario Sergio. Reestruturação industrial e novos padrões de produção. 1992, p.3.

⁸⁵ Cf.: TAVARES, Maria da Conceição. MELIN, Luiz Eduardo. BRAGA, José Carlos de Souza. FIORI, José Luís. In Poder e Dinheiro – uma economia política da globalização, 1997.

mundial tende a incrementar a velocidade, intensidade e amplitude do ser-precisamente-assim do capital, propiciando um salto qualitativo em seu potencial ofensivo sobre o trabalho assalariado, fomentando a sua “robustez ontológica”. O capitalismo mundial sob a dominância financeira, a mundialização do capital, tende a promover a perpétua sublevação das condições de produção (e reprodução) das mercadorias. Por conseguinte, incrementa-se o poder das corporações transnacionais, verdadeiros “agentes” do capital em geral. São elas que tendem a impulsionar o novo modo de acumulação do capital – a “acumulação flexível”.⁸⁶

Como se pode apreender, padrões tecnológicos⁸⁷ estão sempre historicamente condicionados (assim como condicionam) às relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Neste sentido, *“tais padrões, associados a determinados parâmetros de concorrência entre empresas, podem ter desdobramentos em vários sistemas ou modelos de produção”*.⁸⁸ Porém, sua aplicação nos setores e nas empresas não se dará de forma homogênea, pois é também condicionada por fatores como a evolução desigual de suas estratégias de competição, ou a resistência dos trabalhadores à implantação de processos que gerem redução de pessoal ou sobrecarga de tarefas, assim como os vários elementos que compõem o padrão tecnológico emergente podem coexistir com padrões anteriores.

No caso do Brasil, estudos sobre os reflexos da introdução de novas tecnologias demonstram que ela foi pontual e direcionada por processos de racionalização econômica pela via da especialização produtiva. Ou seja, as empresas utilizaram os novos processos de produção flexível com objetivo de reduzir custos operacionais e de pessoal de forma direcionada, combinando as estruturas tradicionais com os novos elementos. Analisando os impactos da modernização produtiva sobre a redução dos empregos formais, Cláudio Dedecca destaca que:

As informações existentes sobre a Formação Bruta de Capital Fixo para o período recente sugerem uma retomada limitada do investimento no país, que, portanto, não sinaliza a ocorrência de uma modernização que pudesse varrer a estrutura econômica como um todo. O comportamento dessa variável é coerente com resultados que vêm sendo apresentados em

⁸⁶ ALVES, Giovanni. O Novo (e precário) Mundo do Trabalho, 2000, p.26.

⁸⁷ Como Padrões Tecnológicos, utilizaremos a conceituação proposta por Mario Salerno: “o conjunto de características relativas ao meio técnico e organizacional que respondem a situações sociais, políticas e econômicas dadas e vão se difundindo de forma heterogênea no tecido econômico, definindo uma trajetória tecnológica que baliza as escolhas empresariais”. SALERNO, op. cit., p.13. Agregaremos, no entanto, o aspecto cultural, na acepção gramsciana, como um dos elementos condicionantes, para efeito de nossos propósitos.

⁸⁸ SALERNO, op. cit., p.14.

estudos recentes, que apontam a ocorrência de uma modernização fortemente dominada pelas decisões de racionalização produtiva com a introdução pontual das novas gerações de equipamentos flexíveis (Cni/Cepal, 1997). Assim, a modernização corresponde a um movimento de especialização da estrutura produtiva brasileira com impactos negativos sobre o nível de emprego, que tendem não ser revertidos face o caráter particular que ela assume.⁸⁹

Passaremos à descrição de alguns dos elementos centrais deste padrão tecnológico emergente, destacando que suas características foram primeiramente desenvolvidas para a aplicação no setor secundário (industrial), ampliando posteriormente seu espectro para os setores primário e terciário (de serviços).

Automação Flexível

Vários estudos acerca dos processos de trabalho já tematizavam, desde o século XIX, questões como mecanização e automação, sobretudo a partir da aplicação da máquina a vapor na produção. Partindo dos valores de uso dos meios de produção, Coriat define que “os *princípios de operação e deslocamento estariam ligados à mecanização*”, enquanto “os *princípios de informação e regulação à automação*”. Salerno diferencia a automação fixa, de base eletromecânica, cuja “*mudança de seqüência implica em alteração física de equipamento, demorada e alto custo*”, da automação flexível, de base técnica eletrônica ou microeletrônica, alcançada pelo acoplamento das máquinas com os computadores e a informática, onde o programa de computador que controla as funções do meio de trabalho pode alterar a seqüência das operações de forma rápida e custos insignificantes.

Com a evolução da informática, dos grandes computadores (o ENIAC possuía 18 mil válvulas, pesava mais de 30 toneladas, mas operava menos dados que os telefones celulares atuais) ao desenvolvimento da aplicação dos processos da microeletrônica do estado sólido; da miniaturização dos componentes; dos *softwares*, protocolos e redes de comunicação, “a *informática passou a ser uma tecnologia chave na gestão da complexidade dos sistemas de produção*”.

A junção da informática com as telecomunicações, a telemática, possibilitou o compartilhamento de produto e processo e vem sendo largamente utilizada não só pela indústria, mas particularmente pelo sistema financeiro, no controle de operações à distância. Dada a ampliação de sua utilização, os indicadores de

⁸⁹ DEDECCA, Cláudio Salvadori. Reorganização das relações de trabalho no Brasil. A flexibilidade é a única alternativa? In Sindicalismo e Negociação Coletiva nos anos 90, p.157, mimeo.

eficiência nas telecomunicações são hoje considerados estrategicamente nas análises do estágio de desenvolvimento das economias nacionais.

Na análise dos processos de trabalho mediados pelos sistemas de automação flexível, Salerno adverte para uma questão essencial quanto às possibilidades colocadas para o trabalho vivo: como os sistemas informáticos trabalham a partir de modelos de representação do real, há uma série de limitações, hipóteses e restrições intrínsecas a cada modelo. Como *“a matéria-prima real não é homogênea, os sensores falham, a operação sai fora do modelo teórico – é aqui que entra o papel fundamental do trabalho direto na gestão da variabilidade e dos imprevistos produtivos”*.⁹⁰

[...] o sistema informático é pouco transparente, mas embute um modelo, uma pré-definição de como as coisas devem funcionar – um modelo organizacional. A análise das restrições dos modelos e do que trazem implícito em termos organizacionais é bastante relegada a segundo plano, apesar de ser uma questão central tanto do desempenho global do sistema produtivo em questão, quanto das possibilidades colocadas para o trabalho vivo.⁹¹

Esta constatação recoloca a questão teórica da centralidade da categoria trabalho nas sociedades contemporâneas, pois, apesar da redução quantitativa, e suas repercussões qualitativas, do trabalho real a partir do emprego da automação flexível, na prática, o trabalho continua sendo fator fundamental na produção, conforme abordamos em outra parte deste trabalho.

O trabalho humano de operação é fundamental em qualquer tipo de produção, por mais automatizada e informatizada que seja. A idéia de uma fábrica sem operários é nitidamente ideológica.[...] Para além das considerações do tipo “o trabalhador agora pensa”; “operário responsável”; esquemas participativos vistos como “democracia industrial”, de cunho nitidamente ideológico e que vêm se constituindo no senso comum do discurso gerencial (em muitas vezes do acadêmico também), buscamos uma caracterização da atividade de trabalho, do trabalho real na produção integrada e flexível, especialmente naquela caracterizada por um nível mais elevado de automação e/ou controle de processo.⁹²

Novos materiais e novos processos são empregados largamente na produção e transformação na indústria, nos serviços e no setor primário da economia. Plásticos especiais; fibras óticas e de carbono; supercondutores e *biochips*; a utilização industrial do laser; da biotecnologia; da química fina e da mecânica fina, entre outros, são elementos novos que hoje ganham difusão, ampliando as

⁹⁰ SALERNO. op. cit., pg. 15.

⁹¹ Id.

possibilidades e a heterogeneidade das relações de produção em sua intercessão com a produção social do conhecimento científico, tornando cada vez mais imprecisas as fronteiras entre trabalho intelectual e manual, trabalho vivo e trabalho morto.

Do ponto de vista das empresas, para atingir objetivos de flexibilidade e integração no sentido de atendimento rápido às demandas do mercado, aumento do giro do capital, redução de estoques e do custo financeiro e abertura de novos nichos de mercado pela capacidade de lançamento de novos produtos, as questões relativas aos aspectos organizacionais ganharam também novas dimensões, que influirão de forma contundente sobre o trabalho, com conseqüências avassaladoras sobre as relações sociais, políticas e culturais.

Neste sentido, a focalização e a descentralização têm sido estratégias organizacionais amplamente utilizadas pelas empresas, com objetivo de concentrar o foco de suas atividades, *“reduzindo o número de processos de transformação, tendendo a unidades produtivas menores, mais especializadas, voltadas a resultados e mais facilmente gerenciáveis”*.⁹³ Com a descentralização, horizontalização ou terceirização, a empresa deixa de produzir certos componentes ou realizar certos serviços e passa a comprá-los de fornecedores externos.

Com a focalização/descentralização, busca-se evitar ociosidades e atingir níveis “ótimos” de escala [...], reduzir custos administrativos e custos de desenvolvimento de produto e processos, transformar custos fixos em variáveis, obtendo uma mesma produção final com menor investimento [...], bem como maior controle do conflito nas relações de trabalho.⁹⁴

Na prática, a aplicação destes processos tem gerado situações até pouco tempo inimagináveis, como as chamadas “fábricas dentro de uma fábrica”. Numa visita que realizei à fábrica da Peugeot-citroën, situada no município de Porto Real, no sul-fluminense, verifiquei que dois modelos de veículos eram produzidos simultaneamente na mesma planta de fábrica, sendo que, entre eles, não havia qualquer peça em comum. Além disso, as duas fábricas francesas são concorrentes entre si no mercado mundial, sendo uma privada e outra estatal. Nas linhas de produção, pudemos verificar a existência de vários operários de firmas diferentes trabalhando no mesmo processo, cuja diferenciação só era percebida pela cor

⁹² Ibid., p.20.

⁹³ Ibid., p.17.

⁹⁴ Id.

diferenciada dos macacões que estes utilizavam. Huw Beynon descreve uma experiência bastante semelhante, só que na Inglaterra:

Quando visitei a fábrica da Nissan no nordeste da Inglaterra, notei que a limpeza estava a cargo de pessoas vestindo macacões de cores diferentes, homens a serviço de outra companhia. Quando indaguei sobre isso, fui informado: “Somos uma empresa de carros, não de limpeza”. Muitas fábricas fizeram o mesmo, reduzindo sua força de trabalho ao seu núcleo produtivo, contratando auxílio adicional quando necessário e subcontratando muitas operações acessórias.⁹⁵

Os programas de parceria, assim como os acordos entre empresas, programas de “envolvimento” e “participação” dos funcionários, são largamente utilizados com objetivo de buscar uma estabilização nas relações interempresariais e nas relações de trabalho. A redução dos níveis hierárquicos e a integração de áreas de gestão têm sido empregadas com objetivo de otimizar a administração, inclusive com a utilização do conceito de “gestão de negócios”, significando que cada segmento é, ao mesmo tempo, fornecedor e cliente dentro de uma gestão de produção integrada e menos departamentalizada.

Para se ter uma idéia do impacto que pode gerar uma mudança no processo de produção, como, por exemplo, a passagem de uma organização funcional tradicional, onde os equipamentos são agrupados pelo tipo (seções de tornos, de fresa, de retífica, etc), *“o que leva a um giro muito lento de capital circulante e a um grande volume de estoque intermediário”*, para uma tecnologia de grupo, onde um conjunto de máquinas são organizadas seqüencialmente de acordo com o fluxo produtivo de uma peça dominante (célula), Salerno fornece os seguintes dados:

Muitos resultados são surpreendentes: a Massey Perkins (hoje Maxion) de Canoas, Rio Grande do Sul, informa que obteve com a celularização reduções médias de 80% do material em processo, 40% da mão de obra, 40% do espaço ocupado, 70% do tempo de preparação de máquinas (*set up*) e 90% do percurso na fábrica. O sistema *just in time*, que incorpora as células e propõe uma forma de ordenar o fluxo de materiais e de informações na produção como um todo [...], não é uma panacéia universal [...], porém, há muitos indícios que nos levam a considerar a hipótese de tal sistema passar a ser (se já não passou) o paradigma para indústrias de produção em massa, tal como o fordismo o foi. Sem nunca esquecer que paradigma não se confunde com a realidade e com as trajetórias concretas de cada empresa.⁹⁶

No processo de produção puxado pela demanda, ou seja, diferentemente do processo anterior, em que se produzia em série grandes quantidades de produtos

⁹⁵ BEYNON, Huw. As Práticas do Trabalho em Mutação, 1997, p.12-13.

⁹⁶ SALERNO. op. cit., p.18.

bastante homogêneos, que eram estocados para posterior comercialização, o atual processo de produção tem na comercialização do produto sua ordem de produção, ou seja, seu *start* se dá a partir da demanda, o que exige grande flexibilidade na produção. Com isso, o tempo de atravessamento, que é o intervalo entre a ordem de produção e o término da confecção do produto, libera recursos no sentido de aumentar o giro do capital, além de possibilitar um ganho com a redução dos estoques.

Toyotismo e novas formas de acumulação de capital

É no início dos anos 80 que os novos conceitos de sistemas de produção flexível inspirados no modelo japonês começam a ser introduzidos nas empresas brasileiras. Num quadro de crise econômica e política do modelo implantado após o golpe de 1964, amplos setores sociais passam a manifestar suas aspirações pela democratização do país e o movimento sindical retoma sua vitalidade, com os movimentos grevistas dos metalúrgicos do ABC paulista e de outras categorias, dentre elas os bancários, ainda no final dos anos 70. Este momento, como ressaltava Giovanni Alves, é marcado por *“uma verdadeira ofensiva do capital, no plano da luta de classes, tendo em vista que, aproveitando a recessão, empresas demitiram lideranças operárias que se destacaram no ciclo grevista de 78 – 80”*.⁹⁷

Neste quadro, ganham cada vez maiores espaços nas empresas conceitos como participação, qualidade total, círculos de controle de qualidade (CCQ), automação flexível, *kanban*, *just in time*, entre outros. Dentre as modificações, que começam então a serem introduzidas nas indústrias multinacionais aqui instaladas, e que posteriormente ganharão outros setores, merecem destaque os círculos de controle de qualidade e o sistema de produção *just in time* (no momento certo) e *kanban* (cartão, bilhete). Para se ter uma idéia da dimensão que tomou no Brasil, em 1982 o país era o segundo do mundo capitalista em número de CCQs, atrás apenas do Japão!

Na prática, os círculos de controle de qualidade (CCQ) são pequenos grupos (seis a dez funcionários “voluntários” por “equipe” ou “time”), que periodicamente se reúnem com objetivo de analisar e apresentar idéias de melhorias ou modificações no processo de produção.

⁹⁷ ALVES, Giovanni. op. cit., p.126.

Sua origem no Japão, no início da década de 60, costuma ser associada à péssima qualidade dos produtos japoneses do pós-guerra. O contexto, semelhante à situação brasileira [...]: crise econômica, introdução de inovações tecnológicas, grandes greves operárias, tudo isso após o “afastamento” de líderes e ativistas políticos e sindicais no episódio conhecido como “expurgo vermelho”.⁹⁸

Cada equipe ou time, em geral formada por trabalhadores da mesma seção ou setor, recebe orientações quanto à utilização de metodologia para a análise de problemas e situações com relação ao desenvolvimento operacional do sistema ao qual estão ligados. Reúnem-se, em média, quinzenalmente por uma hora, e as reuniões são fora do local de trabalho. *“O CCQ não implica mudança nas relações de chefia; o coordenador de CCQ não é ‘chefe’ dos trabalhadores, pois continuam subordinados à hierarquia forma”*. Não há, portanto, alteração no sistema hierárquico, nem o CCQ representa alterações no processo de trabalho cotidiano, pois não se trata de trabalho em grupo. Trata-se de produzir um espaço, muitas vezes fora da jornada normal de trabalho, para debater mudanças no sentido de melhorar a “qualidade” dos produtos, no sentido de qualidade de projeto (*“grau em que o produto satisfaz às necessidades do usuário”*) e qualidade de conformação (*“grau em que o produto é produzido de acordo com o especificado”*).⁹⁹ Na verdade, a segunda acepção de qualidade é a que prevalece, com o objetivo de reduzir o nível de peças rejeitadas por se encontrarem fora do padrão predefinido, ou seja, redução de custos de produção.

Essa afirmação pode ser avaliada por estudo sobre os temas desenvolvidos pelos círculos, a partir de levantamento de 1.762 trabalhos apresentados em 18 empresas, que, apesar de suas limitações técnicas, dá uma idéia dos CCQs como *“instrumento empresarial que visa antes a redução de custos do que qualquer outra coisa”*.

NÚMERO DE EMPRESAS CONSIDERADAS	18
TRABALHOS DE CCQ ANALISADOS	1.762
TEMAS:	
Redução de custos	74%
Qualidade	18%
Segurança	4%
Condições de trabalho	8%
Outros	3%

Fonte: SALERNO, Mario Sérgio. Produção, Trabalho e Participação: CCQ e kanban numa nova imigração japonesa. 1985, p.184.

⁹⁸ SALERNO, Mario Sérgio. Produção, Trabalho e Participação: CCQ e kanban numa nova imigração japonesa. 1985. p.181.

⁹⁹ Ibid., p.183.

É interessante notar que o discurso geral para a emulação dos círculos é o da necessidade da participação, de “vestir a camisa da empresa”, dar a sua contribuição, democratizar os processos. Estimula-se ainda a competição entre os “times”, com premiações em dinheiro, churrascos, viagens, festas e outros tipos de “incentivos” para aqueles que se destaquem. Uma publicação de coordenadores de círculos de controle de qualidade (IDORT), define esses círculos como “a fusão de esforços a serviço da comunidade empresarial”.

Como vimos, em tempos de crise mundial, a disputa por mercados leva as empresas a investirem na diversificação dos produtos para atender às variações de quantidade e às mudanças de comportamento dos consumidores. Isso requer uma flexibilidade a que o processo de produção fordista/taylorista não respondia. Para aumentar a produtividade e reduzir os estoques de matérias-primas, foram introduzidas mudanças no sistema de trabalho e de informações no sentido de produzir o necessário, na quantidade necessária e no momento necessário. Assim pode ser resumida a “filosofia” do *just in time*, que se apóia no sistema de informações fornecido pelo *kanban*.

A filosofia de atendimento ao mercado dá aos Departamentos de Venda o papel de detonadores do processo produtivo. [...] Dentro da própria fábrica, o fluxo deve ser olhado do fim para o começo: a linha de montagem é que solicita aos departamentos precedentes que tipo de peças necessita com vistas a atender às vendas. [...] A respeito dos padrões de produção, há um claro aprofundamento da racionalização tradicional. Procura-se eliminar porosidades ou tempos “improdutivos”; o método de trabalho é produzido externalizadamente e o operário pode apresentar sugestões que, uma vez decididas pela administração, tornam-se normas.¹⁰⁰

Para Salerno, os sistemas *just in time* significam uma nova estratégia de acumulação, onde a maximização do uso das máquinas, do capital fixo, é substituída pela estratégia da redução do produto em processo, caracterizada pela circulação rápida do capital e redução de estoques. Como registra Ricardo Antunes:

Se no apogeu do taylorismo/fordismo a pujança de uma empresa mensurava-se pelo número de operários que nela exerciam sua atividade de trabalho, pode-se dizer que na era da acumulação flexível e da “empresa enxuta” merecem destaque, e são citadas como exemplos a ser seguidos, aquelas empresas que dispõem de menor contingente de força de trabalho e que apesar disso têm maiores índices de produtividade.¹⁰¹

¹⁰⁰ Ibid., p.191-201.

¹⁰¹ ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho – Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho, 1999. p.53.

Podemos, então, resumir, para os objetivos a que nos propomos, que o toyotismo, “como sistema de organização da produção inovado e altamente integrado”¹⁰² (Sayer, 1986:50- 1), tem como elementos centrais que o diferenciam do fordismo: uma produção altamente diversificada e vinculada à demanda; organização do trabalho em equipe, baseado na multifuncionalidade e flexibilidade do processo produtivo; otimização do tempo de produção e redução dos estoques pelo sistema just in time/kanban; formação de complexos produtivos, através de parcerias e terceirização, com estruturas horizontalizadas e focalizadas; onde

essa horizontalização [...] [acarreta] a expansão dos métodos e procedimentos para toda a rede de fornecedores. Desse modo, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, kanban, just in time, kaizen, team work, eliminação de desperdício, “gerência participativa”, sindicalismo por empresa, (...) são levados para um espaço ampliado do processo produtivo.¹⁰³

E, por fim, o investimento na emulação dos trabalhadores para capturar seus conhecimentos no sentido da melhoria da produtividade, através dos círculos de controle de qualidade (CCQ); redução dos níveis hierárquicos e fragmentação na composição salarial.

Como conseqüências da implantação deste novo modelo (que nunca é demais lembrar que não eliminou totalmente o sistema taylorista/fordista e, como modelo, sua aplicação se dará de forma diferenciada nas empresas, ramos e países), temos uma intensificação da exploração da força de trabalho pelo capital, com profundas mudanças nas relações de trabalho e emprego, caracterizadas por um crescimento do número de trabalhadores desempregados ou submetidos a um sem-número de formas de trabalho parcial e/ou precário, constituindo o que Alves denominou como “o novo e precário mundo do trabalho”.

Neste sentido, Alves destaca que, ao alcançar, nos anos 80, um poder ideológico estruturante, capaz de determinar o sentido e a direção do processo de reestruturação da economia mundial, o Toyotismo passou a representar o “momento predominante” deste processo. Superando sua gênese sócio-histórica e cultural, ligada à realidade do desenvolvimento do capitalismo japonês, o novo método de

¹⁰² SAYER, Andrew. New Developments in Manufacturing: The Just-in-Time System, 1986, p. 1-50. apud ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho, 1999.

¹⁰³ ANTUNES. op. cit. p.55.

gestão da produção assumiu valor universal para o capital em processo, no quadro das novas condições de concorrência e valorização do capital.

Tornando-se adequado às exigências da nova base tecnológica microeletrônica, que exige uma nova subordinação formal-intelectual do trabalho em relação ao capital, e à nova estrutura de concorrência capitalista na perspectiva de “mercados restritos”, são seus protocolos organizacionais e institucionais, com o sentido de capturar a subjetividade operária para a lógica da produção e reprodução do capital mundializado, que constituem seu significado e diferencial em relação ao fordismo/taylorismo (Alves, 2000).

A existência de um grande contingente de trabalhadores desempregados ou subempregados tem atingido a capacidade de resistência e de luta da classe trabalhadora, que vê suas conquistas históricas subordinadas a uma escalada pela flexibilização das relações de trabalho e emprego e das legislações de defesa do trabalho em relação ao capital, com forte impacto sobre os sindicatos em todo o mundo. Como ressalta Huw Beynon:

Está claro que a antiquada força de trabalho característica dos anos 50 foi severamente atingida. A dos anos 90 é composta por um sem-número de diferentes tipos de empregados: trabalhadores de tempo parcial (part-time-workers), temporários (temporary-workers), de emprego casual (casual-workers) ou mesmo por conta própria (self-employed-worker). Ao adentrarmos o século XXI, esses trabalhadores hifenizados estarão se tornando uma parte cada vez mais significativa da economia.¹⁰⁴

A redução de postos de trabalho no setor industrial tem, então, seu sentido clarificado se levada em conta que a diretriz pela redução drástica de empregados no setor está ligada à opção pela estruturação da concorrência intercapitalista na perspectiva de “mercados restritos”. Ou seja, abandonada a concepção anterior de produção em massa para um mercado de massa, da qual o modelo do fordismo/taylorismo foi a expressão, o modelo toyotista passa a assumir a proeminência, no sentido que potencializa a produtividade crescente de uma indústria puxada pela demanda de um mercado mais diversificado e com alta taxa de volatilidade, onde os produtos são rapidamente substituídos por novos lançamentos, onde qualidade não significa necessariamente perenidade, mas está mais ligada às variações de um mercado cada vez mais restrito, ávido por novidades.

¹⁰⁴ BEYNON, Huw. As Práticas do Trabalho em Mutação, 1997, p.14.

Como na chamada primeira revolução industrial, a utilização de novas tecnologias, sobretudo a robótica e a informática, faz com que as máquinas (robôs e computadores) eliminem postos de trabalho e profissões tradicionais. Porém, o ritmo em que este fenômeno tem se colocado é ampliado pela falta de perspectiva de reposição dos postos perdidos, sobretudo no setor industrial. Aos processos de enxugamento (*downsizing*) ou ajuste da máquina (*highsizing*), somam-se a terceirização e o trabalho em tempo parcial, aumentando a carga de trabalho dos trabalhadores que permanecem e criando um processo de precarização das relações de trabalho, com claros retrocessos em relação à situação anterior.

Inicialmente, décadas atrás, esses postos de trabalho (precarizado) eram prioritariamente preenchidos pelos imigrantes. [...] Mas hoje sua expansão atinge também os trabalhadores remanescentes da era da especialização taylorista/fordista, [...] atingindo diretamente os trabalhadores dos países centrais que, com a desestruturação crescente do *Welfare State* e o crescimento do desemprego estrutural e da crise do capital, são obrigados a buscar alternativas de trabalho em condições muito adversas, quando comparadas às existentes no período anterior. [...] Atinge também, ainda que de modo diferenciado, os países subordinados de industrialização intermediária, como Brasil, México, Coréia [...] que, depois de uma enorme expansão de seu proletariado industrial nas décadas anteriores, começaram a presenciar mais recentemente significativos processos de desindustrialização e desproletarização, tendo como consequência a expansão do trabalho precarizado, parcial, temporário, terceirizado, informalizado etc.¹⁰⁵

O crescimento registrado no setor de serviços a partir dos anos 80, sobretudo o setor financeiro, além de insuficiente para dar conta do enorme exército de reserva de mão-de-obra, tanto quantitativa como qualitativamente, já que o novo modelo exige um trabalhador mais qualificado para dar conta das multi-funções exigidas, pode sinalizar o rumo em que o emprego está se deslocando pela opção do capital de servir a um mercado cada vez mais restrito. Só na Grã-Bretanha, por exemplo, o crescimento dos serviços financeiros, associado ao empréstimo e investimento de dinheiro, fez com que, em 1995, mais da metade das regiões auferissem melhores resultados do setor financeiro que os da indústria. Além disso, no mesmo ano, o número de empregados em hotéis e indústrias de entretenimento (1,25 milhão), superou o total de da força de trabalho de quase todas as indústrias ligadas à manufatura tradicional.¹⁰⁶

¹⁰⁵ ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho – Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. Boitempo Editorial, São Paulo, 1999. pág.105.

¹⁰⁶ BEYNON, op. cit., p.13.

Na Inglaterra e nos Estados Unidos, cresceram as formas atípicas de emprego. No caso do emprego part-time, o número de postos aumentou, na Inglaterra, entre janeiro e setembro de 1993, em mais de 100 mil, enquanto os empregos *full-time* caíram em 40 mil. Em todos os países da OCDE, a maioria dos empregos parciais é exercido por mulheres. [...] Atualmente, o aumento das chamadas formas atípicas de emprego implica a precarização dos postos de trabalho.¹⁰⁷

Evolução do Emprego *Part-Time*

		1979	1983	1990
Estados Unidos	% do Emprego Total	16,4	18,4	16,9
	Participação Feminina	68	66,8	67,6
Reino Unido	% do Emprego Total	6,4	19,4	21,8
	Participação Feminina	92,8	89,8	87
França	% do Emprego Total	8,2	9,7	12
	Participação Feminina	82,2	84,4	83,1
Espanha	% do Emprego Total	-	-	4,8
	Participação Feminina	-	-	77,2
Itália	% do Emprego Total	5,3	4,6	5,7
	Participação Feminina	61,4	64,8	64,7
Alemanha	% do Emprego Total	11,4	12,6	13,2
	Participação Feminina	91,4	91,9	90,5
Suécia	% do Emprego Total	23,6	24,8	23,2
	Participação Feminina	87,5	86,6	83,7
Japão	% do Emprego Total	15,4	16,2	17,6
	Participação Feminina	70,1	72,9	73

Fonte: OIT (1994). BNDES, 1994. Apud. NUNES & SORIA, 1996, p.274.

Neste quadro, onde cresce ainda o número de empregados por conta própria e amplia-se a participação de mulheres no mercado de trabalho, o que, a rigor, não tem significado melhoria de condições de vida e trabalho, mas uma exploração ampliada, tanto em termos salariais como em relação às funções que estão sendo destinadas às mulheres, direitos e conquistas históricas são duramente golpeados ou suprimidos e o estranhamento do trabalho é ampliado por meio dos processos de apropriação do saber e do fazer operário pelo capital: Nas palavras de Antunes: *“Este pensa e faz pelo e para o capital. É a manipulação da fábrica levada ao extremo”*.¹⁰⁸

Quanto ao aumento significativo da participação das mulheres no mercado de trabalho, como dissemos, tem sido absorvido pelo capital preferencialmente nas funções *part time*, precarizadas e desregulamentadas, superando em alguns países o contingente masculino na composição da força de trabalho. Com menor remuneração em média, menos direitos e piores condições de trabalho, as mulheres

¹⁰⁷ NUNES, Christiane Girard Ferreira e SORIA, Anália L. Crise econômica e crise na cultura do trabalho, 1996. p.262.

¹⁰⁸ ANTUNES, Ricardo. Trabalho, Reestruturação Produtiva e algumas Repercussões no Sindicalismo Brasileiro, 1997; p.72.

são geralmente aproveitadas, no trabalho fabril, nas funções mais rotinizadas e que exigem trabalho mais intensivo. Helena Hirata acentua que:

Considerar o trabalho doméstico e assalariado, remunerado e não remunerado, formal e informal, como sendo modalidades de trabalho, implica um alargamento do conceito de trabalho e a afirmação de sua centralidade. Se o emprego assalariado retrai-se, a atividade real do trabalho continua a ter um lugar estratégico nas sociedades contemporâneas.¹⁰⁹

De fato, ao articularmos a questão de gênero à de classe, desvela-se a dupla exploração a que as trabalhadoras estão submetidas: além da exploração pelo capital inerente a sua inserção no processo produtivo, no espaço privado, ao executar as tarefas domésticas, como cuidar da casa, da comida, da criação dos filhos, etc, possibilita ao capital sua reprodução numa esfera que não é diretamente mercantil, mas criar condições para a reprodução da força de trabalho.

Também no setor de serviços o crescimento da ocupação feminina tem reproduzido as relações de poder, onde as representações dominantes são naturalizadas. Às mulheres são reservadas as funções de arrumadeiras, cozinheiras, faxineiras, que exigem menos qualificação e reproduzem tarefas da faina doméstica. São também, via de regra, recepcionistas e atendentes, sendo comum a exigência de “boa aparência”, o que guarda um sentido também de exploração da imagem feminina como forma de atrair e cativar a clientela.

Mas a análise desse quadro ficaria simplória se não considerarmos que a ampliação do trabalho feminino representa também uma conquista das mulheres, como parte do processo de emancipação das mulheres, tanto do ponto de vista da sociedade de classes como das formas de opressão masculinas. Na verdade, existe um condicionamento cultural que, desde a família e a escola, constrói uma relação social sexuada onde homens e mulheres assumem papéis diferenciados, onde ‘elas’ são incluídas de forma subalterna a ‘eles’. E o capital apropria-se desta divisão sexual desigual incorporando o trabalho feminino de modo desigual e diferenciado em sua divisão social e sexual do trabalho, com salários, direitos e condições de trabalho mais precárias para as mulheres. Neste sentido, suas conquistas sociais, sobretudo nas últimas décadas, devem ser destacadas como avanços na construção de novas relações entre os gêneros, onde o respeito às diferenças exclua as

¹⁰⁹ HIRATA. Op. cit., p. 25.

relações de dominação e opressão e caminhe na direção da emancipação do gênero humano.

CAPÍTULO II A REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NO BRASIL

2.1) A TRANSFORMAÇÃO DO DINHEIRO EM CAPITAL E A RELAÇÃO COM O TRABALHADOR BANCÁRIO.

A circulação do dinheiro como capital é [...] uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável. Como portador consciente desse movimento, o possuidor do dinheiro torna-se capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida e o ponto de retorno do dinheiro. O conteúdo objetivo daquela circulação – a valorização do valor – é sua meta subjetiva, e só enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo indutor de suas operações, ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência. O valor de uso nunca deve ser tratado, portanto, como meta imediata do capitalismo. Tampouco o lucro isolado, mais apenas o incessante movimento do ganho. Esse impulso absoluto de enriquecimento, essa caça apaixonada do valor, é comum ao capitalista e ao entesourador, mas enquanto o entesourador é apenas o capitalista demente, o capitalista é o entesourador racional. A multiplicação incessante do valor, pretendida pelo entesourador ao procurar salvar o dinheiro da circulação, é alcançada pelo capitalista mais esperto ao empregá-lo sempre de novo à circulação. (Karl Marx, O Capital, p.129)

Nas sociedades capitalistas os bancos desempenham um papel fundamental no processo econômico. Embora nada produzindo materialmente, sua forma particular no processo de acumulação capitalista coloca-os como repassadores dos recursos excedentes socialmente gerados, com suas atividades reguladas por agências do Estado. E o trabalho bancário, que se caracteriza “*basicamente pela manipulação do dinheiro e de valores de outrem, operando através de técnicas contábeis*”¹¹⁰, coloca o trabalhador bancário em contato direto com a mercadoria–dinheiro, ou a forma dinheiro da mercadoria, como agente impulsionador do processo de reprodução do capital.

Essencialmente, o trabalho bancário concretiza os valores de troca criados e viabiliza a apropriação daqueles valores excedentes pelo capital, transformando-os em capital produtor de juros. É nesse processo fetichizado, de dinheiro gerando dinheiro, que se fundamenta o trabalho bancário. Nele, a mistificação que envolve a produção de mercadorias assume totalmente seu caráter enigmático, porque é na forma mais perfeita do valor – o dinheiro – que a dissimulação do significado do trabalho humano e das relações de produção no sistema capitalista se dá de maneira mais extrema.¹¹¹

¹¹⁰ BLASS, Leila. Estamos em Greve! Imagens, Gestos e Palavras do Movimento dos Bancários, 1992, p.46.

¹¹¹ JINKINGS, Nise. O Mister de Fazer Dinheiro – Automação e subjetividade no trabalho bancário, 1995, p.18.

O desenvolvimento do processo de concentração e centralização do capital, inerente ao modo de produção capitalista, tende a fazer com que o capital financeiro assuma a hegemonia deste processo sob a aparente capacidade de expandir o capital sem a necessidade de passá-lo através de qualquer processo produtivo. Na verdade, existe uma relação essencial no mundo da produção e circulação de mercadorias, onde se concentra a apropriação de mais-valia e se dá a transformação do dinheiro em capital, que se viabiliza pela existência da mercadoria força de trabalho que, ao ser consumida, cria valor.

Nas palavras de Marx:

Não é por meio do dinheiro que as mercadorias se tornam comensuráveis. Ao contrário. Sendo todas as mercadorias, enquanto valores, trabalho humano objetivado, e portanto sendo em si e para si comensuráveis, elas podem medir seus valores, em comum, na mesma mercadoria específica e com isso transformar esta última em sua medida comum de valor, ou seja, em dinheiro. Dinheiro, como medida de valor, é forma necessária de manifestação da medida imanente do valor das mercadorias: o tempo de trabalho.¹¹²

Trata-se, pois, de analisarmos a dupla relação que aqui se estabelece: por um lado, a que caracteriza a prática do capital financeiro, representada pela coisificação (ou fetichização) da relação capital-juros¹¹³, onde o capital é apresentado como se fosse um valor que valoriza a si mesmo.

É o juro que o capitalista banqueiro leva para o mundo da circulação das mercadorias, de acordo com sua expressão ideológica particular. O juro aparece como parte de mais-valia que o próprio capital produz, como se fosse possível pensar mais-valia descolada da força de trabalho.¹¹⁴

Por outro lado, a inter-relação entre os capitalistas banqueiros e os trabalhadores bancários, onde o juro apresenta-se não como mercadoria produzida

¹¹² MARX, Karl. O Capital – Crítica da Economia Política, Livro I, Vol. I, 1985, p.87.

¹¹³ “No capital a juros, ao contrário, completa-se o fetiche. Este é o capital acabado – portanto, unidade do processo de produção e do processo de circulação – que, por isso, num determinado período de tempo traz um determinado lucro. Na forma do capital a juros permanece apenas essa determinação constitutiva, sem a mediação dos processos de produção e circulação. No capital e no lucro existe ainda a recordação de seu passado, embora a diferença entre lucro e mais-valia, uniformização dos lucros de todos os capitais – (por meio) da taxa geral de lucro – transformem o capital – de um modo nada claro – numa coisa obscura e num mistério. No capital a juros se completa esse fetiche automático, de um valor que se valoriza a si mesmo, de um dinheiro que faz dinheiro, de sorte que, nessa forma, não traz mais o estigma de seu nascimento. A relação social se completa como relação da coisa [dinheiro, mercadoria] consigo mesma.” MARX, Karl – O Rendimento e suas Fontes. In Os Economistas, 1986, p.190.

¹¹⁴ SEGNINI, Liliana. A liturgia do Poder – Trabalho e Disciplina, 1988, p.19.

em relação ao trabalho bancário, mas como mercadoria em relação direta com o próprio capital, como relação entre capitalistas.

A exploração do trabalhador bancário pode não significar nenhuma alteração na apropriação do excedente reservado ao capitalista passivo, tendo em vista que a determinação do juro está intimamente vinculada às condições expressas pelo mercado no qual se realiza a concretização dos valores de troca. Porém, a exploração do trabalhador bancário possibilita ao capitalista ativo (banqueiro) uma apropriação maior do excedente concentrado em suas mãos sob a forma de lucro, posto que este é determinado a partir da relação que estabelece com o juro, e através da exploração da força de trabalho (minimização dos custos de funcionamento).¹¹⁵

Assim, a força de trabalho bancário vem adquirindo crescente importância na economia mundial, à medida que o sistema financeiro se expande e cresce a complexidade do capitalismo monopolista, ampliando os fluxos de moedas em circulação, o que requer uma maior agilização da circulação de mercadorias e da rotação do capital.

2.2) INFLUÊNCIA DAS DIRETRIZES POLÍTICAS E ECONÔMICAS DO ESTADO BRASILEIRO A PARTIR DO GOLPE DE 1964 NA FORMATAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

No Brasil, as condições para o desenvolvimento do sistema financeiro podem ser buscadas nas mudanças estruturais por que passou a sociedade brasileira a partir dos anos 30. Nise Jinkings, em seu “O Mister de Fazer Dinheiro”, destaca a transformação da economia brasileira naquele período: *“baseada no setor agrário-exportador, ela passa então a se apoiar em um novo modo de acumulação capitalista que se fundamenta numa estrutura produtiva de base urbano-industrial”*.¹¹⁶

Segundo Francisco de Oliveira

[...] a nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm significado, de um lado, de destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno.¹¹⁷

¹¹⁵ Ibid., p.20-21.

¹¹⁶ JINKINGS. op. cit., p.25.

¹¹⁷ OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira: Crítica da Razão Dualista, 1988; p.14.

E é a partir do crescimento da importância do setor terciário na economia, que se desenvolve em apoio ao processo de acumulação capitalista, agora adequado às necessidades da nova organização industrial, que se coloca na ordem do dia o aperfeiçoamento do sistema de crédito e o fortalecimento dos bancos nacionais em face aos estrangeiros que, nas primeiras décadas do século XX, possuíam o monopólio dos financiamentos à agricultura cafeeira.¹¹⁸

Leila Blass destaca que é no final dos anos 40 que a preocupação em instituir um sistema financeiro articulado no país surge de forma mais articulada:

Na década seguinte (50), transitam na Câmara dos Deputados vários projetos de lei sobre legislação bancária, visando racionalizar o sistema bancário e já vislumbrando a necessidade de criar um Banco Central. O programa de “reformas de base” do governo João Goulart inclui um projeto de Reforma Bancária. O governo militar encampa este projeto com a diferença de que, naquele, a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), criada em 1945, assumiria o papel de Banco Central.¹¹⁹

As mudanças ocorridas nos anos 60 através da Reforma Bancária¹²⁰, acompanhada pela Reforma do Mercado de Capitais¹²¹ e pelo Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG (1964/66)¹²², constituíram as bases para o desenvolvimento do sistema financeiro nacional como conhecemos hoje. Com o aumento do controle das instituições financeiras públicas e privadas pelo Estado, os

¹¹⁸ JINKINGS ressalta que o monopólio de financiamento da agricultura cafeeira pelos bancos estrangeiros se dava em função da insuficiente poupança interna no mercado de capitais. Assinala ainda que, conforme Leticia Canêdo (1986), no período pós-Revolução de 30, o Estado estimulou o crescimento do sistema financeiro nacional, com a finalidade de dinamizar o processo de acumulação capitalista no Brasil. (JINKINGS, 1995, P.27).

¹¹⁹ BLASS. Op. cit., p.47.

¹²⁰ Reforma Bancária – Instituída pela Lei nº 4595, de 31.12.1964.

¹²¹ Reforma do Mercado de Capitais - Instituída pela Lei nº 4728, de 14.07.1965.

¹²² Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) – Programa elaborado pelos ministros Roberto Campos (Planejamento) e Octávio Gouvêa de Bulhões (Fazenda) para o período 1964-1966. Partia de uma análise de que a causa da desaceleração econômica que bloqueara o crescimento do país a partir de 1962, estava no processo inflacionário iniciado nos anos 60, que causaria insegurança para investimentos por parte do empresariado. Para eles, a origem da inflação de custos estaria no processo de substituição de importações, que era incentivado pela imposição de barreiras alfandegárias aos produtos importados, gerando um protecionismo que aumentava os custos de produção e os preços. Já a inflação de demanda teria origem no grande volume de investimentos públicos, gerador de déficits crônicos, e na distribuição de renda, pois os assalariados possuiriam um poder de compra acima das condições econômicas do país. O PAEG serviria para estabilizar a economia através de cortes nos gastos públicos; aumento na carga tributária; contenção do crédito e contenção dos salários. O governo lançou as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) e alterou as bases da política salarial. Com execução do PAEG, os reajustes salariais que eram efetuados anualmente com base no Índice do Custo de Vida (ICV), passaram a ser calculados com base na média dos últimos 12 meses do ICV, acrescida da média baseada na projeção da inflação dos 12 meses subseqüentes, mais uma taxa referente a produtividade. Como resultado, o rápido crescimento a dívida pública, o aumento das importações e das remessas de lucro para o exterior, e

governos militares passaram a desenvolver uma política econômica de incentivo à poupança interna, com a institucionalização da correção monetária na remuneração de aplicações, a criação do mercado de títulos públicos federais e a captação de poupança pública como base do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

O período viria a caracterizar-se pela crescente participação do Estado na economia e pela ampliação das atribuições do Executivo em detrimento dos demais poderes e canais de representação política. Por seu papel na gestão da produção e do sistema financeiro, como elemento básico de articulação entre diversos setores, aprofundou-se a interdependência entre o político e o econômico. Daí um quadro crônico de instabilidade relativa, onde a crise de um se traduz em crise do outro, a despeito do aparato repressivo montado e sofisticado nessa época. As variadas tentativas de legitimação da ditadura, lançando mão de seus êxitos econômicos, exemplificam este processo.¹²³

Como ressalta Nise Jinkings, ao deixarem de fora questões fundamentais do interesse da maioria da população, como a política de crédito, que define as prioridades e condições dos financiamentos bancários, estas medidas de caráter centralizador serviram para reestruturar o sistema financeiro nacional no sentido de fortalecer determinadas frações da burguesia nacional, sobretudo a financeira, que se empenharam em articular e dar sustentação ao regime militar implantado no país com o golpe de Estado de 1964.¹²⁴

Para Octávio Ianni, é em 1962 que a taxa de desenvolvimento começa a dar indícios de queda, marcando o fim de um longo período de expansão econômica no Brasil.

Nesse ano já começam a fazer-se sentir os indícios da queda na taxa de desenvolvimento. Em 1963, a crise econômica está em curso. Ao mesmo tempo, [...] a espiral inflacionária adquire conotações “patológicas” para o sistema. A reprodução capitalista começa a entrar em ponto morto. Em decorrência da aceleração do processo inflacionário, as massas passam a reivindicar aumentos salariais cada vez mais frequentes. Os trabalhadores entram numa luta reivindicatória praticamente ininterrupta, para evitar o excessivo rebaixamento do poder aquisitivo do salário. As campanhas salariais e as greves são as manifestações da luta operária contra o confisco salarial inerente à inflação. Nesse contexto de lutas, os operários desenvolvem suas organizações sindicais, fortalecem as confederações, ampliam as suas relações com os partidos populistas e de esquerda; e ganham as praças públicas. A partir das reivindicações salariais, politizam-se de modo acelerado. [...] numa época em que o poder burguês enfrenta crises cada vez mais agudas.¹²⁵

uma violenta perda por parte dos assalariados, fruto da política de arrocho salarial. (Fonte: SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia, p.251, 1994.)

¹²³ MENDONÇA, Sonia Regina de & FONTES, Virgínia Maria. História do Brasil Recente – 1964-1992, 2001, p. 5-6.

¹²⁴ JINKINGS, op. cit., 1995.

¹²⁵ IANNI, Octavio. O Colapso do Populismo no Brasil, 1975, p.208-209.

Contribuíram para esta crise tanto fatores de ordem econômica, como a queda na taxa de lucro registrada no período 1962-64; devido aos altos investimentos na modernização do parque industrial realizados no período anterior; problemas quanto à demanda, dado as dificuldades de consumo dos novos bens produzidos; e a inflação crescente, que *“atuava do lado do capital e não contra, ao incidir principalmente sobre os salários, não imediatamente corrigidos”*,¹²⁶ como fatores de ordem social e política, dado que o papel estrutural historicamente desempenhado pelo Estado brasileiro como financiador da produção, encontrava-se bloqueado pelas injunções políticas que limitavam o acesso a recursos externos; a ascensão do movimento de massas, que cobrava alterações no modelo de desenvolvimento; e o próprio as contradições intra-burguesas, onde os setores empresariais disputavam a hegemonia do processo de acumulação capitalista.

O golpe de 64, sob o ponto de vista estritamente econômico, não representou nenhuma mudança radical, sendo responsável pelo *aprimoramento e consolidação* do modelo implantado desde 1955. Bastava, para tanto, recriar as bases do financiamento das inversões necessárias à retomada da expansão e institucionalizar o processo da concentração oligopolística que já vinha ocorrendo, só que de modo desordenado e caótico. Dentro deste quadro, o favorecimento da grande empresa era o seu objetivo. O arrocho salarial, sua estratégia. O combate à inflação, sua justificativa legitimadora. O “milagre” econômico veio a ser seu resultado.¹²⁷

Diretrizes deste período, como a criação em 31 de dezembro de 1964 do Conselho Monetário Nacional (CMN), presidido pelo Ministro da Fazenda e com a função de “formular a política da moeda e do crédito”, e do Banco Central do Brasil (Lei 4595) como órgão executor das políticas definidas pelo CMN e fiscalizador do funcionamento das instituições financeiras, permanecem até os dias atuais sem grandes modificações.

2.3) A ORGANIZAÇÃO (CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO) NO SETOR FINANCEIRO.

¹²⁶ MENDONÇA & FONTES, op. cit., p.10.

¹²⁷ Ibid., p.21.

A Reforma Bancária possibilitou uma maior especialização das instituições e diversificação das atividades financeiras. E a supremacia de ativos monetários do início dos anos 60, deu lugar, segundo Ary Minella, ao predomínio de ativos não-monetários na década de 70, ao mesmo tempo em que favoreceu o surgimento de instituições financeiras especializadas em captar e aplicar recursos a médio e longo prazos - financeiras, bancos de investimento, seguradoras, sociedades de crédito imobiliário, associações de poupança e empréstimos, etc.¹²⁸

As medidas adotadas incentivavam a concorrência entre os grupos financeiros, permitindo aos grandes bancos operar de forma livre empresas financeiras não bancárias, estimulando a concentração da riqueza privada, o desenvolvimento de monopólios e o aumento da especulação financeira.

Segundo Leila Blass,

Intensifica-se a concentração do capital financeiro no Brasil, diminuindo o número de bancos comerciais existentes no país. Em 1944, por exemplo, são 633 bancos; em 1964, 336 bancos; em 1985, 108 estabelecimentos bancários, sendo 68 de capital privado nacional, 13 estrangeiros, 23 oficiais estaduais e quatro oficiais federais.¹²⁹

Neste quadro, as fusões e incorporações no sistema financeiro levaram a uma mudança no perfil dos bancos, que diminuíram em número ao mesmo tempo em que ampliaram as redes de agências em todo o território nacional. Um estudo de Ary Minella revela que, entre dezembro de 1964 e o início de 1972, cerca de 135 bancos haviam sido incorporados e dez passaram por processo de fusão.¹³⁰

Formam-se assim poderosos conglomerados financeiros, com atuação tanto na captação como na aplicação de recursos nos diversos segmentos do mercado bancário.

As medidas políticas e policiais desencadeadas a partir do golpe de 1964, como as intervenções nos sindicatos e federações, prisões de dirigentes e ativistas, cassações e perseguições dos que se opunham ao regime militar implantado, tinham como objetivo conter a ação da classe trabalhadora e abrir caminho para uma nova correlação de forças entre as frações do capital, onde o segmento ligado às finanças assumiria um papel preponderante, protegido econômica e politicamente pelo Estado ditatorial.

¹²⁸ MINELLA, Ary. *Banqueiros, Organização e Poder no Brasil*. 1988. mimeo.

¹²⁹ BLASS, op. cit., p.47.

¹³⁰ MINELLA, op. cit., 1988.

As reformas Bancária (1964) e do Mercado de Capitais (1965), assim como o Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG (1964/66), serviram como instrumentos do Estado para impulsionar o processo de concentração e oligopolização do sistema financeiro nacional, através de uma série de fusões e incorporações de matrizes de bancos com atuação primordialmente regional. Certamente não é mera coincidência que o golpe de 64 tenha contado com o apoio militante de banqueiros, como Magalhães Pinto (Banco Nacional), Olavo Setúbal (Banco Itaú), Amador Aguiar (Banco Bradesco), entre outros.

Um exemplo emblemático que pode ser citado é o do Bradesco, conglomerado formado pela incorporação de dezessete bancos. Seu diretor-presidente, Amador Aguiar, era conhecido como um dos articuladores do Golpe de Estado de 1964, com fortes ligações com a TFP (Tradição, Família e Propriedade), grupo conservador de direita, um dos organizadores da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que apontava o caminho do golpe militar contra a influência das “tendências comunizantes” no governo de João Goulart, que fomentavam greves e reivindicavam as “Reformas de Base”, dentre elas a Reforma Agrária.

Após 1964, o Bradesco tornou-se o maior conglomerado financeiro privado do país. Segundo Liliana Segnini¹³¹, foi a instituição financeira mais beneficiada pelas políticas estatais de estímulo às fusões e incorporações com abertura de novas agências. Um estudo do DIEESE¹³² aponta que entre 1978 e 1979 o Bradesco chegou a abrir uma agência por dia útil, numa média de 180 novas agências a cada ano. Enquanto em 1964 possuía cerca de 4 mil funcionários distribuídos numa rede de duzentas agências, em 1985 o Bradesco empregava 159 mil trabalhadores, ocupando o lugar de maior empregador privado nacional, ao mesmo tempo em que

¹³¹ SEGNINI, op. cit, 1988.

¹³² O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) foi fundado em 1955 por dirigentes sindicais de várias categorias de trabalhadores. Nasceu da preocupação de criar um órgão que realizasse estudos e pesquisas da confiança da classe trabalhadora, diante da profissionalização das representações empresariais e dos governos nas negociações com os trabalhadores. A denominação de “Departamento” foi adotada a partir da idéia inicial de criar uma Universidade dos Trabalhadores, da qual o DIEESE viria, no futuro, a se constituir como um de seus departamentos. Nos dias de hoje, além de estudos econômicos e estatísticos, o DIEESE atua na área de formação sindical, reunindo em sua direção dirigentes de todas as centrais sindicais, façanha reconhecida, inclusive internacionalmente, como uma criação singular do sindicalismo brasileiro.

aumentava seu número de agências para 1.916. Ao mesmo tempo, tomando-se os dez maiores bancos privados nacionais no período entre 1980 e 1984, o Bradesco era o banco que apresentava o maior lucro líquido e o que pagava o menor salário médio a seus funcionários.

Além das medidas repressivas, como a intervenção nos sindicatos e a perseguição às lideranças sindicais, o golpe de Estado de 1964 favoreceu a burguesia nacional nos conflitos e relações trabalhistas, com a proibição de greves, inclusive no sistema bancário, além da obrigatoriedade da adoção dos índices oficiais de reajustes salariais, em percentuais sempre abaixo da inflação registrada no período, e da criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)¹³³ em substituição ao regime que garantia, ao trabalhador que completasse dez anos numa mesma empresa, uma relativa estabilidade no emprego. Esse, como veremos adiante, funcionou como fator facilitador da política de alta rotatividade amplamente utilizada pelos bancos, reduzindo os custos com a força de trabalho e ampliando a concentração de renda no setor.

No final dos anos 60, o repasse para a rede bancária dos serviços de arrecadação de impostos e taxas e de cobranças para empresas públicas e privadas, estimulará mais ainda a expansão da atuação dos bancos. Em 1967, o Estado, através do Banco Central do Brasil, institui a Padronização Contábil dos Estabelecimentos Bancários (Paceb), objetivando a homogeneização dos procedimentos contábeis, o que implicaria em alto grau de normatização das atividades bancárias. Os bancos adquirem caráter nacional, centralizando os processos administrativos nas matrizes e descentralizando os serviços prestados nas agências, dispersas geograficamente. As rotinas e serviços passam a ser rigidamente padronizados através de manuais de instrução e regulamentos internos.

Após o período de expansão registrado entre 1967 – 1973, a economia nacional entra num novo período de desaceleração, onde os grandes grupos e conglomerados econômicos vão apresentar mudanças significativas em sua posição relativa no quadro geral da disputa pela hegemonia entre os diversos grupos e

¹³³ FGTS – Criado em 13 de setembro de 1966 em substituição ao regime de estabilidade aos dez anos, o fundo foi formado para prover indenizações trabalhistas. As empresas sujeitas ao regime da CLT passaram a depositar 8% do salário dos funcionários que renunciassem ao sistema de indenização até então vigente, optando pelo Fundo. Aos que já trabalhavam na ocasião do decreto foi dado um prazo de 365 dias para a opção, enquanto aos novos admitidos o prazo era a partir da data de admissão, mas o sistema de FGTS passou a ser condição para a contratação pelas empresas. (Fonte: SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia, p.136, 1994.)

frações do empresariado. Além dos problemas relativos ao modelo de desenvolvimento adotado internamente, as condições apresentadas pela economia mundial, sobretudo pela retração da demanda externa e o aumento significativo dos preços do petróleo, afetaram negativamente a economia brasileira, que perde seu dinamismo, marcando assim o fim do período do chamado “milagre econômico”.

O Brasil que emerge do ciclo expansivo conhecido como o “milagre econômico”, na primeira metade dos anos 70, para iniciar uma fase seguinte de desaceleração, registra, no que se refere aos grandes grupos e conglomerados econômicos, a presença marcante:

a) do segmento produtivo estatal de energia elétrica, resultante da estatização ocorrida nos grupos privados que atuavam na área e dos investimentos realizados nas estatais do setor elétrico, na vigência do ciclo expansivo, pelos governos militares;

b) de um conjunto diversificado de estatais que tiveram fortalecidas suas formas de atuação em áreas como a da siderúrgica, produção e distribuição de combustíveis e comunicações;

c) de um número significativo de grupos e empresas industriais de grande porte que foram os principais responsáveis - sobretudo na indústria de bens de consumo duráveis, de bens de capital e de bens intermediários - pelo dinamismo ocorrido na segunda metade dos anos 60 e a primeira metade dos anos 70;

d) de grupos e empresas, de grande porte, voltados para a produção agropecuária e agro-industrial, formando modernos complexos que articularam vínculos cada vez mais fortes entre a agropecuária e a indústria de processamento de produtos primários, além da indústria de máquinas e equipamentos agrícolas, associada a um intenso processo de modernização e mecanização da agricultura nos anos 70 (Delgado, 1985);

e) dos grandes conglomerados financeiros, resultantes da reforma do sistema bancário, da reforma do mercado de capitais e das políticas de estímulo a fusões dos anos do regime militar (Tavares & Assis, 1985), que foram reforçadas, ainda nos anos 70, pela internacionalização dos fluxos financeiros (Baer, 1986).¹³⁴

Diante das dificuldades internas e externas apresentadas, as autoridades optaram por adotar medidas políticas e econômicas – com destaque para a intensificação do processo de substituição de importações de bens intermediários e de capital como parte de um esforço para a complementação da estrutura industrial do país¹³⁵ - que repercutiriam de forma intensa na situação dos grandes grupos econômicos. Guimarães Neto destaca algumas dessas medidas, a saber:

a) a aceleração do endividamento externo, como forma de continuar o financiamento dos investimentos em vários segmentos produtivos, notadamente a produção de insumos industriais estratégicos, sobretudo petroquímicos, além de projetos de infra-estrutura econômica e projetos da indústria de bens de capital;

¹³⁴ GUIMARÃES NETO, Leonardo. A trajetória Recente dos Grandes Grupos Financeiros na Economia Brasileira – Universidade Federal da Paraíba. p.2.

¹³⁵ Cf.: CARDOSO, Eliana A. & FISHLOW, Albert. Macroeconomia da Dívida Externa. 1989. TAVARES, M. C. & ASSIS, J. C. O Grande Salto para o Caos, 1986.

- b) a internacionalização dos fluxos financeiros [...], como parte da aceleração do endividamento externo (Baer, 1986), que vai trazer reflexos significativos sobre a evolução do setor financeiro;
- c) a grande prioridade estabelecida na política de substituição de importação para o segmento produtor de petroquímicos, do que resultou não só a consolidação desse segmento produtivo e dos grupos econômicos que nele atuam, como um processo de desconcentração regional, favorecendo as regiões menos industrializadas (Guimarães Neto, 1995), onde passou a se localizar parte importante dessa atividade;
- d) o estabelecimento de políticas voltadas para a questão energética brasileira, que vai privilegiar grupos econômicos e grandes empresas vinculadas à extração e processamento de petróleo e à produção de álcool a partir da cana-de-açúcar;
- e) o comprometimento, no final da década de 70 e no decorrer dos anos 80, da saúde financeira do segmento produtivo estatal, a partir do controle restritivo sobre o ajustamento das tarifas e preços públicos (aço, transporte ferroviário, energia e comunicação) e pelo endividamento das estatais (Werneck, 1987, cap. 4 e 6), na desesperada busca de recursos externos para fazer face aos compromissos inadiáveis de pagamento dos serviços da dívida externa, quando sua rolagem sistemática se transformou, na prática, na transferência de recursos para o exterior, visando o pagamento da dívida junto aos bancos internacionais.¹³⁶

A partir das novas funções exercidas pelos bancos, crescem de forma vertiginosa a quantidade de serviços prestados à população e as operações realizadas nas agências. Com a forte concorrência interbancária, os bancos passam a disputar a clientela, cada vez mais dependente dos serviços bancários para o pagamento de suas contas ou recebimento de seus proventos.

Nise Jinkings destaca as mudanças no processo de trabalho bancário e no perfil dos bancos, que reforçam o atendimento nas agências, transformadas em verdadeiros “postos de venda”, onde grande parte dos funcionários passa a especializar-se na venda de papéis e serviços diversos, os “produtos” bancários. Ressalta ainda o crescimento do número de mulheres na categoria, alocadas principalmente no atendimento ao público.

A concentração do capital financeiro e a ampliação do papel das instituições financeiras a partir das políticas adotadas pelo modelo econômico do pós-64, somadas às novas formas de organização e controle do trabalho bancário, vão criar as condições para a introdução das novas tecnologias de automação dos serviços. A partir da introdução das máquinas para efetuar lançamentos em fichas, autenticadoras de caixa, calculadoras de juros, entre outras, o processo de automação ganha nova dimensão com a constituição dos Centros de Processamentos de Dados (CPDs), em meados dos anos 60. Inicia aí a informatização dos serviços bancários, com a utilização de grandes computadores

¹³⁶ GUIMARÃES NETO, op. cit., p.3.

que processam durante a noite os lançamentos das operações do dia nas contas dos correntistas, emitindo para as agências listagens que possibilitam a abertura do expediente com a movimentação atualizada. Os CPDs passam a executar várias tarefas antes realizadas nas próprias agências, centralizando as informações e possibilitando a concentração do poder decisório de todo o conglomerado.

Para Leila Blass, a automação bancária tornou-se um imperativo tanto para os bancos “varejistas”, que realizam um grande número de operações diárias com pequenos montantes, quanto para os “atacadistas”, que precisam acelerar as decisões gerenciais. Com este objetivo, nos anos 70 são introduzidos os sistemas de apoio gerencial, que possibilitam o acompanhamento em tempo reduzido dos resultados para as gerências e a alta administração. E na década seguinte, os bancos investem nos terminais de atendimento ao público para transferência automática de fundos, terminais ATM (Automatic Teller Machine), além dos terminais de saque e nos cartões magnéticos.

Neste novo modelo,

os próprios clientes são atingidos com a instalação das agências *on-line*, tornando-os mais dependentes do funcionamento dos CPDs. Qualquer interrupção em suas atividades compromete todo o processo de trabalho bancário. Quando o sistema fica “fora do ar”, algumas agências suspendem o atendimento público ou, de maneira improvisada, procuram dar continuidade a esse atendimento, executando manualmente as tarefas.¹³⁷

Nesta fase, iniciada nos anos 80, a automação dos serviços passa das tarefas de retaguarda para atingir diretamente as atividades fim, no setor de atendimento ao público, colocando os usuários do sistema financeiro como co-participantes do processo de produção.

Os investimentos em informática passam a serem vendidos pela área de propaganda das empresas como um diferencial de modernidade, conforto, rapidez e eficiência.

Surgem, neste momento, o “Bradesco Instantâneo”; “Itaú Eletrônico”; “Banorte Interlig”, assim como o “Banco 24 horas”, associação dos bancos Nacional, Unibanco, Bamerindus, Mercapaulo e Banespa. Os sistemas são integrados *on-line*, mudando substancialmente a forma de funcionamento e a concepção das agências, assim como as práticas de trabalho dos bancários. E no final da década de 80, os investimentos em tecnologia microeletrônica se deslocam para fora das agências

¹³⁷ BLASS, op. cit., p.50.

bancárias, caracterizando-se pela captura e transferência de dados nas residências, lojas e escritórios.¹³⁸

Sempre sob o argumento de fortalecer o sistema financeiro nacional e possibilitar o seu controle pelas instituições oficiais, o Estado cria normas que favorecem a concentração e oligopolização do sistema bancário através do estímulo às fusões e incorporações. Ao mesmo tempo em que favorece a concentração do capital financeiro e amplia o mercado de atuação dos bancos, estabelece normas que unificam os procedimentos bancários, através da homogeneização dos procedimentos contábeis (Paceb-Bacen/1967), possibilitando a integração dos grandes conglomerados que possuem recursos para os altos investimentos que requer a sofisticada informatização do setor.

A concentração de capital financeiro, a competitividade de mercado, a oferta variada de serviços e a centralização do controle contábil através da Paceb criam as condições para a introdução da automação nos bancos. O caráter e as características das práticas de trabalho bancário, que operam com um grande volume de informações simples e repetitivas, facilitam a sua rápida expansão. As primeiras experiências ocorrem, porém, nos serviços de retaguarda, em fins dos anos 60.¹³⁹

A velocidade do processo de informatização procura sempre responder às conjunturas favoráveis à maximização dos lucros pela ampliação da eficiência e agilidade das inversões de capital. Assim, no início dos anos 80, numa conjuntura de altas taxas inflacionárias, conforme os dados publicados por J.P.Martinez¹⁴⁰ em abril de 1985 na revista Dados e Idéias, em dezembro de 1981 haviam 63 agências bancárias automatizadas no país. Durante o ano de 1982, este número sobe para 195 em junho; 288 em setembro, saltando para 480 em dezembro do mesmo ano.

No que se refere aos anos 80, o que se vai assistir é o agravamento de muitos dos aspectos do quadro anteriormente apresentado. Um dos pontos mais relevantes é o da crise fiscal e financeira do Estado brasileiro. Esta crise implica não só a redução da capacidade de investir do setor público, mas, ao lado disso, o grande endividamento público, do qual resulta, por sua vez, pagamentos sistemáticos e crescentes dos serviços da dívida que reforçam a posição estratégica dos grandes credores - nacionais e internacionais - e dos intermediários financeiros. A perda de posição relativa dos grandes grupos econômicos estatais e a hegemonia dos conglomerados financeiros não podem ser compreendidas se não são explorados, nos acontecimentos dos anos 80 e 90, os meandros da política

¹³⁸ Ibid., p.49.

¹³⁹ Ibid., p.48.

¹⁴⁰ MARTINEZ, J.P. Os Rumos da Automação Bancária. Revista Dados e Idéias, São Paulo, abril/1985.

fiscal e financeira do setor público e sua associação com o endividamento externo e, seu primo-irmão, o endividamento público.

É, ainda, importante considerar, sobretudo nos anos 80, na chamada “década perdida”, que nem a evolução do produto e dos níveis de produção, em geral, ocorre linearmente, nem as políticas adotadas caracterizam-se pela uniformidade e coerência durante todos esses anos. O que se assistiu, da perspectiva da produção e do produto, foi a presença de pequenos ciclos expansivos e recessivos - que bem definiram a instabilidade vivida pela economia nacional - e mudanças radicais nas diretrizes, concepções e práticas das políticas econômicas, com momentos em que as propostas de estabilização marcadas pela tônica ortodoxa alternam-se com momentos nos quais prevaleciam a perspectiva heterodoxa. Desse contexto de instabilidade e mudanças freqüentes de regras resultou a estagnação, a ausência de expectativas favoráveis à retomada e, finalmente, o aprofundamento da crise fiscal e financeira do setor público.¹⁴¹

Como vemos, todos estes movimentos do capital financeiro no sentido da crescente automação dos serviços se processam como frutos da relação com as opções das políticas macroeconômicas, que operam no sentido de ampliar o endividamento do Estado, ancorado numa política de juros crescentes que fomenta a chamada ciranda financeira, além da aceleração do processo inflacionário verificada a partir do final dos anos setenta.

Segundo pesquisa elaborada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE),

O instrumento da correção monetária, a criação do mercado de títulos públicos federais e a captação de poupança pública como base do Sistema Financeiro de Habitação, instituídas pela reforma financeira de 1965, foram o esteio do processo de expansão do setor bancário nacional ao longo dos anos setenta e início dos anos oitenta.

A funcionalidade entre estes três elementos e a aceleração inflacionária verificada a partir do final dos anos setenta, garantiu aos bancos níveis elevados de rentabilidade e lucratividade, além de propiciar a expansão física do setor, massificando o atendimento bancário em todo o país.

Todo este movimento expansivo teve conseqüências diretas sobre o contingente de trabalhadores empregados no setor, sendo a categoria bancária uma das que mais cresceram no país nos anos setenta e meados dos anos oitenta.¹⁴²

Enfim, parece nítido que os interesses dos grandes grupos financeiros foram legitimamente representados pelas ações governamentais, em especial, pela desregulamentação dos mercados e pela liberalização dos fluxos de capitais, que permitiu ao capital transitar com maior “liberdade” entre os países, trazendo conseqüências irreversíveis para a classe trabalhadora.

¹⁴¹ GUIMARÃES NETO, op. cit., p. 6.

¹⁴² DIEESE, Terceirização e Reestruturação Produtiva, 1994, p.8. mimeo.

2.4) A CONSOLIDAÇÃO DA HEGEMONIA DO SETOR FINANCEIRO NACIONAL A PARTIR DA DÉCADA DE 80

O final da década de 80 é marcado pela redefinição das estratégias empresariais diante das novas conjunturas políticas e econômicas, sobretudo pelas disposições aprovadas na constituinte de 88 e pela centralidade, no campo das políticas econômicas, das medidas de combate à inflação. Com o fim das cartas patentes e a instituição dos bancos múltiplos, multiplicar-se-ão os “bancos de atacado” ou “bancos de negócios”, segmento formado por instituições de pequeno porte dedicadas ao atendimento de grandes empresas e a operações de engenharia financeira, como fusões e incorporações de empresas, e em período posterior, de privatização de empresas estatais.

O sistema financeiro passou por importantes transformações nas últimas duas décadas, cujas características básicas são a desregulamentação dos mercados e a liberalização dos fluxos de capitais. Tais mudanças permitiram ao capital transitar com maior liberdade entre países, baseado na adoção de novos instrumentos financeiros, nas facilidades proporcionadas pelos avanços das telecomunicações e da informática e, especialmente, nas medidas governamentais de toda ordem.

O quadro mais amplo onde se inscrevem essas transformações corresponde à fase contemporânea do capitalismo, objeto de várias denominações: “financeirização global da riqueza” (Braga, 1997), “acumulação sob dominância financeira” (Chesnais, 1998) ou até “tirania financeira” (Fitoussi, 1997). Sua essência está na elevada transferência de recursos excedentes para a órbita financeira – vale dizer para as instituições financeiras e para aqueles segmentos empresariais e sociais que também compartilham desta vantagem.¹⁴³

Uma nova fase de ajustes dos bancos se dará sob o impacto do confisco dos ativos financeiros pelo Plano Collor I, em março de 1990, que provocou uma violenta redução das disponibilidades e dos recursos captados, além de uma “crise de confiança” no sistema financeiro por parte dos agentes econômicos e da população.

A exemplo do ocorrido no Plano Cruzado a reação imediata do setor foi iniciar nova onda de demissões. Em 1989, os bancos empregavam, em média, 815.342 trabalhadores, contingente bem acima dos 679.825 de 1993 e também maior que os 649.291 postos de trabalho ocupados em junho de 1994, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (lei 4.923/65).¹⁴⁴

Paralelamente, crescem os investimentos do setor em automação, que saltaram de US\$ 1,8 bilhão, em 91, para US\$ 3,0 bilhões, em 93 (DIEESE), com

¹⁴³ MINELLA, Ary César. Hegemonia e Controle Financeiros no Capitalismo Contemporâneo, 2001, p.1-2. mimeo.

grande concentração de aportes no auto atendimento. Esta concentração revela uma tendência do setor bancário, que se prolongaria ao longo dos anos, em direcionar o atendimento personalizado aos clientes de rendas mais elevadas, enquanto o grosso da clientela é direcionada para a utilização dos caixas eletrônicos.

Entre o final de 91 e de 92 o número de cartões magnéticos no sistema financeiro quase dobrou. O aumento foi de 97,36%, representando um total de 40 milhões de cartões – para uma população economicamente ativa em torno de 63 milhões de pessoas. Também em 92, a média mensal de operações em terminais eletrônicos foi de 42,4 milhões, nada menos que um aumento de 116,33% em relação a 91¹⁴⁵.

Para se adaptar à nova conjuntura, baseada na busca da estabilidade econômica pela via do combate ao processo inflacionário, os bancos operam uma mudança no perfil dos produtos e serviços, passando a oferecer seguros, planos de previdência privada e crédito ao consumidor e se especializando em operações financeiras de médio e longo prazo, mais adequados a um cenário de baixa inflação.

Durante os anos 90, observa-se o fortalecimento de algumas instituições mais ágeis no sentido de operar em um sistema financeiro globalizado, otimizando a rede de contatos externos e o uso de novos instrumentos de engenharia financeira, incluindo derivativos, operando no gerenciamento de recursos internos e externos, e nas oportunidades geradas pela privatização. Nesta última, a participação tem ocorrido tanto no processo prévio (avaliação e desenho do projeto de privatização) como na compra de ações das empresas privatizadas. Trata-se também, de instituições ativas em termos de participação ou controle acionário de empresas de porte dentro do país, competindo também neste terreno com grupos financeiros tradicionais. Vai-se construindo, assim, o “novo” tipo de banqueiro.¹⁴⁶

Com o aprofundamento do processo de reestruturação produtiva no setor, os bancos buscam uma maior “flexibilização” para operarem a transição da configuração baseada nos grandes bancos de varejo lastreados nas altas taxas de inflação e na massificação do atendimento, redefinindo o próprio conceito de atividade bancária.

Numa relação que se faça dos 10 maiores grupos existentes na economia nacional no ano de 1993, usando-se como critério de classificação a receita operacional líquida e considerando-se todas as atividades produtivas, 6 grupos são estatais (Caixa Econômica, Banco do Brasil, Banespa, BNDES, Eletrobrás e Petrobrás) e 4 pertencem ao setor privado (Bradesco, Bamerindus, Unibanco e Real). Há, portanto, da perspectiva da propriedade do capital, uma nítida predominância, entre os maiores grupos, dos

¹⁴⁴ DIEESE, Trabalho e Reestruturação produtiva, 1994, p.237.

¹⁴⁵ DIEESE, Terceirização e Reestruturação Produtiva do Setor Bancário no Brasil, 1994, p. 11.

¹⁴⁶ MINELLA, op. cit., p.11.

conglomerados estatais, e, da perspectiva setorial, uma prevalência dos grupos financeiros, sejam estatais ou privados.¹⁴⁷

A tabela a seguir revela a classificação dos grupos mostrando o grande peso dos grupos financeiros públicos.

Brasil: Os 10 Maiores Grupos Econômicos do País - 1993

Grupos	Receita Operacional Líquida (US\$ bilhões)
Caixa Econômica Federal	101,1
Banco do Brasil	68,7
Banespa	64,4
BNDES	43,4
Bradesco	31,8
Bamerindus	25,1
Eletrobrás	20,3
Unibanco	17,0
Petrobrás	16,4
Real	14,6
TOTAL	402,8

Fonte: Gazeta Mercantil - Balanço Anual 1994/95.(apud. Guimarães Neto).

A comparação da soma da receita operacional líquida dos 10 maiores grupos com produto interno do país - segundo estimativa do IESP/FUNDAP - mostra que a receita chega a alcançar, nesse ano de 1993, cerca de 80% do produto, o que mostra o peso dos maiores conglomerados na economia nacional. Não se pode negar, neste particular, o papel relevante que os grandes grupos, e até as grandes empresas, têm na economia nacional, quer se considere a variável faturamento, como foi o caso, quer o investimento ou o emprego. (Guimarães Neto, 1995).¹⁴⁸

Ao ampliar a análise para os cem maiores grupos econômicos (privados nacionais, estrangeiros e estatais), o professor Guimarães Neto anota alguns aspectos importantes a partir de suas posições relativas.

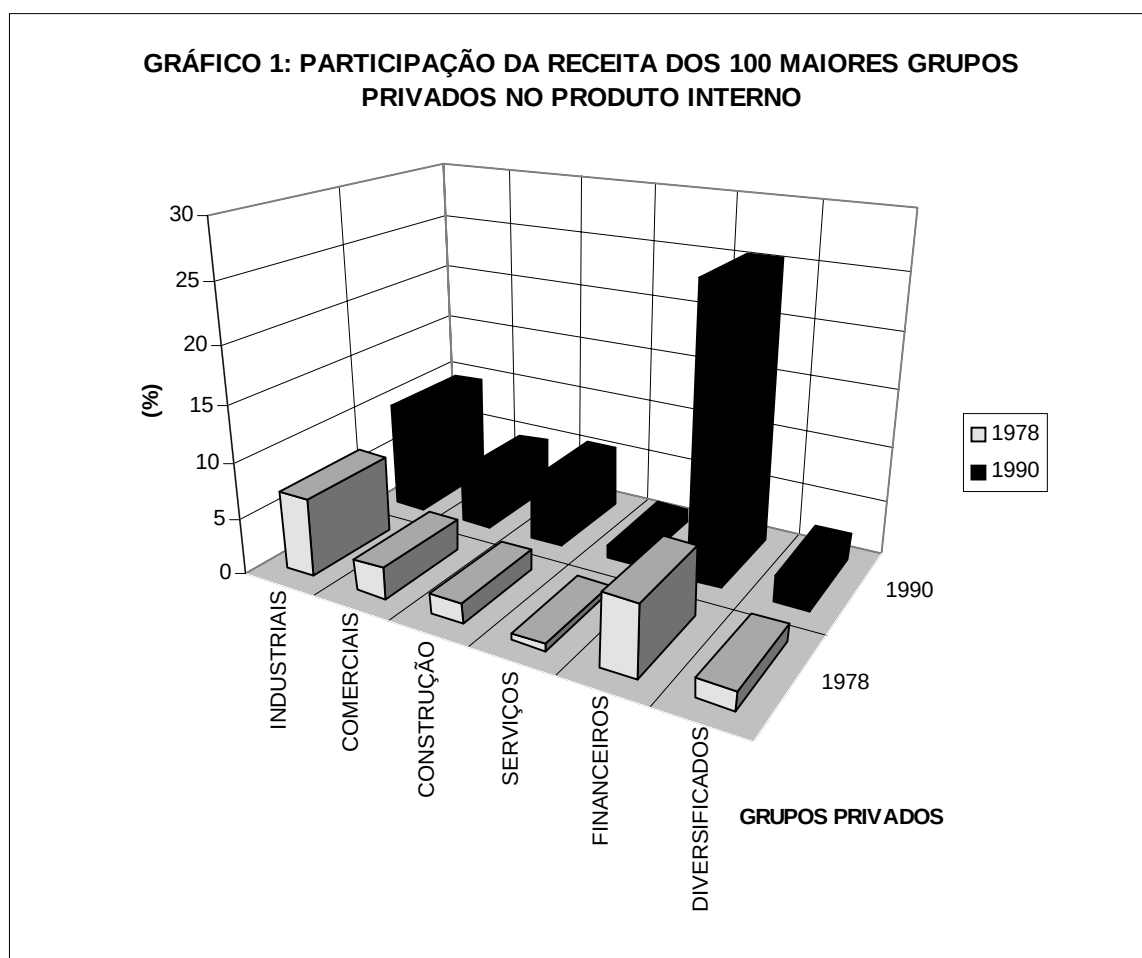
Em primeiro lugar, o peso que, tanto no número de grupos econômicos quanto da receita operacional líquida, têm os grupos financeiros: 43% do número dos grupos e 78% da receita operacional. Em segundo lugar, o fato de que tanto os maiores grupos nacionais privados quanto os maiores grupos estrangeiros e estatais concentram suas atividades (da perspectiva da sua receita operacional) nas atividades financeiras, neste ano relativamente recente (1993). A posição secundária, entre as atividades desenvolvidas pelos grandes grupos econômicos instalados no país, está constituída pela construção e pela atividade industrial nos grupos privados nacionais; pela indústria e comércio, nos grupos privados estrangeiros, e pela indústria e serviços de utilidades públicas entre os grupos estatais. No entanto, em todos eles, o peso das atividades financeiras, neste início da década de 90 era marcante, sobretudo se a variável considerada é o receita operacional.¹⁴⁹

¹⁴⁷ GUIMARÃES NETO, op.cit., p.6.

¹⁴⁸ Id.

¹⁴⁹ Ibid., p.7.

O crescimento dos espaços ocupados pelos grandes grupos econômicos aponta para uma tendência à concentração e centralização de capitais.¹⁵⁰ E denominar os anos 80 como a “década perdida”, uma vez que a economia brasileira, em média, estagnou durante esse período, pode levar a obscurecer o fato de que aconteceram mudanças estruturais, sobretudo relativamente à concentração e centralização de capitais num número menor de grandes grupos econômicos, com a duplicação da receita líquida dos cem maiores em relação a sua participação no produto interno do país, no espaço de 12 anos, e a consolidação da posição hegemônica do capital financeiro.



Fonte: IBGE e a publicação Balanço Anual da Gazeta Mercantil. (apud. GUIMARÃES NETO, op. cit.)

¹⁵⁰ Centralização: “[...] expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitalistas em menores em capitalistas maiores”. “Esse processo [o da centralização] se distingue do primeiro [o de concentração] porque pressupõe apenas divisão alterada dos capitais já existentes e em funcionamento, seu campo de ação não estando, portanto, limitado pelo crescimento absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação” (MARX, Karl. O Capital, 1984, p. 192)

De fato, no período em que os 100 maiores grupos passaram de uma participação, no produto interno a custo de fatores, de pouco mais de 21% em 1978 para 50% em 1990, os grupos industriais passam de 7,1% para 9,7%; os predominantemente comerciais de 2,8% para 4,9%, duplicando, portanto, seu peso relativo; o mesmo acontecendo com os grupos que se voltam para outros serviços (0,6% para 1,2%). Com os grupos mais diversificados, economicamente, o aumento da participação no produto foi um pouco menor (de 1,6% para 2,5%). No entanto, os grupos que mais ganharam foram os voltados para a construção pesada (de 1,8% para 5,7%) e, principalmente, os financeiros. Estes últimos não só já possuíam uma participação importante em 1978 - disputando a hegemonia, entre os 100 maiores, com os grupos industriais - como passaram a ocupar metade da participação dos 100 maiores no produto. De 6,2% em 1978 passaram para 25,5% do produto em 1990.¹⁵¹

No ano de 1993, segundo dados do Balanço Anual da Gazeta Mercantil para aquele ano, entre os dez maiores grupos econômicos privados que atuavam no país (considerando-se os valores das receitas operacionais líquidas), somente a Autolatina não se caracterizava como grupo predominantemente financeiro. Isto significa que, de 1990 a 93 ampliou a participação dos grupos financeiros sobre os demais, mesmo se considerando os efeitos negativos do Plano Collor sobre o setor. Os grupos que se consolidaram nas últimas décadas, sobretudo a partir da implantação da indústria pesada e do “milagre econômico” - industriais, agro-industriais e comerciais – foram deslocados dos primeiros lugares no ranking pelos conglomerados financeiros.

Brasil: Os 10 Maiores Grupos Econômicos Privados em 1993

Grupos	Receita Operacional Líquida (US\$ bilhões)
Bradesco	31,8
Bamerindus	25,2
Unibanco	17,0
Real	14,6
Safra	14,0
Lloyds Bank	9,6
Francês Brasileiro	7,9
Citicorp	7,8
Autolatina	6,5
Econômico	6,3

Fonte: Gazeta Mercantil - Balanço Anual 1994/95

E se tomamos a evolução dos 100 maiores grupos privados nacionais e estrangeiros no período que vai de 1978 a 1990, constatamos que esta hegemonia do capital financeiro veio se consolidando e formatando os rumos do desenvolvimento da economia e das políticas nas décadas seguintes.

¹⁵¹ GUIMARÃES NETO, op. cit., p.9.

[...] é da perspectiva da receita líquida que as informações permitem destacar alguns pontos significativos. O primeiro, já referido, é o da hegemonia dos grandes conglomerados financeiros na participação da receita total gerada pelos 100 maiores grupos privados. Se em 1978 os 21 grupos financeiros já eram responsáveis por pouco menos de 1/3 da receita total (mais exatamente 29,1%), os 22 grupos financeiros em 1990, situados entre os 100 maiores grupos privados eram responsáveis por mais da metade da receita total (50,6%).¹⁵²

Brasil: Os 100 Maiores Grupos Privados Nacionais e Estrangeiros 1978 e 1990

Atividade	Número		Receita(%)	
	1978	1990	1978	1990
Agrop. e agroindústria	6	4	7,2	2,2
Ind. de transformação	39	36	32,9	19,2
Construção civil	9	8	8,1	11,2
Finanças	21	22	29,1	50,6
Comércio	12	18	12,7	9,7
Serviços	2	1	2,6	2,3
Diversificados	11	11	7,4	4,9

Fonte: Gazeta Mercantil - Balanço Anual - 1979 e 1991.

As vultosas somas de recursos públicos utilizados pelos governos, não só no Brasil como em toda a América Latina, para subsidiar fusões e incorporações e socorrer instituições financeiras, assim como para financiar as privatizações de bancos estatais, indicam a estreita articulação entre os interesses privados do sistema financeiro e as políticas dos Estados. Neste sentido, são também significativas as medidas adotadas para a desregulamentação do setor e o aumento da participação de instituições financeiras estrangeiras, a manutenção dos juros em patamares elevados e os títulos públicos e fundos de investimento com liquidez altas taxas de rentabilidade.

Do mesmo modo que na fase anterior, desaparecem alguns bancos regionais importantes (no presente caso, o Econômico, da Bahia, e o Banco Mercantil e o Banco Nacional do Norte, de Pernambuco), o que se traduz num aumento não só da concentração e centralização econômica, na sua forma mais geral, como na concentração regional do sistema financeiro, incluído aí os bancos. É de se esperar que este processo de concentração e centralização tenha continuidade, inclusive a partir do desaparecimento ou da aquisição (privatização) de bancos estaduais, muitos dos quais passam por momento de crise e de tentativa de reestruturação com enxugamento e redução radical do número de funcionários.¹⁵³

Quanto ao crescimento da participação de instituições estrangeiras no Brasil, o quadro a seguir é ilustrativo:

¹⁵² Id.

¹⁵³ Ibidem.

Bancos Comerciais e Múltiplos
Participação Estrangeira no Sistema Financeiro Nacional
Janeiro 1994 – Janeiro 1999

Bancos - quadro consolidado	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Comercial Privado Nacional c/ Controle Estrangeiro	1	1	1	1	1	1
Múltiplo Nacional c/ Controle Estrangeiro	18	20	20	23	29	42
Comercial Estrangeiro – Filial no País	19	17	17	17	16	16
Subtotal (c/ controle)	38	38	38	41	46	59
Comercial Privado c/ Participação Estrangeira	2	2	2	2	2	2
Múltiplo Nacional c/ Participação Estrangeira	30	28	29	26	23	21
Subtotal (s/ controle)	32	30	31	28	25	23
TOTAL	70	68	69	69	71	82

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: ANDIMA. IN: Andima, Retrospectiva 1999, Rio de Janeiro, ANDIMA, 1999, P.37. (Apud: MINELLA, 2001).

Como demonstra a tabela acima, o número de Bancos Múltiplos Nacionais com controle estrangeiro passou de 18 em janeiro de 1994 para 42 no mesmo mês de 1999, com concentração da expansão entre 1997 e 1998, totalizando com um crescimento no período de 70 para 82 bancos comerciais e múltiplos com participação e controle estrangeiro.

De acordo ainda com dados da mesma fonte (ANDIMA), os decretos presidenciais dando autorização para o ingresso de capitais estrangeiros no setor financeiro nacional demonstram uma evolução de 4 decretos, no ano de 1995, para 28 em 1998.¹⁵⁴

Além disso, o Conselho Monetário Nacional (CMN) passou a dar às filiais de bancos estrangeiros que atuam no país o mesmo tratamento dispensado às subsidiárias, permitindo assim expandir suas subsidiárias sob a forma de banco múltiplo. O CMN permitiu que os fundos de investimentos estrangeiros possam comprar ações preferenciais de bancos brasileiros negociadas em bolsas. Na área de atuação das corretoras, por exemplo, é nítida uma agressiva participação das grandes corretoras internacionais dentro do processo de globalização do sistema financeiro. Em 1996, o presidente da Associação Nacional das Corretoras (ANCOR) demandou proteção para suas associadas, pois estariam sofrendo uma “concorrência descabida das gigantes e poderosas congêneres internacionais”. Em 1998, os grupos estrangeiros foram ativos na aquisição de instituições financeiras neste segmento (distribuidoras e corretoras), pois apenas três deles adquiriram doze instituições. A utilização de recursos do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), criado em 1995, também contribuiu para maior participação internacional no sistema.¹⁵⁵

¹⁵⁴ ANDIMA, Retrospectiva 1998, Rio de Janeiro, 1999, p.40.

¹⁵⁵ MINELLA, op. cit., 2001, p.10.

2.5) OS ASPECTOS DO “NOVO MUNDO DO TRABALHO” E A FRAGMENTAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA.

Organização do trabalho e a especialização flexível

Voltados para a gestão da variabilidade e da qualidade, os critérios de organização do trabalho utilizados pelas empresas tendem a concentrar múltiplas funções num só trabalhador, o que é viabilizado tanto pelos processos de informatização flexível, quanto pelos novos métodos de gestão e programas de emulação, como os de “qualidade total”. Tarefas de inspeção de qualidade e de manutenção, sobretudo as mais rotineiras, que são majoritárias dentre as intervenções de manutenção de sistemas, assim como a operação simultânea de mais de uma máquina, conhecida como “polivalência”, têm sido amplamente utilizadas com o sentido de evitar processos de descontinuidade de produção, diminuir níveis hierárquicos e o tempo de produção e, sobretudo, reduzir custos com pessoal, eliminando os quadros de inspetores de produção e de manutenção, assim como reduzindo o número de operadores.

Acerca desta questão, Helena Hirata destaca que a tendência de mundialização dos processos de organização do trabalho baseados na especialização flexível, que exige uma força de trabalho altamente qualificada e polivalente, não se dá de forma homogênea, variando de um setor para outro, no modo de inserção do país na economia mundial, além de variações quanto ao gênero, entre homens e mulheres. Hirata se apóia numa pesquisa de comparação internacional, onde destaca um estabelecimento japonês e outro brasileiro do mesmo grupo industrial:

- As divisões entre segmentos do processo de produção [...] ou entre setores profissionais [...] são pouco nítidas no Japão: os operários de manutenção trabalham como operadores de máquinas de embalagem em certos dias da semana; as operárias da embalagem fazem pequenos trabalhos de manutenção corretiva; uma mesma operadora pode circular entre preparação e embalagem, etc. Pode-se dizer que há uma integração relativa entre atividades de fabricação, manutenção, de controle de qualidade e de gestão da produção.
- Essa divisão é mais rígida e pode se fonte de obstáculos no Brasil, onde há dificuldades em estabelecer padrões de cooperação eficazes entre trabalhadores de manutenção e de produção, ou entre trabalhadores de produção e de controle de qualidade. As mudanças adotadas na divisão do trabalho se referem fundamentalmente à diminuição de um nível hierárquico.¹⁵⁶

¹⁵⁶ Ibid., p.27.

Conceitos como “trabalhador multifuncional” e “trabalhador multiqualificado” passaram a fazer parte do repertório das empresas de todos os setores da economia, da mesma forma que o desenvolvimento de “competências” variadas para o desempenho de várias funções diferenciadas passou a ser o referencial para diferenciar a capacidade do trabalhador, ou sua maior ou menor “empregabilidade”. Mario Salerno ressalta que existe uma diferenciação entre trabalhador multifuncional e multiqualificado:

[...] enquanto o primeiro (trabalhador multifuncional) se caracteriza por operar mais de uma máquina com características semelhantes – o que pouco lhe acrescenta em termos de desenvolvimento e qualificação profissional, o segundo (trabalhador multiqualificado) desenvolve e incorpora diferentes habilidades e repertórios profissionais. Mas, geralmente, a polivalência no Brasil está associada à primeira opção, pois inclusive as tarefas de inspeção e manutenção atribuídas aos multifuncionais são de cunho bastante rotineiro e simples.¹⁵⁷

O que se tem verificado na prática, é que sob o conceito da polivalência multifuncional, se oculta um processo de intensificação do trabalho pela concentração de várias tarefas, antes desenvolvidas por trabalhadores diferentes, em um só trabalhador. Além da redução de postos de trabalho, este processo tem resultado num aumento considerável de adoecimento físico (sobretudo as lesões por esforço repetitivo – LER) e psicológico, devido principalmente ao excesso de pressões pelo cumprimento das metas, que são estipuladas pelas gerências de produção.

Mas além dos elementos endógenos ao processo de produção que atuam sobre o trabalhador no modelo da “especialização flexível”, sujeitando seu corpo e sua subjetividade, existem os da própria estrutura social que daí deriva, onde o novo e precário mundo do trabalho se coloca como fator desestabilizante. Neste contexto, ter um emprego “estável” *“coexiste com o receio de passar de passar do ‘núcleo’ para a periferia precária dos subcontratados de diferentes tipos”*.

Trata-se de pessoa, torna-se difícil dissociar o tempo de trabalho e o tempo extra-trabalho, o profissional e o pessoal, o público e o privado. A implicação da pessoa significa, no “modelo” japonês, que a empresa invade a totalidade dos tempos sociais. O espaço dito habitualmente “privado” e que escapa à socialização profissional é reduzido ao mínimo. Da mesma maneira, pode-se dizer que a importância da contribuição conjunta da socialização familiar, da educação escolar e da formação profissional é particularmente decisiva neste “modelo”.¹⁵⁸

¹⁵⁷ Ibid., p.19.

¹⁵⁸ Ibid., p.25-26.

Neste modelo, em que a tecnologia é tratada como expressão autônoma da produção material e simbólica, assim como a ciência limitada a sua finalidade prática, ambas como instrumentos de valorização e reprodução do capital, o trabalhador é colocado na função de mercadoria. Daí, a mudança do conceito de formação profissional pelos de competências e empregabilidade tem também um viés ideológico, no sentido de, sob o discurso de valorização da subjetividade do trabalhador (criatividade, responsabilidade, iniciativa, etc.), o que se busca é transferir a questão do campo da sociabilidade para o da individualidade.

O universo de trabalho que está na base da conceptualização da competência hoje é aquele das grandes empresas, empregando mão-de-obra masculina, com processos de inovação tecnológica intensos nos países do Norte. [...] Ora, os postos de trabalho ocupados pelas mulheres [...] não são, em geral, propícios ao exercício da criatividade [...] (nem da) autonomia e iniciativa, consideradas essenciais para a realização do modelo de especialização flexível, alternativo ao modelo taylorista/fordista. O aprofundamento da divisão sexual do trabalho ou da “discriminação da força de trabalho por gênero” (E.Massera, 1994, p. 189) são mesmo notados como consequência da adoção do modelo da competência pelas empresas.[...]

Um trabalhador “não empregável” é um trabalhador não formado para o emprego, não competente, etc. O acesso ou não ao emprego aparece como dependendo da estrita vontade individual de formação, quando se sabe que fatores de ordem macro e meso econômicas contribuem decisivamente para essa situação individual.¹⁵⁹

Ou seja, mesmo que se estabeleçam metas e formas de aferição, no que os especialistas em “recursos humanos” são ilimitados em sua criatividade, o fato é que a responsabilidade (ou a culpa) por ter ou não um emprego, ou até pela qualidade ou precariedade deste, sempre recairá sobre o trabalhador, independentemente das restrições impostas pela qualidade do ensino (e sua disponibilização para o trabalhador); da função a ser exercida e outras questões relativas às mazelas de uma sociedade dividida em classes e na qual os recursos do Estado para políticas públicas são cada vez mais canalizados para estabilizar as crises do capital.

O “novo” perfil do trabalhador bancário

Além dos efeitos no gerenciamento e controle das movimentações financeiras e no atendimento ao público, a introdução dos novos processos de produção informatizados e gestão de pessoal geraram mudanças profundas no perfil da categoria bancária.

¹⁵⁹ Ibid., p.31,33.

Este processo segue a tendência geral que as mudanças no sistema capitalista geraram nos processos de trabalho e nas relações dos trabalhadores do setor de serviços. Como assinala Braverman:

No escritório e na fábrica modernos a distância entre as formas e condições do trabalho que aparecia tão grande no escritório e na loja agora estreita-se. Embora fossem outrora um meio de escapar à “desventura” de ser um trabalhador produtivo, as ocupações improdutivas, nos exércitos de trabalho empregados em suas bases, perderam a maior parte de seu atrativo, e tornaram-se meramente outra forma de exploração. De posições privilegiadas que eram, nas quais se podia em pequeno grau partilhar das vantagens decorrentes do capital mediante trabalho produtivo, vieram a ser meros dentes na engrenagem total destinada a multiplicar o capital. E isto continua sendo verdade não obstante o fato de que, tecnicamente falando, todos aqueles que não produzem valores de troca devem obrigatoriamente consumir uma parcela dos valores de troca produzidos pelos demais. Na empresa moderna, e para a massa de trabalho que ela emprega, essa distinção perdeu sua força social como linha divisória entre os proletários e a classe média: essa linha já não mais pode ser traçada tão rudemente correspondendo à divisão entre trabalhadores produtivos e improdutivos, mas deve ser traçada noutra parte na estrutura social. Assim, o aforismo de Marx deve ser modificado, e agora se deve dizer que *ser um trabalhador assalariado é uma desventura*.¹⁶⁰

Com o crescimento da estrutura dos bancos, os Departamentos de Pessoal dão lugar às gerências de Recursos Humanos (RH), que rapidamente ganharão status de diretoria no organograma das instituições financeiras. Leila Blass destaca que, de um quadro onde as tarefas do bancário eram mais centralizadas nas agências e iam desde a escrituração das operações cotidianas nos livros contábeis, cálculos de juros dos depósitos, balancetes, atualização de contas, arquivos, informações cadastrais, etc., permitindo o desenvolvimento de profissionais que conheciam o movimento financeiro do próprio banco, onde a carreira bancária deslocava-se para a função do contador, exigindo uma qualificação específica do funcionário, agora “os procedimentos contábeis passaram a ser centralizados nos departamentos das matrizes que predeterminam o tempo para a execução de cada tarefa, impondo um certo ritmo de trabalho e as cotas de produtividade”¹⁶¹.

Para ela,

As transformações do sistema bancário e na organização do trabalho reduzem, paulatinamente, as práticas de trabalho a um conjunto de tarefas repetitivas, fragmentadas, parciais, “bitolantes”, vazias de conteúdo e pré-programadas. Os bancários vêm-se totalmente submetidos ao ritmo e às ordens emitidas pelas máquinas. A maioria deles apenas prepara dados,

¹⁶⁰ BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX, 1987; p.354.

¹⁶¹ BLASS, op. cit., p. 50.

acompanha e assiste ao processamento automático das informações efetuado por elas.¹⁶²

Como consequência do processo de desqualificação da profissão, sobretudo nas atividades-fim ligadas diretamente ao atendimento ao público nas agências, diminuem as exigências de conhecimentos específicos para a contratação de novos trabalhadores. Ao mesmo tempo, a existência de um grande contingente de trabalhadores jovens que não encontram colocação no mercado de trabalho permitirá que os bancos passem a colocar como pré-condição em seus processos de recrutamento de pessoal um nível de escolarização acima das reais necessidades das tarefas para as quais são selecionados, primeiramente exigindo nível secundário completo e logo passando a exigir nível superior (mesmo que incompleto) para as carreiras de ingresso (escriturários, digitadores e caixas). Os bancos passam a dar preferência aos jovens sem experiência anterior, que serão preparados para o trabalho em rápidos cursos sobre as normas da empresa, com ênfase na disciplina e pontualidade, e noções do serviço para o qual será designado.

Neste novo quadro, aliado ao fim da relativa estabilidade que gozavam os trabalhadores aos dez anos de emprego a partir da criação do FGTS, as empresas financeiras, sobretudo as do setor privado, passam a executar uma política de gestão de pessoal baseada na alta rotatividade da força de trabalho. Os sindicatos são fortemente afetados pelo novo perfil da categoria bancária, formada majoritariamente por jovens, muitos estudantes que vivem ainda com os pais, que “estão bancários”, ou seja, vêm a atividade profissional de uma forma transitória. Quanto aos bancários mais antigos, os que optaram pelo regime de FGTS são rapidamente substituídos por este contingente de jovens, menos experientes, mas mais adaptáveis às novas tecnologias e de menor custo para as empresas.

Quanto aos “não-optantes”, são invariavelmente transferidos para tarefas de menor importância nos novos processos de trabalho, sendo observada a prática, por parte de vários bancos privados, de transferi-los para setores onde estes bancários são concentrados e passam a arquivar fichas ou simplesmente têm que cumprir sua jornada de trabalho diária sem qualquer atribuição funcional, como forma de pressão psicológica para que aceitem um acordo e abram mão da estabilidade. Vários bancários chamavam estes setores de “Coréia”, numa alusão às condições de

¹⁶² Ibid., p. 51.

pressão e maus-tratos a que eram submetidos os prisioneiros naquela guerra. Segundo vários depoimentos de bancários mais antigos, esta foi também uma forma encontrada pelas administrações de “recursos humanos” para alijar os trabalhadores com atuação sindical, que conheciam melhor seus direitos e a importância da ação sindical, origem de importantes conquistas como a jornada de seis horas, dos trabalhadores jovens que ingressavam na categoria.

Num contexto político ainda marcado pelas consequências dos anos de chumbo da ditadura militar, esta fusão de novas tecnologias, que alteraram a velocidade das operações bancárias até o chamado “tempo real”; de processos de gestão e controle, no sentido da eliminação ou minimização da possibilidade de erro pela maximização da produtividade; com uma categoria que se renova a partir do ingresso massivo de trabalhadores jovens sem a experiência da luta sindical, mas aberta às inovações tecnológicas e com maior escolaridade, se formará o novo perfil do bancário, que atuará numa conjuntura política de desgaste do modelo implantado em 1964, de retomada das mobilizações de massa e se forjará nas lutas pela retomada do sindicato e contra o arrocho salarial.

O “novo mundo” do trabalho bancário: a questão do emprego

Uma análise mais aprofundada da questão do emprego no setor bancário, pode lançar uma luz sobre alguns elementos aparentemente contraditórios. Como vimos, a opção pelos investimentos maciços na automação dos serviços bancários se deu, num primeiro momento, como uma estratégia do capital financeiro para expandir sua atuação diante das enormes possibilidades abertas pelo Estado, a partir do golpe de 64. Realizando lucros crescentes e pagando salários baixos, a automação serviu não só aos objetivos de ganhar mercado, reduzir custos e agilizar as operações, mas também, como registramos, de servir como diferencial, através de amplas campanhas de propaganda centradas nas inovações da tecnologia eletrônica, num mercado altamente competitivo.

Paralelamente ao processo de automação do setor, registrou-se um aumento expressivo na quantidade de postos de trabalho. Ao mesmo tempo em que o sistema bancário se expandiu e ampliou a rede de agências e postos de atendimento ao público (somente no ano de 1982, o número de agências aumentou algo em torno de 6%), segundo estudos do DIEESE, cresceu, de forma exponencial a produtividade da força de trabalho, como demonstra a tabela abaixo:

Evolução do serviço e do emprego bancário no Brasil

	Número funcionários ¹	Cheques compensados ²
Dez. 79	100	100
Dez. 80	104	121
Dez. 81	113	135
Dez. 82	124	161

Fontes: 1) FENABAN – Federação Nacional dos Bancos.

2) IBGE – Anuário Estatístico do Brasil.

A tabela mostra que o emprego está crescendo menos que o número de cheques compensados (um indicador do crescimento do serviço). Ou seja, o serviço cresce em velocidade maior que o emprego, indicando o aumento da produtividade do bancário.¹⁶³

Mas maré de crescimento do emprego no setor bancário irá refluir, de forma acentuada, a partir da segunda metade dos anos oitenta. Com a implantação do Plano Cruzado em março de 1986, que tem como alvo central a tentativa de estabilização dos preços pela via do controle da inflação, vários setores da economia brasileira vão se reestruturar, com o objetivo de se adaptarem às novas condições econômicas. O setor bancário, em particular os bancos privados, é um dos primeiros a iniciar ajustes estruturais. Dados levantados pelo DIEESE demonstram que, diante de um contexto que colocaria em cheque o chamado “lucro inflacionário”, gerado pela aplicação de recursos do passivo sem custos financeiros, os bancos desencadeiam um processo de reestruturação “enxugando” suas estruturas operacionais, redefinindo seu perfil de negócios, criando novos produtos e serviços, segmentando mercados e clientela. Para tanto, lançam mão do trinômio demissões em massa, automação do atendimento e da prestação de serviços e terceirização.

Em dezembro de 1986 havia no país 868 mil bancários contra 978 mil existentes no mesmo período em 1985, o que representou a demissão de quase 110 mil trabalhadores. Em termos percentuais, isto significa que o nível de emprego no setor bancário, em 1986, teve uma redução de 11.2%. No período seguinte, que vai do final de 1986 ao final de 1989, houve uma certa recuperação do emprego com a contratação de 34 mil trabalhadores. Apesar disso, o nível de emprego no final de 1989 ficou muito distante do patamar de 1985, situando-se em 815 mil bancários.¹⁶⁴

Paralelamente à redução do nível de emprego, a estrutura física do setor também foi bastante afetada, com o fechamento de várias agências.

O Bradesco, por exemplo, entre 1978 e 1979, chegou a abrir uma agência por dia útil, 180 a cada ano, em média. Quando veio o Plano Cruzado, em 1986, o banco contava com 2,090 agências. Em quatro anos, ou seja, de

¹⁶³ DIEESE - Os Efeitos da Automação no Sistema Bancário, p. 215.

¹⁶⁴ Dieese. Terceirização e Reestruturação Produtiva do Setor Bancário no Brasil, 1994, p.09.

1986 a 1990, o Bradesco reduziu este número para 1.702 agências, significando um corte da ordem de 23%.

A despeito do fracasso na tentativa de reduzir de forma consistente os patamares inflacionários, o Plano Cruzado e seus complementares – Cruzado 2, Bresser e Verão – colocaram o setor bancário, em particular seu segmento privado, numa rota irreversível de ajuste.¹⁶⁵

Enfim, o emprego no setor decresceu de forma contínua e vertiginosa, tanto em números absolutos quanto em relação ao aumento da produtividade, uma vez que os bancos, sobretudo os da rede privada, ampliaram seus investimentos nas áreas de automação e informática, aumentando a importância da questão tecnológica “na competição intra-setorial ao condicionar o desempenho dos bancos em relação aos ganhos de produtividade”.

A questão da terceirização e da precarização do trabalho bancário.

A reestruturação dos bancos na área administrativa seguiu, em linhas gerais, os processos registrados nos demais setores produtivos de redução de níveis hierárquicos, flexibilização e polivalência de funções. Além da terceirização já presente em áreas não operacionais, como faxina, serviços de copa, marcenaria e carpintaria, transporte de valores e vigilância, nesta fase o processo vai se expandir para áreas antes consideradas como núcleo das atividades operacionais dos bancos, como a de informática, foco dos grandes investimentos nas décadas de 70 e 80.

Assim, a nova onda de terceirizações vai atingir as áreas operacionais, como os centros de processamento de dados, compensação, microfilmagem de cheques, tratamento de documentos contábeis e digitação, além de setores como os departamentos jurídicos e de treinamento de pessoal. Nas agências são criados expedientes internos e externos, onde os atendentes de portaria e escriturários do quadro funcional são substituídos por empregados de firmas contratadas, ou seja, trabalhadores não bancários.

A estratégia de focalização nas atividades de negócios dos bancos passa pela chamada “elitização” do atendimento. As pesquisas do DIEESE sobre a terceirização dos bancos na área de atendimento ao público, levam a entidade a concluir, já no ano de 1994, que:

A curto prazo os bancos procuram, como qualquer empresa, reduzir custos com pessoal (custos salariais e com encargos trabalhistas) e demais custos

¹⁶⁵ Ibid., p.10.

operacionais, redimensionar suas estruturas administrativas e adquirir maior flexibilidade, transformando custos fixos em custos variáveis.

A longo prazo, a terceirização de algumas atividades antes consideradas tradicionais parece se adequar às novas estratégias empresariais dos bancos num cenário de estabilidade econômica.¹⁶⁶

A transferência de atividades como pagamento de contas públicas e benefícios previdenciários para agências de correios e casas lotéricas; assim como a criação de pontos de atendimento franquizados, onde a contratação de pessoal passa a ser integralmente feita pela franquizadora, e de canais alternativos para prestação de serviços e atendimento, como o débito automático de contas mediante autorização e atendimento a domicílio para clientes preferenciais, demonstram que “a terceirização e a automação do atendimento ao público visam esvaziar as agências bancárias e deslocar o quadro funcional dos bancos para o atendimento personalizado aos clientes de rendas mais elevadas”.

No Brasil a terceirização tem se vinculado estreitamente às estratégias de redução de custos de mão-de-obra e dos encargos trabalhistas. Nesse caso, o conceito de parceria ou de “especialização flexível” deixa de ter relevância e os processos de terceirização visam apenas substituir trabalhadores efetivos da empresa contratante por trabalhadores temporários da terceira.¹⁶⁷

Neste sentido, a terceirização das atividades bancárias serviu também como uma forma de burlar as conquistas históricas da categoria, como a jornada de seis horas e os pisos salariais de ingresso, com forte impacto sobre a ação sindical. Em vários setores, como no de compensação de cheques e informática, são contratadas firmas e “birôs” que passam a registrar seus trabalhadores em outras categorias, como comerciários ou profissionais em processamento de dados, dividindo a base da categoria bancária e, conseqüentemente, gerando impacto negativo sobre o número de sindicalizados, além de maiores dificuldades de mobilização e organização da categoria para as lutas sindicais e nas negociações coletivas.

Outra modalidade de “terceirização espúria” é a chamada interposição fraudulenta de mão-de-obra, ou seja, contratação de trabalhadores temporários para a realização de atividades na empresa contratante com salários bem inferiores, sem benefícios sociais e muitas vezes sem carteira de trabalho. Frequentemente os trabalhadores contratados sequer possuem vínculos empregatícios com a própria empresa terceira.¹⁶⁸

¹⁶⁶ Ibid., p. 12-13.

¹⁶⁷ Idem, p. 16.

¹⁶⁸ Id.

Com a precarização das relações de trabalho, os trabalhadores das empresas terceiras estão submetidos a regimes de trabalho de maior duração e com menor remuneração, possuem níveis salariais abaixo dos da empresa contratante e menos benefícios sociais, além de maior índice de insalubridade e menor segurança nos locais de trabalho.

A precarização das relações de trabalho soma-se à queda do nível de empregos no setor, como registra a pesquisa do DIEESE:

Todas as transformações setoriais, iniciadas com o Plano Cruzado, têm profundos impactos sobre a categoria bancária. Do ponto de vista quantitativo, a consequência da reestruturação produtiva e da terceirização é o “encolhimento” da categoria com a redução dos níveis de emprego. Em 1988, o número total de funcionários de bancos era de 807.000 e, em janeiro deste ano (1994), este contingente não passava de 670.000. Em dez anos, de dezembro de 1983 a dezembro de 1993, alguns bancos reduziram seu quadro funcional em mais de 30%, como, por exemplo, o Itaú (39,0%), o Nacional (36,8%) e o Econômico (38,9%). Para o conjunto dos dez maiores bancos privados do país, a redução do nível de emprego representou a eliminação de 200 mil postos de trabalho, nos últimos dez anos.¹⁶⁹

A informatização do atendimento ao público associada ao processo de terceirização de funções teve como consequência a diminuição do número de empregados por agência. Só no banco Itaú, que empregava uma média de 56 funcionários por agência em dezembro de 1991, este contingente foi reduzido para 41,6 funcionários no final de 1993.

Paralelamente à redução do número de trabalhadores, os bancos alteraram sua estrutura funcional no sentido da polivalência de funções, onde trabalhadores que antes tinham tarefas tradicionalmente definidas, como os caixas, passaram a acumular outros serviços, ao mesmo tempo em que algumas daquelas tarefas tradicionais foram substituídas pelo auto atendimento.

Já nos bancos públicos, o processo de terceirização ganhou contorno diferenciado dos bancos privados, muito em função das legislações específicas que regem o setor, como as estruturas de carreiras, mas também devido à maior capacidade de organização sindical dos bancários deste segmento.

No Banco do Brasil (BB) e na Caixa Econômica Federal (CEF), o processo de terceirização nos centros de processamento de dados (CPD), compensação e microfilmagem de cheques se efetivou através da contratação direta de firmas prestadoras de serviços, que passaram a executar tarefas antes executadas pelos

¹⁶⁹ Ibid., p. 13.

funcionários de carreira contratados através de concursos públicos. Como estes concursos para preenchimento de vagas foram se tornando cada vez mais esparsos, os funcionários destas áreas eram transferidos para outros setores com déficit de pessoal e substituídos pelos das firmas terceiras.

Nos bancos estaduais, o processo de terceirização teve a peculiaridade de ser intermediado pela Associação Brasileira de Bancos Comerciais Estaduais (ASBACE), entidade nacional formada pelos bancos públicos comerciais estaduais, com representação junto ao Banco Central, ao empresariado e ao governo.

O projeto de integração da compensação bancária de todo o sistema de bancos públicos estaduais na chamada “rede verde e amarela” começou a ser elaborado em 1988. Inicialmente o projeto visava possibilitar aos clientes de todos os bancos estaduais a utilização “on line” dos serviços prestados por eles em todo o território nacional.

Segundo a ASBACE, a otimização da “rede verde e amarela” depende diretamente da unificação dos serviços de compensação e microfilmagem de cheques em todos os bancos estaduais de modo a agilizar a troca de informações entre todo o sistema. A partir de 1990, a ASBACE passou a intermediar a terceirização desses serviços, contratando firmas para executá-los nos bancos associados.¹⁷⁰

Mas na realidade o que ocorreu foi um processo de “quarteirização”, pois a ASBACE, por não ser uma prestadora de serviços, passou a gerenciar o processo, transferindo para outras firmas o fornecimento de maquinaria e de mão-de-obra. Este expediente serviu para burlar os estatutos do funcionalismo dos bancos estaduais, assim como o instituto do concurso público, forma de acesso definida em lei para o preenchimento de qualquer cargo público, e a legislação que rege os processos de concorrência para a contratação de serviços no setor público, que deveriam seguir as normas administrativas previstas sobre licitações.

O processo de quarteirização dos serviços de compensação e microfilmagem de cheques nos bancos estaduais acabou gerando muitos problemas, sem a contrapartida da redução dos custos operacionais. Além da desmobilização dos investimentos feitos pelas instituições financeiras naqueles setores, em função dos critérios para a escolha das firmas prestadoras dos serviços, muitas vezes contratadas ao arrepio da legislação, dispensando-se a concorrência pública, não foram raros os casos de contratação de firmas sem qualificação, bem como de superfaturamento e privilegiamento de grupos econômicos.

¹⁷⁰ Ibid., p. 17.

Paralelamente, nos bancos federais, assim como nos estaduais, iniciou-se um processo conhecido como “estagiarização”, caracterizado pela contratação temporária de trabalhadores sem vínculos empregatícios nem mesmo com a empresa terceira. Estes estagiários cumprem uma rotina de trabalho semelhante a dos funcionários de carreira, mas recebem salário inferior e não possuem nem as mesmas condições da convenção dos bancários, nem as garantidas pelas instituições a que estão ligados, como quadro de carreira, assistência médica e previdenciária.

Na verdade, a estagiarização não passa de um processo de interposição fraudulenta de mão-de-obra utilizado para burlar as normas legais de contratação de pessoal pelo setor público e os planos de cargos e salários dos bancos oficiais, que se utilizam deste expediente para contornar problemas de acúmulo de trabalho em determinadas áreas gerados pela falta de concursos públicos.

Os agentes sociais envolvidos no Sistema Financeiro Nacional

Outro elemento que deve ser considerado é a participação direta de nomes reconhecidamente vinculados a instituições financeiras, nacionais ou internacionais, em postos-chave da estrutura do Estado, assim como o apoio político e financeiro dos banqueiros a candidaturas aos diversos níveis de poder, inclusive à presidência, em processos eleitorais.¹⁷¹

Como assinala Minella:

No Brasil dois fatos são emblemáticos deste processo e do novo significado que adquiriu recentemente. Quando o presidente Sarney assumiu o governo, indicou para presidente do Banco Central um banqueiro, presidente da então Associação Brasileira de Bancos Comerciais ABBC – hoje denominada Associação Brasileira de Bancos). O atual presidente do Banco Central provém do universo financeiro internacional e pode ser símbolo deste processo de globalização financeira. Mais que um símbolo, pode-se interpretar como uma garantia a mais de que as políticas a serem adotadas estarão sob escrutínio direto daqueles que se constituem os intelectuais orgânicos dos grandes interesses financeiros.¹⁷²

¹⁷¹ Os dados oficiais da contabilidade da campanha do candidato presidencial vitorioso, entregue ao Tribunal Superior Eleitoral em novembro de 1994, indicam que o segmento financeiro doou R\$ 7 milhões e 700 mil reais, ou seja, o equivalente a 23% do total declarado. Os recursos foram mais abundantes na campanha de 1998, quando os bancos teriam doado R\$ 11.504 milhões ao candidato reeleito, equivalente a 26,73% da soma dos fundos levantados. FONTE: Alex Ribeiro, Bancos lideram contribuições a FHC, Folha de São Paulo, 6 de junho de 1999, p.1.13. Apud, Minella, 2001, nota p.11.

¹⁷² MINELLA, op. cit., p.9.

Esta participação de empresários e seus representantes em órgãos estratégicos da estrutura do Estado não é novidade. Mas, no que se refere a elementos que demonstram a ampliação da força do setor financeiro na definição de políticas governamentais que reforçam sua hegemonia, os processos de privatização de bancos estatais e a abertura à participação de instituições financeiras estrangeiras implementados na maioria dos países da América Latina, demonstram que essa tendência, que se manifesta em cada país de forma diferenciada, está intimamente ligada ao avanço das políticas neoliberais e ao processo de financeirização global da riqueza.¹⁷³

São conhecidas as propostas e as pressões históricas dos banqueiros privados e do Banco Mundial para eliminar ou reduzir ao mínimo a presença dos bancos estatais no sistema financeiro na América Latina. Governos do Chile, do México, da Argentina e do Brasil avançaram em ritmos diferentes na criação de mecanismos institucionais que facilitam atingir a privatização dos bancos sob controle estatal.

Os bancos estatais foram adquiridos por grandes grupos financeiros nacionais e estrangeiros incrementando ainda mais o processo de concentração bancária na América Latina. As privatizações facilitaram a estratégia de expansão de alguns grandes bancos internacionais que, em poucos anos, passaram a ocupar os primeiros postos no ranking bancário de diversos países. No Brasil, a compra de estatais representou um grande negócio devido as vantagens oferecidas pelo governo.¹⁷⁴

Após a implantação do Plano Real, uma nova onda de centralização dos bancos e instituições financeiras marcou a segunda metade dos anos 90. A influência dos grupos financeiros sobre o Estado se consolidou, não só pelo seu caráter como agentes privilegiados das operações econômicas, mas também pela sua influência sobre as políticas governamentais e culturais, dado seu potencial no mundo do entretenimento e da cultura.

Não se deve esquecer que outras fontes de receita e de lucros, associadas ao grande endividamento do setor público nacional e à prática governamental continuada de política de juros altos, bem acima da inflação, deverão garantir, com a centralização bancária em curso, os estímulos necessários para que os grandes bancos se ajustem, no Brasil, aos novos tempos de inflação baixa. Se, de um lado, foram reduzidos substancialmente os ganhos inflacionários apropriados pelos bancos, de outro lado, nos anos mais recentes, a política de juros altos e o esforço de sustentação da estabilização implicaram uma recomposição do endividamento público que, como se fez referência, passou de 42,1 bilhões de dólares em 1993 para 107 bilhões nos últimos meses de 1995. Isto no que se refere ao estoque total de títulos federais fora do Banco Central (Indicadores Iesp, n. 46). Fato que possibilitou ao sistema financeiro uma

¹⁷³ Cf.: BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização Global – O padrão sistêmico da riqueza do capitalismo contemporâneo, 1997.

¹⁷⁴ MINELLA, op. cit., p.9.

compensação, provavelmente parcial, dos ganhos inflacionários perdidos. Ao banqueiro interessa, sem dúvida, como afirmou o presidente do Banco Central, a inflação, mas a ele interessa, igualmente, juros altos que lhe permitam obter ganhos com o diferencial nas aplicações que faz. Neste particular, os títulos da dívida pública e o crescimento da dívida mobiliária constituem um ponto de apoio fundamental.¹⁷⁵

Portanto, esta hegemonia só é possível graças ao alto grau de concentração do sistema financeiro, o que fortalece seu poder econômico tanto no gerenciamento do imenso volume de capitais em circulação, como na definição das políticas macroeconômicas aplicadas no país.

Os desafios para o movimento sindical diante do quadro de reestruturação do Sistema Financeiro Nacional.

Reflexo das transformações presentes, que invadem o mundo do operário industrial tradicional com mudanças profundas na forma de ser do trabalho, o universo da consciência, da subjetividade do trabalho e suas formas de representação, são também submetidos a uma crise que atingiu as organizações sindicais em todo o mundo.

Ricardo Antunes vê, na prática defensiva dos sindicatos, um abandono da perspectiva classista que marcou o sindicalismo dos anos 60/70 (e no Brasil, tardiamente, o final dos anos 70 e a década de 80), uma adesão acrítica ao sindicalismo de participação e negociação dentro da ordem do capital e do mercado, restringindo seus questionamentos aos aspectos fenomênicos desta mesma ordem.

Para Antunes, os sindicatos

abandonam as perspectivas emancipatórias, da luta pelo socialismo e pela emancipação do gênero humano, operando uma aceitação também acrítica da “social-democratização”, ou, o que é ainda mais perverso, debatendo no universo da agenda e do ideário neoliberal. A postura brutalmente defensiva dos sindicatos diante da onda privatista é expressão do que estamos nos referindo. A derrocada do Leste Europeu, do stalinismo e da esquerda tradicional – que a mídia da ordem chamou de “fim do socialismo” – ainda não foi suficientemente assimilada e analiticamente enfrentada pela esquerda, que se vê também na defensiva. [...] Os sindicatos - e também os partidos – operaram um intenso caminho de institucionalização e de crescente distanciamento dos movimentos autônomos de classe.¹⁷⁶

De fato, nota-se uma crescente dificuldade por parte dos sindicatos tradicionais, organizados na vigência do modelo fordista-taylorista, em responder às novas condições colocadas para as relações entre capital e trabalho no quadro da

¹⁷⁵ GUIMARÃES NETO, op. cit., p.15.

¹⁷⁶ ANTUNES, op. cit., p.72-73.

globalização dos capitais e da reestruturação flexível, como o desemprego crescente na indústria, ampliação das formas de trabalho por tempo parcial, flexibilização também das regras e legislações de proteção do trabalho, desmantelamento do Estado de Bem Estar, a precarização das relações de trabalho e a facilidade para a transposição de plantas industriais de um país a outro, enfim, transformações operadas numa velocidade e intensidade avassaladoras, e para as quais as tradicionais estratégias sindicais se mostraram insuficientes.

Os programas avançados tornaram também mais flexíveis as condições para a transferência geográfica de plantas de fábricas. E as empresas vêm se utilizando desta facilidade para transferir suas unidades produtivas para países em que as condições se mostrem mais favoráveis, como salários mais baixos, educação básica compatível às novas exigências da produção, energia e telecomunicações desenvolvidas e a baixos custos, entre outras. Este expediente tem sido utilizado também como barganha contra as reivindicações dos sindicatos: durante os movimentos grevistas por salários ou condições de trabalho, as empresas ameaçam com o fechamento da unidade local e sua transferência para outra região, o que efetivamente tem ocorrido em algumas situações de conflito, fragilizando assim a ação sindical.

A consolidação de um precário mundo do trabalho estabeleceu uma “síndrome do medo”, cujo objetivo era a busca do consentimento ativo da subjetividade dos trabalhadores, ou seja, uma subjetividade regressiva, avessa às atitudes antagônicas de classe diante da lógica do capital, dificultando cada vez mais as ações coletivas.

Para Alves,

A “socialização” do toyotismo tende a ser, sob a mundialização do capital, totalmente dessocializadora, debilitando a perspectiva (e a subjetividade) de classe (implicando, desse modo, uma “corrosão do caráter”, conforme a expressão utilizada por Sennet em seu estudo seminal sobre o capitalismo flexível). Ela aparece, portanto, como o avesso da socialização do fordismo com sua promessa de “integração” (SENNET, 1998). Como verificamos no caso brasileiro, ela tende a atingir o “núcleo estruturado” do contingente de trabalhadores assalariados (aqueles detentores de direitos trabalhistas), ligados às grandes empresas e sua *rede* de subcontratação. Além disso, no caso do capitalismo no Brasil, com sua via de objetivação colonial e hipertardia, com traços estruturais de desigualdade e exclusão social, a introdução da lógica toyotista, com seu lastro de racionalização do trabalho superior à da organização tayloristo-fordista, só tende a aprofundar, ainda mais, o contraste entre uma sociabilidade irracional exacerbada, que

caracteriza os países capitalistas subalternos, e uma produção capitalista cada mais racionalizada.¹⁷⁷

Assim, diante desse processo, a consciência contingente de operários e empregados tende a caracterizar-se pelo consentimento e acomodação diante das novas condições de exploração da força de trabalho instituídas pelo capital. O toyotismo passou a exigir uma disposição anímica de operários ou de empregados, sem contrapartidas salariais ou contratuais, talvez a mera concessão de bônus de produtividade. Tal situação se deve, em especial, ao novo perfil dos trabalhadores que se estabelece neste contexto.

Os crescimentos das empresas de trabalhos temporários e de trabalhadores domésticos demonstram a inserção crescente de um contingente maciço de jovens, homens e mulheres, no mercado de trabalho de maneira precária, vendendo sua força de trabalho para indústria, bancos e comércio por tempo parcial e determinado. Em sua maioria, pertencem ao contingente de trabalhadores ocupados do setor privado que não possuem cobertura da Previdência Social, ou seja, não têm direito à aposentadoria e nem auxílio-doença (segundo indicadores sociais de 2000, são cerca de 38,7 milhões de operários e empregados, ou seja, cerca de 60% dos trabalhadores ocupados do setor privado) (SISTEMA EXCLUI, 2000).

[...] No bojo do novo (e precário) mundo do trabalho é importante destacar o crescimento relativo dos trabalhadores assalariados (e por conta própria) das atividades de serviços. Por meio de indicadores do IBGE, podemos constatar que nos anos 1990 a expansão do setor terciário (11,3%) não conseguiu ser superior à dos anos 1980 (21,7%). Com certeza, a queda significativa da ocupação na administração pública, em relação à década passada, contribuiu para a redução relativa da expansão da ocupacional no setor terciário. Os segmentos ocupacionais do setor terciário que mais se destacaram nos anos 1990 foi o comércio (3%), social (2,9%) e prestação de serviço (2,7%).

Mas o que se destaca, em relação aos anos 1980, é a posição do segmento ocupacional da prestação de serviços. De certo modo, o crescimento da ocupação de assalariados de prestação de serviços diz respeito à dinâmica da produção industrial, que passou a incorporar novas tecnologias microeletrônicas, exigindo, cada vez mais, serviços de pesquisa e desenvolvimento, de manutenção e assistência técnica, logística de produção etc. A terceirização, que é parte do novo complexo de reestruturação produtiva, atingiu as indústrias, tornando-as mais segmentadas e diferenciadas em si. Ocorreu a terceirização de atividades de serviços que, por serem endógenas à empresa industrial, tendiam, antes, a serem consideradas atividade industrial propriamente dita. Além disso, a privatização dos serviços de telecomunicações no Brasil e investimentos no setor de tecnologia de informação contribuiu para o crescimento dos postos de trabalho nas áreas de serviços de telecomunicações e informação, que cresceram vinculados à nova dinâmica industrial, principalmente no período de 1994-1997.¹⁷⁸

¹⁷⁷ ALVES, Giovanni. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000). Revista de Sociologia e Política, nº.19, Curitiba: nov. 2002, p. 17.

¹⁷⁸ Ibid., p. 18/21.

Portanto, o maior desafio do sindicalismo neste novo século é romper com os limites que foram impostos pela reestruturação produtiva e financeira, organizando e mobilizando um contingente maciço de jovens operários e operárias, empregados e empregadas e, inclusive, trabalhadores por conta própria precarizados, explorados, mesmo que de formas diferentes, pelo capital.

Está colocada para os sindicatos a tarefa de operar a recuperação de sua representatividade, não apenas em virtude de problemas burocrático-organizativos, mas principalmente político-ideológicos, fundamentais para a construção de uma consciência coletiva. Por estas razões, a importância de se analisar, através do resgate histórico da luta sindical bancária, as dificuldades na mobilização dos trabalhadores e os limites estruturais da ação sindical no novo quadro político e econômico.

CAPÍTULO III RECUPERANDO A MEMÓRIA SINDICAL: A FORMAÇÃO DA MILITÂNCIA PELA AÇÃO POLÍTICO-SINDICAL

Neste segmento abordaremos a história do movimento bancário no município do Rio de Janeiro, partindo da investigação da atuação político-sindical, assim como da vida profissional e pessoal de alguns dos dirigentes sindicais bancários atuantes entre as décadas de 1960 e 2000. A escolha deste período se fundamenta pela necessidade de se verificar a existência de elementos de continuidade e ruptura no processo de formação das lideranças dos trabalhadores bancários cariocas, levando em consideração as condições históricas, políticas, econômicas e sociais, assim como os aspectos culturais e ideológicos que influenciaram e influenciam na visão de mundo que esse segmento da classe trabalhadora construiu.

Nossa pesquisa busca entender os diversos processos que atuaram e atuam na formação política e sindical dos trabalhadores bancários cariocas, com o objetivo de recuperar a memória das lutas e conquistas da categoria através de sua práxis, diante das diversas transformações ocorridas no mundo do trabalho, em especial, o trabalho bancário, focando, sobretudo, nas décadas de 80 e 90. Nesse sentido, faremos, inicialmente, uma retrospectiva do movimento sindical bancário, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, enfocando as principais conquistas da categoria e os acontecimentos nacionais marcantes deste período histórico.

Utilizamos como fontes de pesquisa entrevistas com lideranças sindicais, publicações do Sindicato (jornais, revistas, cartilhas, etc), atas de assembléias e de reuniões, panfletos de grupos com atuação no sindicato, depoimentos de bancários e funcionários do Sindicato, além das informações disponibilizadas na publicação especial – Sindicato 70 anos – Bancários-Rio 2000 –. Edição e Texto final: Maria Helena Guimarães Pereira (jornalista). Colaboraram na pesquisa: Luiz Viégas da Motta Lima; Antonio Pereira da Silva Filho; Roberto Percinoto; Roberto Rodrigues; Maria Emília Barbosa; Jorge Couto; Ivan Pinheiro; Cristina Santiago; Nilza Tavares e Walter Sterne Pompeu.

Desta forma, partimos das seguintes premissas:

- O Rio de Janeiro, a despeito de seu esvaziamento político a partir da mudança da capital para Brasília, devido ao seu papel no campo cultural e científico, teve grande peso nos processos de formulação teórica, influenciando comportamentos e ideologias. A cidade foi também, durante décadas, a principal

praça bancária do país e a história das lutas, conquistas e derrotas do movimento sindical bancário influenciou outras categorias profissionais, tendo forte presença nos acontecimentos políticos e sociais do país.

- O Partido Comunista Brasileiro (PCB), que teve uma forte presença no movimento bancário carioca, defendia uma série de políticas contra as quais se aglutinaram setores da esquerda que, a partir dos anos oitenta, chegaram à direção dos sindicatos defendendo as bandeiras do “novo sindicalismo”. Hoje, lideranças que integraram essas duas vertentes são raras no movimento bancário, e os novos dirigentes pouco conhecem de sua história recente.

No tocante às entrevistas, a técnica utilizada foi de entrevistas semi-estruturadas, a partir de um roteiro geral que foi anteriormente enviado aos entrevistados. Durante a condução das entrevistas, os depoentes ficaram liberados para fazerem sua exposição da melhor forma que entendessem, pois consideramos que a definição de um roteiro fechado de perguntas certamente empobreceria o material coletado, coibindo manifestações de entusiasmo ou desilusão que muito podem acrescentar à pesquisa. O objetivo foi registrar a perspectiva dos entrevistados e suscitar novos questionamentos, na medida que entrevistador e entrevistado, como sujeitos do processo, não ocupam posições rigidamente estabelecidas. Interessou-nos registrar as experiências de vida como elas foram percebidas por quem as viveu, estabelecendo relações com a temática da pesquisa.

A escolha dos entrevistados levou em conta, dadas as premissas anteriormente expostas, características como representatividade, no que tange à participação no movimento sindical bancário, em momentos marcantes dos períodos estudados, apresentando óticas diferenciadas quanto a projetos políticos, assim como de ordem cultural ou religiosa em sua formação.

Neste sentido, e dada às limitações de tempo e condições materiais, selecionamos para entrevista:

LUIZ VIÉGAS DA MOTTA LIMA

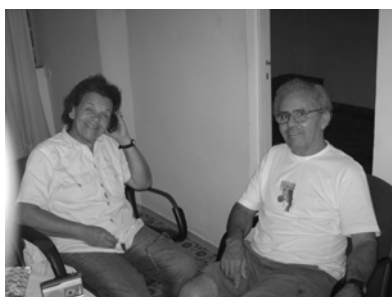
Nascido no Rio de Janeiro, Viégas ingressou no Banco do Brasil em 1943, associando-se ao Sindicato dos Bancários - RJ em 1945. Desde então, destacou-se como militante ativo e assumiu várias funções, dentre elas: Presidente do



Conselho das Comissões Sindicais do Banco do Brasil - RJ (1956-1960); Fundador e

Presidente da Federação dos Bancários RJ-ES (1957-1964); fundador (1957) e Secretário-Geral (1960-1964) da Confederação Nacional dos Empregados em Empresas de Crédito – CONTEC. Cassado em 1964 pela ditadura, foi para o exílio e retornou ao país em 1965. Anistiado em 1979, retomou suas atividades político – sindicais, sendo ainda fundador e Secretário-Geral do Departamento de Aposentados do Sindicato dos Bancários - RJ (1981 até 2003); fundador e Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - COBAP (1985-1989); Presidente da Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro - FAAPERJ (1989-1991); É Delegado Representante da AAFBB junto ao Conselho de Representantes da FAAPERJ, do qual foi 1º Secretário (1991-2004); Assessor da COBAP (1989 até hoje) e da FAAPERJ (1991 até hoje). Representante dos aposentados do Grupo de Trabalho para Reforma da Previdência Social, criado por decreto do Presidente José Sarney (1986); Criador do Fórum Intersindical Permanente de Defesa da Previdência Social - FIPREV, que funcionou na Federação Nacional dos Urbanitários (1986-1996); Membro do Conselho Deliberativo (CODEL) da Associação dos Antigos Funcionários do Banco do Brasil - AAFBB (1976 até hoje); onde foi assessor da Presidência no mandato de Petrônio Fernandes Gonçalves, Vice-Presidente do CODEL (1999/2004) e, atualmente, seu Presidente (mandato 2005/7).

EDMÍLSON MARTINS DE OLIVEIRA



Nascido no Ceará em 1938, Edmílson mudou-se para o Rio de Janeiro em 1960. Trabalhou no Banco de Crédito Real de Minas Gerais em 1960 e 1961 e, em 1962, no Banco do Estado da Guanabara (BEG). Ingressou em 1963 no Banco do Brasil, por onde se aposentou. Participou da direção do Sindicato de Bancários do Rio de Janeiro nos mandatos de 1968/1971, como suplente do Conselho Fiscal; mandato 1971/1974, como Presidente do Sindicato. Quatro meses após a posse, o sindicato sofreu nova intervenção do Ministério do Trabalho e Edmílson foi cassado e preso. Retornou à direção do sindicato em 1979, quando a categoria elegeu uma chapa de oposição aos representantes da intervenção, como membro efetivo do Conselho Fiscal. Edmílson é ativo militante católico, casado com

Maria José e pai de quatro filhos, professor de Português e Literatura e autor do livro “Bancários: Anos de Resistência (1964 – 1979)”.

IVAN PINHEIRO



Carioca nascido na Boca do Mato em 1946, Ivan Martins Pinheiro é funcionário aposentado do Banco do Brasil e advogado. Iniciou sua militância política no movimento estudantil, onde foi diretor do grêmio estudantil do Colégio Pedro II e do Centro Acadêmico Luiz Carpenter (CALC) da Faculdade de Direito da UERJ. Foi militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) e, em 1976, ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB), onde hoje ocupa a função de Secretário Geral. Em 1978 foi candidato à presidência do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, num processo eleitoral histórico que durou um ano e dez meses. Após duas eleições anuladas pelo Ministério do Trabalho, na terceira a chapa de oposição, com expressiva votação, foi reconhecida vitoriosa e Ivan conduzido à presidência, na gestão 1979/82. No primeiro ano de mandato os bancários entraram em greve e o Sindicato sofreu nova intervenção. A intervenção durou setenta e quatro dias e a diretoria eleita foi reconduzida. Liderança sindical com projeção nacional, em 1980 Ivan foi eleito Secretário Geral da Intersindical do Rio de Janeiro e da comissão organizadora da 1º Conferência Nacional da Classe trabalhadora (CONCLAT), realizada em 1981, ano em que foi eleito para o Secretariado da Comissão Nacional Pró-CUT. Participou da chapa que venceu as eleições para o Sindicato dos Bancários, gestão 1982/85, como Delegado Efetivo representante junto à Federação. Foi candidato a deputado federal em 1986; a prefeito em 1996; a vereador em 2000 e, agora em 2006, é novamente candidato a deputado federal, sempre pelo PCB.

CYRO GARCIA

Mineiro de Manhumirim, Cyro Garcia nasceu em 26 de outubro de 1954 e, ainda criança, veio morar no Rio, no bairro de Vista Alegre. Ingressou no Banco União Comercial (que foi encampado pelo Itaú), no ano de 1973 e começou sua atividade sindical em 1976, ano que entrou para o Banco do



Brasil, na Frente de Oposição Sindical Bancária (FOSB). Participou do processo eleitoral de 1978, onde inicialmente seu grupo deu apoio crítico à chapa de oposição encabeçada por Ivan Pinheiro. Após a anulação do pleito pelo Ministério do Trabalho, seu grupo concorreu com chapa própria nas duas outras eleições. Participou do Comando de Greve de 1979, tendo destacada atuação no movimento de resistência à intervenção e de retomada do Sindicato. Encabeçou uma das chapas de oposição na eleição de 1982 e foi eleito vice-presidente no mandato 1985/88. Na eleição seguinte para o Sindicato, mandato 1988/91, foi eleito presidente da chapa vitoriosa. Com destacada atuação sindical e política, Cyro foi fundador do PT e da CUT, integrando a direção executiva da central por quatro mandatos. Fundador da tendência Convergência Socialista, Cyro é hoje da Direção Nacional do Partido Socialista Unificado (PSTU), partido pelo qual é candidato à Câmara dos Deputados nas próximas eleições de 2006.

3.1) A CRIAÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO RIO DE JANEIRO E AS CONQUISTAS HISTÓRICAS DA CATEGORIA – RETROSPECTIVA DAS DÉCADAS DE 30, 40 E 50.

Aos 28 dias de abril de 1964, relata [o interventor] as condições da sede (Av. Presidente Vargas, 502, 21º e 22º andares) como sendo:

- a) Aspecto geral normal;
- b) Existem mesas abertas à chave e outras também abertas, mas revelando terem sido levemente violentadas;
- c) Apesar do bom aspecto, verifica-se certo desalinho com relação a papeis e diversas publicações;
- d) Há mesas ainda fechadas, inclusive os cofres, que se encontram lacrados pelo DOPS.¹⁷⁹

Como procuramos demonstrar nos capítulos anteriores, as medidas políticas e policiais desencadeadas a partir do golpe de 1964, como as intervenções nos sindicatos, prisões de dirigentes e ativistas, cassações e perseguições dos que se opunham ao regime militar implantado, objetivavam, ao mesmo tempo, conter os movimentos sociais que pressionavam por mudanças no modelo de desenvolvimento dependente e abrir caminho para uma nova correlação de forças entre as frações do capital, onde o segmento ligado às finanças assumiria um papel preponderante.

¹⁷⁹ Livro de Termos de Posse do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado da Guanabara - Abertura do livro, p.02; anotação datada de 28 de abril de 1964.

O Sindicato dos Bancários do Rio foi um dos primeiros a sofrer intervenção, com seus dirigentes cassados e alguns detidos menos de um mês após o golpe militar. A primeira Junta Governativa foi instituída pela portaria 250, de 23 de abril de 1964, nos termos do artigo 528 da CLT. Pesquisando no Livro de Atas e Termos de Posse daquele período, encontramos esta “pérola” que utilizamos como epígrafe.

Note-se que, apesar de todo o cuidado com a utilização das palavras para descrever o estado em que se encontrava a sede do Sindicato após a ocupação policial, o senhor interventor não consegue disfarçar o grau de violência empregado. Em seu curto registro, reproduz elementos do discurso, doravante dominante, que empresta um sentido nebuloso ao termo “normalidade”: o de véu que servirá para encobrir as violências e desmandos da ditadura que se instalara. E não é outro o objetivo pelo qual utiliza termos como “*levemente violentadas*” e “*certo desalinho*” para descrever as gavetas arrombadas, os papéis e publicações espalhados e destruídos e os cofres lacrados pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)¹⁸⁰, órgão de repressão que, mais tarde, entraria “pela porta dos fundos da história” como principal centro de torturas do Regime. Diante do resultado da ação policial contra diretores, funcionários e o patrimônio do Sindicato, relata como sendo o “*aspecto geral normal*”. E é este discurso da “normalidade” que estará, ao longo dos subseqüentes vinte anos, ligado à consecução do objetivo de calar qualquer reação às medidas adotadas a partir do Golpe de Estado.

Já na primeira lista publicada de cassados pelo golpe, constam os nomes de alguns dos dirigentes bancários:

Interventores: Nilo França Júnior (Presidente), Appolonio Cherullo e Hilton Araújo Alves, este último, substituído por José Virgílio Simões de Castro, conforme portaria 355 de 11 de maio do mesmo ano.

¹⁸⁰ Departamento de Ordem Política e Social do governo brasileiro, criado pelo Decreto nº 11.782 de 20 de dezembro de 1940 e extinto em 1983. Atuava como uma polícia política encarregada de controlar movimentos de transformação da ordem social vigente. Durante o Regime Militar atentou violentamente contra os direitos humanos, intensificando torturas, execuções e cassações políticas.

ATO Nº 1, SUSPENDE DIREITOS POLÍTICOS

O Comando Supremo da Revolução resolve, nos termos do art. 10 do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, suspender, pelo prazo de dez anos, os direitos políticos dos seguintes cidadãos:

1. Luiz Carlos Prestes; 2. João Belchior Marques Goulart; 3. Janio da Silva Quadros; 4. Miguel Arrais de Alencar; 5. Darci Ribeiro; 6. Raul Riff; 7. Waldir Pires; 8. Gen. R/1 Luiz Gonzaga de Oliveira Leite; 9. Gen. R/1 Sampson da Nobrega Sampaio; 10. Leonel de Moura Brizola; 11. Clodsmith Riani; 12. Clodomir Moraes; 13. Hercules Correa dos Reis; 14. Dante Pelacani; 15. Oswaldo Pacheco da Silva; 16. Samuel Wainer; 17. Santos Vahlis; 18. Lincoln Cordeiro Oest; 19. Heber Maranhão; 20. José Campelo Filho; 21. Desembargador Osm Duarte Pereira; 22. Ministro José de Aguiar Dias; 23. Francisco Mangabeira; 24. Jesus Soares Pereira; 25. Hugo Regis dos Reis; 26. Jairo José Farias; 27. José Jofily; 28. Celso Furtado; 29. Marechal R/1 Osvino Ferreira Alves; 30. Josué de Castro; 31. João Pinheiro Neto; 32. Antonio Garcia Filho; 33. Djalma Maranhão; **34. Huberto Menezes Pinheiro**; 35. Ubaldino Santos; 36. Raphael Martinelli; 37. Raimundo Castelo de Souza; 38. Rubens Pinho Teixeira; 39. Felipe Ramos Rodrigues; 40. Alvaro Ventura; 41. Antonio Pereira Netto; 42. João Batista Gomes; 43. Ademar Latrilha; 44. Feliciano Honorato Wanderley; 45. Othon Canedo Lopes; 46. Paulo de Santana; 47. Luiz Hugo Guimarães; **48. Luiz Viegas da Mota Lima**; 49. Severino Schnaipp; 50. Meçando Rachid; 51. Newton Oliveira; 52. Demistóclides Baptista; 53. Roberto Morena; 54. Benedicto Cerqueira; 55. Humberto Melo Bastos; 56. Hermes Caíres de Brito; **57. Aluisio Palhano Pedreira Ferreira**; **58. Salvador Romano Lossaco**; **59. Olympio Fernandes de Mello**; 60. Waldir Gomes dos Santos; 61. Amauri Silva; 62. Almino Monteiro Alvares Afonso; 63. José Guimarães Neiva Moreira; 64. Clovis Ferro Costa; 65. Silvio Leopoldo de Macambira Braga; 66. Adahil Barreto Cavalcante; 67. Abelardo de Araujo Jurema; 68. Arthur Lima Cavalcante; 69. Francisco Julião; 70. José Lamartine Távora; 71. Murilo Costa Rego; 72. Pelopidas Silveira; 73. Barros Barreto; 74. Waldemar Alves; 75. Henrique Cordeiro Oest; 76. Fernando de Sant'Ana; 77. Helio Vitor Ramos; 78. João Doria; 79. Mario Soares Lima; 80. Ramon de Oliveira Netto; 81. Luiz Fernando Bocayuva Cunha; 82. Luiz Gonzaga de Paiva Muniz; 83. Adão Pereira Nunes; 84. Eloy Angelo Coutinho Dutra; 85. Marco Antonio; 86. Max da Costa Santos; 87. Roland Cavalcante Albuquerque Corbisier; 88. Sergio Nunes de Magalhães Junior; 89. José Aparecido de Oliveira; 90. Plinio Soares de Arruda Sampaio; 91. José Antonio Rogé Ferreira; 92. Rubens Paiva; 93. Paulo de Tarso Santos; 94. Moysés Lupion; 95. Milton Garcia Dutra; 96. Ney Ortiz Borges; 97. Paulo Mincaroni; 98. Armando Temperani Pereira; 99. Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo; 100. José Anselmo dos Santos.

Rio de Janeiro, GB, 10 de abril de 1964.

Arthur da Costa e Silva, General-de-Exército.

Francisco de Assis Correia de Mello, Tenente-Brigadeiro.

Augusto Hamann Rademaker Grunewald, Vice-Almirante.

Fonte: http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_10.htm (sem grifos no original).

Mas o que representavam esses bancários que os levou a integrar a primeira lista de desafetos do Regime em companhia de figuras nacionais de peso histórico como Luiz Carlos Prestes, João Goulart, Jânio Quadros, Miguel Arrais, Leonel Brizola e outros tantos? Recuperar um pouco da história do sindicato em que atuavam, o Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, serve como elemento

fundamental para situar também a trajetória e a formação das lideranças bancárias no período em concentramos nossa pesquisa.

Década de 30 – Da Fundação ao Estado Novo

A *Associação dos Funcionários de Bancos do Rio de Janeiro*, fundada em 05 de novembro de 1929, é transformada, em 17 de janeiro de 1930, em *Federação dos Bancários do Brasil*, com sede na Avenida Rio Branco, 151. Na época, o Rio de Janeiro era a capital da República. O objetivo era estimular a organização da categoria em todos os estados e reunir os bancários em uma única entidade nacional. No mesmo ano surgiu também a publicação *Bancário* que, a partir daí, sob a forma de jornal, de revista ou apenas páginas soltas (durante intervenções), circula com periodicidade variada até 1991, quando se torna jornal diário. Entre 1958 e 1964, foi o órgão nacional dos bancários.

Mas é a partir da nova Lei de Sindicalização decretada pelo governo federal em março de 1931, que os bancários do Rio e de São Paulo vão solicitar o reconhecimento oficial de suas entidades associativas, sendo substituída a denominação de Federação pela de *Sindicato Brasileiro de Bancários*, mantendo, no entanto, o objetivo inicial de representar a categoria nacionalmente.

As bandeiras de luta da categoria são: caixa de aposentadorias e pensões; salário mínimo profissional; jornada de 6 horas e fiscalização do trabalho. O horário de trabalho do bancário é das 7h30 às 18h30 (centro e zona urbana) e das 7h às 19h30 (zonas suburbana e rural).

No primeiro ano de existência oficial, o sindicato contava com 1480 sindicalizados, o que representava quase a metade dos trabalhadores em bancos no Rio de Janeiro. E em 1933, o jovem Sindicato Brasileiro dos Bancários, liderando uma campanha nacional pelo “horário higiênico”, desenvolve seu trabalho em três frentes: ao mesmo tempo que mobiliza a categoria nacionalmente, articula as negociações banco a banco com a pressão sobre o governo federal.

Apoiados ainda em fortes argumentos e pareceres médicos que mostravam que a categoria era vítima de várias doenças, como tuberculose e neurose, os bancários têm sua primeira vitória: pressionado pela ameaça de greve da categoria, o governo federal assina o *Decreto-lei 23.322, fixando a jornada de trabalho da categoria em 6 horas diárias, com 36 horas semanais, pois o bancário trabalhava*

também aos sábados e a extinção do trabalho aos sábados só seria conquistada nos anos 60.

No ano seguinte o Sindicato deflagra, a 6 de julho, a primeira greve dos bancários. A palavra de ordem era “*Bancário, ocupa teu posto*”. Deflagrada no dia 6 de julho de 1934, a greve dura dois dias, parando os bancários de quase todas as capitais do país¹⁸¹. E nova vitória é conquistada: além de uma estabilidade aos dois anos de trabalho, no dia 9 de julho o governo assina o decreto 24.615¹⁸² criando o *IAPB - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários*. O sindicato lutou muito para garantir que bancários dirigissem o IAPB¹⁸³, que se tornaria um exemplo de administração de pensões, aposentadorias e assistência médica, sendo extinto em 1966 pela ditadura que se impôs após o golpe de 64. Pois,

Ao contrário do IAPI [Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários], o IAPB teve uma gestão eminentemente política e, portanto, sujeita ao controle e pressão pela mobilização dos associados. Em diversos depoimentos, os segurados afirmam que o nível de assistência e benefícios concedidos pelo IAPB eram mais amplos e de melhor qualidade.¹⁸⁴

Além das campanhas de caráter corporativo, o Sindicato atua nas lutas pela unidade e participação dos trabalhadores nos rumos do país, organizando a Confederação Sindical Unitária do Brasil, que foi dirigida pelo bancário Spenser Bittencourt. Com todas as dificuldades do momento, a Confederação lidera a luta pela instituição do Salário Mínimo, negociando com o governo, pressionando os políticos, organizando atos e paralisações por todo o país.

A partir de 1935, aumentou a repressão policial sobre os trabalhadores. Intervenções em sindicatos, prisões e espancamento de trabalhadores, deportações e até assassinato de lideranças se tornam parte do dia-a-dia. Em julho daquele ano, nosso sindicato foi invadido pela polícia e todos foram presos.

¹⁸¹ Sobre a greve de 1934, ver OLIVEIRA, Ana Lúcia Valença de Santa Cruz. *Sindicato e Sindicalismo Bancário*, 1998, cap. VIII.

¹⁸² BRASIL, Decreto nº 24.615, de 9 de julho de 1934. 1935. Cria e regulamenta o IAPB. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro.

¹⁸³ “O IAPB foi o resultado da grande pressão dos bancários sobre o governo, e teve sua origem ligada à primeira greve nacional dos bancários. Este fato marcou as relações entre governo/IAPB/bancários durante toda sua existência. [...] A ligação entre o sindicato e o Instituto era tão umbilical, que a primeira administração do IAPB teve a participação direta do sindicato. De acordo com o depoimento de Luiz Viégas, antes mesmo de ser regulamentado e por iniciativa do sindicato, os funcionários e militantes sindicais foram cedidos para a estruturação e organização do IAPB.” OLIVEIRA, Ana Lúcia Valença de Santa Cruz. *Sindicato e Sindicalismo Bancário*, 1998, p.119.

¹⁸⁴ OLIVEIRA, Ana Lúcia Valença de Santa Cruz. *Sindicato e Sindicalismo Bancário*, 1998, p.118.

Destaca-se neste episódio a participação de uma bancária, Maria Francisca Moura, a primeira mulher diretora do sindicato, que se apresentou para ir presa em troca da liberação dos funcionários detidos.

Aproveitando o clima de terror implantado pelo governo, alguns bancários ligados ao movimento Integralista¹⁸⁵, versão brasileira do fascismo em ascensão na Europa, que haviam perdido a eleição para direção do sindicato no ano anterior, formam uma junta governativa para o sindicato. Recebem imediatamente apoio do governo e dos banqueiros, que elogiam a junta e apóiam sua atuação.

Com um discurso anticomunista, que pregava a despolitização do sindicato e o incremento do assistencialismo, em apenas um ano de gestão o número de sindicalizados passou de 2.597 sócios, em 1935, para 1.882, em 1936. Uma queda de quase 28%.

Na primeira eleição, em 1937, a oposição formada por bancários de esquerda, comunistas e independentes, vence por esmagadora maioria, retomando o sindicato para a categoria. São retomadas as bandeiras de luta da categoria, mas a conjuntura ainda não era favorável e, em novembro daquele ano, Getúlio Vargas, com um golpe de estado, implantou o que seria conhecido como o Estado Novo.

Ainda em 4 de abril de 1935, como resposta ao avanço da oposição capitaneada pela Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) (na clandestinidade entre 1930 e 1935), foi aprovada a lei de segurança nacional, que dava legalidade à perseguição política. Em 1 de março do mesmo ano, foi fundada a Aliança Nacional Libertadora (ALN) e Prestes foi o presidente de honra. O clima tenso e de grande mobilização se radicalizou após o levante de 35.¹⁸⁶ O Sindicato dos Bancários participava dessa conjuntura.

Uma nova constituição foi decretada, abolindo os partidos políticos e fechando o Congresso Nacional. A oposição foi duramente perseguida e a repressão sobre os trabalhadores intensificada, com as reuniões sindicais dependendo de autorização da polícia política, que coloca agentes dentro das entidades.

¹⁸⁵ Cf.: REALE, Miguel. "ABC do Integralismo", in Obras Políticas (1931/1937), Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. SALGADO, Plínio. O que é o Integralismo. Rio de Janeiro: Schmidt Editora, 1933. TAVARES, José Nilo. "Conciliação e radicalização política no Brasil". Petrópolis: Editora Vozes, 1982. TRINDADE, Hégio. Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Editora Difel, 1979.

¹⁸⁶ Cf.: ROEDEL, Hiran (org). PCB: 80 anos de luta, 2002, p.24 – 32.

Em 1939, nova lei regulamentando os sindicatos coloca mais restrições à ação sindical. A direção do sindicato, mesmo sob as novas condições restritivas impostas, procurou manter o sindicato aberto à categoria, que respondeu retomando o nível de sindicalização, que passou dos 1.882 para 2.409 associados em 1939. Lutou também por manter a representação dos bancários do Banco do Brasil (BB) que, de acordo com o artigo 50 da nova lei, perderiam o direito de sindicalização. Esta luta também foi vitoriosa, consolidando em 1941, no novo estatuto de enquadramento, a manutenção da representação dos bancários do BB pelo sindicato.

Década de 40 – O sindicato e as mobilizações da sociedade civil

O nome do sindicato mudaria novamente, desta vez por força de outra legislação sindical federal, em 8 de maio de 1941, quando o *Sindicato Brasileiro de Bancários* passa a se chamar *Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Distrito Federal*.¹⁸⁷

Pressionado por manifestações da população, revoltada com o torpedeamento de navios brasileiros, e pelo governo dos Estados Unidos, em 1942 Getúlio Vargas rompe relações com as nações do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e liquida os bancos “*Germânico*”, “*Alemão Transatlântico*” e “*Francês e Italiano para a América do Sul*”. O Sindicato intervém em defesa do emprego dos bancários dos chamados “bancos do Eixo”. Justificando tratar-se de trabalhadores, propõe a garantia do emprego. Através de comissão criada no Sindicato, é feita, por sorteio, a distribuição dos funcionários daquelas instituições para bancos e empresas que oferecem vagas.

O Brasil declara guerra aos países do Eixo em 1943. Por pressão popular é criada a Força Expedicionária Brasileira (FEB), à qual se incorporam muitos bancários. O Sindicato cria a Comissão de Ajuda ao Bancário Convocado, para recolher contribuições (agasalhos, comestíveis, cigarros) destinadas aos pracinhas bancários. Torna-se muito importante a figura do “padrinho” ou “madrinha”, que

¹⁸⁷ O nome do Sindicato sofreria alterações após a mudança da capital para Brasília (em 9 de abril de 1973 – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado da Guanabara), e com a fusão dos antigos estados do Rio e da Guanabara, adquirindo em 26 de dezembro de 1975 a denominação de Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Município do Rio de Janeiro. E, com a inclusão da representação dos trabalhadores das financeiras, assumiu a denominação de Sindicato dos Bancários e Financiários do Município do Rio de Janeiro.

"adota" um bancário expedicionário e mantém com ele correspondência, além do compromisso de apoiá-lo caso retorne da guerra com seqüelas.

Com a relativa abertura democrática, é eleita nova diretoria do Sindicato. Tem início a campanha por salário profissional e quadros de carreira, antiga reivindicação desde a década de 30, agora tendo como paradigma o funcionalismo do Banco do Brasil, embora em valores mais modestos. Pela primeira vez, é introduzida nas campanhas reivindicatórias a apresentação de dados estatísticos (salários e lucros) elaborados pelo Sindicato.

A época é de intensa mobilização da sociedade civil. São lançadas as campanhas pela anistia política e pela convocação de Assembléia Nacional Constituinte. O Sindicato participa de ambas, organizando grandes assembléias.

Após prolongadas negociações com os banqueiros, mediadas pelo Ministério do Trabalho, em 1946 os bancários deflagram em todo o país greve por salário profissional e quadro de carreira. São 19 dias de paralisação total, com intensa atividade de rua e grande apoio da classe trabalhadora, da sociedade e da Assembléia Constituinte. A categoria constitui um fundo de greve: as bancárias se reúnem na frente do Sindicato com vasilhas de leite para recolher as contribuições. E os bancários fazem a coleta "vestidos" de cartazes com palavras de ordem. São os "homens-sanduíche", conjugando divulgação da luta e arrecadação de dinheiro.

É negociado o fim da greve com garantia no emprego e pagamento dos dias parados, aumento geral de 300 cruzeiros (para a maioria dos bancários de bancos particulares representou até 100% de reajuste) e o compromisso do governo de convocar uma comissão paritária para prosseguir os estudos sobre salário profissional e quadro de carreira.

O presidente da república, General Eurico Gaspar Dutra, desencadeia uma das mais fortes repressões ao movimento sindical. Dissolve com extrema violência a greve dos trabalhadores do grupo Light (luz, gás, telefone, esgoto e carris urbanos). Intervém no Sindicato dos Bancários e na quase totalidade dos sindicatos de trabalhadores em todo o país. Dirigentes sindicais e lideranças nos diversos bancos são presos e demitidos. O presidente do Sindicato, Antonio Luciano Bacellar Couto, e o secretário-geral, Olympio Fernandes Mello, funcionários do Banco do Brasil, são transferidos, respectivamente para Maceió e Penedo. O Estado de Alagoas é governado por Silvestre Péricles de Góes Monteiro. Truculento e arbitrário, Góes Monteiro anuncia sua intenção de matar todos os comunistas.

Dezenas de bancários assinam um manifesto em solidariedade aos dois sindicalistas. Todos são presos.

Com os recursos de um dia do aumento do acordo salarial, é adquirida na planta, a sede social da Avenida Presidente Vargas, 502 - 21º e 22º andares.

No período entre 1947 e 49, sucedem-se as intervenções no Sindicato, com juntas integradas por bancários ou por funcionários do Ministério do Trabalho.¹⁸⁸

Década de 50 – a afirmação de uma hegemonia.

O V Congresso Nacional dos Bancários, reunido em 1953 na cidade de São Paulo, aprovou a constituição da Comissão Permanente Nacional dos Bancários, sob a presidência do Sindicato do Rio de Janeiro. É o embrião da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (Contec). A diretoria do Sindicato do Rio, em virtude de portaria do Ministério do Trabalho, resolveu dissolver a Comissão. O Congresso aprovou o Dia Nacional do Bancário, em 28 de agosto, como homenagem à heróica greve paulista de 69 dias.

O presidente da República, Getúlio Vargas, suicida-se em agosto de 1954.

Realiza-se eleição no Sindicato e a oposição vence. O Ministério do Trabalho retarda a homologação da eleição e não autoriza a posse da chapa vencedora.

Findo o mandato e diante da ameaça de intervenção, foi convocada assembléia geral, que elege uma Junta Governativa Provisória, com a missão de dar posse à diretoria eleita. A junta foi constituída por um representante de cada chapa que havia concorrido às eleições, sob a presidência de Aluizio Palhano, da Unidade Democrática, grupo de sindicalistas sob a hegemonia do PCB.

A nova diretoria foi empossada em 1955. O Sindicato viveu um período de ampla mobilização. Inicia-se uma campanha de sindicalização, que dobra o número de sindicalizados, atingindo cerca de 80% da categoria.

A campanha salarial atraiu milhares de bancários às assembléias. A pauta de reivindicações da campanha salarial inclui o restabelecimento, através de projeto de lei, da aposentadoria ordinária (tempo de serviço) que fora suspensa; a extinção do trabalho aos sábados; e a redução na jornada de trabalho do pessoal de portaria para seis horas.

¹⁸⁸ Este é o momento em que se inicia a conjuntura da Guerra Fria, a partir da Doutrina Truman, que permitia a intervenção dos EEUA em qualquer país considerado sob ameaça comunista. Nesta conjuntura, em 1947, o Brasil rompeu os vínculos diplomáticos com a URSS e o registro do PCB foi cancelado.

É adquirida a sede campestre de Jacarepaguá (em 10 de novembro de 1956), inaugurada em 17 de fevereiro de 1957.

Em cumprimento às deliberações do VI Congresso, são organizadas várias federações de bancários, entre as quais a Federação dos Bancários do Distrito Federal e dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, que foi oficialmente reconhecida em 21 de maio de 1958 e teve como primeiro presidente Luiz Viégas da Motta Lima.

A Câmara dos Deputados revoga o Decreto 9.070 (antigreve) e regulamenta o direito de greve, considerando “lícitas as de natureza econômica, incluindo-se as simbólicas e as de solidariedade” Impõe, entretanto, aviso prévio de 48 horas à empresa.

De 21 a 27 de abril do mesmo ano de 1958 foi realizado, em Belo Horizonte, o VII Congresso Nacional dos Bancários. O vice-presidente da República, João Goulart, compareceu à sessão de encerramento.

Vitórias do VII Congresso: reconquista da aposentadoria ordinária (tempo de serviço) pela Lei 3.322; nomeação dos delegados regionais do IAPB eleitos pelos bancários; ganhos no IAPB, inclusive com aplicação exclusiva de seu patrimônio no interesse da classe; e reemprego para os bancários de bancos liquidados extrajudicialmente.

Em julho foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (Contec), que passa a dirigir as lutas nacionais da categoria. É a primeira confederação organizada por trabalhadores e não por decreto governamental. Assinado o Decreto 46.543, de 4 de agosto, que reconhece a Contec (Diário Oficial da União, edição de 5/8/59).

Tanto a Federação DF/RJ/ES quanto a Contec funcionam em salas cedidas pelo Sindicato do Rio, que até a regularização do processo de financiamento das duas instituições dá apoio também com recursos materiais.

Em dezembro foi eleita a nova diretoria do Sindicato, encabeçada por Aluizio Palhano.

Em 17 de agosto, solenidade comemora o reconhecimento da Contec, com a presença do vice-presidente João Goulart.

Décadas de 1930/1940/1950



Apesar da repressão, bancários fazem assembléia



Embarque, de navio, para o Congresso de Bancários em Recife



Assembléia discute o salário mínimo do bancário



Almoço de confraternização no restaurante do Saps



Sindicalistas comemoram o 10º aniversário do IAPB



Assembléia discute quadro de carreira



Luta pela aposentadoria por tempo de serviço



Em frente ao Ministério do Trabalho, 8 mil bancários cariocas exigem aumento



Nova ambulância e
equipe de enfermagem
do IAPB



Sede campestre, adquirida em
1956



Posse da primeira diretoria da
Federação dos Bancários



Bancários enterram decreto que
proíbe greve



1942 Entrega do Avião



1944 - 10 anos da criação do Instituto dos
Bancários

3.2) “LEVEMENTE VIOLENTADAS” – A AÇÃO SINDICAL NA DÉCADA DE 1960.

Como vimos nos capítulos anteriores, o modelo de desenvolvimento adotado nos anos 50 gerou um processo de crescente oligopolização, com disputas entre os grupos empresariais pela hegemonia, tanto na economia quanto no aparato do Estado. O início da década de 1960 será fortemente marcado pelo crescimento das lutas de massas e por uma conseqüente politização destas lutas. Com inflação ascendente e salários comprimidos, os trabalhadores entraram em cena disputando também mudanças no modelo de desenvolvimento, que se materializavam na luta pelas Reformas de Base¹⁸⁹.

Em seu depoimento, Edmílson Martins, bancário católico militante que teve atuação de destaque nos anos 60 e 70, destaca como os elementos culturais e conjunturais influenciaram na formação de várias lideranças daquele período.

Havia uma grande efervescência, todo um clima, e nós éramos influenciados por aquele momento. Muitas lideranças sindicais, inclusive em outras categorias, surgiram a partir daquela efervescência política, com o movimento dos trabalhadores rurais, as Ligas Camponesas, sobretudo em Pernambuco, com Francisco Julião; com a atuação da Igreja Católica, que tomava posição firme, a partir da ala mais progressista, liderada por Dom Élder Câmara, que incentivava a participação e a organização dos trabalhadores, no campo e nas cidades.

Aí, veio o Concílio Ecumênico, com o Papa João XXIII, em 1962 ou 1963, lembrando a “*Rerum Novarum*”,¹⁹⁰ com a “*Mater et Magistra*” e a “*Pacem in Terris*”, abrindo a Igreja para o mundo. O Papa anterior, o Pio XII, era muito ligado no céu e desligado dos problemas da terra. E o João XXIII veio ligando a Igreja ao céu e à terra, dizendo que é preciso que a gente cuide disso aqui.

Esse Concílio Ecumênico veio em um momento em que havia muitas tentativas de mudanças no mundo: a Revolução Cubana, com Fidel Castro; o assassinato de Kennedy; Martin Lutherking; os questionamentos contra a guerra do Vietnã. Isso tudo estava nesse bojo e influenciou toda a juventude daquela época. Aquele momento me influenciou muito e, a partir daí, eu fiquei mais voltado para a questão social. E, ainda no Banco de Crédito Real, eu já comecei a entrar no movimento sindical.

Ninguém me levou, foi o próprio momento. Isso foi em 1960, 1961 e o Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro já estava bem atuante. Eu me lembro que a greve de 61 ou 62 mexeu muito, eu participei, as assembleias eram no salão do Automóvel Clube, e foi então que eu me associei ao Sindicato. E havia todas essas lideranças: o Palhano, Olympio de Melo, o Humberto Campbell, o Pereirinha, o Viégas. Havia um grupo muito atuante

¹⁸⁹ “Conjunto de mudanças na ordem sócio-econômica do Brasil que eram reivindicadas durante o governo João Goulart (1961-64). Entre essas modificações destacam-se as reformas agrária, urbana, universitária e tributária, além da nacionalização de vários setores industriais (como energia elétrica, refinarias de petróleo, indústria químico-farmacêutica) e da limitação da remessa de lucros para o exterior. O movimento pelas reformas de base foi interrompido com a deposição de Goulart em abril de 1964”. SANDRONI, Paulo. Novo Dicionário de Economia, 1994, p. 298.

¹⁹⁰ A encíclica “*Rerum Novarum*” é de Leão XIII, de 1894.

do Credireal, com o Toledo e o João Alberto também. A atuação desses companheiros me influenciou muito.

Você falou da questão de visão de mundo: na verdade, aquelas lideranças daquele momento, da década de 60, que já vinham da década de 50, e eram lideranças muito conscientizadas politicamente. Estes que citei, por exemplo, e outros daquele tempo, eram lideranças que não faziam sindicalismo simplesmente no sentido do sindicato ser um órgão reivindicador de salário. Havia um sentido muito mais amplo do movimento dos trabalhadores: viam o sindicato como um instrumento de transformação da sociedade e não simplesmente para garantir emprego e salário. Isso funcionava, mas não era o principal. Tudo tinha que estar ligado a um sentido maior da sociedade: da dignidade do trabalho; do respeito à dignidade do trabalhador. (informação verbal)¹⁹¹

Os bancários, que vinham organizando suas entidades regionais (Federações) e nacional (Contec) desde o final da década de 1950, acumularam grande respeito entre os demais trabalhadores e na sociedade, por suas ações políticas e de solidariedade. Várias lideranças bancárias participavam das organizações intersindicais regionais e nacionais, assim como de fóruns tripartite, com destacada atuação dos bancários cariocas que, além dessa atuação de cunho mais político, se empenhavam em fortalecer o Sindicato junto à categoria, construindo uma organização de base, centrada nas comissões por banco, e investindo numa estrutura que aproximasse o Sindicato dos locais de trabalho e moradia.

Dentro dessa diretriz, o Sindicato de Bancários, em 23 de fevereiro de 1960, inaugura sua 1ª delegacia, no bairro de Madureira (a segunda será a de Campo Grande, em 24 de março de 1962), ao mesmo tempo em que participa da organização da I Convenção Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito, de 24 a 28 de março do mesmo ano, que contou com a participação das entidades sindicais dos bancários e dos securitários de todo o país.

A organização das mulheres também requeria a atenção do Sindicato, que investia em vários cursos voltados para as bancárias e para as esposas e filhas dos bancários, segundo o jornal Bancário desse período.

As atividades eram coordenadas pelo Departamento Feminino, que tinha como bandeira de luta exigir dos bancos a criação de creches regionais. Já no início de 1961, articuladas com outros sindicatos de trabalhadores, as bancárias organizaram uma grande passeata e ocuparam a Avenida Rio Branco, com seus

¹⁹¹ OLIVEIRA, Edmílson Martins de. Entrevista concedida a Renato Lima, realizada no dia 26 de junho de 2006.

filhos em carrinhos de bebês. Os bancários, como destaca o *Bancário* de março daquele ano, se uniram a elas na mobilização.

Nos anos 60, as bancárias tiveram expressiva atuação também nas greves, como na de 1961, quando organizam piquetes só de mulheres, distribuem refeições aos grevistas, discutem com a sociedade as reivindicações e participam das passeatas. Na assembléia que decidiu o fim da greve, as bancárias receberam flores de seus colegas, em agradecimento pela firmeza, simpatia e apoio.

Com a transferência da capital para Brasília, o antigo Distrito Federal torna-se Estado da Guanabara¹⁹². As conseqüências políticas, econômicas e sociais dessa mudança também serão sentidas ao logo da década, a até posteriormente, pelo esvaziamento relativo do papel que a cidade representava no contexto nacional.

Mas a dimensão da importância política do Sindicato pode ser comprovada em situações como a da realização, de 8 a 13 de Maio, da II Convenção Nacional de Bancários e Securitários, no Rio de Janeiro, que se encerrou com um almoço no Saps (Serviço de Alimentação da Previdência Social) da Praça da Bandeira, ao qual compareceram várias autoridades, dentre elas o vice-presidente João Goulart.

A II Convenção Nacional definiu uma campanha centrada nos seguintes eixos: fim do trabalho aos sábados, estabilidade aos dois anos de serviço e repúdio à possibilidade de retorno da jornada de oito horas de trabalho, cogitada pelos banqueiros.

O ano de 1961 seria marcado pela crise política devido à renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961. Setores da direita tentam impedir a posse do vice-presidente João Goulart, que só se viabilizaria em setembro. O Sindicato participou ativamente da organização da resistência ao golpe liderado por setores conservadores que já se articulavam por uma solução de força como resposta à crescente mobilização política do movimento de massas.

Segundo Edmílson, os bancários do Rio acompanhavam o desenrolar da crise política, tendo na imprensa sindical um instrumento de politização e mobilização:

¹⁹² Cf.: BRASILEIRO, Ana Maria. A fusão: análise de uma política pública. Série Estudos para planejamento – 21. IPEA. Brasília. 1979. CUNHA, Luiz Roberto. Crise econômica: Rio de todas as crises. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1990 (Série Estudos e Pesquisa). FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA GUANABARA; CENTRO INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. A fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, [S.l.], 1969. 2 v. FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). Rio de Janeiro: Uma cidade na história. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2000. MOTTA, Marly Silva da. Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara. Rio de Janeiro: ALERJ: 2001

E esse foi também o momento da transição do Jânio Quadros para o João Goulart: O Jango toma ou não toma posse; impede, não impede. Discutia-se muito isso dentro dos bancos. Mas o Sindicato, naquele momento, estava bem integrado nos movimentos políticos. E apoiava a posse do Jango, contra o golpismo - porque eles queriam dar o golpe ali, o golpe de 64 era para ser dado ali, na renúncia de Jânio Quadros, impedindo a posse de João Goulart.

Eu ainda não tinha participação sindical, mas os panfletos do sindicato chegavam lá no banco. (informação verbal)¹⁹³

É neste contexto que será organizada a greve nacional de nove dias, de 18 a 26 de outubro, por reajuste de salários, considerada a maior e mais importante paralisação da categoria desde a fundação do Sindicato até aquela data.

Para Leôncio Martins Rodrigues (1986)¹⁹⁴, a década de 60 iniciou-se em meio a um crescente acirramento dos conflitos dos conflitos políticos e desequilíbrios no sistema do poder. Para ele, apesar dos sindicatos apesar dos sindicatos não terem sido o “ator principal” no processo, nem os conflitos serem consequência direta da luta entre capital e trabalho, eles cumpriram um papel importante “na luta pelo poder que envolveu a opção por diferentes modelos de desenvolvimento”. Ou seja, estiveram no centro da luta política, compondo a “ampla e difusa frente nacional-populista”. (Rodrigues, 1986, p.541-2)¹⁹⁵

Num quadro de inflação ascendente, que se agravava desde o final da década anterior, a questão salarial seria central. Dados do jornal *Bancário* dão conta de que a grande maioria da categoria recebia, em termos líquidos, menos de um salário mínimo da época. Como o salário de um trocador de ônibus era de quinze mil cruzeiros, o que correspondia à remuneração de um chefe de seção dos bancos, o *Bancário* publicou uma foto onde um grupo de bancários mostra, ironicamente, um cartaz com a palavra de ordem pela “Paridade com os Trocadores de Ônibus”.

No Rio, cerca de 15 mil bancários participam de assembléia de 17 de outubro, no salão do Automóvel Clube do Brasil. Segundo o *Bancário Extra*, de 18 de outubro de 1961:

A alegria da massa bancária, quando percebeu que, por fim, passaria à greve, foi tamanha que, a partir de então, a assembléia mais parecia uma festa. Bancários pulavam, erguendo os braços, entoando gritos de luta e suas fisionomias se abriam em amplos sorrisos: na verdade festejavam a sua unidade, a grande força que os há de levar ao triunfo final.¹⁹⁶

¹⁹³ OLIVEIRA. Entrevista já citada.

¹⁹⁴ RODRIGUES, Leôncio Martins. “PCB: os dirigentes e a organização” In: FAUSTO, Boris (org.) História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano III. Sociedade e Política (1930-64), 1986, p. 506-555. Apud.: OLIVEIRA, Ana Lúcia Valença de Santa Cruz, Sindicato e Sindicalismo Bancário, 1998.

¹⁹⁵ OLIVEIRA, Ana Lúcia Valença de Santa Cruz, Sindicato e Sindicalismo Bancário, 1998, p.225.

¹⁹⁶ “A greve está decretada: ovação ensurdecadora”. *Bancário, Extra*, nº2, 18 de outubro de 1961, p.8 apud OLIVEIRA, Ana Lúcia Valença de Santa Cruz, Sindicato e Sindicalismo Bancário, 1998, p.229.

Decretam a greve e fazem passeata na Avenida Rio Branco, desde a Rua do Passeio até a sede do Sindicato. Segundo Luiz Viégas da Motta Lima, então presidente da Federação de bancários dos Estados da Guanabara, Rio de Janeiro e Espírito Santo, “os piquetes foram mobilizados na sede do Sindicato, após a passeata, para amanhecerem nas portas dos bancos. O grau de mobilização e consciência era de tal ordem, que os piquetes eram mais figurativos e pequenas reuniões com animada participação de militantes”.¹⁹⁷ De fato, os piquetes estabeleciam uma relação entre os bancários grevistas e o comando, além de prestarem esclarecimentos à população sobre as razões do movimento.

Como ressalta Ana Lúcia Santa Cruz,

Os piquetes serviam de ligação entre o comando e os bancários grevistas e foram, certamente, um dos elementos de maior importância do movimento. Na opinião dos redatores do jornal *Bancário*, a atuação dos piquetes levou a “inestimáveis experiências” e foi uma fonte inventiva e inovadora que dava nova vida e novo impulso à greve. [...] Bem organizados, numerosos, com bons comandantes, disciplinados e firmes, ganharam para si, desde o início do movimento, a simpatia do povo, dos comerciantes e até dos “Cosme-e-damião” que guardavam as portas dos bancos.¹⁹⁸

A paralisação se alastrou pelo país ganhando, dia-a-dia, a adesão de toda a categoria. Registrou-se, também, a solidariedade de outros trabalhadores brasileiros e de bancários da Venezuela, do Paraguai e dos Estados Unidos. Ganha também o apoio dos sindicatos de marítimos, estivadores, portuários, ferroviários, aeronautas e aeroviários. É histórica a participação dos ferroviários da Leopoldina, que aderiram à passeata dos bancários carregando uma faixa que resume a união dos trabalhadores: “Aviso dos ferroviários da Leopoldina: que ninguém toque nos bancários”. Outro registro interessante é o de que, em contraposição à pressão policial do governo estadual de Lacerda, o Sindicato instituiu a distribuição, via piqueteiros, de vales-refeição e cafezinho para os soldados da PM que estavam destacados nas portas dos bancos.

Quanto ao comando da greve, que era constituído pela direção do Sindicato, da Federação e da Contec, dirigia o movimento, encaminhava as negociações e elaborava os comunicados. Todos os dias eram realizadas reuniões de avaliação com os comandantes de piquetes, as Comissões de Salários e as Comissões

¹⁹⁷ LIMA, Luiz Viégas da Motta. Entrevista concedida a Renato Lima, realizada no dia 08 de junho de 2006.

¹⁹⁸ OLIVEIRA, op.cit., p.236-7.

Sindicais, que analisavam a situação, preparavam as assembléias e demais atividades da greve. A própria preparação anterior à greve foi amplamente debatida com as Comissões Sindicais, de forma que, antes da eclosão do movimento, já se tinha uma avaliação realista de quais bancos e em que percentual se processaria a adesão da categoria.

Como destaca Badaró,

o trabalho das comissões era complementado, quando estourava a greve, pela ação dos piquetes. A base dos piquetes era formada pelos membros das comissões, em geral atuando em portas de bancos diferentes dos seus locais de trabalho.¹⁹⁹

As três grandes greves da categoria realizadas entre 1961 e 1963, que resultaram em conquistas históricas como o salário profissional, o anuênio e as comissões de função, por seu caráter geral e nacional, seguiam uma lógica que exigia também um comando com capacidade de organização e articulação nacionais. Neste sentido, os órgãos de cúpula da estrutura sindical dos bancários desempenhavam destacado papel, o que não significava que as bases deles participassem apenas por adesão à convocação da estrutura sindical oficial, do alto de seu poder outorgado pelo Estado, ou mesmo às palavras de ordem das lideranças, numa relação “cupulista”, “de fora para dentro das empresas”.

Segundo vários depoimentos que coletamos, os piquetes funcionavam também como espaço de discussão política entre os bancários e a própria população, não só das questões eminentemente sindicais, mas serviam também para o trabalho de arregimentação de novas lideranças.

Edmílson Martins esclarece que,

Quando se preparava uma greve, pois a greve era preparada com antecedência, com a participação das comissões sindicais organizadas dentro dos bancos. O Banco do Brasil, por exemplo, tinha uma comissão sindical que tinha umas 250 pessoas; o BEG também tinha uma muito atuante; o Banco de Crédito Real e outros. E, quando se decidia uma greve, antes passava por uma discussão interna em todas as comissões e, nessas discussões, a orientação da direção sindical – porque a direção sindical não era simplesmente a diretoria, porque a diretoria dirigia o sindicato com todas essas comissões de base - antes ouvia esse pessoal todo. Eram verdadeiras assembléias para discutir antes de decidir uma greve e, nessas condições, se debatia a necessidade da organização para a greve ser vitoriosa, como uma necessidade para o crescimento do movimento dos trabalhadores. E, geralmente, nos piquetes, para os quais os bancários

¹⁹⁹ MATTOS, Marcelo Badaró, *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. 1998, p.185-186.

eram convidados a participar, em cada piquete havia um coordenador, uma pessoa politizada, com essa visão de organização, de atrair as pessoas. (informação verbal)²⁰⁰

Neste sentido, o depoimento prestado por Roberto Percinoto, ativo militante que presidiu o Sindicato na gestão 1982 – 1985, e registrado no livro de Edmilson é emblemático. Perguntado como e por que entrou para o movimento sindical, Percinoto responde:

Foi durante a campanha salarial de 1961, que culminou numa greve de nove dias. Fiz parte de um piquete comandado por Arildo Sales Dória, do Banco do Brasil. Arildo, além de grande ativista sindical e político, era um grande organizador. Nosso piquete tinha até boletim diário. Todos os seus integrantes filiaram-se ao antigo PCB, por influência do Arildo. O motivo principal do meu ingresso no movimento sindical foi a reivindicação salarial.²⁰¹

A greve é vitoriosa e os bancários atingiram o maior índice de sindicalização do país: 90% da categoria.

Entre as conquistas estão o anuênio, aumento geral de 40% com mínimo de 7 mil cruzeiros, salário profissional, gratificação de função, pagamento integral dos dias parados e instituição da data-base em 1º de setembro - um marco na história dos trabalhadores, abrindo caminho para outras categorias conquistarem sua data base. É também aprovada em assembleia a contribuição de um dia de salário para pagamento das despesas da campanha e realização da Festa da Vitória.

Neste mesmo ano, surge a Comissão Permanente da Organização Sindical, que reúne bancários, têxteis, gráficos e marceneiros. Um exemplo para os outros estados na busca pela unificação dos trabalhadores de várias categorias.

Depois de muita pressão, em 19 de dezembro, a portaria 67/61 do Tribunal de Justiça extingue o trabalho aos sábados, com compensação de meia hora nos demais dias da semana. Mas a luta pela extinção do trabalho aos sábados continua, pois nem todos os bancos respeitam a portaria. E em 21 de agosto de 1962, um acordo com os banqueiros extingue o trabalho aos sábados.

Em 30 de janeiro, o presidente João Goulart autoriza o IAPB a comprar o Hospital dos Bancários - que seria inaugurado em 15 de dezembro de 1962 – que é hoje o Hospital da Lagoa.

²⁰⁰ OLIVEIRA. Entrevista já citada.

²⁰¹ OLIVEIRA, Edmilson Martins, Bancários: Anos de Resistência (1964-1969). 2004, p.148.

No dia 6 de dezembro foi deflagrada greve nacional dos bancários, por 24 horas, contra o projeto de reforma bancária conservadora; pelo pagamento do 13º salário e pela equiparação dos bancos oficiais mineiros ao BB. Na Guanabara, a greve para todos os bancos.

A Contec lança o decálogo de princípios da reforma bancária progressista, que norteou o projeto de lei apresentado na Câmara pelo deputado federal Salvador Romano Lossaco, sindicalista bancário de São Paulo, um dos incluídos na primeira lista de cassações em 1964. É tão avançado que, 20 anos depois, foi utilizado pela Confederação Nacional dos Bancários (CNB) no projeto de reforma do sistema financeiro.

A partir das lições tiradas das greves de 1961 e 1962, em 1963 são instituídas as “grevilhas”, ou “greve bossa nova”, que eram paralisações seqüenciais de 24 horas por grupos de bancos. Na pauta, reajuste salarial, pagamento do 13º salário e cumprimento da extinção do trabalho aos sábados, que alguns bancos ainda insistiam em ignorar. Esta tática levava em conta a absorção dos processos de paralisação geral da categoria por parte dos bancos que, inclusive, barganhavam compensações do governo após as greves.

Os bancários também lançavam mão da mediação do Estado em seus movimentos, mas, como ressalta Badaró:

A “grevilha” [...] demonstra que este não era o único caminho, pois a greve por empresas forçava a negociação direta com os banqueiros e fora pensada como forma de evitar as compensações que o Estado oferecia aos empresários do setor. Indo além, os bancários incluíram durante aquelas anos em seu elenco de temas para a discussão interna e nas pautas de reivindicações das mobilizações, o Contrato Coletivo de Trabalho, com abrangência nacional, que mesmo sendo pensado como algo não totalmente oposto à estrutura sindical vigente, constituiria na prática um contraponto à função mediadora do Estado²⁰²

A tática das “grevilhas” só era possível pela articulação de um comando central com visão estratégica nacional e uma organização de base, as comissões sindicais por banco, com grande capilaridade e fortemente enraizadas. Exemplo disso, após uma semana de movimento os banqueiros cederam, o reajuste foi efetivado e as demais cláusulas atendidas e os bancários organizaram um fundo para pagar os dias de greve que seriam descontados dos funcionários do Banco Mercantil de São Paulo, numa demonstração de unidade e solidariedade.

²⁰² MATTOS, Marcelo Badaró, *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. 1998, p. 188.

Inicia o ano de 1964. Os bancários junto com outras categorias, através da Comissão Permanente de Organização Sindical (CPOS), organizam o histórico comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, para acelerar as reformas de base do presidente João Goulart. Cerca de 200 mil pessoas comparecem.

Em 1º de abril, os militares depõem o governo João Goulart, impondo o fechamento dos sindicatos, prisão, destituição e demissão das principais lideranças em todo o país. O Sindicato é invadido pelos militares e interventores assumem a diretoria e tentam convocar uma assembléia, no auditório do Automóvel Clube, para aprovar a proposta salarial dos banqueiros. Os bancários compareceram em massa e Humberto Campbel, presidente cassado do Sindicato, propôs a destituição dos interventores da direção dos trabalhos. Os interventores recorreram à ação policial e um choque da Polícia Militar invadiu o Automóvel Clube e dispersou a assembléia.

A violência do golpe de 64²⁰³ afastou do movimento sindical várias lideranças importantes. Dentre os bancários cariocas, todas as lideranças históricas da categoria foram impedidos de atuar no Sindicato. Mas, mesmo sob a repressão, o movimento continuou sendo encaminhado, agora com pesadas restrições, pelas lideranças intermediárias formadas na ação sindical, nas comissões sindicais por banco, nos piquetes e nos grupos políticos, com destaque para o PCB e os grupos católicos, sejam progressistas ou conservadores.

Edmílson dá detalhes sobre aquele momento:

[...] até aquele momento, (1961, 62) eu era sindicalizado e participava das greves, mas não tinha muito envolvimento. A partir de 1963 é que eu comecei a participar das assembléias, das reuniões de banco, do sindicato. Mas, aí, veio o Golpe de 64, as perseguições e a debandada geral: Palhano e Viégas foram para o exílio; Pereirinha e Campbell foram presos. Daquelles que tinham uma atuação mais de frente, os que não se exilaram foram presos. O Olympio de Melo o único que não foi preso nem se exilou, mas, acho que, por ele ter sido Juiz Classista no Tribunal Superior do Trabalho, é que não fizeram nada com ele. Mas, mesmo assim, também não pode ter mais atuação nenhuma. Então esse pessoal todo foi banido do movimento, restando uma militância que não estava à frente da direção do sindicato: aquela militância dos piquetes, das comissões sindicais de banco, que, por não estarem à frente do sindicato, não eram muito visados pela repressão. Então, Degerando, Fagundes, Jorge Couto, Percinoto, Barata, José

²⁰³ Cf.: ASSIS, Denise. Propaganda e cinema a serviço do golpe, 1962/1964. Rio de Janeiro. Mauad. FAPERJ. 2001. CHIAVENATO, Julio José. O golpe de 64 e a ditadura militar. São Paulo. Moderna. 1994. DULLES, John W. F. Castello Branco: o presidente reformador. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 1983. GARCIA, Nelson Jahr. Sadismo, sedução e silêncio: propaganda e controle ideológico no Brasil. São Paulo. Loyola. 1990. SKIDMORE, Thomas. Uma História de Brasil. São Paulo. Paz e Terra. 1998.

Rodrigues, além do pessoal mais ligado à direita, como eram o Laécio, o Cardoso, o Guedes. (informação verbal)²⁰⁴

Como expusemos no capítulo anterior, entre as primeiras medidas tomadas pelo novo regime estavam a Reforma Bancária, a Reforma do Mercado de Capitais e pelo Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG (1964/66), que se constituiriam nas bases para o desenvolvimento do sistema financeiro nacional como conhecemos hoje.

Com o aumento do controle das instituições financeiras públicas e privadas pelo Estado, os governos militares passaram a desenvolver políticas de estímulo à poupança interna, com a institucionalização da correção monetária na remuneração de aplicações, a criação do mercado de títulos públicos federais e a captação de poupança pública como base do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), além de criar uma série de regulamentações e normas que estimularam a concentração e oligopolização dos bancos, favorecendo francamente a fração de classe ligada ao setor financeiro.

Para desenvolver sua política de combate à inflação via arrocho salarial, implantaram os reajustes salariais por decreto e a repressão e intervenção nas entidades de classe.

Em 1965, sem garantias de que a eleição do Sindicato dos Bancários seria vencida pela chapa que apoiava o golpe militar, a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) anula o pleito e manda incinerar os votos. Em 1966, a DRT exige, como condição para acabar com a intervenção, que uma única chapa dispute a eleição no Sindicato.

Sobre as circunstâncias que levaram à composição da chapa única, o depoimento de Edmílson Martins é revelador:

[...] depois de 64, os que restaram na militância sindical eram aqueles formados nos piquetes, que se reaglutinaram e pressionaram para que houvesse eleição, pois o sindicato estava sob intervenção. Foi exatamente depois do golpe de 64, com a intervenção, que entrou esse pessoal ligado à Associação de Bancários Católicos, como o Alceu João Batista. Ele não apareceu como interventor, mas influiu na indicação dos interventores, porque ele era liderança desse movimento. E o Guedes estava junto desse grupo. Mas em 66, depois do golpe, havia ainda alguma margem de atuação dos movimentos sociais, até pelas contradições e disputas internas entre os grupos que apoiaram o Golpe de 64: Entre os militares e os civis; entre os grupos de pressão, Lacerda. Então, diante da pressão, eles concordaram em estabelecer uma eleição. Aí, se formaram duas chapas: Uma encabeçada pelo José de Andrade Guedes, onde entraram o Alceu

²⁰⁴ OLIVEIRA. Entrevista citada.

João Batista, o Zimmermann, o Laécio, esse pessoal mais conservador. E uma outra, do pessoal da esquerda, que era encabeçada pelo Jales Assunção. Tanto o Guedes quanto o Jales eram do Banco do Brasil. Quando houve a eleição, a categoria votou em peso na chapa mais progressista, porque os componentes da outra chapa não tinham tradição sindical na categoria: eles nunca ocuparam direção sindical, nunca ganharam uma eleição na categoria. Mas, terminada a eleição, como eles viram que iam perder, o delegado do trabalho mandou anular a eleição, sem sequer permitir a abertura das urnas para a contagem dos votos. Anulada a eleição, esse mesmo delegado regional do trabalho chamou os representantes das duas chapas e disse: só vai ter nova eleição se houver chapa única. Não pode haver disputa, vocês têm que se acertar. A questão, então, era garantir a presença dessa direita na direção do Sindicato. Naquele momento houve muita discussão, muitas divergências, mas depois de uma avaliação de ordem mais política, mais geral, de que não tinha como enfrentar a ditadura “no peito e na raça”. Ia morrer todo mundo, pois eles vieram para ficar, pelo menos por algum tempo. E se chegou à conclusão de que era melhor compor do que manter o Sindicato sob intervenção. E fomos negociar a chapa com o pessoal da direita. (informação verbal)²⁰⁵

O grupo ligado à Associação de Bancários Católicos era formado por bancários que promoviam atividades de cunho confessional na categoria, dentre elas a páscoa dos bancários, que consistia em missa na Igreja da Candelária, da qual participavam alguns milhares de bancários anualmente. Conservadores e com forte sentimento anti-comunista, sua inserção no Sindicato foi alavancada pelas relações que mantinham com autoridades militares e burocratas ligados ao Ministério do Trabalho, pois tinham pouca representatividade política junto à categoria. Note-se que a composição da chapa unitária, imposição do Delegado Regional do Trabalho para suspender a intervenção, só é aceita pelo setor progressista a partir de ampla discussão, tendo como parâmetros a nova correlação de forças estabelecida após o golpe e a necessidade de manter o sindicato aberto aos bancários.

[...] a esquerda estava unida, junta. Naquela época a hegemonia era do PCBão. Além do Partidão, havia o PCBR, do Marighella e o PCdoB, que ainda eram muito fracos, não tinham atuação nos bancários. O Toledo, depois, foi para o PCdoB, mas ele era sozinho. As divisões vieram depois, mas as discussões de fundo já estavam colocadas. Avaliou-se muito sobre se nós tínhamos condições para fazer um enfrentamento mais aberto à ditadura. E os militantes da Igreja Católica - como o pessoal da Ação Católica Operária (ACO), da Juventude Operária Católica (JOC), da Juventude Universitária Católica (JUC), os bispos mais progressistas - chegamos à conclusão, inclusive, de que não tínhamos condições para dar passos mais ousados. Como o povo não estava preparado para esse enfrentamento, não adiantava as lideranças radicalizarem que acabariam indo à frente sozinhos. Vão “levar pau” sozinhos. Precisávamos é construir a resistência, ver os caminhos que poderíamos tomar. Nós dizíamos: “vamos ter de engolir muitos sapos”. E optamos por negociar com nossos

²⁰⁵ Id.

adversários para não ficarmos isolados do povo, que é o que interessava à ditadura. Decidimos que não íamos perder nosso espaço junto ao povo, junto à categoria bancária, que iríamos continuar nosso trabalho, mais devagar, mas consistente. E fomos negociar a chapa, chamamos todo mundo e fomos negociar. [...] As duas partes negociaram e concordaram no seguinte: o Jales e o Guedes, que encabeçavam as duas chapas, concordaram em não vir como cabeça de chapa. O grupo do Guedes apresentou o Ney Pimenta, o Cardoso, e o Orlando Freitas Gomes. E o nosso pessoal colocou o Roberto Percinoto e o Mauro Cavalcante. Nessa época a executiva era composta por cinco diretores. O mandato era de dois anos, gestão 67 a 68. A intervenção, feita em 64, tinha se prolongado até esse ano de 66. Essa chapa toma posse no final de 66, em dezembro, fruto dessa conciliação. Então, a militância dos dois grupos se juntou para assessorar essa diretoria, que era pouco experiente. (informação verbal)²⁰⁶

Este é o momento em que as lideranças intermediárias, formadas nos piquetes e nas comissões por empresa, passam a ocupar o espaço deixado pelos dirigentes mais experientes, em função das perseguições políticas. Note-se que, segundo o depoimento de Edmilson, já aparecem alguns elementos de ordem política e ideológica que iriam marcar as discussões, no campo da esquerda brasileira, nas décadas seguintes. Questões como a caracterização do regime que se impusera a partir do golpe de 64, assim como as vias a serem utilizadas para o enfrentamento, assim como o posicionamento da Igreja Católica, que construiria suas bases para uma ação baseada na Teologia da Libertação²⁰⁷, já aparecem colocadas neste momento.

No PCB, travava-se uma intensa luta interna, desde a Declaração Política de março de 1958, que defendia o caminho pacífico da Revolução (abandonando a tática da insurreição presente nos manifestos de janeiro de 1948 e de agosto de 1950) e uma política de alianças com a “burguesia nacional”, a fim de viabilizar a revolução democrático-burguesa e o desenvolvimento pleno do capitalismo no Brasil.

Das disputas internas surgiu uma série de dissidências, que se reagruparam em várias organizações, como o PCdoB, em 1962; a Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB), em 1966, que resultaria, dois anos mais tarde, no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); a Aliança Libertadora Nacional (ALN), em 1967; o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), em 1968. Outras organizações revolucionárias não originárias do PCB surgiram a partir de 1964, como a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP); a Ação

²⁰⁶ Id.

²⁰⁷ Cf.: BOFF, L. & BOFF, C. Como fazer Teologia da Libertação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985. BOFF, Clodovis. Carismáticos e Libertadores na Igreja REB 237. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Popular (AP), que se tornaria Ação Popular Marxista Leninista (APML); o Partido Operário Revolucionário Trotiskista (PORT), perfazendo em 1968 um número estimado em cerca de 40 grupos partidários adeptos da luta armada.²⁰⁸

Todas essas discussões e realinhamentos impactariam, obviamente, na formação das lideranças bancárias, sobretudo por ser o PCB a força política hegemônica no movimento bancário. Após o golpe, o PCB centra a sua atuação na luta pelas liberdades democráticas e pela anistia, contra o arrocho salarial e contra a desnacionalização da economia brasileira e, nas eleições de 1966, apóia candidatos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

De fato, entre 1966 e 1969 houve uma série de manifestações e ações contra o regime, como o protesto dos intelectuais contra a Lei de Imprensa, em São Paulo, e a Passeata dos Cem Mil, organizada pelo movimento estudantil no Rio. Apesar de todas as restrições impostas pela ditadura, em 1967 o Sindicato retoma sua trajetória. Funda a Cooperativa Habitacional dos Bancários, participa ativamente da II Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais contra as leis de arrocho salarial e integra-se à campanha contra o arrocho salarial, que ganha o nome de Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA), e vai às ruas coletar assinaturas de apoio. Edmílson destaca que

[...] entre 66 e final de 68 houve um período de efervescência política e cultural, pois a ditadura ainda não estava consolidada. Foi justamente o AI5, decretado em dezembro de 1968, que consolidou a ditadura, como se diz, “o golpe dentro do golpe”, quando assume o grupo mais linha-dura do General Médici. Mas, neste período de 1966 até final de 68, houve muita efervescência política: os estudantes organizaram a famosa “Passeata dos Cem Mil”, o movimento de trabalhadores se manifestando nacionalmente, etc. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), por exemplo, foi fundada neste período, num congresso realizado, inclusive, lá no nosso sindicato. (informação verbal)²⁰⁹

Quanto às greves, a repressão e a legislação restritiva reduziram muito a utilização desse recurso pelos trabalhadores. Somaram-se a esses fatores a obrigatoriedade da adoção dos índices oficiais de reajustes salariais e a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)²¹⁰ em substituição ao regime que

²⁰⁸ Cf. ROEDEL, Hiran; AQUINO, Rubin Santos Leão de; VIEIRA, Fernando Antonio da Costa; NEAGELI, Lucia Baère; MARTINS, Luciana. PCB: Oitenta Anos de Luta. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2002.

²⁰⁹ OLIVEIRA. Entrevista citada.

²¹⁰ Sobre a lei do FGTS, especificamente, ver FERRANTE, Vera Maria Mota. “Emprego e estabilidade – o trabalhador urbano de Araraquara”, tese de doutoramento à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araraquara, mimeo, 1973.

garantia, ao trabalhador que completasse dez anos numa mesma empresa, uma relativa estabilidade no emprego.²¹¹

Para os bancários, particularmente, a criação do FGTS significou a perda de uma de suas conquistas mais caras, o IAPB. Fruto da vitoriosa primeira greve da categoria, realizada em 1934, o IAPB, além da garantia de serviços de alta qualidade, tinha um significado político e cultural, de afirmação e pertencimento. O fim da estabilidade relativa funcionou também como fator facilitador da política de alta rotatividade amplamente utilizada pelos bancos, reduzindo os custos com a força de trabalho e ampliando a concentração de renda no setor, além de ser mais um dificultador da manutenção das comissões sindicais por empresa.

Assim, greves como a dos metalúrgicos de Osasco, que foi duramente reprimida pelo governo, e as paralisações dos bancários de Belo Horizonte, Curitiba e Fortaleza, todas no ano de 1968, vieram confirmar esta desalentadora regra. Os bancários do Rio não paralisariam naquele ano, com exceção dos funcionários do Credireal que fizeram uma greve de 24 horas em repúdio à atitude da direção do banco, que levou um bancário endividado a suicidar-se dentro do gabinete do diretor que lhe negou um pedido de empréstimo.

Neste mesmo ano, o jornal Bancário publica a Declaração de São Paulo, redigida no Encontro Nacional de Bancários, que é um libelo contra a política econômico da ditadura. E o Departamento Feminino do Sindicato organiza o I Encontro da Mulher Bancária, em Friburgo, com a participação de bancárias dos estados da Guanabara, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

A militância sindical consegue manter o sindicato funcionando e na eleição para o mandato seguinte, repete a composição anterior. Mas a conjuntura política continuava a colocar dificuldades à ação sindical. Os problemas de concepção, aliados à repressão, levarão a uma divisão na diretoria, que se vê imobilizada e distanciada da base, presa às atividades burocráticas e com sua capacidade de articulação com outros setores da sociedade e com aliados dentro do aparelho do Estado bastante limitada.

Edmílson assinala que:

²¹¹ “A própria lei do FGTS nasce sob o signo da contradição: a Mensagem que acompanhava o texto da lei, que extingue praticamente a estabilidade, reclamará que só poderá haver estabilidade real sob o regime do FGTS; criando condições para brutal aceleração da rotatividade da força de trabalho, anuncia que fará desaparecer ‘a alta rotatividade da mão-de-obra não qualificada, tão indesejável sob todos os pontos de vista’”. VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil, 1989, p.282.

[...] quando acabou aquela gestão de 1967 a 68, houve uma mudança nos Estatutos do Sindicato e o mandato passou a ser de três anos: 1968 a 71. Então, o pessoal fez um acordo com o José de Andrade Guedes, que, apesar de ter apoiado o golpe, estava desencantado com o regime e se afastou daquele grupo e se aproximou do nosso grupo. Então, o pessoal o chamou para encabeçar uma chapa, mas, agora, com mais nomes comprometidos com o movimento sindical mais atuante. [...] Eu já entrava aí, como Suplente do Conselho Fiscal, com a Maria Emília. Foi uma composição melhorada, mas o presidente ainda tinha muito poder. Era um período difícil, pois havia muita infiltração de gente do aparato repressivo nos sindicatos, inclusive o nosso. E o Sindicato foi se burocratizando [...] o pessoal ficava atolado na burocracia e o movimento junto à categoria ficava em segundo plano. Dessa forma, foi uma gestão relativamente tranqüila, mas sem muita ação sindical. (informação verbal)²¹²

Em dezembro de 1968, o presidente da República, General Arthur da Costa e Silva, promulga o Ato Institucional nº 5, que extingue direitos e liberdades da sociedade civil.

A gente fazia muitos Encontros, mas era só coisa de cúpula, não repercutia na base [...] e era tudo muito misturado, tinha muito policial infiltrado, ficava todo mundo “pisando-em-ovos”, pois ninguém sabia quem era quem. Os movimentos estavam todos infiltrados pelo SNI. Mas aquela diretoria [...], que nós achamos que poderia ser um passo à frente, foi muito complicada, controlada pela burocracia. E, para agravar ainda mais a situação, no primeiro semestre de 69, logo depois da decretação do AI5, destituíram o Percinoto, o Degerando e o Augusto César. E em agosto do mesmo ano, são presos pelo DOPS o Percinoto, o Auri, o Toledo, o Hélio França, os irmãos Marcos e José de carvalho e o Marchesini, todos nos locais de trabalho. E, com isso, o pessoal mais consistente da diretoria ficava perdido quanto à atuação no sindicato: levava para o grupo discutir, mas o momento era mesmo difícil. O Fagundes, por exemplo, começou a ter umas crises de vômitos. Foi ao médico e ele perguntou como estava no trabalho. Quando ele contou, o médico falou que, como ele estava trabalhando naquele clima, sempre contrariado, tendo que “engolir sapos” o tempo todo, os sapos que ele tinha que engolir estavam voltando, era a forma dele colocar para fora aquilo tudo por que estava passando no sindicato. (informação verbal)²¹³

A partir da decretação do AI5, dezenas de bancários são presos, muitos no próprio local de trabalho. Cem dirigentes sindicais, entre os quais três bancários, são cassados. O sindicalista José Toledo de Oliveira é preso durante o expediente de trabalho no Credireal. Submetido a torturas, passa dois anos na prisão da Ilha das Flores, enquanto responde a processo na Justiça Militar. É absolvido, deixa o banco e parte para o Araguaia, onde se une à guerrilha rural do PC do B. Assassinado pelos militares em 7 de setembro de 1972, seu corpo é reconhecido pelo médico sanitaria Dower Moraes Cavalcanti.

²¹² OLIVEIRA, Entrevista citada.

²¹³ Id.

No final dos anos 60, o repasse para a rede bancária dos serviços de arrecadação de impostos e taxas e de cobranças para empresas públicas e privadas, crescem a quantidade de serviços prestados à população e as operações realizadas nas agências. As mudanças no processo de trabalho bancário e no perfil dos bancos, que reforçam o atendimento nas agências, onde grande parte dos funcionários passa a especializar-se na venda de papéis e serviços diversos, é acompanhada pelo crescimento do número de mulheres na categoria, alocadas principalmente no atendimento ao público.

A concentração do capital financeiro e a ampliação do papel das instituições financeiras, parte integrante das políticas adotadas pelo modelo econômico do pós-64, contribuíram para o chamado “milagre econômico”, fortemente lastreado no endividamento externo e na política de investimentos do Estado em grandes obras, o que gerou os elevados índices de crescimento da economia registrados no início da década de 1970.²¹⁴

A partir da constituição dos Centros de Processamentos de Dados (CPDs), em meados dos anos 60, o processo de automação ganhou nova dimensão, possibilitando novas formas de organização e controle do trabalho bancário e criando condições para a introdução das novas tecnologias de automação dos serviços. Várias tarefas antes realizadas nas próprias agências passaram a ser centralizadas, possibilitando a concentração do poder decisório de todo o conglomerado e, ao mesmo tempo, criando novos espaços de concentração de trabalhadores, fator que, na década seguinte, alteraria as condições de mobilização e organização da categoria.

²¹⁴ Cf.: LANGONI, Carlos Geraldo. *A Economia da Transformação*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1976. *A Política Econômica do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro: Apec Editora S/A.

A Década de 1960



Passeata dos bancários
no dia 1º de Maio



Comando de Greve entrega flores a
bancárias grevistas



Sindicalistas mobilizados em
defesa do IAPB



José Toledo



1968 – Assembléia – Galeria dos
Empregados no Comércio.



1968 – Campanha de Rua

3.3) O APOGEU E A CRISE DA DITADURA MILITAR NA DÉCADA DE 70 – AS PERDAS E A RETOMADA DAS LUTAS SINDICAIS.

Este período é fortemente marcado pelo recrudescimento da repressão aos movimentos sociais e às organizações políticas que optaram pela luta armada contra o regime. Em 1971, Aluizio Palhano, duas vezes presidente do Sindicato (1959-1961 e 1961-1963); presidente da Contec (1963-1964) e primeiro vice-presidente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), é morto sob tortura no Doi-Codi²¹⁵ de São Paulo. Cassado pelo golpe de 1964 e demitido do Banco do Brasil, exilou-se no México e em Cuba, de onde, em 1970, retornou clandestinamente ao país. Preso em 1971 pela acusação de participação na luta armada, seu corpo nunca foi encontrado, constando seu nome entre os presos políticos “desaparecidos” durante o regime militar. Em carta enviada à família antes de seu regresso ao Brasil, Palhano escreve que sua atuação *“por humilde e insignificante que seja, ajudou a construir o amanhã de milhões de pessoas”*. E conclui: *“E os meus filhos receberão com esse exemplo a melhor herança que se pode desejar”*.²¹⁶

Apesar da repressão e das dificuldades impostas pelo afastamento de vários dirigentes, as lideranças bancárias continuam se articulando e, em novembro, realizam-se eleições no Sindicato e é eleita, com ampla maioria, a chapa liderada por Edmilson Martins de Oliveira. A nova diretoria é empossada em dezembro, mas vários diretores são impugnados pelo Ministério do Trabalho.

É o próprio Edmilson Martins quem narra essa experiência:

E fui lá, numa reunião, onde eles colocaram a situação: “olha, nós precisamos de um cabeça de chapa que amplie, que não seja visado, que tenha capacidade de diálogo e seja correto e respeitado. E, nessas condições, achamos que o melhor nome é o seu”. Eu coloquei meus argumentos, então veio a pergunta: “pois então, qual é o nome que você sugere, dentro desse perfil que nós traçamos?”. Como eu não tinha a

²¹⁵ DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna: Sigla que designou o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna, órgão repressivo do Regime ditatorial brasileiro que se inaugura em 1964. Ancorado no espírito da Doutrina da Segurança Nacional, disseminada a partir da National War College norte-americana e, no Brasil, da Escola Superior de Guerra (ESG), o regime militar brasileiro constitui uma série de órgãos voltados para dar combate ao assim chamado “inimigo interno”. Cria-se, então, progressivamente, uma estrutura verticalizada que ia desde instâncias de controle e gerenciamento da atividade repressiva (no topo) até os agentes que levavam a cabo tal atividade (na base), inaugurada com a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) em 1964. Dicionário crítico do pensamento da direita. Francisco Carlos Teixeira da Silva et alli (org.). Rio de Janeiro: Faperj: 2000. p.136-37).

²¹⁶ Retirado de documento elaborado por Walter Sterne Pompeu, funcionário do Sindicato dos Bancários (mimeo).

resposta, acabei sendo convencido a aceitar aquele enorme desafio. E fomos eleitos para o mandato de 1971 a 1974 com uma expressiva votação da categoria (cerca de 70% dos votos). Mas o Ministério do Trabalho impediu que o Jorge Couto, o Degerando, o Nelson Ferreira Pedrosa, o Vitoriano Xerez, o Péricles, o Nilson Tavares e o Fagundes tomassem posse. Isso foi um baque, mas, mesmo assim, nós tomamos posse. Com um presidente pouco conhecido e com o expurgo dos mais ligados à esquerda, os conservadores e os órgãos de repressão, penso eu, deviam achar que não havia mais riscos de ter uma direção que incomodasse, sobretudo depois de alguns anos sem problemas com o Sindicato dos Bancários, devido aos fatos que já mencionei. Mas, quando começamos nosso mandato, tiramos a seguinte estratégia: Levantamos algumas ações que o Sindicato havia ganhado na justiça do trabalho e que os banqueiros, acobertados pela política econômica do regime, não cumpriam, e fomos cobrar das direções dos bancos. Com a resposta dos bancos, positiva ou negativa, fazíamos boletins e íamos aos locais de trabalho, conversando com os bancários e convocando os companheiros para reuniões na sede do Sindicato. O resultado é que, de janeiro a fevereiro, período em que não há campanha salarial, conseguimos realizar reuniões por banco com a presença de 50 a 60 bancários, apesar de todo o medo causado pela repressão. Organizamos o Sindicato e “botamos o bloco nas ruas”. Tudo que acontecia nos bancos, o sindicato estava lá: demissões, perseguição de trabalhador, trabalho fora do horário, até bebedor quebrado, o sindicato se fazia presente. Visitávamos as agências e departamentos, víamos as condições de trabalho do pessoal e, quando havia alguma irregularidade, denunciávamos e procurávamos as direções dos bancos, cobrávamos soluções dos banqueiros, da Delegacia do Trabalho e das autoridades, como você poderá ver mais detalhadamente no meu livro. Assim, eles devem ter percebido que cometeram um erro de avaliação ao dar posse àquela diretoria. (informação verbal)²¹⁷

Quatro meses depois, em 17 de abril de 1972, a diretoria eleita é destituída e processada. O Sindicato é invadido por policiais e sofre nova intervenção. O presidente Edmílson Martins de Oliveira e os sindicalistas Roberto Martins, Antônio Imbiriba da Rocha e Vitoriano Xeres são presos e ficam 46 dias na prisão. O depoimento de Maria Emília, militante bancária do Banco de Londres que participou da diretoria de 1971 e, mais tarde, foi uma das fundadoras do Departamento de Aposentados do Sindicato, recentemente falecida, demonstra a preocupação que já se tinha com as questões relativas às mulheres e a violência do ato de intervenção.

Havia, naquele momento, a compreensão de que as mulheres deviam participar da direção do sindicato. Com a impugnação de Jorge Couto, pela DRT, eu, como suplente, tomei posse como vice-presidente [...] e tive muito apoio dos colegas de banco e da categoria em geral. O fato de uma mulher participar da diretoria trouxe mais participação feminina ao movimento sindical bancário, fortalecendo a campanha pelas creches.

Quatro meses depois da posse, [...] lembro-me, com tristeza, que por volta das dezenove horas, quando estávamos reunidos na sala da diretoria, ouvimos uma voz gritando da porta: “Intervenção federal!”. Em seguida surgiu a figura do Delegado regional do Trabalho, Luiz Carlos de Brito, acompanhado de vários agentes da Polícia Federal armados de metralhadoras. Trancaram-nos na sala onde funcionava o Departamento

²¹⁷ OLIVEIRA, Entrevista citada.

Jurídico. Para amenizar a situação, abri a Bíblia que lá estava e comecei a ler em voz alta. [...] Às 22 horas, depois de muita expectativa, fui liberada. O impacto da invasão do sindicato tinha sido tão forte que tive a impressão de estar sendo seguida quando ia para casa.²¹⁸

A intervenção tenta legitimar-se através de eleições fraudadas e fica no poder até 1979. Para Jorge Couto, militante bancário cassado e impedido de tomar posse na chapa de 1971,

A intervenção no sindicato em 1972 foi mais cruel do que a de 1964. Policiais armados instalaram-se na entidade e impuseram um regime de terror, inclusive com ameaças de morte. Tentaram acusar o sindicato de possuir armas e de estar envolvido no chamado “movimento subversivo”, mas isso era uma tolice. O AI5 endurecera definitivamente o regime. As prisões, torturas e mortes passaram a fazer parte do cotidiano político, embora esses fatos fossem abafados pela censura à imprensa. [...] Entre 1972 e 1975, o regime conseguiu colocar três bancários na junta interventora. Em 1975, organizaram uma chapa e realizaram uma farsa eleitoral.²¹⁹

Após o período de expansão registrado entre 1967 – 1973²²⁰, a economia nacional entra num novo período de desaceleração. Além dos problemas relativos ao modelo de desenvolvimento adotado internamente, as condições apresentadas pela economia mundial afetaram negativamente a economia brasileira, que perdeu seu dinamismo, marcando assim o fim do período do chamado “milagre econômico”.

Trata-se de um período bastante interessante, já que coincide, do ponto de vista da economia mundial, com um período marcado por grandes incertezas associadas ao ajustamento da economia mundial ao primeiro choque do petróleo, e ao colapso definitivo de Bretton Woods, com a generalização do regime de taxas de câmbio flutuantes nas economias avançadas. Do ponto de vista interno, ele coincide com a desaceleração do crescimento econômico *vis-à-vis* do período do milagre.²²¹

O final da década de 1970 traria elementos que, ao se desenvolverem, marcariam a década seguinte. Na base destes elementos está a crise do modelo econômico implantado com o golpe de 64, que se agrava com o fim do chamado

²¹⁸ OLIVEIRA, op. cit., p.184-185.

²¹⁹ Ibid., p.168-169.

²²⁰ “O período entre 1968 e 1973 foi marcado por um vigoroso crescimento do produto brasileiro, que atingiu a média de 11,4% ao ano, e por este motivo passou a ser conhecido como o período do “milagre econômico”. Esse crescimento, entretanto, foi facilitado, internamente, pela ocupação da capacidade ociosa herdada do período anterior. Externamente, foi impulsionado por condições internacionais excepcionalmente favoráveis. A rápida expansão do comércio mundial, o crescimento sincronizado das economias industriais, a elevação dos preços dos produtos primários e a tremenda liquidez do sistema monetário internacional que se observou neste período determinaram um quadro absolutamente extraordinário para o crescimento das economias dos países em desenvolvimento.” BATISTA, Jorge Chami. A estratégia de ajustamento externo do Segundo Plano de Desenvolvimento. 1987, p.67.

²²¹ BATISTA, Jorge Chami. A estratégia de ajustamento externo do Segundo Plano de Desenvolvimento. 1987, p.66.

“milagre econômico”, gerando divisões no bloco dominante e a tentativa, por parte do governo militar, de operar um processo de abertura do regime de forma ‘lenta e gradual’. Dentro desta perspectiva e premida pelo novo ascenso do movimento de massas, que tem como centro as lutas contra a ditadura e a política salarial de arrocho implementada pelo governo, entre os anos de 1978 e 1979, são decretados o fim do AI5, a Anistia Política e a reorganização dos partidos políticos.

Entram em cena também novas lideranças que traçarão um novo quadro de disputas e alianças em torno de projetos políticos distintos, resgatando elementos da cultura sindical pré-1964 e, ao mesmo tempo, estabelecendo rupturas com esse passado, dado os novos elementos de ordem política, econômica e social.

A campanha pelo auxílio refeição, que ficou conhecida como campanha pelo “Panelão”, em 1978, pode ser considerada como um marco no sentido de demarcar este novo contexto. Pressionada por uma conjuntura em que vários setores da sociedade se rearticulavam, com o partido de oposição, o MDB, alcançando votações expressivas, o movimento das associações de bairros e favelas se estruturando, o movimento estudantil se reorganizando, assim como as lutas pela anistia, que se realizaria, de forma ainda que parcial, em 1979, a direção do Sindicato dos Bancários, formada ainda por elementos comprometidos com a intervenção do início da década, iniciou mais uma campanha salarial dentro dos padrões da formalidade que marcou as campanhas daquele período.

Mas, logo nas primeiras assembléias, a diretoria percebeu que essa campanha não seria como as outras. Às lideranças com tradição na categoria, que se agrupavam em torno da Unidade Democrática, vieram se somar novos militantes, muitos oriundos do movimento estudantil e de grupamentos políticos de esquerda fora da área de influência do PCB. As assembléias passaram a ser mais concorridas, com a oposição disputando encaminhamentos, acompanhando as negociações com os banqueiros e interferindo na linha dos boletins do Sindicato.

As disputas nas assembléias da “Campanha do Panelão” vão marcar definitivamente a nova fase do Sindicato dos bancários. O resultado da campanha é superior ao esperado pela diretoria do Sindicato, sobretudo pelo reajuste no anuênio e pela conquista do auxílio alimentação que, por uma manobra dos banqueiros, que “interpretaram” a redação da cláusula e reduziram o valor do benefício, passou a ser chamado pela categoria como “auxílio cafezinho”, só mais tarde sendo efetivamente corrigido. Mas essa campanha teve como desdobramento o lançamento de um forte

movimento de oposição, com o surgimento de lideranças como Ivan Pinheiro, Thiago (José Thiago de Souza Carvalho), Cyro Garcia, Zola Xavier, entre outras, que protagonizarão os acontecimentos desta nova fase.

O depoimento de Zola para o livro de Edmílson retrata bem o que foi aquele momento:

[...] As reivindicações salariais deram força à oposição bancária, que mesmo fora da direção do sindicato, conseguia dar direcionamento às campanhas. Impossível era separar as questões salariais da luta pelas liberdades democráticas. Podemos dizer que a luta pela anistia era parte inseparável das lutas salariais dos bancários do Rio de Janeiro, constituindo um amplo consenso das forças políticas que atuavam no movimento sindical bancário. [...] Mesmo com o sindicato sob o controle da ditadura, a categoria bancária conseguiu conquistar algumas reivindicações, como o auxílio alimentação, na campanha chamada 'Panelão'. Essa campanha culminou com um ato público nas dependências da Assembléia Legislativa, com milhares de bancários gritando: "anistia e panelão".²²²

As divergências de concepção quanto à forma de atuação e a ligação entre as reivindicações econômicas e os projetos políticos já começavam e se esboçar neste momento.

Para Cyro Garcia,

Foi uma campanha importante, que marcou muito para nós, porque nós tínhamos uma política diferenciada e acabamos capitulando na assembléia de aprovação do acordo, pela pressão. [...] Porque nós tiramos uma linha de defender contra o acordo, mas não tivemos força para defender, pois a assembléia era esmagadoramente pelo acordo [...] o pessoal da oposição tradicional do PCB também estava [...] pela aprovação do acordo, avaliando que já era um avanço, e nós estávamos contra sozinhos, isolados naquela assembléia. Aí, nós acabamos capitulando: aconteceram ameaças, mas foi realmente pela pressão: era uma assembléia de massa, a Galeria lotada, não como seria em 1979, na greve, mas a Galeria estava lotada. [...] uma campanha de massa e nós éramos muito jovens. Ali foi o nosso "batismo de fogo", mas nós nos reprovamos naquele batismo. E, aí, pensamos: "da próxima vez, não vamos mais capitular". E a próxima veio em seguida: foi a greve de 1979. (informação verbal)²²³

Em seu depoimento, Ivan Pinheiro, que romperá com o MR-8 por divergência quanto a opção pela luta armada e ingressará no PCB, fala de seu início como sindicalista, justamente na Campanha do Panelão:

Sindicalizei-me em 1976 e dois anos depois já tenho que falar em assembléias, na Campanha do Panelão, em 1978. Minha virtude foi ter aceitado e ter me tornado realmente um sindicalista. Mas minha preocupação sempre foi muito mais política e, por isso, eu topei o desafio de conquistar o Sindicato para o Partido, porque vislumbrava a possibilidade de transformar aquele Sindicato numa central de luta contra a ditadura, por

²²² OLIVEIRA, op.cit., p.183.

²²³ GARCIA, Cyro. Entrevista concedida a Renato Lima, realizada no dia 04 de julho de 2006.

justiça social. Eu já tinha uma formação, era suficientemente esclarecido para saber que o Sindicato era diferente do Partido, no que pese as pressões no sentido do aparelhamento da entidade sindical pelo partido político. Pode ser que minha formação e história de vida tenham ajudado, mas o fundamental é que elas se combinavam com a política do Partido, de que o importante era a luta contra a ditadura. Assim, sempre que na hora de uma polêmica que opunha uma questão sindical a outra de ordem política, nós sempre optamos pela segunda, e era aí que dava problemas com os “sindicalistas” e com o “esquerdismo”. (informação verbal)²²⁴

Em 1978, duas eleições seguidas são anuladas. Na primeira, concorrem duas chapas, sendo uma formada basicamente pela direção do sindicato, composta por elementos ligados ao Delegado do Trabalho, Luís Carlos de Brito, e outra apoiada por todos os grupos políticos da oposição e encabeçada por Ivan Pinheiro. Esta primeira eleição foi vencida pela chapa da situação, que era encabeçada pelo funcionário do Banco do Brasil e presidente do Sindicato (mandato 1975-1978) José Luiz Ribeiro da Silva. A oposição denunciou várias irregularidades no processo eleitoral e recorre à Justiça Federal que, numa decisão que já renunciava as contradições no aparelho de Estado numa conjuntura de transição, anula o pleito e manda convocar novas eleições.

Nesta segunda eleição, um setor da oposição, a Liga Operária (que se tornaria Convergência Socialista), rompe com a chapa encabeçada por Ivan Pinheiro e lança uma terceira chapa, que tem à frente o também funcionário do Banco do Brasil Thiago (José Thiago de Souza Carvalho). Como fosse claro o predomínio da oposição durante a campanha eleitoral, que se confirmou nas urnas com a vitória da chapa encabeçada por Ivan Pinheiro, esta segunda eleição, sob alegação de irregularidades, é também anulada pela DRT, demonstrando como ainda eram tênues os marcos que limitavam o processo de transição.

Pela terceira vez, já em 1979, repete-se o processo eleitoral, mantendo as três chapas a mesma formação do pleito anterior. De um total de 16 mil votantes (o quorum exigido era de 13 mil), a chapa número 2, encabeçada por Pinheiro, alcançou 8.412 votos, ficando em segundo lugar a também oposicionista chapa 3.

Na entrevista que nos concedeu, Cyro Garcia, que participou da chapa 3, explicou o que levou seu grupo político a optar por romper com os demais setores da oposição bancária e lançar chapa própria:

²²⁴ PINHEIRO, Ivan Martins. Entrevista concedida a Renato Lima, realizada no dia 03 de julho de 2006.

[...] quando nós decidimos lançar a nossa chapa, tínhamos uma avaliação de que a pelegada já não representava mais riscos: fruto do ascenso, os dias deles já estavam mais que contados e nós não estávamos colocando nada em risco. Ali, nós já estávamos querendo, sim, afirmar um projeto, mesmo sabendo que o escoadouro natural da votação iria para a Oposição Tradicional, para o PCB, mas nós já começaríamos, ali, a afirmar uma discussão de projetos nacionais [...] e tendo convicção de que não estaríamos dividindo nada. Digo isso porque toda a campanha do PCB era em cima da divisão: diziam que nós estávamos dividindo, e que essa divisão poderia colocar em risco a retomada do sindicato, podendo favorecer o retorno da pelegada, etc. Mas nós tínhamos a convicção de que não era assim, tanto que, no último pleito, eles ficaram em primeiro lugar e nós em segundo, pois a oposição já era amplamente majoritária. A verdade é que os caras já haviam cumprido o ciclo deles: José Luis, no Sindicato, e o Laécio, na Federação, este já se reciclando, com mais jogo-de-cintura, fazendo pontes, era mais esperto. (informação verbal)²²⁵

A vitória de uma chapa de oposição no Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro teve uma repercussão nacional, sinalizando que o controle exercido pelo regime militar sobre os sindicatos estava esbarrando em limites cada vez mais estreitos. A posse da diretoria eleita se constituiu num ato de significado político nacional, com a presença de dirigentes sindicais de várias categorias de trabalhadores de todo o país, além de políticos de oposição ao regime e um relativo destaque na imprensa.

O significado político da posse de 1979 era também por representar uma retomada da trajetória histórica da categoria interrompida com o golpe de 1964.

Como ressalta Ivan Pinheiro:

Nossa posse mostra (é só verificar nas fotos da posse de 1979) que aquele era um momento especial, não parecia que estava tomando posse uma simples diretoria de um sindicato de bancários: aquela posse foi um encontro de democratas. Parecia que a frente democrática havia conquistado uma posição importante, as pessoas tinham essa percepção de que o mandato viria a ser um diferencial na luta contra a ditadura, e foi. [...] Então, o diferencial foi o momento, que coincidiu com a inflexão da ditadura: acabara de acontecer a volta dos exilados, com a anistia (1979); as greves no ABC; o declínio da capacidade da ditadura de aplicar a legislação repressiva. [...] E o Sindicato dos Bancários simbolizou tudo isso: aquela posse de 1979, com grande expressão política e um mandato voltado para as questões nacionais foram se somar ao fato de que, no passado, o Sindicato foi um espaço em que o PCB formou grandes quadros, como o Viégas; Cascon; Campbel; Huberto Meneses Pinheiro; o Aloísio Palhano, que não era do Partido, mas era próximo; o Olympio. Então, naquela posse, parecia que se estava reconquistando um território das mãos da ditadura: aquela festa, uma posse linda! (informação verbal)²²⁶

Neste mesmo momento, no bojo da reforma partidária, surgiram outros partidos de esquerda com forte militância no movimento sindical, como o Partido dos

²²⁵ GARCIA. Entrevista citada.

²²⁶ PINHEIRO, Entrevista citada.

Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), que sob a liderança de Leonel Brizola, teria importante peso no Rio de Janeiro. Como aquela reforma partidária mantivera as restrições para a legalização de partidos comunistas, os militantes do PCB continuavam participando do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), denominação que assumiria o antigo MDB após a reforma. Contra a dispersão da frente que se constituía dentro do antigo MDB, o PCB travava intensa luta ideológica com os outros setores da esquerda, argumentando que a formação de partidos naquele momento fragmentaria a frente de oposição, o que só interessava ao regime, que apostava na exacerbação das disputas internas dentro do campo oposicionista.

Na perspectiva dos setores de esquerda que optaram por organizar novos partidos, a pesar não haver um discurso único, havia uma aposta implícita de que o processo de transição que se iniciava seria irreversível, tratando-se agora do fortalecimento das novas agremiações partidárias.

No campo sindical, as divergências na avaliação da conjuntura levaram a táticas de atuação diferenciadas, com o PCB, juntamente com outros setores do movimento, orientando no sentido de evitar confrontos que pudessem dificultar o processo da transição democrática e os setores, sobretudo os ligados à Anampos (Associação Nacional de Movimentos Populares e Oposições Sindicais), que organizaram o Entoes (Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical) e o ENOS (Encontro Nacional das Oposições Sindicais), apostando firmemente que a conjuntura exigia um enfrentamento que colocasse em xeque a estrutura sindical vigente, abrindo espaço para organizações sindicais mais próximas das bases. Contudo, é importante ressaltar que essa diferenciação que traçamos entre os projetos não significa que não houvesse nuances entre estas duas vertentes aqui apontadas, fartamente apontadas pela historiografia existente sobre o tema. Porém, do ponto de vista do Sindicato dos Bancários do Rio, essas visões polarizaram e marcaram significativamente toda a década de 80.

Logo após a retomada do Sindicato, os bancários enfrentam sua primeira campanha salarial num quadro de greves que se generalizavam nacionalmente. Apesar de a Lei de Segurança Nacional proibir a realização de greves, as assembléias contam com a participação de milhares de bancários e a direção do movimento trabalha no sentido de preparar a paralisação. Na assembléia de deflagração da greve por reajuste de 50% mais CR\$ 3 mil, a categoria lota a Galeria

dos Empregados do Comércio. A Avenida Rio Branco fica tomada de bancários, que acompanham a assembléia através de caixas de som instaladas nas janelas.

Ivan Pinheiro conta alguns fatos significativos que antecederam a assembléia:

[...] Naquele dia 12 de setembro de 1979, estávamos reunidos na minha sala na rua Teóphilo Otoni, a sala cheia de gente, aquela fumaceira de cigarros, tocou o telefone e era a secretária do então Ministro do Trabalho, Murilo Macedo. Ele veio ao telefone e disse algo assim: “Tudo bem Ivan Pinheiro? Parabéns pela sua liderança. Mas você sabe que não pode haver greve e, se houver greve amanhã, infelizmente, apesar de eu simpatizar muito com você e admirar sua liderança, serei forçado a decretar a intervenção no sindicato. Mas, para evitar esses contratemplos, eu tenho uma proposta para lhe apresentar”. Já passava das 23:00 horas; eu perguntei: “qual a proposta, Ministro?” E ele respondeu: “Você suspende a assembléia de amanhã...” E eu apartei: “Mas Ministro: como é que eu vou suspender uma assembléia convocada de um dia para o outro?” E ele continuou: “Mas isso é fácil: eu falo com emissoras de TV e elas colocam inserções, durante todo o dia de amanhã (que seria 13 de setembro de 1979), dizendo que a assembléia está suspensa por uma semana para negociações”. E disse que queria marcar uma reunião, para o dia seguinte lá no Ministério, com os seguintes nomes listados: Ivan Pinheiro, pelo Rio; Olívio Dutra, de Porto Alegre; Augusto, de São Paulo e um dirigente de Belo Horizonte, que era cristão de esquerda, uma excelente figura que não lembro o nome. Nós, presidentes desses quatro sindicatos, tínhamos uma articulação para entrarmos em greve juntos, em 1979. Mas houve duas rupturas, contra a opinião das lideranças, que foram Porto Alegre, onde a greve saiu no início de agosto, e Belo Horizonte, onde saiu no início de setembro. Isso quebrou a nossa perspectiva de construir uma unidade que, se ainda não seria nacional, seria dos maiores centros financeiros. Então, eu liguei para os três: Olívio e Augustão opinaram que nós não deveríamos topa; já o companheiro de Minas ficou em dúvida. Liguei para o Ministro e disse que não daria, que agradecemos o empenho dele, mas que aquilo pegaria muito mal, afinal nós lutávamos pela liberdade e autonomia sindical, mas que ele poderia ajudar convencendo os banqueiros a melhorarem a proposta até a assembléia do dia seguinte. Ele, então, pediu uns parâmetros de uma proposta palatável, e eu sinalizei que, entre outras coisas, a questão estava nos pisos: se acrescentasse algo em cada piso já seria um bom sinal. No dia seguinte, eu soube que o Theóphilo de Azeredo Santos, presidente do Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro, teria um encontro com o Ministro. A assembléia foi na Galeria dos Empregados do Comércio: salão lotado, bancários tomando a rua em frente, aparelhagem de som para fora, eu tive que falar de cima da mesa. Essa foi a assembléia mais dramática que eu já participei. Antes da assembléia, lá pelas 18:30 horas, nós estávamos na Teóphilo Otoni e aparece o Theóphilo de Azeredo, acompanhado por dois guarda-costas, e diz: “tudo bem? Vim cumprimentar o presidente” – ele havia sido meu professor na Faculdade de Direito. E me entrega um envelope lacrado, dizendo que era a proposta final, mas que eu não abrisse com ele presente, pois não haveria negociação. E foi embora rápido. Quando eu abri o envelope, vi que eles haviam reduzido em todos os pisos, com relação à proposta anterior. Este fato me fez acreditar, mais ainda, que eles queriam mesmo nos empurrar para a greve. E deu no que deu. (informação verbal)²²⁷

²²⁷ Id.

Apesar do desgaste do modelo econômico e das dissensões cada vez mais acentuadas no bloco dominante, com setores pressionando por mudanças nas diretrizes implantadas a partir de 1964 e por abertura no campo político, o aparato repressivo ainda agia na perspectiva de garantir a manutenção do controle sobre os movimentos sociais, agora numa conjuntura menos favorável para o regime, que se via obrigado a repactuar um processo de distensão que viabilizasse uma transição pelo alto. Neste quadro, algumas frações da burguesia ainda mantinham fortes vínculos com o governo militar, articulando suas ações por dentro das agências do Estado.

Se é verdadeira a caracterização de que o governo militar e os setores que o apoiavam já não tinham a mesma margem de manobra do início dos anos 70, é também verdadeira a de que o regime ainda mantinha grande controle sobre o processo e apoio daqueles segmentos que vinham se beneficiando com as medidas implantadas, o que tornava o desfecho desse quadro, naquele momento, ainda dependente de muitas variantes e com grande imprevisibilidade.

Aprovada a paralisação, o Sindicato, seguindo o exemplo dos professores, organiza comandos regionais de greve. No segundo dia, os bancários sofrem repressão violenta da polícia e é realizada assembléia nas escadarias da Assembléia Legislativa onde, mais uma vez, a polícia reprime com violência e prende dezenas de grevistas. O Sindicato sofre intervenção e toda a diretoria é afastada e processada, reassumindo três meses depois, após intensa luta de resistência, que contou com o apoio da sociedade civil.

Neste episódio, surge nitidamente o confronto entre as vertentes que se articularão em torno dos projetos políticos que polarizarão o movimento sindical brasileiro.

Na opinião de Cyro Garcia,

Durante a campanha o PCB incendeia, mas, na hora H, puxa o carro, e a gente não: nós defendemos a greve e ganhamos a assembléia. Foram duas defesas para cada lado, e os oradores foram: o Thiago e eu, pela entrada em greve, contra o Zola e o Ivan, pela não entrada em greve. Ali eu tenho a primeira grande decepção, ou a primeira grande experiência, com a política reformista, de conciliação, de traição do PCB [...] Eles trancaram o Sindicato e o Comando de Greve teve que se instalar na escadaria da Assembléia Legislativa: nem sindicato nós tivemos. [...] Ironicamente, no Comando estávamos eu, o Zola, o Ivan, Thiago, Peninha, a Fernanda: esse era o principal comando. Mas havia um outro, em que estavam a Glória, a Lídia, entre outros, que funcionou também. O problema foi que, logo de cara, nós recebemos um mandato de prisão e tivemos que nos esconder. [...] para mim, o principal foi não ter tido sustentação: toda a organização que nós

fizemos foi traída pelo PCB, descaradamente, abertamente. A partir, obviamente, de uma análise que eles fizeram da conjuntura, de que aquilo poderia recrudescer, fechar mais para o movimento. É claro que a traição deles tem haver com uma análise de conjuntura, não foi porque eles quisessem destruir o movimento, ou prejudicar os bancários, mas, objetivamente, foi o que eles fizeram. [...] no final do segundo dia a greve acabou por ser suspensa, pois era insustentável. Aquela greve tinha condições de continuar, de ser vitoriosa, pois a greve no Rio Grande do Sul foi vitoriosa: levou quatorze dias e é quando surge o Olívio Dutra, e foi a mesma greve. E, depois, foi difícil segurar aquela barra: logo em seguida veio uma onda de demissões, que eles atribuíram a nós, que tivemos que passar muito tempo explicando que não foi porque nós tivéssemos sido irresponsáveis. [...] abriram inquérito administrativo no Banco do Brasil; fui enquadrado na Lei de Segurança Nacional, e fiquei com aquela pecha. [...] Isso marca uma ruptura nossa com o Partidão, porque, até então, nós participávamos juntos: da luta pela retomada do Sindicato da pelegada [...] Mas, depois, começam as nossas diferenciações. (informação verbal)²²⁸

A greve e seus desdobramentos surgem aqui como campo de disputa de projetos políticos. A vertente liderada por Cyro Garcia tinha a avaliação de que a ditadura já não apresentava mais condições de golpear, de forma contundente, o processo de ampliação e avanço das lutas dos trabalhadores. Neste sentido, no rastro da experiência da oposição metalúrgica de São Paulo, defendia uma ação mais voltada para o confronto, baseada numa organização centrada nas comissões por empresa e, durante o movimento, nos comandos e piquetes de greve.

Sobre o desfecho da campanha, Ivan Pinheiro avalia:

Aquela campanha de 1979, que começou com uma proposta de reajuste de 3% e foi a 16% ou 18%, em que eu rasguei a primeira proposta dos banqueiros e joguei para o alto, como saiu nos jornais da época, isso era acima do INPC, significava um aumento real de 16% ou 18% e o esquerdismo querendo greve! [...] A greve foi decretada; paramos numa quinta e sexta-feiras, 14 e 15 de setembro de 1979; a intervenção foi decretada, junto com um Mandato de Prisão; fiquei na casa do Marcelo Cerqueira; e, na terça-feira, durante o julgamento do dissídio na DRT, o Theóphilo de Azeredo Santos aceita a proposta que havia sido rejeitada na assembléia, mas com os pisos anteriores. Nós, já afastados, orientamos o advogado do Sindicato, que era o Celso Soares, a fazer o acordo nos autos e não deixar o dissídio ir a julgamento. [...] foi uma coisa dramática. [...] eles jogavam moedas em nós, chamavam-nos de pelegos. E era um sindicato que unia a luta pela democracia à luta salarial. [...] Fizemos dois dias de greve, uma quinta e uma sexta-feira. Sofremos intervenção e a categoria perdeu muitos militantes. [...] A situação era a seguinte: aquela proposta era, raciocinado friamente, muito boa. Só que a categoria estava num nível de radicalização que valia a pena ela ter experimentado a greve. Numa reunião grande do Partido na véspera da assembléia decisiva, que foi em 13 de setembro de 1979, eu, o Zola e alguém mais, que eu não lembro, fomos contra. Na reunião, havia umas 50 pessoas em minha sala, decidiu-se que nós tínhamos que nos posicionar contra a greve. Fui voto vencido, mas encaminhei. E até hoje eu tenho dúvidas de qual era a melhor alternativa. A intervenção durou apenas cem dias porque, no processo, ficou comprovado nos autos que a diretoria do

²²⁸ GARCIA, Entrevista citada.

Sindicato foi contra a decretação da greve, mas respeitou a decisão da assembleia. Eu não sei se nós tivéssemos defendido a greve, voltaríamos tão rapidamente. Também não sei se valeria a pena não voltar. Era uma decisão difícil aquela, que envolvia uma grande carga emocional. (informação verbal)²²⁹

Para os segmentos liderados pelo PCB de Ivan Pinheiro, o progressivo desgaste do regime não autorizava, naquele momento, uma avaliação de que houvesse condições para ações de confrontação, pois a ditadura ainda mantinha intacto seu aparato repressivo e o movimento social ainda não estava suficientemente organizado para derrotá-la. Desta forma, a questão central era garantir que o processo de transição democrático não sofresse qualquer solução de continuidade, o que significava, inclusive, evitar a erupção de um movimento localizado para garantir o processo como um todo.

²²⁹ PINHEIRO, Entrevista citada.

Década de 1970



Aluizio Palhano



1979 – Retorno dos anistiados.



1979 – Posse da diretoria – Gestão 1979/1982.



Assembléia enfrenta a ditadura e aprova greve



1979 - Assembléia dos bancários - Clube Confiança (atual quadra da E.S. Salgueiro)



1979 – Assembléia – Galeria dos Empregados no Comércio.

3.4) DÉCADA DE 1980 – QUANDO A MULTIDÃO VOLTOU ÀS PRAÇAS

A militância

Após a intervenção, a diretoria do sindicato dos bancários reassumiu suas funções e buscou resgatar, no discurso e na prática diária do sindicato, a tradição histórica da categoria interrompida a partir do golpe de 64 e das sucessivas intervenções. No início da década de 1980, o jornal Bancário passou a publicar uma série de matérias resgatando a trajetória das antigas lideranças da categoria e teve início um trabalho de organização de comissões sindicais por banco, com o estímulo a elaboração de jornais por empresa, como o Malote, do Banerj; o Toledo, do Credireal; o Comando, do BEMGE, o Sombrinha, do Banco Nacional e o Espelho, do Banco do Brasil, entre outros, todos elaborados a partir das discussões das comissões por banco. Destacam-se também a campanha de sindicalização, período em que se associaram 20 mil bancários e a aquisição de dois andares na sede da Av. Presidente Vargas.

Questões culturais também ganharam espaço no sindicato, como a organização do “Botequim dos Bancários”, onde se apresentaram músicos populares, como Clementina de Jesus, Cristina Buarque de Holanda, Banda de Pífanos de Caruarú e Nelson Sargento, entre outros. Foram formados também um grupo de teatro, um coral e um cineclube, todos organizados por ativistas do sindicato e contando com a participação de vários bancários e bancárias em suas atividades.

Formou-se assim uma militância jovem, que se aproximou das atividades sindicais através de uma gama de interesses variados. Boa parte dessa militância veio para o sindicato já com uma bagagem de experiências nos movimentos estudantil, associativo ou cultural, onde tiveram contato ou se organizaram em grupos políticos de esquerda ou confessionais, neste último caso, geralmente ligados às organizações da igreja católica influenciadas pela Teologia da Libertação.

A reorganização do movimento sindical

Este foi também um período de reorganização do movimento sindical e dos partidos recém fundados. Os debates sobre conjuntura e as disputas de posição entre os setores que aturam no movimento sindical repercutiram fortemente no Sindicato, que contou com uma grande quantidade de militantes ligados às mais

variadas tendências. Mas as diferenças de concepções e projetos dos grupos políticos com atuação no movimento sindical brasileiro só iriam se polarizar de forma definitiva a partir de 1983.

O Sindicato havia participado, em 1979, da organização do Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais, realizado em Gragoatá, Niterói, que preparou as bases para o I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (I CONCLAT) de Praia Grande, em São Paulo, em 1981, onde foi criada a Comissão Nacional Pró-CUT, da qual Ivan Pinheiro participava, já na condição de presidente do Sindicato de Bancários do Rio.

No Estado do Rio de Janeiro, em 1981 foi realizado o I Encontro das Classes Trabalhadoras (I ENCLAT – RJ), organizado pela Unidade Sindical. Formada por dirigentes de sindicatos de várias categorias e tendências políticas, a Unidade Sindical passou a organizar ações unificadas do movimento sindical fluminense e preparar o estado para a participação, naquele mesmo ano, no I CONCLAT. Em 1982, organizou o II ENCLAT – RJ, onde foi decidida a mudança do nome Unidade Sindical para Intersindical – RJ, que encaminhará ações unitárias no estado até a criação da CUT-RJ, em 1984.

Protagonista de destaque neste processo, Ivan Pinheiro faz sua avaliação acerca da linha política do PCB para o movimento sindical e do significado do Sindicato dos Bancários do Rio no I CONCLAT:

No início da década de 80, e a I CONCLAT foi em 1981, apesar de não sermos tão fortes assim nacionalmente, mas com o que tínhamos mais a nossa política de alianças, essa sim poderosa, nos possibilitou uma dimensão maior. [...] nós estávamos colhendo os frutos dela [da política de frente e pela atuação nas entidades de massa, tirada no Congresso do PCB de 1966/67], pois, durante a ditadura, nós estávamos atuando nas entidades de massa, mesmo com dificuldades. Veio a abertura, quem é que estava lá? Os outros estavam fazendo “focos”, chegaram atrasados. O PCB estava ali, no corte-e-costura, no jogo de biriba, perto das massas, e saiu ganhando. Naquele momento o Partido tinha o Metalúrgico de Santos, alguns sindicatos importantes aqui no Rio e muitos aliados, o que ampliava nosso peso no movimento sindical. Quando a política é boa, você não precisa ter a maioria: com dois militantes numa diretoria já faz uma diferença grande. E o Sindicato dos Bancários simbolizou tudo isso. (informação verbal)²³⁰

Entre os anos de 1981 e 1983, as discussões em torno dos projetos nacionais para o país e o movimento sindical vão se polarizando e as disputas nos sindicatos se radicalizando. Dentre as discussões que marcam as divergências está a da

²³⁰ PINHEIRO. Entrevista citada.

construção de uma entidade nacional, que articule em seu interior as representações das oposições sindicais com a das direções eleitas dos sindicatos.

Sobre estas disputas, Ivan Pinheiro acrescenta:

No livro do Hércules Correia a transição democrática é tratada como se fosse uma 'cristaleira'. Eu concordava que ela era mais importante que greves ou aumentos, mas não que as greves, os aumentos, atrapalhassem a transição, eu achava que ajudavam. E essa era a discussão no interior da Comissão Política Nacional. E o Hércules Correia ficava tentando apagar os incêndios. Havia uma esquizofrenia no interior do próprio PCB. O jornal Voz da Unidade e o Correio Sindical de Unidade, no período que vai de 1979 a 1983: pareciam dois partidos. A Seção Sindical, via Correio Sindical, chamando para a CONCLAT, falando das greves, de greve geral. E os editoriais do Voz da Unidade, dizendo que não era hora para confrontações, etc. A questão da CUT, na CONCLAT de 1981, nós jogamos o maior peso, ajudamos. O primeiro Estatuto, por exemplo, foi feito na Piedade, onde eu morava: passei dias estudando estatutos de várias centrais de outros países e adaptando à realidade do Brasil. Levei para a Seção Sindical do Partido, que deu idéias. E foi esse estatuto, com alterações, mas aproveitando aquela base que nós elaboramos, que foi para o Congresso de São Bernardo que fundou a Central. A Comissão Pró-CUT funcionava numa sala do Sindicato dos Bancários, coordenada por mim e pelo Jorge Bittar, do Sindicato dos Engenheiros. Eu vivia em função daquilo, com aquela camisa que estampava "CONCLAT: Rumo à CUT"; vendendo os 'botons'. Nós, os militantes sindicais do Partido que estávamos envolvidos naquilo, não tínhamos nenhuma dúvida de que estava certo criar a CUT naquele momento. A idéia, discutida entre os dirigentes sindicais do PCB e os do que viria a ser o PT, era de que, com a criação da Comissão Nacional Pró-CUT, nós já estaríamos criando a CUT. Havia resistências, os pelegos eram contra, mas acabou que a Executiva Nacional do PCB lançou uma resolução considerando inoportuna a criação da CUT, que o importante era a transição, que ela não seria "única", etc. E puxamos as outras forças, que estavam sob nossa influência, jogando a questão para o próximo CONCLAT, empurramos de 1981 para 1983. E no segundo CONCLAT foi difícil. A questão das Oposições Sindicais também atrapalhou muito, com aquele artigo oitavo, houve muito golpe para tirada de delegados no Brasil todo. [...] O cara é sócio de um sindicato e já se credencia como delegado por uma oposição sindical, e o sindicato aparece como representado. Em 1983 também houve isso, e atrapalhou bastante. (informação verbal)²³¹

No Rio, o II ENCLAT decidiu, depois de acirrados debates, indicar o adiamento do II CONCLAT para 1983, indicação aprovada pela Comissão Nacional Pró-CUT. Em 1983, a polarização entre os projetos se acirra e deságua na realização de dois congressos nacionais: um realizado em Praia Grande e outro, simbolicamente, em São Bernardo, onde foi fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT)²³².

²³¹ Idem.

²³² Cf.: RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicalismo e Política - a trajetória da CUT, 1997. RODRIGUES, Leôncio Martins. CUT: os militantes e a ideologia, 1990.

Os projetos que se apresentam (eleições sindicais e a fundação da CUT)

Em 1982 ocorreu outro processo eleitoral onde os projetos que se apresentam repetem, no perfil das chapas, a disputa de 1979. A chapa da Unidade Democrática, com hegemonia do PCB em aliança com setores do PT, venceu novamente. Roberto Percinoto, funcionário do Banerj e militante do PCB desde a década de 60, foi eleito presidente para um mandato de 1982 a 1985.

A novidade nesta composição foi que um setor do PCB, que havia se alinhado ao ex-secretário geral Luiz Carlos Prestes e saído do partido, se filia ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). Este grupo, que tem em seus quadros algumas lideranças históricas da década de 1950 e 1960, como Antônio Pereira da Silva, conhecido como Pereirinha, que vem na chapa como vice-presidente e, neste mesmo ano, é eleito vereador pelo PDT; e Ronald dos Santos Barata, militante com tradição no PCB e filho do também militante e sindicalista bancário Blagden Barata; irá, ao longo do mandato, se afastar da orientação majoritária e, em 1983, participará do congresso de fundação da CUT em São Bernardo.

Cyro Garcia, que encabeçou a chapa da Convergência Socialista (CS) na eleição de 1982, nos falou sobre aquela disputa:

[...] em 1982, nós lançamos uma chapa contra a chapa do PCB e conseguimos 40% dos votos, por aí, e, para nós, foi uma votação muito expressiva. E nós já estamos dentro do PT, e essa é outra grande diferença, pois o PCB foi radicalmente contra a fundação do PT, se mantendo dentro do PMDB e achando que o PT era uma aventura divisionista.[...] - em 82, eu fui também candidato a Deputado Estadual pelo PT: obtive 3.225 votos, o que era muito voto para o PT daquela época - [...] a primeira delimitação foi a fundação do PT; depois, houve o racha da Conclat (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras), em 1981 e a manifestação da Greve Geral, em 21 de julho de 1983, na Cinelândia - faltava um mês para a fundação da CUT [...] nessa manifestação, que foi de massa e o Ivan não conseguiu falar. Então, quando a gente vai para a eleição de 1985, no Sindicato, isso foi uma coisa que pesou. Porque essa greve aconteceu, a greve de 21 de Julho de 83, e foi no pique dela que foi fundada a CUT, logo depois, em agosto. [...] as experiências com o PCB foram se acelerando [...] e as divergências vão se consolidando. (informação verbal)²³³

A fundação da CUT servira como um marco para todo o movimento sindical brasileiro. O PCB participou do III CONCLAT, onde foi eleita outra coordenação nacional de dirigentes sindicais, que adotara o nome CONCLAT e se tornara, em 1986, a base para a fundação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT). A partir deste momento, o Sindicato dos Bancários do Rio passara a ter dirigentes

²³³ GARCIA. Entrevista citada.

compondo as direções da CONCLAT e da CUT, o que acirrou as divergências internas. Esse processo desaguará nas eleições de 1985, onde os dois projetos se confrontarão.

Duas chapas representarão os projetos em disputa: a chapa 1, da situação, encabeçada por Ivan Pinheiro e formada por uma composição entre o PCB, que permanece hegemônico, e os setores do PT que já participavam da direção do sindicato; e a chapa 2, de oposição, encabeçada por Ronald dos Santos Barata e, como vice-presidente, Cyro Garcia, representando uma composição entre PDT, Convergência Socialista e setores do PT que formarão a Articulação Sindical Bancária tem como centro derrotar a hegemonia do PCB e filiar o Sindicato à CUT.

A disputa eleitoral é acirradíssima, com acusações de ambos os lados e apoios nacionais que representam o alinhamento das chapas aos projetos nacionais em disputa. Vence a chapa 2, de oposição, pondo fim à hegemonia do PCB no Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

Na avaliação que fazem hoje dois dos principais protagonistas desta disputa, Ivan Pinheiro e Cyro Garcia, podem ser encontrados alguns pontos comuns em meio aos projetos claramente divergentes:

Sobre a composição das chapas, fala Ivan Pinheiro:

[...] foi uma derrota que ninguém esperava: nós formamos a chapa com parte da oposição, pessoas ligadas ao PT, como o pessoal da Imaculada, Rui, Luiz Carlos do Banco do Brasil; formamos a chapa a partir de prévias por banco e conformamos a nossa chapa numa convenção da categoria. Então, nós imaginávamos que eles fossem aparecer como divisionistas. No Banerj eu penso que o que pegou não foi que o Barata fosse mais representativo do que o Percinoto, afinal ambos tinham um prestígio construído no mesmo referencial. Penso que a questão que pegou foi Brizola versus Moreira Franco. Eles conseguiram colar esses rótulos e nós, sobretudo a partir do resultado no Banerj, perdemos a eleição ali. [...] Naquela eleição, se o Barata tivesse ficado conosco, o resultado poderia ser outro, pois, no Banerj desequilibrou, nós perdemos em todas as urnas. (informação verbal)²³⁴

Sobre a composição das chapas, fala Cyro Garcia:

[...] eu acho, que o PCB fez uma opção política completamente equivocada, ao longo da década de 80, pois um quadro do porte do Ivan acaba caindo no ostracismo, simbolizando uma política de conciliação de classe, de opções equivocadas por não acompanharem a evolução da luta de classes. E ele acaba personalizando isso e, parece que, o Partido atribui a ele a derrota nos Bancários, em 1985, porque eles acham que perderam para eles próprios. É lógico que eles eram os favoritos, e o Ivan tentou fazer tudo certo: cooptou um setor da oposição, que era o MUD (Mudança e

²³⁴ PINHEIRO. Entrevista citada.

Democracia), que era o pessoal do Luiz Carlos 'Correntinha' e do Rui Roosevelt, (que, naquela época, estava na DS (Democracia Socialista), mas tinha sido da liga Operária (depois, Convergência Socialista) e, atualmente, está na Articulação), e, o Ivan, tentou fazer um processo com eleições prévias na base, mais representativo, mas ignorou a conjuntura, que já estava colocada, aberta, a CUT já era uma realidade. (informação verbal)²³⁵

Para Ivan Pinheiro:

Para mim, nas eleições de 1985 nós fomos vítimas de uma política correta. A meu ver, o PCB errou na dose e no 'time' de uma política que era, no essencial, correta. Errou na dose e na hora de fazer uma inflexão. No momento em que surgem o PT e a CUT, nós já devíamos ter feito essa inflexão, mas erramos ao considerar que o avanço do movimento de massas poderia atrapalhar a transição. E, pelo contrário, dialeticamente ele poderia antecipar o fim da ditadura. Porque era um ator novo entrando em cena, a classe operária, as greves, etc.

[...] Eu penso que aquele nível de campanha, muito centrada em ataques pessoais [nos documentos da chapa de oposição, em 1985, Ivan era tratado como 'Ivanponi', numa alusão a Volponi, personagem mafioso de novela da época], era, até aquela campanha, uma coisa inédita no movimento bancário. E eu também não tinha conhecimento de uma campanha com a aquele nível em outras categorias. Mas nós perdemos aquela eleição na política mesmo. Fazendo um balanço daquela gestão, penso que fizemos um bom mandato, que a categoria gostava da nossa gestão. Nós perdemos quando eles conseguiram que a nossa chapa, a chapa 1, fosse identificada como a chapa do da CGT do Joaquinção; a chapa do Moreira Franco; do Miro Teixeira. E a chapa 2 como sendo a chapa da CUT; do Lula; do Brizola. "Sindicato é pra lutar" versus "sindicato pra conciliar"

[...] E com uma orientação que não é mais de frente, agora o 'Sindicato é pra Lutar'; fazer a luta de classes, entendida como campanhas salariais aguerridas, com percentuais altos; o sindicato também recruta para a revolução, sindicato e partido misturados: uma confusão enorme, tudo muito ruim, um economicismo só. (informação verbal)²³⁶

Fala Cyro Garcia:

[...] com toda a certeza, a vinda deles [do pessoal que saiu do PCB com o Prestes] para a CUT facilitou, pois era a chapa era da CUT: o Meneguelli veio aqui para fazer nossa campanha. Era uma chapa que marcava uma divisão de projetos nacionais, distintos e categóricos. Havia, então, estes dois projetos: um que se afirmava, que se tornou hegemônico ao logo da década de 80, e que passou por transformações dentro dele próprio, mas é hegemônico até os dias de hoje. Estão aí o Lula e o PT, que vão, talvez, para um segundo governo, que começaram a se gestar a partir dali. E nós somos parte integrante deste projeto, que era um projeto em disputa na década de 80. (informação verbal)²³⁷

O Sindicato se filia à Central Única de Trabalhadores (CUT) em 1986 e, nas eleições de 1988, novamente esses dois projetos se confrontarão, com a polarização entre uma chapa da CUT e outra hegemônica pelo PCB.

²³⁵ GARCIA. Entrevista citada.

²³⁶ PINHEIRO. Entrevista citada.

²³⁷ GARCIA. Entrevista citada.

A chapa da CUT, agora na situação, repetirá a mesma composição de 1985, só que com Cyro Garcia como cabeça, marcando a hegemonia da Convergência Socialista sobre o PDT e a Articulação. A chapa 2, de oposição, será encabeçada por Adeilson Teles, jovem funcionário do Bradesco e militante do PCB. Apesar do bom desempenho da chapa de oposição nos bancos privados, a chapa da CUT será novamente vitoriosa e Cyro Garcia eleito presidente na gestão 1988 a 1991.

As Campanhas

A primeira metade da década de 1980 foi também marcada por várias lutas e campanhas contra a política econômica do governo. Neste quadro, Sindicato articulou, em 1981, a campanha contra o pacote das estatais, que retirava direitos dos funcionários dessas empresas. A primeira manifestação foi convocada pelos bancários do Banco do Brasil. O movimento se espalha pelo país. Cria-se o Comitê de Defesa das Estatais, que promove manifestação de mais de 50 mil pessoas no Centro do Rio. Os trabalhadores conseguem derrubar o pacote.

A unificação das datas-base em 1982 foi um passo importante para o fortalecimento do movimento sindical bancário. A partir de então, os sindicatos, através de um comando nacional, passaram a reivindicar a unificação da negociação coletiva, que ocorria setorialmente para os bancários de uma dada região, o que implicava na assinatura de Acordos setoriais.

Em 1983, foi lançada a campanha por 100% do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), com uma greve iniciada no Rio pelos funcionários do Banco do Brasil. A conquista se estendeu aos demais trabalhadores.

No Rio de Janeiro, foi o Sindicato dos Bancários que, em 1984, liderou o início da campanha pelas “Diretas já”. Apesar de intensa mobilização em todo o país, a eleição direta para presidente da República é rejeitada pela Câmara dos Deputados.

Em seu relato, Ivan Pinheiro destaca o papel do Sindicato dos Bancários do Rio nesta campanha:

No início dos anos 80, as diferenças apareciam, por exemplo, na organização das comemorações do Primeiro de Maio. O PCB levava suas bandeiras: Pelas Liberdades Democráticas; Assembléia Nacional Constituinte, etc. E vinham os ‘esquerdistas’ dizendo que não: Tem que cobrar o reajuste salarial, a Greve Geral, etc. Claro que entravam todas, mas as importantes para nós, naquele momento, eram as de ordem política, para resgatar o Estado de Direito e derrotar a ditadura. Depois que as

campanhas democráticas no Brasil começaram a dar certo, a burguesia resolveu se apropriar daquelas bandeiras, mas, no início, era a esquerda quem articulava e construía, sozinha, as articulações para as mudanças. Na luta pelas eleições diretas; pela constituinte; contra o governo Collor. Depois é que virou moda, até a Rede Globo foi obrigada a aderir. O início da campanha das Diretas, aqueles “atinhos” aqui no Rio, em frente à Câmara de Vereadores, eu acho que o Sindicato dos Bancários bancou aquilo tudo: “o que é necessário? Deixa com a gente!” Como os outros sindicatos não possuíam a mesma visão, a mesma política e nem os recursos materiais e a estrutura que nós tínhamos, nós nos dispúnhamos a bancar. (informação verbal)²³⁸

Neste mesmo período, vários bancos e financeiras são liquidados pelo Banco Central, ampliando a concentração no setor financeiro nacional ao mesmo tempo em que cresce a participação dos bancos estrangeiros neste mercado. O Sindicato passa a organizar os trabalhadores das empresas liquidadas, que formam comissões de negociação e divulgação de seus movimentos. Destas campanhas, merecem destaque a luta pela absorção de todos os empregados da Delfim, em 1983, que será vitoriosa e todos os funcionários incorporados aos quadros da Caixa Econômica Federal (CEF), e a dos funcionários do Banco Sul Brasileiro, que sofre intervenção em fevereiro de 1985, que, em agosto do mesmo ano, conquistam sua transformação de banco privado em estatal, o Banco Meridional, com a garantia de emprego a todos os funcionários. Muitos destes bancários passam a participar ativamente das atividades da entidade e várias lideranças que se formaram nestas lutas se tornaram dirigentes do Sindicato.

Merece registro também, no mesmo ano de 1985, a greve dos funcionários da Caixa Econômica Federal (CEF), que reivindicam redução da jornada de trabalho para seis horas (atendida em janeiro de 1987) e sindicalização aos sindicatos de bancários. Com a conquista, deixam de ser considerados economiários e passam a ser enquadrados como bancários, o que ampliará o perfil da categoria na composição do ramo de atividade, assim como o espectro de instituições financeiras estatais nela representados.

A automação no setor bancário

Com o objetivo de embasar as novas lideranças que passam a atuar no sindicato, são organizados, no sindicato, vários debates com temática variada, abordando questões culturais, econômicas, políticas, etc. Surgem também as primeiras preocupações acerca dos impactos causados pelas mudanças

²³⁸ PINHEIRO. Entrevista citada.

tecnológicas sobre a categoria. O jornal *Bancário* de julho de 1984 convoca para um debate onde o economista e professor Luciano Coutinho, da Unicamp, falaria sobre “*A Automação na Economia, abrangendo também o processo de automação no setor bancário*”, destacando que:

Através desse debate, os bancários terão oportunidade de aprofundar o conhecimento sobre as causas e conseqüências do processo de automação, que atinge violentamente a nossa categoria. E, em termos imediatos, o debate será de grande utilidade para a presente Campanha Salarial.²³⁹

Sobre o tema, este mesmo número do *Bancário* traz matéria de página inteira com o título “*Bancos ampliam poder através da automação*”. No texto, que é de nossa autoria, a partir de um seminário promovido pela Contec e Dieese em Brasília, são abordadas várias questões sobre os impactos das novas tecnologias no setor financeiro, abordando questões como desemprego tecnológico; adoecimento; oligopolização do setor financeiro; criação de novas funções; representação e enquadramento sindical e a questão da “*reserva de mercado para o desenvolvimento de tecnologia nacional*”, que era um tema caro para o movimento daquela época e que, hoje, parece completamente anacrônico.

Mas os impactos da introdução das novas tecnologias sobre o nível de emprego no setor bancário só serão sentidos a partir da segunda metade dos anos oitenta. Após a implantação do Plano Cruzado (1986) e seus complementares – Cruzado 2 (1986), Bresser (1987) e Verão (1989) – os bancos, principalmente os da rede privada, desencadeiam um processo de reestruturação “*enxugando*” suas estruturas operacionais através de demissões em massa, automação do atendimento e da prestação de serviços e terceirização.

Com o aumento da competição no setor, o desempenho das instituições passa a ser condicionado pelos ganhos de produtividade. Nesta relação, as instituições ampliam seus investimentos nas áreas de automação e informática, aumentando a importância da questão tecnológica.

Só no ano de 1986 foram demitidos quase 110 mil trabalhadores, representando uma redução de 11.2% no nível de emprego no setor bancário. Em dezembro de 1985 havia 978 mil bancários, número que descera para 815 mil no final de 1989. Paralelamente à redução do nível de emprego, a estrutura física do

²³⁹ Jornal *Bancário*, número 413, julho de 1984, p.7.

setor também foi bastante afetada, com o fechamento de várias agências, como no exemplo do Bradesco, que até o Plano Cruzado (1986) contava com 2.090 agências e, até 1990, reduziu este número para 1.702 agências, significando um corte da ordem de 23%.²⁴⁰

A Anistia

Vários bancários beneficiados pela Lei de Anistia, sancionada a 28 de agosto de 1979, retornam aos bancos oficiais. Porém, apesar de anistiados, muitos não conseguem voltar ao trabalho e são aposentados compulsoriamente. E em abril de 1981, bancários aposentados fundam o Departamento de Aposentados do Sindicato. Nele se reaglutinaram importantes lideranças da categoria do período pré-1964, como Luiz Viégas da Motta Lima, Maria Emília Barbosa, Humberto Campbel, José Raymundo, Jurandyr Leão, entre outros, com larga experiência política e participação em direções sindicais.

Estes quadros, nem todos comunistas, mas sob uma clara hegemonia do PCB, atuaram, em conjunto com as novas lideranças (e exercendo forte influência sobre estas), na formulação das linhas de atuação do PCB e do Sindicato, propiciando um resgate da memória e da história dos períodos anteriores, fato facilmente perceptível na leitura das publicações do Sindicato da primeira metade dos anos 80 e que será amplamente utilizado como fator de coesão interna e de legitimação das diretorias e chapas com participação dos militantes ligados ao PCB.

Além desta significativa influência, desenvolveram um trabalho de organização e apoio aos antigos militantes; participaram da fundação de entidades de trabalhadores aposentados no Rio de Janeiro e nacionalmente; contribuíram, sobretudo a partir de suas experiências com o IAPB, nas discussões e campanhas em defesa da previdência social; além da organização de atividades recreativas e culturais e da participação ativa nas campanhas da categoria.

As greves

Na segunda metade da década de 80, ocorreu um novo surto de greves. Caracterizadas pelo grande contingente de trabalhadores do setor privado e estatal que delas participaram. Essas paralisações, que continuaram sendo consideradas

²⁴⁰ Cf. DIEESE, Terceirização e Reestruturação Produtiva do Setor Bancário no Brasil, Espírito Santo, DIEESE/SEEB E. Santo, 1994, p.9.

ilegais, no que pese suas reivindicações básicas serem de caráter econômico, são fortemente influenciadas pela conjuntura política nacional e local. Merece registro também o crescimento das lutas no campo, sobretudo as do sem terra que, em 1985, fundaram o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, que se tornou uma referência de ação organizada até os dias atuais.

As lutas com grande participação popular pelo fim dos governos militares, que teve na campanha pelas diretas seu ponto culminante; a entrada em cena dos novos partidos políticos, que, em termos de Rio de Janeiro, coloca a novidade do “brizolismo”, nome pelo qual ficaram conhecidos os seguidores de Leonel de Moura Brizola, que se elegeu governador do estado pelo PDT com expressiva votação; e mais as mudanças no campo sindical, com a fundação da CUT e a vitória de uma diretoria cutista no sindicato dos bancários do rio, vão conformar o pano de fundo onde se desenvolveu a campanha salarial da categoria no ano de 1985.

Apesar das negociações salariais dos bancários serem, ainda neste período, regionais, a campanha ganha amplitude nacional com a realização, nos dias 8 e 9 de julho no Rio de Janeiro, do Encontro Nacional dos Bancários. Organizado pela Comissão Nacional de Negociação, instância nacional unitária da categoria, o Encontro, que reuniu 1.600 bancários de todo o país, aprovou, além da pauta a ser encaminhada aos banqueiros, uma pauta política onde constavam o congelamento dos preços dos produtos de primeira necessidade, a redução dos juros e o fim da especulação financeira.

No dia 31 de agosto, o indicativo de greve nacional foi aprovado, por unanimidade, no Encontro Nacional de Campinas, São Paulo, que contou com a participação de 10 mil bancários (representando 113 sindicatos dos 162 existentes)²⁴¹ e encerrou com uma passeata gigantesca pelo centro daquela cidade, tendo a frente sindicalistas de todos os grupos com atuação no movimento sindical bancário nacional.

As negociações com os banqueiros não avançam e o presidente da república José Sarney dá declaração advertindo para o “[...] perigo que representa para o processo inflacionário a concessão generalizada de reajustes trimestrais de salário”.²⁴² Em Junho, o governo lança um anteprojeto proibindo greves no setor de compensação de cheques.

²⁴¹ Cf.: Revista do SEEB Campinas. p.21.

²⁴² Ibid. p.18.

No Rio, cerca de 20 mil bancários participam da assembléia do dia 10 de setembro. Com todos os espaços do Maracanãzinho, local da assembléia, tomados pelos bancários, a greve foi aprovada.

Depois do golpe militar de 1964, esta foi a maior paralisação de bancários (800 mil trabalhadores) ocorrida no país. Pela primeira vez foi formado um Comando Nacional. Com os setores de compensação paralisados, no primeiro dia do movimento paredista, o Ministro do Trabalho Almir Pazzianotto reconheceu o Estado de Greve e o movimento foi duramente reprimido.

Ao final de três dias, os bancários conquistam reajuste de 89,55%, antecipação de 25% em janeiro e fevereiro e elevação do piso salarial em 93,77% (965 mil cruzeiros). O acordo previa também que a categoria não sofreria desconto nem punição pelos dias parados.

Durante o movimento, apesar das divergências de projetos políticos, todas as forças políticas participaram das mobilizações para a greve. Algumas avaliações, encontradas na literatura sobre as greves deste período e mesmo em depoimentos de militantes, tendem a colocá-las (as greves) como uma consequência direta da derrota da linha política do PCB, que se limitaria a segurar os movimentos sociais para não prejudicar a transição política, e da consequente afirmação do projeto representado pela fundação da CUT, sobretudo o segmento ligado à tradição da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

De fato, a linha política daquele partido e as resoluções de algumas de suas instâncias confirmam que havia uma constante preocupação neste sentido, que influenciava a ação de seus militantes no movimento sindical.

Porém, ao analisarmos a dinâmica interna dos movimentos sociais, notamos que estes obedecem a uma dinâmica fortemente ligada às variações conjunturais e que, mesmo estando a linha política geral apontada para determinado rumo, não nos parece correto atribuir reflexos ou avanços do movimento centralmente à ação de um ou mais grupos que nele atuam.

Analisando o desenvolvimento da greve dos bancários de 1985, observamos que o movimento foi organizado nacionalmente, a partir da construção de uma unidade nacional ampla entre forças políticas com visões e projetos diferenciados.

Evidentemente que esta constatação não diminui o papel que teve a direção recém eleita do sindicato, que investiu fortemente na construção do movimento, organizando atos-show, passeatas, reuniões por banco, publicações específicas

orientando os bancários e a população, realizando atividades como as “Operações fecha-banco”, entre outras iniciativas.

Se compararmos este exemplo com o da greve de 1979, veremos que, durante a preparação do movimento, a diretoria também cumpriu os passos necessários para o sucesso da paralisação, o que, inclusive, é confirmado pelo depoimento de Cyro Garcia, quando afirma que “*Durante a campanha o PCB incendei, mas, na hora H, puxa o carro*”.²⁴³ A crítica aqui é no sentido de que a direção não sustentou, na assembléia que deflagrou a greve e posteriormente, o processo de mobilização que ela mesma, diretoria, havia incentivado.

Outro ponto é que, mesmo com a posição contrária da diretoria (que, como a de 1985, também havia sido eleita recentemente e gozava de credibilidade junto à categoria, condição reafirmada por sua reeleição de 1982), a categoria optou pela greve e o movimento contou com significativa adesão, sobretudo se levamos em consideração que as dificuldades de mobilização, naquela conjuntura, eram maiores que as de 1985, quando se registrou forte crescimento no número de greves. Se o processo foi abortado em função da repressão que se abateu sobre o sindicato, que sofreu intervenção; sobre as lideranças do movimento, que foram obrigadas à clandestinidade em função de mandados de prisão; ou sobre os trabalhadores, que foram agredidos pela polícia e perseguidos pelos patrões, esta era uma variante plenamente colocada a priori, devido ao fato de que a ditadura, apesar de fragilizada, ainda mantinha seus aparatos de repressão e controle social.

1980 – a década não foi perdida

No ano de 1988 ocorrem dois fatos políticos da maior relevância que marcarão o final da década: a promulgação da nova Constituição, que institucionalizou o fim da transição democrática do período autoritário implantado a partir do golpe de 1964; e a disputa para a presidência da república entre Luiz Inácio Lula da Silva, liderança construída a partir das lutas operárias do final dos anos 70, e Fernando Collor de Melo, que venceria o pleito e, como presidente, começaria a criar as condições para a implantação do projeto neoliberal no Brasil.

²⁴³ Cf. entrevista citada.

Simbolicamente, a década de 1980 será encerrada pela greve geral de 1989, quando Bancários se unem a outros sindicatos de trabalhadores na Organização do movimento que, durante dois dias, paralisou o país.

Década de 1980



Encontro Nacional reúne 5 mil e aprova greve



Repressão policial não intimida grevistas



Sindicato lidera no Rio campanha das Diretas Já



Bancários, em campanha salarial, ocupam a Cinelândia



Bancários, em campanha salarial, ocupam a Cinelândia



Sindicalistas vão aos bancos mobilizar a categoria



1983 – 1º DE MAIO – Quinta da Boa Vista



1984 – Manifestação pelas eleições diretas – Presidente Vargas



1985 – Assembléia – Galeria dos Empregados no Comércio.



1986 – Assembléia de bancários.



1987 – Assembléia dos bancários - Cinelândia



1988 – Assembléia Banerj.

3.5) DÉCADA DE 1990 – DO PROVISÓRIO DEFINITIVO AO DEFINITIVAMENTE PROVISÓRIO

A década de 1990 iniciou sob o impacto do confisco dos ativos financeiros pelo Plano Collor I, em março de 1990. Em fevereiro de 1991 o governo edita o Plano Collor II. Nesta fase, como ocorreu após o Plano Cruzado, os bancos iniciaram seus ajustes a partir de uma nova onda de demissões que marcaria toda a década.

Paralelamente, com o aprofundamento do processo de reestruturação produtiva no setor, os bancos buscaram uma maior “flexibilização” para operarem a transição da configuração baseada nos grandes bancos de varejo lastreados nas altas taxas de inflação e na massificação do atendimento, redefinindo o próprio conceito de atividade bancária.

Enquanto em 1989 os bancos empregavam, em média, 815 mil trabalhadores, em junho de 1994 este número caiu para 649 mil, ao mesmo tempo que os investimentos do setor em automação saltaram de US\$ 1,8 bilhão, em 91, para US\$ 3,0 bilhões, em 93, com grande concentração de aportes no auto-atendimento.²⁴⁴

Mesmo com o grande número de demissões no setor, a categoria consegue manter suas conquistas históricas e participa ativamente das grandes lutas nacionais.

Em 1991, Bancários, petroleiros, petroquímicos, organizam campanhas conjuntas e, com outras categorias, realizam atos e passeatas contra o arrocho salarial e o governo Collor. Os bancários do Banco do Brasil fazem duas grandes greves e ficam paralisados 40 dias para pressionar a direção da instituição a assinar um acordo salarial.

No Rio, o Sindicato lidera a campanha nacional que culminou com o *impeachment* do presidente Fernando Collor, em 1992, por envolvimento em esquema de corrupção no governo. O vice de Collor, Itamar Franco, assume a presidência e indica o sociólogo paulista Fernando Henrique Cardoso para Ministro da Fazenda.²⁴⁵

²⁴⁴ DIEESE, Trabalho e Reestruturação produtiva - DIEESE – p. 237.

²⁴⁵ No governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso foi nomeado ministro das Relações Exteriores, em outubro de 1992, e, em maio de 1993, assumiu o Ministério da Fazenda. O Plano Real foi lançado no dia primeiro de julho de 1994.

No mesmo ano de 1992, após seis anos, o Sindicato reabriu a subseção do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos) e, em 1993, inaugurou a Bangraf, maior gráfica sindical do Rio, que será negociada com a CUT-RJ na primeira década de 2000.

O Sindicato criou o projeto "*Sindicato Cidadão*" e se engajou, em 1993, na Ação da Cidadania contra a Fome e pela Vida, movimento idealizado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. A mobilização dos bancários se intensificou com os funcionários do Banco do Brasil, que criaram vários Comitês contra a Fome e chegaram a arrecadar 12 toneladas de alimentos.

Neste mesmo período, o Sindicato liderou, no Rio, o Movimento pela Ética na Política, contra a corrupção na Comissão de Orçamento do Congresso (o "Escândalo dos Anões do Orçamento") e participou do protesto da sociedade civil contra a violência que paralisa o Centro do Rio. Vestidos de branco, como todos os manifestantes pela paz, concentram-se na Candelária e no Largo dos Bancários. Após dois minutos de silêncio, a população faz um "buzinaço", enquanto as igrejas tocam seus sinos.

Nos processos de negociação coletiva, a proposta dos bancários apresentada na mesa de negociação em 1991, defendia como "*regra do jogo*" da negociação coletiva a não intervenção da Justiça do Trabalho em suas negociações.

Em 1992, o Departamento Nacional de Bancários da CUT se constitui na Confederação Nacional dos Bancários (CNB), representando mais de dois terços dos bancários do país, em contraponto à Contec. Além de integrar a estrutura orgânica da central, a Confederação é filiada à Federação Internacional de Empregados e Técnicos (FIET).

Neste mesmo ano, foi assinada a primeira Convenção Coletiva Nacional, que teve como signatários 120 sindicatos, sete federações e a Confederação Nacional do Bancários – CNB-CUT.

Diante das mudanças na estrutura e na forma de operação e gerenciamento dos bancos, intensifica-se o processo de trabalho e os bancários passam a ser submetidos a um alto nível de cobranças por resultados. A informatização dos serviços, que simplifica as atividades e tarefas inerentes ao trabalho bancário, é acompanhada pela introdução dos processos de gestão pela "Qualidade Total", estabelecimento de metas e terceirização de vários setores.

Num ambiente de desemprego crescente, o bancário se vê submetido a uma série de exigências, que vão da capacitação pessoal para assumir várias tarefas que antes eram divididas entre vários trabalhadores (multifuncionalidade), ao cumprimento das metas, cada vez mais elevadas, das quais depende crescentemente a remuneração destes trabalhadores.

Todo esse processo de pressão acaba elevando o nível de adoecimento na categoria, o que levará os sindicatos a priorizarem em suas pautas questões relativas à proteção da saúde, além dos critérios para o pagamento das metas e a participação nos lucros e resultados (PLR).

A discussão sobre a proteção da saúde do trabalhador bancário entra na pauta nacional e as primeiras reivindicações são apresentadas à Federação Nacional dos Bancos. A questão da saúde passou a fazer parte do Acordo Coletivo de 1994 e, no ano seguinte, foi formada uma Comissão Paritária de Saúde, para discutir soluções para os problemas de saúde dos bancários. Na convenção de 1995, os Bancários conquistaram, pela primeira vez, o direito à participação nos lucros e resultados (PLR).

Em 1994 Lula é novamente candidato à presidência da república. As forças conservadoras apóiam o candidato Fernando Henrique Cardoso que, embalado pelo sucesso do Plano Real em seu objetivo de conter a escalada inflacionária, ganha as eleições.

Após a implantação do Plano Real, em 1994, uma nova onda de centralização dos bancos e instituições financeiras marcou a segunda metade dos anos 90. Sob a coordenação do Banco Central, instituição regulatória e fiscalizadora, operou-se uma série de "ajustes" no sistema bancário através da decretação de falências, fusões, incorporações e privatizações de empresas.

A influência dos grupos financeiros sobre o Estado se consolidou, intensificando a aplicação do receituário do chamado neoliberalismo no setor financeiro, com o desmonte do Banco do Brasil, demissões e fechamento de agências e dependências do banco.

O número de Bancos Múltiplos Nacionais com controle estrangeiro passou de 18, em janeiro de 1994, para 42 no mesmo mês de 1999, com concentração da expansão entre 1997 e 1998, totalizando com um crescimento no período de 70 para 82 bancos comerciais e múltiplos com participação e controle estrangeiro.

Quarenta bancos sofreram intervenção por parte do Banco Central, a partir da estabilização da moeda decretada no Plano Real. Os maiores bancos que sofreram intervenção foram o Econômico, o Bamerindus e o Nacional. Os ajustes envolveram também bancos médios e pequenos, considerados "vulneráveis" e cuja situação "explodiu" após o Plano Real, posto que tanto a lucratividade que auferiam como os dados que ocultavam em balanços financeiros, os tornaram inviáveis econômica e financeiramente.

Segundo Liliana Segnini,

O problema da "crise de confiança" no sistema financeiro, no caso dos grandes bancos, e a justificativa da "estabilidade sistêmica" foram apontados como elementos que justificaram a ação do Banco Central, implementando o **PROER - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional**, em 03.11.95. Tal programa foi apresentado como propiciador de estabilidade financeira, sobretudo no que tange os grandes bancos privados nacionais, livrando o sistema como um todo de "risco sistêmico", cabendo ao Banco Central do Brasil absorver a "parte ruim" dos bancos (dívidas), sobretudo dos grandes bancos acima citados. Os processos de intervenção nos bancos estatais, também efetivado pelo Banco Central do Brasil, os prepara, neste mesmo sentido, para a privatização "da parte boa", dos bancos.²⁴⁶

A partir da criação do PROER, o processo de liquidações, e privatizações se acelerou de forma avassaladora. O Sindicato organiza os bancários dos bancos atingidos para resistirem ao processo, mas, diante da correlação de forças, essa resistência não foi suficiente para barrar o avanço da reestruturação do setor.

Ainda em 1993, o I Seminário Nacional dos Funcionários do Banerj aprovou uma proposta de reestruturação do banco, dentro do conceito de ampliar o perfil da instituição para o atendimento das demandas da população e como fomentador do desenvolvimento econômico e social do Estado Rio de Janeiro. Com base nesta resolução, o Projeto para o Banco Público, apresentado à Assembléia Legislativa do Rio, se tornou modelo para o movimento sindical dos demais bancos públicos.

Com a intervenção do Banco Central no Banerj e no Banespa em 1995, as manifestações em defesa dos bancos públicos foram intensificadas.

Por pressão do Sindicato, a Assembléia Legislativa (ALERJ) instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as administrações do Banerj. O Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou artigos da Constituição do Estado do Rio de Janeiro que impediam a venda do banco.

²⁴⁶ Cf. SEGNINI, Liliana. op.cit.

O ano se encerrou com uma grande manifestação de protesto contra a aprovação do Programa Estadual de Desestatização (PED) pela Assembléia Legislativa, autorizando o governo estadual a privatizar todas as empresas públicas do Estado. A maioria dos manifestantes, reprimidos com extrema violência pela Polícia Militar, era de bancários.

Em 1996 o Banco Bozano, Simonsen assumiu a administração do Banerj. É o início do desmonte do banco, com demissões em massa e fechamento de agências, para a privatização. Crescem as mobilizações dos bancários.

Neste mesmo ano, o Banco Central financiou a compra do Banco Econômico para o Banco Excel.

Aliado a outras categorias e instituições da sociedade, em 1997 o Sindicato participa de manifestações contra a política de privatizações do patrimônio público durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e o desemprego em massa de trabalhadores.

O Sindicato trava intensa luta em defesa dos direitos dos aposentados e ativos, em virtude da liquidação a Previ/Banerj. O Banco Bozano Simonsen corta as aposentadorias incentivadas, que voltam a ser pagas após sete meses de luta, que incluiu a ocupação da agência Central do Banerj e recurso à Justiça.

O governador Marcello Alencar, do PSDB, anuncia o leilão do Banerj. Sucedem-se as manifestações de protesto e greves durante um mês. No dia 26 de junho de 1997 o Banerj é vendido ao Itaú. Tem início novo processo de demissões em massa.

São fechadas 34 agências do Meridional no país e inicia-se o processo de privatização do banco, comprado no final deste ano pelo Banco Bozano Simonsen.

O Bamerindus é comprado pelo banco inglês HSBC, resultando em novo processo de demissões. O Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge), também incluído na lista de privatizações inicia o desmonte de suas agências no Estado do Rio.

Em 1998, o Banco Itaú fecha todas as agências do Banerj fora do Estado do Rio de Janeiro e demite seus funcionários. A mobilização do Sindicato leva a Assembléia Legislativa do Rio a constituir CPI para investigar irregularidades na privatização do Banerj.

Neste mesmo ano, o Sindicato dos Bancários se engaja na luta contra a reforma da Previdência, proposta pelo governo Fernando Henrique, com graves

prejuízos e perda de direitos adquiridos, atingindo todos os trabalhadores de empresas privadas.

Paralisação do Centro bancário do Rio, em 1999, durante 24 horas, por reajuste salarial e manutenção dos direitos conquistados no passado. A paralisação faz parte do calendário nacional e centenas de bancários de outros estados convergem para o Rio fortalecendo a campanha unificada.

Sindicato envia caravanas para a Marcha dos 100 mil em Brasília, em protesto contra o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Funcionários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal do Rio fazem paralisação em busca de um acordo salarial digno.

Os trabalhadores do BNDES, diante do impasse nas negociações com a direção do banco, fazem duas greves. Com a vitória do movimento, conquistam reposição salarial, abono e participação nos lucros.

O ano se encerra com dados alarmantes sobre o Banco do Brasil, resultado do desmonte iniciado em 1994. Em cinco anos, 49.943 funcionários são demitidos.

Eleições sindicais: uma nova correlação de forças

As eleições para a direção do Sindicato em 1991 marcam uma nova fase na disputa de projetos políticos entre os grupos que atuam na categoria bancária. A aliança que compunha a diretoria desde 1985 entra em crise e os grupos ligados ao PDT, à Articulação e outros segmentos do PT rompem com o grupo da Convergência Socialista.

Neste pleito, a polarização se dará entre a chapa da Convergência, que é majoritária na direção do sindicato, encabeçada por Cyro Garcia, e a chapa de oposição, que congrega aqueles grupos que romperam com a orientação majoritária em aliança com o PCB, que entrou na CUT em 1990, e o PCdoB, que também já havia ingressado nesta Central.

Essa foi a primeira vez em que duas chapas cutistas disputaram a direção do Sindicato. Numa campanha extremamente radicalizada, a chapa da oposição venceu a eleição. A nova diretoria para o mandato de 1991 a 1994 tem como presidente Fernando Amaral, funcionário do Banco do Brasil e militante do PT, e os funcionários do Banerj Antônio Leite, militante do PDT, e Renato Lima, do PCB, como vice-presidentes.

A nova diretoria, dando cumprimento aos compromissos assumidos durante a campanha eleitoral, realizou um processo de reestruturação e recuperação das finanças da entidade e tornou o jornal Bancário diário. Os funcionários do Sindicato entraram em greve contra as demissões realizadas pela nova direção, exigindo o cumprimento do Plano de Garantia no Emprego (PGE) assinado pela diretoria anterior.

Neste mesmo ano de 1991, os Funcionários do Banerj entraram em campanha pelo cumprimento do acordo assinado com o banco no ano anterior. O conflito entre o Sindicato e a direção do Banco, que é administrado por pessoas indicadas pelo governo do PDT, acaba por contaminar as relações entre Ronald Barata que, participando da diretoria do Sindicato, aceita um cargo no Conselho Fiscal da empresa.

Como a diretoria do Banerj continuava se recusando a cumprir o acordo, os funcionários deflagraram uma greve. A paralisação de 27 dias é julgada legal pelo Tribunal Regional do Trabalho e o banco é obrigado a devolver ao funcionalismo o desconto dos dias parados. Durante uma das assembléias da greve, Barata, que se posicionou contra o movimento, oficializou seu rompimento com a diretoria do Sindicato. As lideranças do PDT que participavam da direção da entidade se dividiram. Alguns acompanharam a decisão de Barata e outros, como o vice-presidente Antonio Leite, permaneceram em seus cargos até o final do mandato.

Na eleição de 1994 concorreram duas chapas de oposição, uma formada por lideranças do PDT, tendo a frente Ronald Barata, e outra da Convergência Socialista, que neste mesmo ano funda o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). A chapa da situação vence o pleito e Fernanda Duclos Carisio, da Articulação, é eleita para a gestão 1994 – 1997, tornado-se assim a primeira mulher a presidir o Sindicato.

Em 1997 Fernanda será reeleita para presidir o Sindicato no mandato que se encerrará em 2000, consolidando assim a hegemonia da Articulação. Nesta eleição, a composição da chapa passa a incluir, além dos militantes e grupos políticos do PT, PCB e PCdoB, as lideranças do PSTU. Esta composição ampla se repetirá ainda na eleição de 2003 e será rompida, após a saída dos militantes do PSTU da CUT, na eleição de 2006.

A nova conjuntura trouxe transformações estruturais que se refletiram na política sindical, com novas composições, rupturas e alinhamentos.

Analizando a nova pauta sindical, Ivan Pinheiro traça uma comparação entre a década de 1980 e a de 1990.

[...] Eu penso que tudo isso entrou na pauta a partir das modificações pelas quais passou o mundo do trabalho com a introdução das novas tecnologias. Naquela época, eu acho, não havia grandes mudanças tecnológicas. Os bancos viviam, basicamente, de depósito de retirada de dinheiro físico, o que, mesmo após a introdução dos CPDs, facilitava a ação nas paralisações: naquele tempo, nossas greves tinham grande eficácia.²⁴⁷ (informação verbal).

Cyro Garcia traça sua análise, contextualizando aquelas mudanças dentro de sua ótica:

As lideranças da década de 80 expressavam aquele momento: da luta contra a ditadura; contra a estrutura sindical; pela autonomia e independência política em relação a governos e partidos políticos. E essa história de que a década de 80 foi a “década perdida”, mas, na verdade, nós conseguimos adiar a implantação do Neoliberalismo aqui no Brasil, que já vinha sendo implementado no mundo desde o final da década de 70, com a Margaret Thatcher, o Reagan, e, depois, vai se consolidando com a social democracia européia, com o Mitterrand, etc. Mas, no Brasil, ainda estava refletindo o momento anterior, de resistência, de ascenso: 12 milhões de grevistas; algumas greves gerais que, se não paralisaram como nos países europeus ou na Bolívia, foram movimentos sociais fortes. Houve, também, a campanha presidencial do Lula, em 89, que expressou exatamente isso: como ele conseguiu ir para um segundo turno, não o Lula de hoje, de conciliação com o capital, gerente do capital, mas um Lula que tinha um discurso contrário, e ele vai para o segundo turno. E foi porque ele representava toda essa geração. Mas, naquele momento, essas questões não estavam colocadas para nós. Aquele era um momento de negar: negar a ditadura e afirmar bandeiras como Pela Estatização do Sistema Financeiro; Pelo não Pagamento da Dívida Externa, que eram bandeiras comuns a todos os sindicalistas ligados à CUT, faziam parte do programa da Central e do PT. Foram mudando depois. Penso que duas coisas foram decisivas na mudança do perfil das lideranças: primeiro, a queda do Leste, que deixa a esquerda no mundo inteiro meio perdida, meio “sem-pai-nem-mãe”, com muitos fazendo coro com o Fukuyama, dizendo que o socialismo tinha acabado também, e isso pegou fundo, inclusive internamente no PT. Por outro lado, até pela falta de um paradigma rival ou alternativo, vimos a consolidação do neoliberalismo. É aí que começa essa discussão da superação do fordismo pelo toyotismo; da introdução das novas tecnologias; automação; reestruturação produtiva, enfim, toda uma série de questões que vieram nesse bojo, nessa mudança macro do capitalismo, que acaba por interferir aqui também. Então, um setor que se sentiu meio órfão com a história do fim do socialismo, passou a comprar esse discurso: já que não tem mais socialismo, agora se trata da humanização do capital, é o capitalismo humanitário. E existem algumas pessoas que se tornaram ícones desse discurso, como Gushiken, que fala que esse negócio de anti-imperialismo já acabou, pois não temos mais parceiros no mundo. E diz que temos que buscar parcerias dentro desse campo, tornando-o mais saudável para os trabalhadores, mais palatável. E boa parte dessas lideranças adotaram este discurso.²⁴⁸ (informação verbal).

²⁴⁷ PINHEIRO. Entrevista citada.

²⁴⁸ GARCIA. Entrevista citada.

Sobre os projetos sindicais, Ivan Pinheiro argumenta:

[...] Para não ficar colocando nomes, nosso sindicato era político, no sentido amplo da palavra. Tinha mais preocupação com o Brasil; com o mundo; com a democracia; com liberdade; com justiça social; com as leis, fazia 'lobby' no parlamento; com a defesa da previdência, etc. O sindicato do PSTU era o sindicato economicista, da revolução, da luta de classes.

[...] O Sindicato Cidadão, não sei se isso é uma tendência nacional, mas quem formulava era o Amaral, era, a meu ver, um rebaixamento do sindicato político, mas possuía aspectos melhores que o 'classista'. O nosso sindicalismo, quando eu digo que era político, é porque, no que pese ele não confundir sindicato com revolução, mas tinha um discurso socialista: o sindicato é importante para atuar politicamente, mas o fundamental é mudar a sociedade para uma sociedade socialista, isso estava incorporado no nosso discurso. O sindicato cidadão sempre me soou como uma proposta para reformar o capitalismo: reconhece que o capitalismo é irreversível, mas que ele é ruim porque nem todos somos cidadãos completos. Então, desde que seja respeitada a nossa cidadania, não tem problema haver a 'mais-valia'. Então, tem diferenças. Agora, o chamado sindicalismo classista não tem mediação com nada, é a revolução permanente, o sindicato é um instrumento de fazer a revolução. Isso, na prática, exclui os outros, porque o sindicato passa a ser um espaço para quem é revolucionário, para quem é classista.²⁴⁹ (informação verbal).

Para Cyro Garcia,

Eu sinto que, com a derrota do Lula para o Collor, o neoliberalismo, mesmo que meio atabalhoadamente, começa a vir para cima da gente. As campanhas contra o funcionalismo público, pelas privatizações, começam a atingir a massa. Assim, as correntes mais centristas se juntam ao pessoal do PCB, que estava na oposição, e começam a fazer o discurso do diálogo: agora é a hora do diálogo, pois o confronto já passou. E, aí, entra a história do Sindicato Cidadão, que começa a ter eco na massa.

Paralelamente a isso, há erro nosso que, no início da década de 90, fizemos algumas avaliações de conjuntura erradas e nos descolamos desse movimento e continuamos como se não houvesse acontecido a queda do leste, a derrota do Lula, e continuamos com a mesma "receita", e fomos nos descolando do movimento da base.

A base, que também faz sua análise de conjuntura, sacou que, se não deu Lula, deu Collor, e o cara está vindo para cima. Nos bancos públicos, que eram maiores, havia o Banerj, por exemplo, mas também nos bancos privados, o pessoal percebeu que a coisa não seria fácil, e isso abre espaço para esta política de diluição da luta de classes, da busca do novo sujeito social, da não centralidade mais da classe operária, por isso a questão da cidadania, existe toda uma discussão teórica.

Eu sinto essa mudança numa parcela dos dirigentes sindicais, que acabam comprando esse discurso, e isso está por traz das lutas internas na CUT e no PT, e têm haver com essas derrotas, que a classe entende como derrota. Nós até não pensamos que a queda do aparato stalinista tenha sido uma derrota, e, sim, uma vitória, pois, durante décadas, traiu e abortou várias revoluções. Assim como foi nosso embate com o PCB, que era o representante político deles aqui no nosso país. Mas isso foi percebido pela esquerda e apropriado pelos setores que assumiram este discurso.

Paralelamente, ocorre uma mudança do perfil da categoria bancária, com as terceirizações, demissões em massa, automação a rodo, os bancos públicos se modificando também. Aliás, o setor público foi privatizado e foi desse setor que saíram grandes lideranças para o PT: metalurgia, telefonia,

²⁴⁹ PINHEIRO. Entrevista citada.

entre tantos outros. E a mudança no perfil da classe é um fato, e estes setores hegemônicos do PT e da CUT querem ser parceiros da política de privatizações do governo Fernando Henrique, via fundos de pensão. Ela não teria tido o mesmo êxito se a postura da Previ, por exemplo, fosse outra. E nós, funcionários, via sindicalistas ligados ao PT, já co-dirigíamos os fundos de pensão: Petros, Telos, Previ, etc. Eu me lembro que, quando a Previ entrou no consórcio que comprou a Vale do Rio Doce, lançou um jornalzinho com a mesma palavra de ordem que nós usávamos na luta em defesa da Vale, e eu fiquei indignado. Ao longo da década de 90, estes setores abandonam questão da independência de classe, a perspectiva de enfrentamento com o capital, a passam a ser sócios minoritários. E isso tem eco na base, que também está sofrendo com as demissões, terceirizações, etc. Mas também tem espaço para o nosso projeto, como prova nossa inserção em várias categorias importantes. É um projeto minoritário, mas tem espaço, não fazemos só propaganda, não falamos para nós mesmos, como uma seita, ele dialoga com o movimento de massa. Mas, lamentavelmente, a maioria dos outros setores abriram mão dele.²⁵⁰ (informação verbal).

O fato é que os projetos políticos que se confrontaram na arena sindical nos anos 80 acabaram sofrendo forte impacto diante da avalanche que se abateu sobre os trabalhadores com a entrada no Brasil do chamado neoliberalismo.

Se, no início dos anos 80, o surgimento de movimentos como o “Sindicato Solidarietà” aguçou as polêmicas no interior dos grupos de esquerda quanto aos caminhos (e descaminhos) do socialismo, o fim da bi-polaridade no quadro geopolítico a partir do desmoronamento da União Soviética, criou uma situação de novo tipo, pois as esquerdas em todo o mundo, seja apoiando ou criticando, execrando ou contextualizando, tinham como referência a revolução soviética e seus desdobramentos no chamado Socialismo Real. E os projetos políticos, construídos dentro deste quadro referencial, se mostraram frágeis no sentido de deter o avanço das forças do capital sobre o trabalho.

O desdobramento desta questão ainda não estava colocado ao final dos anos 90. E o que se constatou pela composição das chapas para a disputa das eleições do Sindicato dos Bancários do Rio é que, a partir da segunda metade da década, os grupos políticos se articularam para a composição de uma chapa única, que se repetiria até meados da primeira década de 2000, em torno do objetivo de enfrentar a avalanche neoliberal e construir novas alternativas.

O Novo Perfil

As intensas transformações ocorridas nos bancos implicaram também em mudanças no perfil da categoria bancária.

²⁵⁰ GARCIA. Entrevista citada.

O Sindicato dos Bancários do Município do Rio de Janeiro encomendou duas pesquisas, que foram realizadas pelos técnicos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE, que registraram os resultados das mudanças ocorridas na década de 1990 e traçaram o novo perfil dos bancários cariocas.

Analizamos os dados levantados pela pesquisa realizada pela subseção do DIEESE no Sindicato, a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), sobre o “Rosto dos Bancários” no município do Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 2000. Naquela data, o número de bancários no município era de 38.210, segundo os registros administrativos do Ministério do Trabalho. A partir dos resultados da pesquisa, podemos destacar:

DISTRIBUIÇÃO DOS BANCÁRIOS CARIOCAS

Segundo o tipo de instituição - Que 70% dos bancários cariocas trabalhavam em Bancos Múltiplos com carteira comercial. Este quantitativo, quando somado aos 10% vinculados à Caixa Econômica Federal (CEF) mais os 3% que se encontravam empregados nos bancos comerciais, perfaziam um total 83% dos bancários do município. A pesquisa destaca ainda que 3% dos bancários encontram-se empregados em financeiras;

Segundo a ocupação - Os que ocupavam as funções de Escriturário e Caixa somavam 58% dos bancários do município. Comparativamente aos anos 80, essas duas funções correspondiam a quase 70%, com os escriturários representando 50% deste total. Um em cada 5 bancários ocupava a função de Gerente, sendo este o contingente que apresentou o maior crescimento em 15 anos. Houve também um decréscimo acentuado das chefias intermediárias, que nos anos 80 representava 17% dos bancários e caiu para 6% no final da década de 1990.

Segundo a idade – A pesquisa registrou que a maioria dos bancários – 73% - concentrava-se nas faixas etárias de 30 anos em diante, sendo que 35% entre 30 e 39 anos. A título de comparação, em 1986, 49% dos bancários do município tinha entre 18 e 29 anos.

Segundo o grau de instrução – A pesquisa aponta para um alto nível de escolaridade da categoria, tendo 87% dos bancários cariocas cursado do 2º grau completo em diante. Quanto aos que cursavam ou haviam concluído o terceiro grau, o total computado foi de 60%. Estes números são bastante diferentes dos registrados na década de 1980, quando 31% dos bancários do Rio tinham até o

primeiro grau completo (o que havia caído, àquela data, para a casa dos 6%) e apenas 17% possuíam o superior completo, contra os 27% registrados.

Este aumento na escolaridade nos leva a concluir que as políticas adotadas geraram duas principais situações que poderiam levar os bancos a exigir, em seus processos seletivos, o nível superior, em curso ou completo, como pré-requisito para a contratação de bancários: aumento da complexidade do trabalho bancário cotidiano e a existência de um grande “exército de reserva” de trabalhadores. Como os processos de trabalho nos bancos foram grandemente simplificados a partir dos vultosos investimentos em maquinário informatizado, tendemos a avaliar que a segunda hipótese é a que melhor explica o fenômeno, uma vez que o número de trabalhadores desempregados cresceu, naquele período, de forma exponencial em função da política econômica adotada pelo governo.

Segundo o sexo – Segundo esta variante, as alterações na composição da categoria também foram grandes. A participação feminina na categoria, que crescia de forma continuada ano a ano, saltou dos 36% registrados em 1986 para 47% em 2000.

Este crescimento não implicava em igualdade de oportunidades, pois as mulheres apareciam em grande número em funções de atendimento e gerência, principalmente as ligadas à venda de produtos bancários, mas decresciam significativamente sua participação nos níveis hierárquicos superiores, o que fazia com que a média salarial feminina fosse menor que a dos homens, assim como o tempo médio de permanência na empresa.

Segundo o tempo de permanência no banco – Os funcionários com até 5 anos de banco somavam 54%, contra 36% com tempo acima de 10 anos. Aqui é aconselhável levarmos em conta que, com as privatizações e liquidações de um número significativo de instituições bancárias, os trabalhadores mais antigos foram sendo demitidos e/ou substituídos. Acrescente-se que a política de desmonte das instituições públicas, como é o caso do Banco do Brasil, incentivou, através de expedientes como os planos de demissão voluntária (PDV) o desligamento de muitos bancários, principalmente os mais antigos que já possuíam condições pela proximidade da aposentadoria.

Segundo a jornada de trabalho – Uma das maiores conquistas da categoria, fruto de histórica mobilização ainda na década de 1930, foi a da jornada de 6 horas. Os bancos foram ao logo do tempo buscando formas para burlar essa conquista e,

através de manobras como a pré-contratação de horas extras e os falsos comissionamentos, forçaram uma situação em que a maioria da categoria – 57% - passou a cumprir uma jornada entre 31 e 40 horas semanais, ficando ainda mais sujeitos ao adoecimento pelo excesso de trabalho e pressão psicológica.

Segundo a etnia – Neste quesito podemos notar que a discriminação racial se manifestava de forma acintosa no setor bancário, sobretudo por se tratar da cidade do Rio de Janeiro, onde a maioria da população está composta por negros e descendentes desta etnia. Nada menos que 78% dos funcionários de bancos era composta por brancos, cabendo aos negros 2% dos postos de trabalho.

Segundo a natureza do controle da empresa – Neste quesito o que se destaca é a diminuição do espaço de atuação do Estado no setor financeiro, sobretudo a partir da privatização dos bancos estaduais, com destaque para a privatização do Banco do Estado do Rio de Janeiro – Banerj, e dos processos de reestruturação e enxugamento sofridos pelo BB e pela CEF. Estas medidas acabaram resultando num avanço considerável do segmento privado que, no período em tela, empregava mais de 60% dos bancários do município do Rio de Janeiro.

Estes dados mostram um quadro em que as transformações operadas no ambiente de trabalho dos bancários colocaram novos desafios para a ação sindical. Essa ação, por sua vez, terá também como protagonistas trabalhadores que se aproximam do sindicato por razões e com concepções qualitativamente diferentes dos trabalhadores da década anterior.

Assim, escolhemos como título para definir esta parte do capítulo dedicada à década de 1990 uma frase retirada do texto de Liliana Segnini, que consideramos expressar a forma contraditória das relações estabelecidas neste período:

Hoje, os bancários são mais velhos, mais escolarizados, como revelam os dados estatísticos. Porém, a intensa pressão por produtividade, competição entre os próprios colegas marca a precariedade do vínculo com a instituição, a possibilidade real de desemprego a qualquer momento. Desta forma, no contexto da reestruturação produtiva o emprego nos bancos deixa de ser caracterizado como sendo **provisório que se transforma em definitivo** para se constituir em **definitivamente provisório**.²⁵¹

²⁵¹ SEGNINI, Liliana. (coord.). Formas diferenciadas de relações empregatícias e qualificações requeridas em um contexto altamente informatizado: análise do sistema financeiro no Brasil. In: (www.cedes.unicamp.br/pesquisa/artigos/relatorio.html).

Década de 1990



1992 – Assembléia do Banerj



Trabalhadores se unem em defesa das estatais



1992 – Manifestação dos bancários no centro do Rio.



Sindicato convoca trabalhadores à greve geral



Bancários vão às ruas contra privatizações



Bancários de todo o país param o centro do Rio



Sob forte chuva, população pede paz



1999 – Marcha dos Cem Mil – Brasília.



1993 – A atuação do sindicato cidadão.



1999 - Passeata



Material das campanhas da década de 90

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma contextualização histórica do desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional, procuramos entender como as mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, ocorridas nos anos 60, constituíram as bases para o desenvolvimento do sistema financeiro nacional como conhecemos hoje.

Num quadro em que o sistema financeiro se expande e cresce a complexidade do capitalismo monopolista, o que requer uma maior agilização na circulação de mercadorias e na rotação do capital, procuramos demonstrar como o trabalhador bancário, em contato direto com a mercadoria–dinheiro ou a forma dinheiro da mercadoria, atua como agente impulsionador do processo de reprodução do capital.

Procuramos demonstrar como as ações políticas e policiais desencadeadas a partir do golpe de 1964 - as intervenções nas entidades sindicais, as prisões de dirigentes e ativistas, as cassações e perseguições dos que se opunham ao regime militar implantado - tinham como objetivo conter a ação da classe trabalhadora e sua resistência política ao golpe militar. Medidas como a proibição de greves, inclusive no sistema bancário; a obrigatoriedade da adoção dos índices oficiais de reajustes salariais, em percentuais sempre abaixo da inflação registrada no período; e a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), pondo fim à estabilidade aos dez anos, expuseram claramente o caráter de classe da ditadura militar, favorecendo o capital nos conflitos e relações trabalhistas.

Percebemos também como algumas medidas de caráter centralizador desenvolvidas pelo Estado, foram de fundamental importância na reestruturação do Sistema Financeiro Nacional, fortalecendo determinadas frações da burguesia nacional, sobretudo a financeira, que se empenharam em articular e dar sustentação ao regime militar implantado no país, abrindo caminho para uma nova correlação de forças entre as frações do capital, onde o segmento ligado às finanças assumiria um papel preponderante, protegido econômica e politicamente pelo Estado ditatorial.

O movimento sindical brasileiro, que na década de 1980 foi um dos atores centrais no processo de redemocratização e na resistência ao avanço do capital sobre o trabalho, também passou por profundas transformações, tencionado por fatores internos e externos.

Durante a década de 1990, o Brasil passou por profundas mudanças, tanto na organização de sua estrutura produtiva quanto na correlação de forças no campo institucional. Essas mudanças impactaram profundamente nas relações entre capital e trabalho, refletindo num reposicionamento de forças no cenário político.

As medidas implementadas pelos governos Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso viabilizaram a afirmação do ideário do chamado neoliberalismo no país, de forma tardia em relação aos países capitalistas centrais, mas não menos avassaladora, integrando o país ao circuito da financeirização global do capital.

No âmbito interno, estes fatores estarão ligados ao crescimento do desemprego e à precarização das condições de trabalho e emprego, que solapam a capacidade de resistência dos trabalhadores e suas organizações sindicais, historicamente constituídas em condições limitadas, tanto institucionalmente, em função da estrutura sindical, quanto politicamente, dada à sua própria característica contraditória dentro de uma sociedade de classes.

Esta característica contraditória, de ser uma organização da classe com tarefas de representação coletiva de interesses imediatos, como salário e condições de trabalho, institucionalizada dentro dos limites da negociação de interesses, mas, ao mesmo tempo, ser um espaço aglutinador de trabalhadores que, através de sua experiência sindical, ampliam sua autoconfiança e consciência de classe, verdadeiras “escolas de guerra”, como frisava Engels em “A condição da classe trabalhadora”, vai se expressar na tensão entre valor e limites dos sindicatos e do sindicalismo.

Este tensionamento, que não se expressa de forma isolada no movimento sindical, pois a classe existe em relação ao contexto histórico, político, social e cultural, encontra sua expressão maior na disputa entre os projetos políticos que refletem a dinâmica dialética da luta de classes, representando os interesses das frações e grupos em disputa pela hegemonia de seus projetos.

Neste sentido, o capital financeiro que tem ampliado o seu poder e vem impondo a sua dinâmica no processo de financeirização global do capital, consolidou, no Brasil, na década de 1990, sua hegemonia.

Já o movimento sindical brasileiro, que na década de 1980 viveu um período de grande ascenso, numa conjuntura favorável às lutas de massas, nos anos 90

enfrenta uma conjuntura adversa, sendo obrigado a assumir posturas defensivas em resposta às novas condições colocados.

No âmbito externo, o fim do bloco socialista marcou também uma nova correlação de forças que facilitou o caminho para os discursos ideológicos que pregam o fim das utopias, fim da história, fim dos Estados nacionais, a impossibilidade de análises universalizantes, realçando a natureza fragmentária do mundo, a impossibilidade de causalidades ou de identidades sociais comuns (classes), nem de experiências ou interesses, somente havendo fragmentos e contingências, conseqüentemente a falta de bases para solidariedades e ações coletivas.

Neste quadro de novos desafios é que se insere a ação sindical do Sindicato de Bancários do Rio de Janeiro. Notamos que vários elementos aqui levantados trouxeram mudanças em vários níveis com relação à ação sindical.

Nas pautas de negociação foram incorporados vários elementos que não constavam anteriormente, como a discussão da saúde, diante do desgaste causado pela superexploração do trabalho do bancário. As novas doenças ocupacionais, como as lesões pelo esforço repetitivo (LER), em função da intensificação do trabalho no maquinário informatizado e as de fundo psicológico, como o stress causado pela pressão exercida sobre os trabalhadores bancários para a superação das metas, pela emulação para a competição entre os trabalhadores, atingiram proporções alarmantes.

Os sindicatos passaram a pressionar para colocar na pauta de negociação com os bancos a questão da saúde do trabalhador e para que o Estado reconheça essas doenças como doenças profissionais.

Passaram a lutar também contra a proliferação dos chamados salários indiretos e remunerações variáveis de caráter pessoal, o que quebra o sentido de que a produção é fruto de um trabalho coletivo e estimula a competição individual, colocando em pauta a discussão do pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

Do ponto de vista da formação das lideranças, notamos que a fragmentação das lutas, diante dos processos de reestruturação e demissões por que passou a categoria, incidiu sobre o perfil das novas lideranças. Vários dirigentes e militantes dos anos 90 se aproximaram do sindicato por questões ligadas à extinção, privatização ou fusão dos bancos em trabalhavam. Outros chegaram por estarem

lesionados em função da intensificação dos processos de trabalho. Houve ainda os que chegaram ao sindicato atraídos pelas atividades culturais, recreativas ou esportivas; ou aqueles que se identificaram com a atuação de dirigentes em seu local de trabalho; os que conseguiram solução para problemas cotidianos do mundo do trabalho, ou encontraram no sindicato disposição para solucioná-los.

Esta geração difere da militância da década de 1980, que participou do processo de reconstrução do movimento sindical e das lutas pela redemocratização, que se aproximou do sindicato já com uma bagagem de formação em organizações políticas ou confessionais, de atuação no movimento estudantil ou associativo. Esta militância, com concepções mais ou menos definidas sobre a sociedade, a luta de classes e o papel do sindicato, teve ainda grande contato com a militância histórica da categoria, dialogando, mesmo que por vezes de forma conflitiva, no sentido de construir uma prática de ação sindical que sintetizasse as experiências do passado com os desafios apresentados por aquela conjuntura histórica.

Assim, notamos que as práticas das lideranças que se formaram no contexto da década de 1980 tenderam a reproduzir no espaço sindical um modo de ação fortemente vinculado às tradições da cultura dos partidos de esquerda.

Já a geração de militantes dos 90 em diante, sob a pressão das intensas mudanças operadas tanto no ambiente de trabalho quanto na sociedade, foi chamada a dar respostas a questões para as quais as gerações anteriores também não estavam preparadas. Além disso, notamos que houve um afastamento da militância formada nos anos de resistência e no período da redemocratização das atividades sindicais. Os motivos deste afastamento vão desde a opção por novos campos de atuação, como na política partidária ou assumindo funções nos espaços institucionais que se abriram, até mesmo o simples desinteresse pelo sindicalismo ou o falecimento, sobretudo em se tratando daquelas lideranças históricas.

Nossas considerações não têm por objetivo estabelecer parâmetros para comparações qualitativas, mas sim destacar que essas diferenças se referem ao momento histórico e as relações estabelecidas nos campos político, econômico, social e cultural, em que o trabalhador se aproximou do sindicato, tornou-se militante e, mais tarde, dirigente.

APÊNDICE 1 – DIRETORIAS DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO RIO DE JANEIRO 1959 A 2006

As listas de diretorias eleitas no período entre 1929 e 1964 tiveram como fonte o livro de Ana Lúcia Valença de Santa Cruz Oliveira, “Sindicato e Sindicalismo Bancário”, EDUR, Rio de Janeiro, 1998. O período de 1964 a 2006 corresponde a pesquisa realizada pelo autor, que teve como fonte o “Livro de Termos de Posse do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Rio de Janeiro”.

1929 - A

Presidente – Stênio Machado - Banco da Província
 1º Vice-Presidente – Paulo Afonso de Carvalho – Banco de Crédito F
 2º Vice-Presidente – Thiago Pereira – British Bank
 Secretário-Geral – Hugo Blume Martinez – Banco Alemão Transatlântico
 1º Secretário – Marcílio Moncorvo – Banco de Crédito Mercantil
 2º Secretário – Joel da Motta Telles – Banco do Brasil
 Tesoureiro Geral – Edson de Freitas Almeida – Banco do Brasil
 1º Tesoureiro – Luiz Pradatzky – Banco Francês e Italiano
 Bibliotecário – Juvenal Conrado - Banco da Província
 Procurador Geral – Álvaro Marinho – Banco Francês e Italiano
 1º Procurador – Mendes Cavaleiro – Banco Holandês
 2º Procurador – Américo Santa Rosa – Banco de Londres
 Conselho Fiscal: Jayme Garcia de Souza (Banco do Brasil); Antony Machado (Banco da Província); Franklin Spencer Bittencourt (Banco Português do Brasil); José Carneiro Geraldo (Banco Nacional Ultramarino); Julio Moreira (Banco Royal of Canadá); Manoel Moraes e Castro (Banco Mercantil do Rio de Janeiro); Jorge Pinto Lisboa (Banco Federal Brasileiro); Paulo Heilbore (Banco Alemão Transatlântico); Aldo Vasconcellos (Banco Popular do Brasil); Luiz Migliora (Banco Boavista); Maurício G. de Souza (Banco Noroeste); Alfredo Lange (Banco Germânico).

1929 - B

Presidente – Roberto Lobo – Banco do Brasil
 Vice-Presidente – Fernando Werneck – The National City Bank
 Secretário Geral – João Vazeller Pinto Leal – Banco Boavista
 1º Secretário – Manoel F. de Araújo Jorge – Banco Hyppothecário e Agrícola de Minas Geraes
 2º Secretário – Aristogiton T. Carvalho – The Royal Bank of Canadá
 Tesoureiro Geral – Mario Perry de Assis – Banco Pelotense
 1º Tesoureiro - Thiago Pereira – British Bank
 2º Tesoureiro – Alberto Guimarães de Almeida – Banco de Crédito Geral
 Procurador Geral – Moraes Almeida – Banco Alemão Transatlântico

Associação dos Funcionários de Bancos (Unificada) – 1929

Presidente – Luiz Migliora – Banco Boavista
 Vice-Presidente – Milton Carvalho - Banco Alemão Transatlântico
 Secretário Geral – Mário Góes – Banco Português do Brasil
 1º Secretário – Valeriano Souza Melo – Banco do Brasil

2º Secretário – Alberto Guimarães de Almeida – Banco de Crédito Geral
 Tesoureiro Geral – Pelágio Hollanda Maia - Banco Hypothecário
 1º Tesoureiro - Mario Perry de Assis – Banco Pelotense
 2º Tesoureiro – Hugo Martinez – Banco Real do Canadá
 Procurador Geral – Abílio Gonçalves de Miranda – The British Bank

Federação dos Bancários do Brasil 1930

Presidente - Luiz Migliora – Banco Boavista
 1º Vice-Presidente – Milton de Carvalho - Banco Alemão Transatlântico
 2º Vice-Presidente – Manoel de Moraes e Castro - Banco Mercantil do Rio de Janeiro
 3º Vice-Presidente – Jorge Pinto Lisboa - Banco Federal Brasileiro
 Secretário Geral – João Gabriel de Carvalho
 1º Secretário – Valeriano de Souza Melo
 2º Secretário – Alberto Guimarães de Almeida - Banco de Crédito Geral
 Tesoureiro Geral - Pelágio Hollanda Maia - Banco Hypothecário
 1º Tesoureiro - Mario Perry de Assis – Banco Pelotense
 2º Tesoureiro – Hugo Martinez – Banco Real do Canadá
 Procurador Geral – Abílio Gonçalves de Miranda – The British Bank
 1º Procurador – Carlos Ramos
 2º Procurador – Aylton de Carvalho Dias
 Bibliotecário – Juvenal Conrado - Banco da Província
 Diretor de Sede – Maurício Garcia de Souza

Sindicato Brasileiro de Bancários do Rio de Janeiro 1932

Presidente – Luiz Viana – Banco Boavista
 Vice-Presidente – Milton de Carvalho - Banco Alemão Transatlântico

1933

Presidente - Manoel de Moraes e Castro - Banco Mercantil do Brasil
 Secretário Geral – Guaracy de Moraes Valente – Banco de Comércio e Indústria de Minas Geraes
 Tesoureiro - Pelágio Hollanda Maia - Banco Hypothecário
 Procurador – José Poggi de Figueiredo – Banco do Brasil

1934

Presidente – Aristides Lisboa
 1º Vice-Presidente - Franklin Spencer Bittencourt (Banco Português do Brasil)
 2º Vice-Presidente – Sylvio Sarmiento Granville Costa
 Secretário Geral – Aristides Moura
 1º Secretário – José Maria de Macedo Santos
 2º Secretário – Aloysio Faro Leal
 Diretor de Sede – César dos Santos
 Procurador Geral – João Etcheverry
 1º Procurador – Carlos Augusto Kersten
 2º Procurador – Tancredo Silveira da Rosa
 Tesoureiro Geral – Alcebíades Alves Pereira
 1º Tesoureiro – Oswaldo Machado
 2º Tesoureiro – Gabriel Rolim

1935 – 1936

Junta Interventora

Presidente – Ismário Cruz

1937 – 1938

Presidente – Manoel de Moraes e Castro

1º Vice-Presidente – Floriano Lopes

2º Vice-Presidente – Ismário Cruz

Secretário-Geral – Raymundo Archer da Silva

1º Secretário-Adjunto – Danton de Queiroz

1º Tesoureiro – Raphael Buonochristiano

2º Tesoureiro – Manoel Nunes da Fonseca

1º Procurador – Ayres Alves de Barros

2º Procurador – Chrispiniano Baptista da Costa

Diretor de Sede – Roland Sierra

Conselho Fiscal: Armando Franco de Andrade; Edgard de Brito Lyra; Oswaldo Borborema, João Martins Sampaio e Joaquim Charreo Correa.

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários

1939 – 1942

Presidente – Danton de Queiroz

1º Vice-Presidente – Manoel Nunes da Fonseca

2º Vice-Presidente – Arthur Pereira de Moraes

Secretário-Geral – Floriano Lopes

Secretário-Adjunto – Oswaldo Vieira de Moraes

Tesoureiro – José Tanner de Abreu

Tesoureiro Adjunto – Ivan Seixas Monteiro

Procurador – Geral – Paulo C. Lacerda

Procurador-Adjunto – Jorge Saltarelli

Diretor de Sede – Armando da Cunha Bastos

Conselho Fiscal: Armando Franco de Andrade; Edgard de Brito Lyra; Oswaldo de Borborema; Joaquim da Silva Franco.

1943 – 1944

Presidente – Roberto Teixeira de Gouveia

Secretário - Jorge Saltarelli

Tesoureiro – Antonio Lopes Ribeiro Filho

Procurador - Paulo C. Lacerda

Diretor de Sede – José Ramos de Oliveira

Suplentes: Miguel Fernandes Melo; Francisco Moreira Cerqueira; Walter Moreira; Ulysses de Oliveira.

Conselho Fiscal: Lauro Fernandes Melo; Dirceu Ramos de Abreu; Nelson Pereira de Souza; Paulo Gabriel Ferreira; Guaracy Valentim Medeiros; Alberto Peixoto Alves.

1945 – 1946

Presidente – Antonio Luciano Bacelar Couto – Banco do Brasil

Secretário-Geral – Olympio Fernandes de Melo – Banco do Brasil

Tesoureiro Geral – Raphael Buonochristiano

Procurador – José Eduardo Esteves Fraga

1946 – 1947

Junta Interventora (de 20/05/1946 a 18/04/1947, composta por funcionários do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio – MTIC)

Amílcar de Faria Cardini

Gastão Moniz de Aragão

Milton Botelho de Melo

1947 – 1949

Junta Governativa

Presidente – João Gonçalves de Carvalho

Tesoureiro-Geral – Enos Sadock de Sá Mota

Secretário-Geral – Casemiro de Souza Oliveira

Diretor de Sede – Oswaldo da Silva Dantas

Departamento de Assistência Social – Cecília Gomes dos Santos e Rinaldo de Biasi

Departamento Cultural – Geraldo de Mendonça Ladeira

Departamento Feminino – Brandina Spíndola

Departamento de Festas e Excursões – Ary Senna

Departamento Esportivo – Carlos Antônio Botinelly de Medeiros

Comissão de Imprensa:

Redator-Chefe – Werton Luiz da Costa e Silva

Diretor Responsável – Casemiro de Souza Oliveira

Secretário – Ary Ramos de Souto

Redatores – Rinaldo de Biasi; Oswaldo da Silva Dantas

João E. de Miranda Santos; Antônio C. Pereira.

Comissão de Emp. Reemprego – João E. de Miranda Santos e Adib Simão

1950

Junta Governativa

Presidente – Ayres Alves de Barros

Secretário-Geral – Lauro Jurandir de Castro Leão

Tesoureiro – Mario Gomes

1951 – 1952

Presidente – André Ferreira da Silva – Banco Holandês Unido

Secretário Geral – Antônio Cesário Gomes Pereira

Tesoureiro – Geraldo Nestor Laffort

Diretor de Sede – Sebastião Pernes da Silva

Procurador – Antônio José Banchart – London Bank

Conselho Fiscal – José da Silva Pinheiro; Wilson Barcelos da Gama Cerqueira;

Vicente Paulo de Azevedo.

1953 – 1954

Presidente – Paulo Martins Torres – Banco do Brasil

Antônio Barreiro Filho

Osar Everard Mendes

Wilson Aquino Leite

Suplentes de Diretoria: Diogo Vaz Pereira; Fernando Lopes Correa; Rubens José da Silva; Silas Abreu; Vitoriano José Maciel Xerez.

Conselho Fiscal: Manuel Joaquim Pimenta Veloso; Paulo Batalha; Ernane Duarte Barreto; José Agostinho Pereira; Manuel Francisco Batista Cabral; Ubaldino

Rodrigues Mó Filho; Jorge Marata da Silva; Walter Soares; Armando Ferreira; Silvio do Carmo Ribeiro.

1955 – 1956

Presidente – Humberto Menezes Pinheiro – Banco do Brasil

Secretário – Carlos Rezende Portugal

Tesoureiro – Juan Pablo Frapoli

Procurador – Gastão Rodrigues

Diretor de Sede – João Coelho da Silva

Suplentes de Diretoria: Francisco Rangel de Souza; Jorge Saltarelli; Cantídio Moraes Castro.

1957 – 1958

Presidente – Humberto Menezes Pinheiro – Banco do Brasil

Secretário – Jorge Saltarelli

Tesoureiro – Francisco Rangel de Souza

Procurador – Ildeu Manso Vieira

Diretor de Sede – Nilson Tavares

Suplentes de Diretoria: Antonio Pereira da Silva Filho; Raul Mendonça Freitas; João Coelho da Silva Filho; Sidney Caldas; Pedro J. Vieira; Alédio Moura; José Agostinho Pereira; Luiz Rodrigues Assis.

Conselho Fiscal: Pedro Paulo Freitas de Araújo; Lauro Jurandyr de Castro Leão; José da Rocha Gurgel.

Representantes no Conselho da Federação: Nelson Pereira de Souza; Roberto Teixeira de Gouvêa; Fernando Rodrigues.

Suplentes do Conselho da Federação: Carlindo Teixeira Pinto; João Bevilacqua; Geraldo Maria César da Rocha.

Mandato 1959/1960¹

Diretoria efetiva:

Aluizio Palhano Pedreira Ferreira – Presidente – Banco do Brasil s/a

Antônio Pereira da Silva Filho – Secretário Geral – Banco Boavista s/a

José Pereira – Banco Sul-América do Brasil

Írio Lima – Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais

Osmar Nunes de Melo – The First National of Boston

Suplentes de Diretoria:

José de Souza Rosa – Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais

Antônio Campos Vieira – Banco da Província do Rio Grande do Sul

Antônio Gonçalves Martins Filho – Banco da Prefeitura do Distrito Federal

João Souza – Banco de Crédito Real de Minas Gerais

Flávio Belford – Banco Andrade Arnaud

Conselho Fiscal:

Huberto Menezes Pinheiro – Banco do Brasil

Lauro Jurandyr de Castro Leão – Banco Borges

¹ Fonte das listas de diretorias eleitas no período entre 1959/1964: Oliveira, Ana Lúcia Valença de Santa Cruz. Sindicato e Sindicalismo Bancário. Editora da UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

Pedro Paulo Freitas de Araújo – Banco do Comércio

Suplentes do Conselho Fiscal:

Antônio do Espírito Santo Loureiro – Bank of London

Celso Antônio Nery Domingues – Banco Delamare

Fernando Rodrigues – Banco Holandês Unido.

Mandato 1961/1962

Diretoria:

Aluizio Palhano Pedreira Ferreira - Presidente – Banco do Brasil

Antônio Pereira da Silva Filho – Secretário-Geral – Banco Boavista

Írio Lima – Tesoureiro - Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais

Montezuma Góes – Procurador

Fernando Rodrigues – Diretor de Sede

Antônio Campos Vieira - Banco da Província do Rio Grande do Sul.

Mandato 1963/1964

Diretoria:

Humberto Archibaldo Campbell – Presidente – Banco do Brasil

Antônio Pereira da Silva Filho – Secretário-Geral – Banco Boavista

Washington L. Leite - Tesoureiro – Banco da Lavoura

Marcos Aurélio Ferreira da Silva – Procurador

Simão Bolívar Santa Sé Fachinetti – Banco de Crédito Real

Termos de Posse do Livro de 28 de abril de 1964

Abertura do livro (pág.02)

“Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado da Guanabara”

Aos 28 dias de abril de 1964, relata as condições da sede (Av. Presidente Vargas, 502, 21º e 22º andares) como sendo:

- a) “aspecto geral normal;
- b) existem mesas abertas à chave e outras também abertas mas revelando terem sido levemente violentadas;
- c) apesar do bom aspecto, verifica-se certo desalinho com relação a papeis e diversas publicações;
- d) há mesas ainda fechadas, inclusive os cofres, que se encontram lacrados pelo DOPS.”

Juntas Governativas

Menos de um mês após o golpe militar, a primeira Junta Governativa foi instituída pela portaria 250, de 23 de abril de 1964, nos termos do artigo 528 da CLT, com a seguinte composição:

Nilo Franca Junior – delegado nomeado (Presidente)
 Appolonio Cherullo – membro da junta – Banco do Brasil
 Hilton Araújo Alves – membro da junta – Banco do Brasil

Obs:

O 3º membro da Junta Governativa, Hilton Araújo Alves, pediu dispensa, sendo substituído por Jose Virgilio Simões de Castro, também do Banco do Brasil, de acordo com a portaria 355 de 11 de maio de 1964, assinada por Arnaldo Lopes Sussekind - Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho e Previdência Social. A posse foi realizada no dia 12 de maio de 1964.

Em agosto do mesmo ano é indicado novo presidente da junta, ficando a nova composição da seguinte forma:

Luiz Henrique Knoller - Presidente da Junta Governativa - Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais (portaria 663, de 4 de agosto de 1964, lançamento em ata com data de 7 de Agosto de 1964);

Paulo Zimmermann - Secretário da Junta Governativa – Banco do Estado de Minas Gerais (BEMGE) (portaria 906, de 28 de setembro de 1964, lançamento em ata com data de 1º outubro de 1964);

Jose Raymundo Rennó - Tesoureiro da Junta Governativa – Banco Real (portaria 1.116, de 8 de dezembro de 1964, lançamento em ata com data de 15 de dezembro de 1964);

23 de maio de 1966

Toma posse como Interventor Antonio Carlos da Silva Santos – Banco do Brasil (Portaria 375, de 19 de maio de 1966);

19 de Julho de 1966

Newton Cunha – Presidente

Osny Nogueira da Silva – Secretário – Banco do Brasil

Gabriel Campelo Gonçalves – Tesoureiro (Portaria 67, de 18 de julho de 1966);

21 de Julho 1966

Antonio Nunes Gomes André – Presidente – Banco do Brasil (Portaria, 69 de 21 de junho de 1966);

18 de Novembro de 1966

Interventor Sylvio Nanni (Portaria 282 (ou 828), de 17 de Novembro de 1966);

15 de Dezembro de 1966

Posse dos Eleitos para Biênio 1966 – 1968

Diretoria Efetiva:

Ney Alvarez Pimenta – Presidente – Banco da Lavoura

Roberto Percinoto – Secretário – Banco do Estado da Guanabara (BEG/BANERJ)

Mauro Cavalcanti dos Santos – Tesoureiro – Banco London

Antonio Cardoso – Procurador – Banco do Estado de São Paulo (BANESPA)

Orlando Cosmes Freitas Gomes – Diretor de sede - CITIBANK

Suplentes da Diretoria:

Carlos Gonçalves Claro – Banco Holandês Unido

Jose Walter Coimbra - Banco Moreira Sales (UNIBANCO)

Jose Raul Vieira Figueira – Banco da Província do Rio Grande do Sul

Conselho Fiscal:

Jose Andrade Guedes – Banco do Brasil

Domingos Allonso – Banco Ítalo-Belga

Jose da Vita Pinheiro

Suplente do Conselho Fiscal:

Zildo Antunes – Banco Itaú

Delegados Representantes da Federação:

Jose Luiz Lopes – Banco Econômico

Degerando de Medeiros Ferreira – Banco Mercantil de São Paulo (MERCAPAULO)

Obs: Algumas alterações foram realizadas, quais sejam:

Em 4 de janeiro de 1967

Posse de Asclepiádes Nunes Sodré como diretor de Sede (BEMGE) e Orlando Cosmes Freitas Gomes (CITIBANK) como Tesoureiro no mandato 66-68;

Em 20 de junho de 1967

Posse de Carlos Gonçalves Claro (Holandês Unido) no cargo de Tesoureiro por renúncia de Orlando Cosmes de Freitas Gomes (CITIBANK);

Em 13 de Setembro de 1968

Herculano Carneiro, o Delegado Regional do Trabalho do Estado da Guanabara, dá posse a Salles Assunção dos Santos e Nilo Martins (UNIBANCO) como membros efetivos do Conselho Fiscal. Jose Toledo de Oliveira (CREDIREAL) e Jose Nascimento (ITAÚ) vão para o Conselho de representantes, sendo o primeiro efetivo e o segundo suplente.

16 de dezembro de 1968

Posse da Diretoria do Biênio 1968 – 1970 (prorrogado até 1971)

Diretoria Efetiva:

Jose de Andrade Guedes – Presidente – Banco do Brasil

Degerando Medeiros Ferreira – Secretario - MERCAPAULO

Heitor Demetrio de Oliveira – Tesoureiro -

Roberto Percinoto – Procurador – Banco do Estado da Guanabara (BEG)

Nilson Tavares – Diretor de Sede – CREDIREAL

Suplentes da Diretoria:

Mauro Cavalcante dos Santos - LONDON

Eduardo Macedo -

Jose Fagundes Gonçalves Vieira – Banco do Brasil

Enéas Coelho da Silva - BANERJ

Manoel Messias Menezes – Banco Lar Brasileiro (CHASE)

Conselho Fiscal:

Péricles Salomão Araújo Oliveira Costa – Banco do Brasil

Domingos Afonso – Banco Ítalo-Belga

Irineu Martins –

Suplentes do Conselho Fiscal:

Maria Emilia Barbosa – Loydes Bank

Edmilson Martins Oliveira – Banco do Brasil

Daniel Catarino –

Delegado Represente da Federação:

Jose de Andrade Guedes – Banco do Brasil

Laecio Figueiredo Pereira – Banco da Província do Rio Grande do Sul (BANRISUL)

Asclepiades Nunes Sodré - BEMGE

Suplentes do Conselho Fiscal:

Carlos Gonçalves Claro – Banco Holandês Unido

Augusto Cezar Pereira Cardoso - BANERJ

Ney Álvares Pimenta – Banco Real

Obs:

Em 4 de marco de 1969, Jose de Andrade Guedes dá posse a Manoel Messias Menezes e Eduardo Macedo, deslocando-os da suplência para diretoria efetiva no lugar de Secretario e Diretor Procurador, por motivo de destituição de Degerando e Percinoto de seus cargos, respectivamente, conforme portaria de 14 de fevereiro de 69 (publicada no Diário Oficial de 21 de fevereiro de 1969, oficiada ao Sindicato pelo documento DRT/GB-SS - nº41, de 04/03/1969, do Ministério do Trabalho e Previdência Social).

Outros lançamentos em ata:

Em 15 de Abril de 1969,

Heitor Demetrio de Oliveira renuncia em 02 de abril de 69 e Mauro Cavalcante dos Santos, suplente, passa a Tesoureiro.

Em 2 de junho de 1969,

Eduardo Macedo renuncia em 15 de maio de 69 e Jose Fagundes Gonçalves Vieira assume como Diretor Procurador.

Em 13 de novembro de 1969,

Degerando de Medeiros Ferreira é reintegrado como Secretario, pela portaria GM BSB 3.638-A, de 30 de outubro de 1969 (conforme ofício 215 da DRT – GB).

O Mandato muda de 2 para 3 anos. Com a prorrogação da diretoria anterior por mais 1 ano, em função de mudança de estatuto do sindicato, o mandato passa para o triênio 1968-1971.

16 de dezembro de 1971

Mandato de 1971-1974

Diretoria:

Edmilson Martins de Oliveira – Presidente – Banco do Brasil
 Maria Emilia Alves Barbosa – Vice- Presidente – Banco de Londres (LLoyds)
 Joaquim Jose Duarte de Souza - Secretário-Geral – Banco Boavista e Banerj
 Manoel Messias Menezes – Tesoureiro – Banco Lar Brasileiro
 Newell Coelho – Procurador – Banco Boavista s/a
 João Jose dos santos – Relações Publicas - Unibanco
 Jose da Silva - Patrimônio – Banco Real

Suplentes da Diretoria
 Milton da Cruz Menezes – Benge
 Augusto François Pouchain Junior - Banerj
 Jacques Martins Guimarães - Bradesco

Conselho Fiscal:
 Irineu Martins -
 Brás Romualdo - Credireal
 Jorge Augusto Castedo – Credireal

Suplentes do Conselho Fiscal:
 Luiz Creder Ribeiro

Delegados representantes junto à Federação:
 Paulo Pinto Gomes – Unibanco
 Jose Pires Barrozo Filho - London

Suplente dos Delegados Representantes:
 Jose Sebastião Rodrigues – Banerj

OBS:

1) O presidente ate então (68-71), Jose de Andrade Guedes, ressalta que “dá posse aos novos dirigentes eleitos para o triênio 71/74 (...) com a convocação de suplentes face ao impedimento de sete eleitos, conforme ofícios da DRT.GB-SS – 1572/71, de 12 de novembro de 1971, e DRT.GB-SS - 232, de 13 de dezembro de 1971.”

Foram impedidos de tomar posse os diretores eleitos Jorge Couto (Mercapaulo), Degerando de Medeiros Ferreira (Mercapaulo), Nelson Ferreira Pedrosa (Credireal), Victoriano Jose Maciel Xerez (Banco Comercio e Indústria de Minas Gerais), Péricles Salomão Araújo de Oliveira Costa (Banco do Brasil), Nilson Tavares (Credireal) e Jose Fagundes Vieira (Banco do Brasil);

2) Na ata está informado que, na ocasião da posse, todos apresentaram suas declarações de bens;

11 de abril de 1975

(eleições de 3 à 7 de março de 1975)

Posse realizada na Associação Brasileira de Imprensa - ABI

Composição da mesa:

Delegado Regional do Ministério do Trabalho - Luiz Carlos de Brito

Secretário de Relações do Ministério do Trabalho - Carlos Alberto Chiarelli

Presidente do TRT - Primeira Região - Hiaty Leal

Subchefe do Gabinete do Ministro do Trabalho – Paulo Santos

Presidente do Sindicato dos Bancos dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo
- Theóphilo de Azeredo Santos

Deputado pela Aliança Renovadora Nacional - ARENA - Ítalo Bruno

Assessor do Ministro do Trabalho - Camilo Silva

Presentes também Laércio de Figueiredo Pereira, Presidente da FEEB do RJ e ES;
Wilson Gomes de Moura, Presidente da CONTEC e o Deputado Silvio Lessa.

O Sr. Luiz Carlos de Brito, Delegado Regional, preside os trabalhos da mesa e
anuncia a nova diretoria para o mandato de 1975/78, a saber:

Diretoria Efetiva:

Jose Luiz Ribeiro da Silva – Presidente – Banco do Brasil

Paulo Pires Brito – Vice- Presidente – BBM S/A

Renê Renó – Secretario Geral – Banco Auxiliar de S.Paulo s/a

Anselmo Gonçalves Vasconcelos – Tesoureiro – Banco Novo Mundo

Antonio Weimar de Aguiar Freitas – Procurador - Banerj

Aydano Pedreira dos Reis – Patrimônio – Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro

Sebastião Carlos da Cruz Cardoso - Relações Públicas – Banco Iochpe de
Investimentos

OBS: Em 14 abril, Sebastião Carlos da Cruz Cardoso se licencia e, no dia seguinte
(15/04), Sidney Godinho (Citibank) toma posse em seu lugar como Relações
Públicas, reassumindo em 18 de abril de 1977.

Conselho Fiscal

Renato Reis – Banco do Brasil

Wolmar Freire – Banco Bahia de Investimentos

Salvador Santoro – Banerj (que posteriormente sai por desligamento, entrando em
seu lugar Alberto Vieira Alves, do Banco Bahia);

Delegados Federativos:

Paulo Pires Brito – Banco BBM s/a

Renê Renó – Banco Auxiliar de São Paulo s/a

Suplentes da diretoria:

Sidney Godinho – Citibank

Dielson Café Santana – Banco do Brasil

Paulo Ribeiro Velasco – Bolsa de Valores (até 81 fazia parte da base dos bancários)

Jamil dos Santos Hermes – Banco do Brasil

Gerson Carvalho Aranha - Benge

Oldemar Guaracy de Oliva – Banco Bahia de Investimentos

Célio Baptista Netto - Banco da Bahia

Suplentes do Conselho Fiscal:

Gildasio de Castro Lacerda

Alberto Vieira Alves – Banco da Bahia

Adalberto Garcia – Banco Novo Mundo

Suplentes da delegação Federativa:

Anatalicio Jose Lisboa – Banco Souto Maior S/A

Dielson Café Santana – Banco do Brasil

Obs:

Em 5 de julho de 1978, Renê Renó assume a presidência do Sindicato por motivo de renúncia de Jose Luiz. Com o falecimento do vice-presidente Paulo Pires, assumem os suplentes Sidney Godinho, como Relações Públicas, e Dielson Café Santana assume a diretoria de Patrimônio.

Na ata de 29 de maio de 79

Eleições realizadas entre 14 e 18 de maio de 1979, para mandato de 79 até 1982.

Foram registradas em ata as presenças à posse do Vice-Presidente da FEEB RJ/ES Antonio Cardoso, do Presidente da Federação Nacional dos Urbanitários e do Sindicato dos Eletricitários e Gasistas do Rio de Janeiro. Mauricio Elena Rangel, e dos deputados estaduais Alves de Brito, Heloneida Studart e Raymundo de Oliveira, todos do Movimento Democrático Brasileiro - MDB

Nomes dos Diretores empossados:

Ivan Pinheiro – Presidente – Banco do Brasil

Aury Gomes -Vice-Presidente – Banco Lar Brasileiro (Chase Manhattan)

Antonio Timoteo Neto - Secretário-Geral - Citibank

Altair Vaz Frangelli - Tesoureiro – Banco Real

João Jose dos Santos – Procurador - Unibanco

Zola Xavier de Silveira – Relações Publicas - Banerj

Degerando de Medeiros Ferreira – Patrimônio - Mercapaulo

Suplentes da Diretoria:

Jose Gonçalves Amorim – Banco Nacional s/a

Jacques Martins Guimarães – Bradesco (?)

Francelino Barbosa - Credireal

João Vaz Frangelli – Banco Safra

Dinamar Fátima Guimarães Souza - Banerj

Joaquim Jose Duarte Souza - Banerj

Conselho Fiscal Efetivo:

Edmilson Martins de Oliveira – Banco do Brasil

Luiz Antonio de Oliveira Souza - Banerj

Jose Airton de Amorim – Banco do Estado do Paraná (Banestado)

Conselho Fiscal Suplentes:

Felippe Macedo Nery - Bradesco

Vaniza Shuch Pinto – Banco Nacional s/a

Avani Magdalena Gomes Martins - Credireal

Delegados Efetivos Representantes na Federação:

Mario Sergio Espírito Santo de Carvalho – Banco do Brasil

Jorge Luiz Pacheco – Banco do Brasil

Delegados Suplentes:

Itamar Jose da Silva Fernandes – Banco Itaú s/a

Marco Antonio Lacerda Germello – Unión de Bancos Del Uruguay s/a

14 de setembro de 1979

O Delegado Regional do Trabalho, Luiz Carlos de Brito, dá posse “em seu gabinete” a uma junta governativa composta por:

Alfredo Nogueira da Costa Junior (Banerj), Hayrton Tumolo (Boavista) e Marcelo de Lemos Neiva (Banco do Brasil), conforme despacho do ministro do trabalho Murillo Macedo (telex GM/BR-8932, de 13 de setembro de 1979), em acordo com o artigo 528 da CLT.

27 de dezembro de 1979

Reintegração da Diretoria Eleita pelo Ministro Murillo Macedo, conforme telex GM/Br 13.297/79, de 19 de dezembro de 79.

28 de maio de 1982

Posse realizada no automóvel Clube para mandato de 1982/85.

Diretoria Efetiva:

Roberto Percinoto – Presidente - Banerj

Antonio Pereira da Silva Filho – Vice-Presidente – Banco Boavista

Paulo Fernando de Miranda Carvalho – Secretário-Geral – Banco do Brasil

Rogério Marques Filho – Tesoureiro – Banco Real

Jose Gonçalves Amorim – Diretor Procurador – Banco Nacional

Degerando de Medeiros Ferreira – Diretor de Reações Públicas - Mercapaulo

Marco Vinício Silveira da Paixão - Diretor de Patrimônio – Banco Lar Brasileiro (Chase)

Diretoria Suplente:

Jorge Couto - Mercapaulo

João Jose dos Santos - Unibanco

Antonio Carlos Conrado - Banerj

Joel Martins Rabelo - Bradesco

Vaniza Shuch Pinto – Banco Nacional

Francisco Sergio Rayol de Freitas – Banco do Brasil

Mario Victor Perdigão Vasconcellos - Banerj

Conselho Fiscal Efetivo:

Aury Gomes da Silva – Banco Lar Brasileiro

Edmilson Martins de Oliveira – Banco do Brasil

Elizabeth Felipe Carvalho Pacheco – Banco do Brasil

Conselho Fiscal Suplente:

Zola Xavier da Silveira - Banerj

Péricles Salomão Araújo de Oliveira Costa – Banco do Brasil

João Denario Valença – Banco Comercio e Indústria do Rio de Janeiro

Delegados Efetivos Representantes junto à Federação:

Ivan Martins Pinheiro – Banco do Brasil

Ronald dos Santos Barata - Banerj

Delegados suplentes:

Renato Costa Lima Filho - Banerj

Itamar Jose da Silva Fernandes - Banerj

Obs: Em 20 de setembro de 82, Paulo Fernando Miranda de Carvalho assume a vice-presidência e Jorge Couto a Secretaria Geral, em função do afastamento de Antonio Pereira da Silva Filho, candidato a vereador, retornando todos aos seus cargos anteriores em 16 de novembro, quando Antonio Pereira retorna de sua licença eleitoral.

29 de maio de 1985

Mandato de 1985/88

Diretoria Efetiva:

Ronald dos Santos Barata – Presidente - Banerj

Cyro Garcia - Vice-Presidente – Banco do Brasil

Ana Luiza Figueiredo Gomes – Secretaria Geral – Banco Maesonave

Marco Vinício Silveira Paixão - Diretor Tesoureiro – Banco Lar-Chase

Antonio Carlos A. Miranda – Diretor de Relações Públicas – Banco do Brasil

Marco Antonio Lacerda Germello – Diretor de Patrimônio – Banco Unión Del Uruguay

Paulo Roberto M. Teixeira – Diretor Procurador - Bamerindus

Diretores Suplentes:

Orlando Machado Costa – Banco Real

Carlos Alberto Miranda de Oliveira – Banco Itaú

Genarino Galazo Panaro - Credireal

Ana Maria Elias da Silva - Banespa

Fernando Jose Correa (Maranhão) - Banerj

Carlos Guilherme Haeser – Banco do Brasil

Carmem Xantre Deo Araújo – Banco do Brasil

Conselho Fiscal Efetivo:

Sebastião Carlos Pereira Barbosa - Banerj

Antonio Felix Fontenelle Picaluga – Banco do Brasil

Gloria Maria Vargas de Queiroz - Banerj

Conselho Fiscal Suplente:

Carlos Eduardo B. Gomes – Banco Nacional

Roselita Costa Rodrigues – Banco do Brasil

Álvaro A. da Rocha Neto – Banco da Amazônia s/a

Representantes junto à Federação efetivos:

Antonio Pereira da Silva Filho – Banco Boavista

Jayme Tavares Ferreira Filho – Banco do Brasil

Representantes suplentes junto à Federação:

Francisco Sergio Rayol de Freitas – Banco do Brasil

Maristela Rosangela dos Santos - Banerj

Ata de 27 de maio de 1988

Mandato 88/91

Diretoria Efetiva:

Cyro Garcia – Presidente – Banco do Brasil

Antonio Edilberto Veras – Secretario de Finanças - Banerj

Julio César da Costa Filho – Secretaria Geral – Banco Itaú

Ana Luiza de Figueiredo Gomes - Secretaria de Imprensa e Comunicação – Banco Meridional s/a

Francisco Sergio Rayol de Freitas - Secretaria de Formação Sindical e Estudos Socioeconômicos – Banco do Brasil

Marco Vinício Silveira da Paixão - Secretario de Assuntos Jurídicos – Banco Lar-Chase

Jayme Tavares Ferreira Filho - Secretaria de Organização, Patrimônio e Informática – Banco do Brasil

Diretoria Suplente:

Alcides Neves Miranda Filho – Banco Real

William Coelho Costa – Banco Itaú

Marcelo Izumi Sudoh – Banco América do Sul s/a

Ivan Luiz Cardoso Lima – Banco Itaú

Silvio Américo da Silva Melgarejo - Bamerindus

Vaneide de Souza Torres - Unibanco

Teresa Regina Machado Bastos - Unibanco

Sandro Ferreira Barros – Banco Real

Jose Manoel Barroso – Banco Boavista

Paulo Roberto Marques Teixeira - Bamerindus

Alexandre Lopes Francisco – Banco Nacional

Ana Lucia dos Santos – Banco do Brasil

Jonas Dias de Brito Filho – Banco Itaú

Wagner Chagas de Menezes - Bradesco

Maria Jose de Almeida Gonçalves - Banerj

Myriam de Oliveira Martinez - Banerj

Gloria Maria Vargas de Queiroz - Banerj

Vera Regina Passos da Silva – Banco do Brasil

Antonio Felix Fontenelle Picaluga – Banco do Brasil

Carlos Ferreira Vilarinho – Banco do Brasil

Wanderley de Carvalho Rego – Banco do Brasil

Helena Caetano de Araújo - Banespa

Maria Cristina Gomes da Conceição – Banco do Brasil

Raul de Andrade - Banerj

Fernando Pereira Cardoso – Banco do Brasil

Fernando Enéas Lessa - Banerj

Maria Imaculada Vasques – Banco do Brasil

Conselho Fiscal Efetivo:

Ronald dos Santos Barata - Banerj

Carlos Guilherme Haeser – Banco do Brasil

Gerardo Xavier Santiago – Banco do Brasil

Conselho Fiscal Suplente:

Jorge Geraldo Palermo Ferraz - Bradesco

Mario César Almeida - Bradesco

Jo Denes Holanda Malveira - Bradesco
 Paulo Roberto Rocha Fonseca – Caixa Econômica Federal
 Fernando César Machado Dias - Bradesco
 Mauro Marcos Farias da Conceição – Caixa Econômica Federal
 Arthur Bastos Casado Lima – Caixa Econômica Federal
 Nelson Paulino Lopes – Caixa Econômica Federal
 Jorge Luiz de Oliveira Machado – Banco do Brasil

Conselho de Representantes Efetivos:
 Antonio Pereira da Silva Filho – Banco Boavista
 Fernando Amaral Baptista Filho – Banco do Brasil

Conselho de Representantes Suplentes:
 João Ricardo de Mattos Serafim - Bradesco
 Sergio de Jesus da Silva – Banco Itaú

29 de maio de 1991
 Mandato 91/94

Diretoria Efetiva:
 Fernando Amaral Baptista Filho – Presidente – Banco do Brasil
 Antonio Leite de Carvalho – Vice-Presidente - Banerj
 Renato Costa Lima Filho – Vice-Presidente - Banerj
 Antonio Carlos Vilela – Secretario Geral - Banespa
 Juarez Jose Azevedo Calbo – Secretaria de Finanças - Banerj
 Carlos Arthur NewLand Junior – Secretaria de Imprensa – Caixa Econômica Federal
 Jorge Couto – Secretario de Patrimônio e Informática - Mercapaulo
 Carlos Augusto Martins Aguiar - Secretario de Assuntos Jurídicos – Banco Itaú
 Luiz Antonio Pereira e Souza – Secretario de Formação Sindical – Caixa Econômica Federal

Diretores Suplentes:
 Vaneide de Souza Torres - Unibanco
 Flavio Celso Rego Lyra - Banerj
 Joel Bueno e Silva – Banco do Brasil
 Roosevelt Rui dos Santos – Banco do Brasil
 Elves Maciano de Assis – Banco Econômico
 Antonio Saraiva da Rocha – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES
 Jose Amadeu Antunes Alvarenga – Banco do Brasil
 Jorge Lames Rodrigues - Banespa
 Fernanda Duclos Carisio – Banco do Brasil
 Sonia Elena F. de Souza - Banerj
 Cláudio Fernando Pimentel Correa – Caixa Econômica Federal
 João Jose dos Santos - Unibanco
 Maria da Gloria Ferreira de Azevedo – Banco Nacional
 Carlos Américo Fernandes de Oliveira – Banco do Brasil
 Marco Vinício Silveira da Paixão – Banco Chase

Vinicius de Assumpção Silva - Bradesco
 Lao Tsen de Araújo Dias – Caixa Econômica Federal
 Mirian de Oliveira Martinez - Banerj
 Glauber Ribeiro de Queiroz – Banco do Brasil
 Mauricio do Prado - Banerj
 Sonia Regina do Nascimento – Caixa Econômica Federal
 Amâncio Rodrigues dos Santos - Banerj
 Paulo César dos Santos - CEF
 Paulo de Tasso Ferreira – Banco Meridional
 Rosangela Alves Marins - Banerj
 Adão Jose T. Pires – Banco Meridional

Conselho Fiscal Efetivo:

Paulo Roberto Filgueira de Oliveira - Banerj
 Paulo Fernando Miranda Carvalho – Banco do Brasil
 Jose Ferreira Pinto – Banco Nacional

Suplentes:

Maria Jose de Almeida Gonçalves - Banerj
 Pedro Salles Junior – Banco do Brasil
 Max Leone Bispo – Banco Itaú
 Jose Marcio Tavares - BNDES
 José Carlos de Matta César – Banco Central do Brasil
 Juvenal Bezerra dos Santos - Mercapaulo
 Claudia Gomes Ferreira Dias - Unibanco
 Jonas Amado Nicolella - Bradesco
 Naide Ribeiro Jr. – Banco do Brasil

Efetivos do Conselho de Representantes:

Ronald dos Santos Barata - Banerj
 Carlos Alberto de Carvalho Pinheiro - Banerj

Suplentes do Conselho de Representantes:

Jose Moyses - Unibanco
 Everaldo Dantas Lima – Banco Econômico

Obs: Na composição da chapa foram apresentados três postulantes a candidato à presidência: Fernando Amaral, pelo grupo do PT; Antônio Leite, pelo PDT, e Renato Lima, pelo PCB. Por acordo, foram criadas duas vice-presidências, ficando Antônio Leite com a primeira e Renato Lima com a segunda. Formalmente na ata, os dois aparecem como primeiro e segundo suplentes.

Ata de Posse de 27 de maio de 1994
 Mandato 94/97

Diretoria Administrativa:

Fernanda Duclos Carisio – Presidente – Banco do Brasil
 Carlos Augusto Aguiar – Vice-Presidente – Banco Itaú
 Roosevelt Rui dos Santos – Secretaria Geral – Banco do Brasil
 Glauber Ribeiro de Queiroz – Diretor Tesoureiro – Banco do Brasil

Flavio Celso Rego Lyra – Diretor Segundo Tesoureiro - Banerj
 Gerardo Xavier Santiago – Diretor Assuntos Jurídicos – Banco do Brasil
 Carlos Arthur Newlands Junior - Diretor de imprensa e divulgação – Caixa Econômica Federal
 Vera Luiza Xavier Ferreira - Diretora de Formação Sindical - Banerj
 Jorge Couto - Diretor de Patrimônio e Informática - Mercapaulo
 Carlos Alberto Oliveira Lima – Diretor de Bancos Federais – Caixa Econômica Federal
 Lindinor Sá Laranjeira - Diretor de Bancos Estaduais - Banerj
 Vinicius Assumpção Silva – Diretor de Bancos Privados - Bradesco
 Jose Ferreira Pinto - Diretor de Dinamização do trabalho de base - Unibanco
 Vaneide de Souza Torres - Diretora de Cultura e Esportes - Unibanco
 Carlos Alberto de Carvalho Pinheiro – Diretor de Saúde - Banerj

Membros do Conselho Diretivo:

Alexandre César Costa Teixeira – Banco do Brasil
 Alexandre Lambert Soares – Banco do Brasil
 César Lucio da Cruz Jr. – Banco do Brasil
 Paulo Roberto Patalano Henriques – Banco do Brasil
 Paulo Fernando de Miranda Carvalho – Banco do Brasil
 Pedro Salles Jr – Banco do Brasil
 Naide Ribeiro Jr. – Banco do Brasil
 Amâncio Rodrigues dos Santos - Banerj
 Jose Carlos Pereira - Banerj
 Luis Amauri Pinheiro de Souza - Banerj
 Neivaldo Jose Gonçalves de Aquino - Banerj
 Wilson Pereira de Oliveira - Banerj
 Cláudio Fernando Pimentel Correa – Caixa Econômica Federal
 Orlando Pereira Cezar – Caixa Econômica Federal
 Paulo Jorge Pinto da Silva – Caixa Econômica Federal
 Almir Costa de Aguiar - Bradesco
 Fernando Santos Silva - Bradesco
 Jonas Amado Nicolella – Bradesco
 Jorge Geraldo Palermo Ferraz - Bradesco
 Maria Helena Alves Barcellos de Freitas – Banco Itaú
 Max Leone Bispo – Banco Itaú
 Paulo Cezar Avelino - Bradesco
 Jose Marcio Tavares - BNDES
 Gilberto Werneck dos Santos – Banco Real
 Carlos Antonio Souza Lima - Unibanco
 Maria Aparecida Souza da Cruz - Unibanco
 Maria Izabel Cavalcanti Menezes - Unibanco
 Francisco Pedro Bahia Bezerra Velasques - Bamerindus
 Manoel Jorge Cavalheiro Bodstein - Bamerindus
 Leci dos Santos de Barros - Unibanco
 Maria da Gloria Ferreira de Azevedo - Unibanco
 Robson de Oliveira Santos - Unibanco
 Everaldo Dantas Lima – Banco Econômico
 João Rodrigues dos Santos Neto – Banco Econômico
 Darby de Lemos Igayara - Mercapaulo

Juvenal Bezerra dos Santos - Mercapaulo
 Adão Jose Theodoro Pires – Banco Meridional
 Carlos Henrique Matos da Silva – Banco Mercantil do Brasil
 Eduardo Dias Correa – Banco Mercantil do Brasil
 Jorge Lamez Rodrigues - Banespa
 Martha Valeria Imenes de Oliveira – Banco Bandeirantes
 Adilson Cláudio Martins Barros – Banco Nacional de Crédito (BCN)
 Paulo César Pessoa de Barros – Banco Larcky
 Carlos Potengy Barbosa Ribeiro – Banco da Amazônia s/a (BASA)
 Marlon Jerônimo da Silva - Bradesco
 Luiza Maria Mendes de Almeida – Banco ABN-AMRO s/a
 Remisson Barraqui – Banco Econômico
 Fernando César Machado Dias - Bradesco

Conselho Fiscal Efetivo:

Verton da Conceição Penha - Banerj
 Elves Maciano de Assis – Banco Econômico
 Nilza Tavares – Banerj

Conselho Fiscal Suplente:

Milton dos Santos Resende – Banco do Brasil
 Maria Luiza de Resende Mathias - CEF
 Cleyde Reis Magno - Meridional

Conselho de Representantes na Federação:

Paulo de Tasso Ferreira - Meridional
 Antonio Carlos Vilela - Banespa

Ata do dia 28 de maio de 1997

Mandato de 1997/2000

Executiva do Conselho Diretivo:

Fernanda Duclos Carisio – Presidente – Banco do Brasil
 Vera Luiza Xavier Ferreira – Vice-presidente - Banerj
 Carlos Augusto Martins de Aguiar - Secretario Geral - Itaú
 Jorge Couto – Secretário de Administração e Patrimônio - Mercapaulo
 Glauber Ribeiro Queiroz – 1º Tesoureiro – Banco do Brasil
 Jose Ferreira Pinto - 2º Tesoureiro - Unibanco
 Cleyde Reis Magno - Diretora de Assuntos Jurídicos.-.Meridional
 Eduardo Dias Correa - Diretor de Dinamização do Trabalho de base – Banco Mercantil do Brasil s/a
 Paulo César Pessoa de Barros - Diretor de bancos Privados – Banco Larky
 Luiza Maria Mendes de Almeida - Diretora de Cultura e esportes – Banco ABN
 Joel Bueno e Silva - Diretor de Imprensa e Comunicação – Banco do Brasil
 Almir Aguiar- Diretor de saúde - Bradesco
 Gerardo Xavier Santiago – Diretor de formação Sindical – Banco do Brasil
 Carlos Alberto de Oliveira - Diretor Executivo - CEF
 Mauro Marcos Farias da Conceição - Diretor de Bancos Federais - CEF
 Nelson Marques Filho - Diretor de Bancos Estaduais - Banerj

Iranilson Luiz Brasil – Diretor Executivo (membro do Conselho diretivo) – Banco do Brasil
 Pedro Alberto Vasconcelos Bretas - Diretor Executivo (idem) - Bradesco
 Jacy Joaquim de Menezes Jr – Diretor Executivo (idem) - Bradesco
 Jayme Tavares Ferreira filho – Diretor Executivo (idem) – Banco do Brasil
 Elves Maciano de Assis – Diretor Executivo (idem) – Banco Econômico

Membros do Conselho Diretivo:

Adão Jose Theodoro Pires - Meridional
 Paulo Fernando de Miranda Carvalho – Banco do Brasil
 Antonio Carlos Vilela - Banespa
 Carlos Antonio Souza Lima - Unibanco
 Darby de Lemos Igayara - Mercapaulo
 Jorge Geraldo Palermo Ferraz - Bradesco
 Juvenal Bezerra dos Santos - Mercapaulo
 Martha Valeria Imenes de Oliveira - Bandeirantes
 Naide Ribeiro Jr. – Banco do Brasil
 Ronald Sampaio Carvalhosa - Banerj
 Laércio Pereira - Unibanco
 Jorge Lourenço Martins - Unibanco
 Eliete Jose Fernandes Ribeiro - Bradesco
 Marcelo Pereira - Bradesco
 Carlos Mauricio de Oliveira – Banco Itaú
 Lenine Castro Carvalho – Banco Itaú
 Berenice Machado Xavier – Banco ABN
 Estácio Lopes Portela – Banco ABN
 Enilson Antonio do Nascimento - CEF
 Valeria Cristina da Silva – Banco de la Nación Argentina
 Jose Alexandre da Costa Modesto - HSBC
 Manoel Jorge Bodstein - HSBC
 Jose Marcio Tavares - BNDES
 Nilza Tavares - Banerj
 Amâncio Rodrigues dos Santos - Banerj
 Sergio Roberto Lima Paula - BNDES
 Selma Lopes da Cunha – Financeira Finaustria
 Marcelo Rodrigues de Azevedo – Banco do Brasil
 Carlos Roberto da Silva Curvello - CEF
 Cyro Garcia – Banco do Brasil
 Antonio Carlos dos Santos Cardoso - Banerj
 Rita de Cássia de Souza - CEF
 Marcelo Rodrigues da Silva - Bradesco
 Jose Roberto Teixeira - Banerj
 Marcus Vinicius Barbosa - Unibanco
 Elias Guedes Aranha Sobrinho – Banco do Brasil
 Ronaldo de Moraes Ferreira – Banco do Brasil
 Francisco Rildes de Souza Bastos - Unibanco
 Cláudio Alves Ribeiro Brenand – Banco do Brasil
 Jose Alexandre Santos de Lima Costa – Banco do Brasil
 Jose Amadeu Antunes Alvarenga – Banco do Brasil

Maria Isabel Cavalcante Menezes - Unibanco
Max Leone Bispo – Banco Itaú
Robson de Oliveira Santos - Unibanco
Maria Aparecida de Souza da Cruz - Unibanco
Jose Carlos Pereira - Banerj
Milton Fernando Prudente Pedreira – Banco do Brasil
Paulo Sergio da Rocha Oliveira Santos – Banco do Brasil
Josiane Balland – Banco do Brasil
Maria Cristina de Medeiros – Banco do Brasil
João Rodrigues dos Santos Neto – Banco Econômico
Carlos Potengy Barbosa Ribeiro - BASA
Leila Maria Hassan - CEF
Julio César Ferreira de Castro - Bradesco
Alexandre Lopes Francisco - Unibanco
Francisco Expedito Anchieta Abdala - Banerj
Renato dos Santos Pinto – Banco do Brasil
Anselmo Correia Hermínio - Bradesco
Dorival Correia Teles – Banco Itaú
Cláudio Bastos Lescaut - HSBC
Eliane Gabriel Coelho - CEF
Ângelo Monteiro Rossi – Banco do Brasil
Octacílio Pereira Ramalho - CEF
Edson de Araújo - Banrisul
Luiz Albano Maracaja do Rego Barros - BASA
Rosângela Fátima de Oliveira Machado – Banco do Brasil
Luiz Frederico Barreto Rodrigues – Banco do Brasil
André Luis Ribeiro de Soares - Unibanco
Iuri Costa Furtado – Banco do Brasil
Manoel Delgado Martins - CEF
Fátima Maria Netto - CEF
Iacilton Barreto Mattos – Banco do Brasil
Maurilio Rossi – Banco do Brasil
Antonio Felix Fontenelle Picaluga – Banco do Brasil
Valeria Chaves Zettel - Banerj
Marcelo Luis Santos Ribeiro - Unibanco
Jose Silva - Unibanco
Valquiria da Penha Soares Lopes - Unibanco
Sandra Helena Torres de Oliveira Cipriani - Bradesco
Nelson Oliveira Carneiro - Bradesco
Marcos Vianna Ribeiro - Bradesco
Paulo Roberto Martins de Oliveira – Banco Itaú
Ângela Mothe Fonseca – Banco Itaú
Oswaldo Pontes Coelho David – Banco ABN
Adilson Coutinho Bastos - HSBC
Luiz Ricardo Maggi - CEF
Antonio Inocencio Chaves - CEF
Marco Antonio Pimental Motta - Meridional
João Cavalcanti Marques Guimarães - Meridional
Sergio Xavier de Menezes – Banco Boavista
Paulo Alves de Menezes - Mercapaulo

Paulo Daniel da Silva - Mercapaulo
 Arnaldo Malaquias do Nascimento - Sudameris
 Jander Batista – Banco Mercantil do Brasil
 Ana Maria Elias da Silva - Banespa
 Leonardo Duarte Bacci dos Santos - BCN
 Enock Bonfim dos Santos - BCN
 Juçara Portilho Lins - Banerj
 Maria Cristina de Souza Santiago - Banerj
 Fernando Santos Silva - Bradesco
 Ernani de Oliveira – Banco do Brasil
 Vaneide de Souza Torres - Unibanco
 Cláudio Fernando Pimentel Correa - CEF
 Rita de Cássia de Oliveira Mota – Banco do Brasil
 Fernando Luiz de Andrade - Banespa
 Milton dos Santos Rezende – Banco do Brasil
 Lindinor Sá Laranjeira - Banerj
 Adilson Cláudio Martins Barros - BCN
 Verton da Conceição Penha - Banerj

Conselho Fiscal Efetivo:

Orlando Pereira Cezar - CEF
 Pedro Salles Jr. – Banco do Brasil
 Vânia Gobetti – Banco do Brasil

Conselho Fiscal Suplente:

Ailson Saraiva Guimarães - CEF
 Everaldo Dantas Lima – Banco Econômico
 Jonas Amado Nicolella – Bradesco

Mandato de 2000/2003

Diretoria Executiva:

José Ferreira Pinto - Unibanco - Presidente
 Vera Luiza Xavier Ferreira – Banerj - Vice-Presidente
 Carlos Augusto Martins de Aguiar – Itaú - Secretário Geral
 Paulo Jorge Pinto da Silva – CEF - 1º Secretário
 Orlando Pereira Cezar – CEF - Diretor Tesoureiro
 Paulo Fernando de Miranda Carvalho – BB - Diretor Segundo Tesoureiro
 (Renunciou)
 Cleyde Reis Magno – Meridional – Diretora de Assuntos Jurídicos
 José Márcio Tavares – BNDES - Diretor de Imprensa e Comunicação
 Fernanda Duclos Carisio – BB – Diretora de Formação Sindical
 Jorge Couto – Bmsp - Diretor de Administração e Patrimônio
 Cyro Garcia – BB - Diretor de Bancos Públicos
 Jonas Amado Nicolella – Bradesco - Diretor de Bancos Privados
 Jorge Geraldo Parlermo Ferraz – Bradesco - Diretor de Dinamização do Trabalho de Base
 Vinícius de Assunção Silva – Bradesco - Diretor de Cultura e Esportes
 Almir Costa de Aguiar – Bradesco - Diretor de Saúde

Milton Dos Santos Rezende – BB - Diretor de Formação Profissional (Substituído por Murilo da Silva)

Carlos Alberto De Oliveira Lima – CEF - Diretor de Estudos Sócio-Econômicos

Robson de Oliveira Santos – Unibanco - Diretor de Previdência Social

Jayme Tavares – BB - Diretor de Organização nos Locais de Trabalho

Alexandre Lopes Francisco - Unibanco - Diretor de Relações Intersindicais

Octacílio Pereira Ramalho – CEF - Diretor de Terceirizados

Jacy Joaquim de Menezes Jr - Bradesco - Diretor Especial de Política Social

Conselho Fiscal Efetivo:

Naide Ribeiro Júnior - BB

Enilson Antonio do Nascimento - CEF

Marcelo Rodrigues da Silva – Hsbc

Conselho Fiscal Suplente:

Maria da Glória Ferreira de Azevedo - Unibanco

Wilson Marcos Teixeira - Abn/Real

Antonio Carlos dos Santos Cardoso – Banerj

Pleno Diretor:

Estácio Lopes Portela - Abn/Real (Renunciou)

Luiza Maria Mendes de Almeida - Abn/Real

Nelson Marques Filho - Banerj

Maria Cristina de Souza Santiago - Banerj (Renunciou)

Nilza Tavares - Banerj

Ronald Sampaio Carvalhosa - Banerj

Juçara Portilho Lins (Jô) - Banerj

José Alexandre Santos de Lima Costa - BB

Murilo da Silva - BB

Iacilton Barreto Mattos - BB

Marcello Rodrigues de Azevedo - BB

Vânia Gobetti - BB

Ronaldo de Moraes Ferreira - BB

Carlos Potengy B. Ribeiro - Basa

Fernando Santos Silva - Bradesco

Marcelo Pereira - Bradesco

Sandra Helena Cipriani - Bradesco

Everaldo Dantas Lima - Bbv

Júlio Cesar Ferreira de Castro - Bbv

Enock Bonfim - BCN

Sergio Xavier Menezes - Boavista

Jander Batista - BMB

Martha Valéria Imenes de Oliveira - Cgd/Bandeirantes (Renunciou)

Rita de Cássia de Souza - CEF

José Alexandre da Costa Modesto - Hsbc

Claudio Bastos Lescaut - Hsbc

Carlos Maurício de Oliveira - Itaú

Paulo Cesar Pessoa Barros - Larcky

Darby de Lemos Igayara - Bmsp

Juvenal Bezerra dos Santos - Bmsp

Adão José Theodoro Pires - Meridional
 Arnaldo Malaquias do Nascimento - Sudameris
 Carlos Antonio Souza Lima - Unibanco
 Jorge Lourenço Martins - Unibanco
 Laércio Pereira - Unibanco
 Francisco Rildes de Sousa Bastos - Unibanco
 Maria Aparecida Souza da Cruz - Unibanco
 Renato Soares Higino - Unibanco
 Maria Izabel Cavalcante Menezes - Unibanco
 Pedro Alberto Vasconcelos Brêtas - Unibanco (Renunciou)
 Marcus Vinícius Barbosa - Unibanco
 Valéria de Oliveira e Sá - Unibanco
 Luiz Otávio Soares – Unibanco

Diretores de Base:

Luis Fernando Gonçalves Martins - Banerj
 Maria Izabel Campos Brêtas - Banerj
 José Carlos Pereira - Banerj
 Valéria Chaves Zettel - Banerj
 Verton da Conceição Penha - Banerj
 Francisco Expedito Anchieta Abdala - Banerj
 Fernando Luiz de Andrade - Banespa
 Ana Maria Elias da Silva - Banespa
 Josiani Balland - BB
 Paulo Sérgio da Rocha O. Santos - BB (Renunciou)
 Elizabeth Maria Coelho Silva - BB
 Maria de Lourdes de Oliveira Carneiro - BB
 Glauber Ribeiro de Queiroz - BB
 Maria Joylce Carneiro Barreto Macedo - BB
 Gilson Pereira - BB
 Gerardo Xavier Santiago - BB
 Denise Rocha Ferreira - BB
 Renato dos Santos Pinto - BB (Renunciou)
 Deoclides Fernandes Ferreira - BB
 Ilidio do Amaral Figueiredo - BB (Renunciou)
 Lilian Maria Leite Cruz - BB
 Paulo Ferreira dos Santos - BB
 José Amadeu Antunes Alvarenga - BB
 Elves Maciano de Assis - Bbv
 João Rodrigues dos S. Neto - Bbv
 Murilo de Almeida Verlangieri Jr. - Cgd/Bandeirantes
 Luiz Albano Maracajá do Rêgo Barros - Basa
 Ubirajara Santos - BankBoston
 Nelson Oliveira Carneiro - Bradesco
 Sergio Ricardo da Cunha Bento - Bradesco
 Marcos Vianna Ribeiro - Bradesco
 Eliete José Fernandes - Bradesco
 Anselmo Correia Hermínio - Bradesco
 Adriana da Silva Nalesso - Bemge
 Adilson Claudio Martins Barros - Bcn

Leonardo Duarte Bacci dos Santos - Bcn
 Marlene Silva de Miranda - Bmb
 Rogério de Oliveira Abrantes - Boavista
 Armando José Leal - BNDES
 Claudia Bernardo de Siqueira - Citibank (Renunciou)
 Amaro Viana Filho - CEF (Renunciou)
 Ângela Ireno da Assumpção - CEF
 Manoel Delgado Martins - CEF
 Daniel Pereira Santos – CEF
 Ailson Saraiva Guimarães - CEF
 Mauro Marcos Farias da Conceição - CEF
 Selma Lopes da Cunha - Finaustria
 Adilson Coutinho Bastos - Hsbc
 Luciano Gonçalves do Rosário - Hsbc
 Manoel Jorge Cavalheiro Bodstein - Hsbc
 Lenine Castro de Carvalho - Itaú
 Dorival Correa Teles - Itaú
 Ângela Mothé Fonseca - Itaú
 Paulo Alves de Menezes - Bmsp
 Paulo Daniel da Silva - Bmsp
 Marco Antônio Pimentel Motta - Meridional
 João Cavalcanti Marques Guimarães - Meridional
 Francisco Ribeiro Pinto - Sudameris
 Valquíria da Penha Soares Lopes - Unibanco
 José Silva - Unibanco
 Marcelo Luis Santos Ribeiro - Unibanco
 Reinaldo Gomes Silveira - Unibanco
 Juacimar Araújo Mello - Unibanco
 Renato Ribeiro de Melo - Unibanco (Renunciou)
 Celso Ferreira de Souza - Unibanco
 Ivo Salviano - Unibanco

Mandato de 2003/2006

Executiva:

Vinicius de Assumpção Silva – Bradesco - Presidente
 José Alexandre Santos de Lima Costa - Banco do Brasil - Vice-presidente
 Carlos Augusto Martins de Aguiar – Itaú - Secretário-geral
 Jorge Geraldo Palermo Ferraz – Bradesco – 1º Secretário
 Almir Costa de Aguiar – Bradesco - Secretário de Finanças
 Juvenal Bezerra dos Santos - Mercapaulo - 1º Secretário de Finanças
 Jorge Couto – Mercapaulo - Secretário de Administração e Patrimônio
 José Ferreira Pinto – Unibanco - Secretário de Assuntos Jurídicos
 José Márcio Tavares – BNDES - Secretário de Imprensa e Comunicação
 Cyro Garcia - Banco do Brasil - Secretário de Bancos Públicos
 Carlos Maurício de Oliveira – Itaú - Secretário de Dinamização do Trabalho de Base
 Sérgio Xavier de Menezes - BCN/Boavista - Secretário de Bancos Privados
 Carlos Alberto de Oliveira Lima (Caco) – CEF - Secretário de Formação Sindical
 Murilo da Silva - Banco do Brasil - Secretário de Formação Profissional
 Robson de Oliveira Santos – Unibanco - Secretário de Previdência Social

Carlos Antônio Souza Lima (Vovô) – Unibanco - Secretário de Cultura, Esporte e Lazer

Adriana da Silva Nalesso - Itaú/Bemge - Secretária de Saúde

Reinaldo Gomes Silveira – Unibanco - Secretário de Org. nos Locais de Trabalho

Alexandre Lopes Francisco – Unibanco - Secretário de Relações Intersindiciais

Rita de Cássia de Souza – CEF - Secretário de Terceirizados

José Proença Duarte (Paquetá) - Banco do Brasil - Secretário de Estudos Sócio-Econômicos

Jacy Joaquim Menezes – Bradesco - Secretário de Política Social

Pleno Diretor:

Naide Ribeiro Jr.	Banco do Brasil
Fernanda Duclos Carísio	Banco do Brasil
Milton dos Santos Rezende	Banco do Brasil
Iacilton Barreto Mattos	Banco do Brasil
Elizabeth Maria Coelho Silva	Banco do Brasil
Juçara Portilho Lins	Banerj
Vera Luíza Xavier	Banerj
Ronald Sampaio Carvalhosa	Banerj
Antônio Carlos dos Santos Cardoso	Banerj
Nelson Marques Filho	Banerj
Nilza Tavares	Banerj
Fernando Santos Silva	Bradesco
Sandra Helena T. de Oliveira Cipriani	Bradesco
Jorge Iourenço Martins	Unibanco
Laércio Pereira	Unibanco
Maria Izabel Cavalcanti Menezes	Unibanco
Carlos Alberto Zecchini	Unibanco
Celso Ferreira de Souza	Unibanco
Maria Aparecida Souza Cruz	Unibanco
Luiz Otávio Soares	Unibanco
Murilo de Almeida Verlangieri Jr.	Unibanco
Marcus Vinícius Barbosa	Unibanco
Renato Soares Higino	Unibanco

Pleno Diretor:

Paulo Jorge Pinto da Silva	CEF
Angela Ireno Assumpção de Oliveira	CEF
Luiz Ricardo Maggi	CEF
Marlene Silva de Miranda	BMB
Jander Batista	BMB
Everaldo Dantas Lima	BBV/Bradesco
Elves Maciano de Assis	BBV/Bradesco
Arnaldo Malaquias do Nascimento	Sudameris/ABN-Real
Francisco Ribeiro Pinto	Sudameris/ABN-Real
Angela Mothé Fonseca	Itaú
Lenine Castro de Carvalho	Itaú
Rogério de Oliveira Abrantes	BCN/Bradesco
Enock Bonfim Santos	BCN/Bradesco

Adão José Theodoro Pires	Santander/Meridional
Cleyde Reis Magno	SantanderMeridional
José Alexandre da Costa Modesto	HSBC
Marcelo Rodrigues da Silva	HSBC
Manoel Jorge Cavalheiro Bodstein	HSBC
Luciano G. do Rosário	HSBC
Darby de Lemos Igayara	Mercapaulo/Bradesco
Gilvan Menezes Jr.	ABN/Real
Ubirajara Santos	BankBoston

Diretores de Base:

Maria de Lourdes de Oliveira Carneiro	Banco do Brasil
Ricardo Tavares Fernandes	Banco do Brasil
Maurílio Rossi	Banco do Brasil
Antônio Napoleão de O. Magalhães	Banco do Brasil
Gilson Pereira	Banco do Brasil
Magali Cecília da Cunha	Banco do Brasil
Marcello Rodrigues de Azevedo	Banco do Brasil
Paulo César Silva da Costa	Banco do Brasil
Roberto de Andrade Pederneiras	Banco do Brasil
Ronaldo de Moraes Ferreira	Banco do Brasil
Vânia Gobetti	Banco do Brasil
Sérgio Gramático Jr.	Banco do Brasil
Deoclides Fernandes Ferreira	Banco do Brasil
Ricardo Corrêa de Araújo	CEF
Elza Rodrigues Hofacker	CEF
Marinês Felipe Melo Oliveira	CEF
André Luis de Oliveira Maciel	CEF
Octacílio Pereira Ramalho	CEF
Nilson Varone	Banerj
Francisco Expedito Anchieta Abdala	Banerj
Valéria Chaves Zettel	Banerj
Maria Izabel Campos Bretas	Banerj
Luiz Fernando Gonçalves Martins	Banerj
Verton da Conceição Penha	Banerj
Jonas Amado Nicolella	Bradesco
Marcelo Pereira	Bradesco
Marcos Vianna Ribeiro	Bradesco
Robson Reis de Lemos	Bradesco
Luciene Maria dos Santos Lemos	Bradesco
Adilma Nunes Tavares da Silva	Bradesco
Sérgio Ricardo da Cunha Bento	Bradesco
Nélson Oliveira Carneiro	Bradesco
Josué Araújo da Silva	Unibanco
José Silva	Unibanco
Valquíria da Penha Soares Lopes	Unibanco
Gilberto Leal dos Santos Jr.	Unibanco
Ivo Salviano	Unibanco
Juacimar Araújo Mello	Unibanco
Antônio Ferreira Vale de Freitas Lima	Unibanco

Francisco Rildes de Sousa Bastos	Unibanco
Maria Flávia Manzi de Araújo	ABN-Real
Neyla de Souza Mattos	ABN-Real
Ana Maria Elias da Silva	Banespa/Santander
Milton Cássio Pires da Silva	BCN/Bradesco
Gilberto Soares Amado	BCN/Bradesco
Adilson Cláudio M. Barros	BCN/Bradesco
Leonardo D. Bacci dos Santos	BCN/Bradesco
Paulo Jorge Salgueiro Barata	Itaú
Josenilda Araújo de Jesus	Itaú
Dorival Correia Teles	Itaú
Adilson Coutinho Bastos	HSBC
Célia Regina Nunes da Silva	HSBC
Carlos André de Souza	HSBC
Cláudio Bastos Lescaut	HSBC
Cláudio Vinicius G. Torres	Mercapaulo/Bradesco
Paulo Alves de Menezes	Mercapaulo/Bradesco
Paulo Daniel da Silva	Mercapaulo/Bradesco
João Rodrigues dos Santos Neto	BBV/Bradesco
Júlio César Ferreira de Castro	BBV/Bradesco
Carlos Potengy Barbosa Ribeiro	BASA
Armando José Leal	BNDES
João Cavalcanti Marques Guimarães	Santander/Meridional
Conselho Fiscal Efetivo:	
Enílson Antônio do Nascimento	CEF
Carlos Arthur Newlands Júnior	CEF
Maria da Glória Ferreira de Azevedo	Unibanco
Conselho Fiscal Suplente:	
Selma Lopes da Cunha	Fináustria
Wilson Marcos Teixeira	ABN/Real
Paulo César Pessoa de Barros	Larcky
Diretores Honorários:	
Carlos Augusto Marques	BCN/Bradesco
Deyse Rego	Banerj
Francisco Sérgio Rayol de Freitas	Banco do Brasil
Lao Tsen de Araújo Dias	CEF
Maria Emília Alves Barbosa	Lloyds
Rubem Saraiva Leitão	Mercapaulo/Bradesco
William Elias Lunes	Mercapaulo/Bradesco
Degerando de Medeiros Ferreira	Mercapaulo/Bradesco

APÊNDICE 2 – HOMENAGEM ÀS LIDERANÇAS DO MOVIMENTO SINDICAL BANCÁRIO NO RIO DE JANEIRO

Estes textos foram produzidos a partir de pesquisas em publicações do Sindicato (jornais e revista *Bancário*); do livro de Ana Lúcia Valença de Santa Cruz Oliveira “Sindicato e Sindicalismo Bancário”, publicado pela EDUR, co-edição do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio de Janeiro e da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, 1998; além de depoimentos colhidos de bancários e funcionários.

Colaboraram na execução desta pesquisa o funcionário do Sindicato Walter Sterne Pompeu* e o bancário aposentado Luiz Viégas da Motta Lima**.

Estes textos foram reproduzidos em placas que se encontram afixadas nas respectivas dependências do sindicato, que receberam os nomes dos homenageados.

*Walter Sterne Pompeu – Ex-bancário e delegado sindical do Banco Andrade Arnould, ao ser demitido do banco, foi contratado pelo sindicato em 1961 e demitido pela junta interventora em 1964. Anistiado em 1986, retornou ao sindicato como responsável pela biblioteca, onde cuida com dedicação da preservação do acervo histórico da entidade.

**Luiz Viégas da Motta Lima – Bancário aposentado do Banco do Brasil, foi fundador da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito e da Federação de Bancários dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, da qual foi o primeiro presidente, gestão 1959/64. Exilado político, foi anistiado em 1979, retornando ao país e retomando suas atividades político-sindicais. É também membro fundador do Departamento de Aposentados do sindicato, assim como da Confederação Brasileira e da Federação das Associações de aposentados e pensionistas do Rio de Janeiro (COBAP e FAAPERJ). Atualmente preside o conselho deliberativo da AAFBB.

Homenagens

1 RAPHAEL BUONOCRISTIANO – Bancário do Banco Hipotecário e Agrícola e militante sindical ativo, conhecido como um dos fundadores do Sindicato, esteve presente nas lutas de 1933 (Jornada de 6 horas) e na primeira greve da categoria, em 1934, quando conquistamos, entre outras vitórias, o IAPB (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários). Foi eleito diretor do sindicato por duas vezes, nas gestões de 1937/38 e 1945/46. Militou por mais de quatro décadas, afastando-se após o golpe de 1964. Faleceu aos 81 anos, em 1982. (SALA DO DEPARTAMENTO DE PESSOAL)

2 ARISTIDES LISBOA – Bancário do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, Lisboa foi eleito para presidir o sindicato na gestão 1934/35. Comandou a nossa primeira greve, em 6 de julho de 1934, que durou 48 horas e trouxe como conquistas a *estabilidade no emprego por 2 anos e o reconhecimento do IAPB*. Em 1935, quando o sindicato sofreu sua primeira intervenção, Lisboa foi preso e levado para o presídio da Rua Frei Caneca, onde permaneceu por um ano e seis meses. Militante do Partido Comunista e defensor da organização dos trabalhadores por local de trabalho nas comissões sindicais, militou no sindicato durante décadas, combatendo as intervenções e lutando pelas liberdades políticas e autonomia sindical, vindo a falecer na década de 90. (SALA DA SECRETARIA DE SAÚDE)

3 PEDRO PAULO SAMPAIO DE LACERDA – Bancário do Banco do Brasil, iniciou sua militância no sindicato ainda na década de 1930. Por suas atividades sindicais e ligações com o Partido Comunista, foi preso em 1935 e 1938. No início da década de 40, os bancários se juntavam aos setores que defendiam a adesão do Brasil à II Guerra, ao lado dos Aliados contra o avanço do nazi-fascismo. A luta pela criação da FEB (Força Expedicionária Brasileira) levou os bancários a criarem comitês de solidariedade ao bancário expedicionário, assim como a defender o emprego dos bancários de bancos pertencentes aos países do Eixo. Pedro Paulo passa a organizar a Comissão de Assistência aos Bancários Convocados (CABC), sendo deslocado para a Itália, onde trabalhou como contador da agência volante do Banco do Brasil (AGFEB) e ganhou a patente de Tenente Coronel, tendo sido o primeiro presidente da Associação dos Ex-combatentes da

FEB. Em 1946 é transferido para Belém (PA), como punição por ter protestado contra a transferência de Olympio e Bacellar Couto para Alagoas. Teve destacada atuação na campanha pela criação da Petrobrás (“O Petróleo é Nosso”) e na Luta pela Paz. Militou no sindicato durante décadas e foi também diretor do IAPB, sendo novamente preso após o golpe de 1964, vindo a falecer no final dos anos 80. (SALA DA SECRETARIA DE FORMAÇÃO SINDICAL)

4 FRANCISCA MOURA – Francisca de Medeiros Reis Moura nasceu em 20 de março de 1899 e entrou para o Banco do Brasil em 6 de maio de 1927. Casada com o também bancário do BB e dirigente sindical Aristóteles Moura. Segundo depoimentos de seus contemporâneos, foi a primeira mulher eleita diretora do nosso sindicato. Sua combatividade era reconhecida por todos os que com ela militaram, constando que teve destacado papel em defesa do patrimônio e dos funcionários do sindicato na intervenção de 1935. Por sua defesa das causas dos bancários e sua militância comunista, foi presa e demitida do Banco do Brasil, sendo readmitida por força de ação judicial. Militou ainda durante várias décadas, vindo a falecer em 8 de maio de 1974.(SALA DO DEPARTAMENTO CULTURAL)

5 FRANKLIN SPENCER BITTENCOURT – Bancário do Banco Português do Brasil, Spencer Bittencourt foi eleito vice-presidente do nosso sindicato na gestão de 1934, ano em que ocorreu a primeira greve nacional dos bancários, sendo conquistados o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários (IAPB) e a estabilidade aos dois anos de serviço. Foi ativo militante do Partido Comunista e dirigente da Confederação Sindical Unitária do Brasil, articulação intersindical ligada à Aliança Nacional Libertadora (ANL), sendo preso e espancado em 1935 durante uma invasão da polícia a uma assembléia da Confederação por ele dirigida. (SALA DO CPD)

6 ROBERTO TEIXEIRA DE GOUVEIA – Bancário do Banco do Brasil se destacou por sua habilidade para lidar com economia e estatística, realizando os primeiros estudos sobre salários e perdas salariais da categoria. Os dados eram levantados por bancários que trabalhavam voluntariamente no Sindicato após o expediente do banco, compilados por Teixeira e levados às mesas de negociação com os banqueiros, quebrando seus argumentos. Atuou desde os anos 30, sendo

eleito presidente na gestão 1943/44, quando o Sindicato organizou intensa campanha por “salário profissional e quadro de carreiras”, além de se integrar à luta pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Após se afastar do banco, Roberto se manteve assessorando as diretorias do sindicato até o golpe de 1964. (SECRETARIA)

7 OLYMPIO FERNANDES MELLO – Bancário do Banco do Brasil, onde ingressou em 1933, Olympio foi ativo militante do Partido Comunista. Participou da greve de 1934 e foi eleito secretário-geral do nosso Sindicato na gestão 1945/46, sendo que o Ministério do Trabalho só reconheceu sua posse em 1946. Neste mesmo ano, Olympio se destaca como um dos líderes da vitoriosa greve de bancários que durou 19 dias. Após a greve, foi cassado, destituído e perseguido no emprego, transferido pelo banco para Penedo (AL) e depois para Blumenau (SC), onde organizou a primeira olimpíada bancária do estado. Um dos organizadores da CONTEC e seu primeiro secretário-geral, no início da década de 60 Olympio foi indicado por várias confederações de trabalhadores para a função de ministro classista do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Destituído do cargo e cassado pelo golpe de 1964, continuou sua militância organizando a solidariedade aos cassados e perseguidos políticos até sua morte em 1979. (AUDITÓRIO)

8 BACELLAR COUTO – Bancário do Banco do Brasil, Antonio Luciano Bacellar Couto foi eleito presidente do nosso Sindicato na gestão 1945/46, se destacando como um dos líderes da vitoriosa greve de 19 dias em 1946. Naquele mesmo ano foi destituído e perseguido, retornando ao banco, onde também sofreu perseguições. Militante do Partido Comunista, Couto foi eleito vereador, integrando a bancada majoritária do PCB na Câmara de Vereadores do então Distrito Federal. No início dos anos 60, participou da organização da greve de 1961. Com o golpe de 1964, aposentou-se do Banco do Brasil, mantendo ainda sua militância em solidariedade aos companheiros perseguidos. (SALA DO DEPARTAMENTO DE APOSENTADOS)

9 HUBERTO MENEZES PINHEIRO – Bancário do Banco do Brasil, Huberto foi eleito presidente do nosso sindicato nas gestões de 1955/56 e 1957/58. Importante batalhador pela unidade nacional dos bancários, foi um dos fundadores e

presidiu a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (CONTEC) de 1959 a 1963. Lutou na Itália na Força Expedicionária Brasileira (FEB) e foi cassado pelo golpe de 1964, tendo que se exilar no México e no Uruguai. Anistiado pela Lei de Anistia de 28 de Agosto de 1979, foi um dos fundadores do Departamento de Aposentados do Sindicato.(SALA DA SECRETARIA DE BANCOS PÚBLICOS)

10 ALUÍZIO PALHANO – Bancário do Banco do Brasil, Aluízio Palhano Pedreira Ferreira iniciou no sindicato como membro, indicado pelos bancários, de uma junta governativa de unidade, que garantiu as eleições e a posse de uma diretoria eleita pela categoria, encabeçada por Huberto Pinheiro. No ano de 1959, Palhano é eleito presidente do nosso Sindicato na gestão 1959/60, sendo reeleito na gestão 1961/62. Este período é marcado pela forte polarização no cenário internacional e pelo choque de projetos de desenvolvimento antagônicos para o Brasil. Em meio à crise do modelo de desenvolvimento fortemente dependente dos capitais internacionais, crescia a disputa de posições entre os grupos dominantes do capital financeiro e industrial, ao mesmo tempo em que se consolidavam as organizações da classe trabalhadora e dos segmentos populares que defendiam urgentes reformas de base. As duas gestões em que Palhano esteve à frente do sindicato foram atravessadas por essa tensão. A radicalização da conjuntura política no início dos anos 60, marcada por muitas greves por reajustes salariais, fim da carestia, 13º salário, etc, indicava à classe trabalhadora que qualquer avanço em suas conquistas econômicas e sociais dependia da sua articulação com a luta por avanços e transformações políticas de caráter nacional e popular. Com esta compreensão, os bancários investem na organização unitária da categoria. Ao mesmo tempo em que reforçavam as comissões sindicais por empresa e criavam as delegacias sindicais (em 23/02/1960 é fundada a primeira delegacia sindical, em Madureira), construíam sua organização regional e nacional, materializada na criação, em 1957, da Federação dos Bancários do Rio e Espírito Santo e, em 1958, da CONTEC (primeira confederação organizada pelos trabalhadores e não por decreto governamental, reunindo nacionalmente bancários e securitários), que são oficialmente reconhecidas neste período, contando com a presença do então vice-presidente João Goulart na solenidade de 17/08/1959. O ano de 1961 é marcado por grandes mobilizações da categoria. No mês de maio, os bancários realizam a II

Convenção Nacional no Rio de Janeiro e definem como eixos da campanha o fim do trabalho aos sábados, a estabilidade aos dois anos de serviço e a defesa da jornada de 6 horas. Em agosto do mesmo ano, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, os bancários se incorporam à luta pela posse do vice-presidente João Goulart, participando ativamente da “Rede da Legalidade” e da campanha pela volta do presidencialismo. E em outubro, como as negociações com os banqueiros e o governo não avançavam, a categoria deflagrou uma greve nacional que contou com ampla adesão e apoio de outras categorias de trabalhadores. Após nove dias de paralisação, banqueiros e governo cedem e a categoria, vitoriosa, conquista a data-base em 1º de setembro; o salário profissional; a comissão de função; o anuênio para todos os bancários; reajuste salarial de 40%; o pagamento de um abono a partir de janeiro de 1965; pagamento integral dos dias parados e nenhuma punição aos grevistas. Registre-se que, durante a greve, mais de dois mil bancários se sindicalizaram, chegando o Sindicato a contar com cerca de 95% da categoria associada ao fim do movimento. Resgatando o compromisso com a tradição histórica dos bancários, Palhano sempre defendeu que os interesses da categoria estão ligados às lutas dos demais trabalhadores e de todo o povo. Neste sentido, os bancários participaram da criação, em 1962, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), do qual Palhano veio a ser o vice-presidente. Neste mesmo ano, foram realizadas novas e importantes paralisações, como a também vitoriosa greve geral de julho, pela aprovação do 13º salário. Combinando a luta pelo plebiscito do presidencialismo com a campanha salarial, a categoria decreta nova greve nacional. O movimento se encerra com novas conquistas para a categoria, que entraria novamente em greve em 6 de dezembro, desta vez por 24 horas, contra projetos de deputados que retiravam atribuições do Banco do Brasil e ameaçavam os bancários com a perda do recém conquistado 13º salário. Mas a força do movimento fez com que os projetos fossem retirados, representando nova vitória dos bancários. Em 1963 Palhano é eleito presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito, função que acumula com a de vice-presidente do Comando Geral dos Trabalhadores. Com o golpe de 1964, a ditadura militar cassa seus direitos políticos. Palhano é demitido do Banco do Brasil e, perseguido, exila-se no México e depois em Cuba, de onde retorna clandestinamente ao Brasil em 1970. Em 1971 é preso e, segundo depoimentos, torturado no DOI-CODI de São Paulo. Seu corpo nunca foi encontrado, constando seu nome da lista de presos políticos

“desaparecidos”. Em uma carta enviada do México, ainda antes de seu regresso ao Brasil, Palhano escreveu que estava certo que sua atuação “por humilde e insignificante que seja, ajudou a construir o amanhã de milhões de pessoas”. E conclui: “E os meus filhos receberão com esse exemplo a melhor herança que se pode desejar”. (SALAS DA PRESIDÊNCIA E VICE)

11 PEREIRINHA - Antonio Pereira da Silva Filho foi bancário do Banco Boavista, onde se aposentou. Iniciou sua atuação sindical na greve de 1945, filiando-se, em 1950, ao PCB. Eleito dirigente do Sindicato em todas as gestões de 1956 a 1964, Pereirinha foi secretário-geral da intersindical CPOS e um dos organizadores do Comício da Central do Brasil, realizado em 13 de março de 1964. Preso após o golpe militar de 1964, quando permaneceu incomunicável durante 40 dias, retornou à direção do Sindicato como vice-presidente em 1982, ano em que foi eleito vereador do município do Rio de Janeiro pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Reeleito para o Sindicato nas gestões 1985/88 e 1988/91, permaneceu sempre aguerrido e firme em suas convicções.(SALA DA SECRETARIA DE BANCOS PRIVADOS)

12 HUMBERTO CAMPBELL - Humberto Archibaldo Campbell foi bancário do Banco do Brasil, militante do PCB e vice-presidente da Federação de Bancários do Rio e Espírito Santo em 1961, sendo eleito para presidir nosso Sindicato na gestão 1963/64 Reconhecido por sua capacidade de organização, durante sua curta gestão elaborou uma reforma administrativa para agilizar o Sindicato e encaminhou importantes lutas. Reforçando as comissões sindicais por empresa, utilizou como forma de luta as “grevilhas” ou “greves bossa nova” (alusão ao movimento musical surgido nos anos 60), que consistiam em paralisar um banco pelo cumprimento de acordos, da lei de extinção do trabalho bancário aos sábados e pelo pagamento do 13º salário, por 24 ou 48 horas. Retornando o banco paralisado ao funcionamento normal, a greve era feita em um outro, desorganizando assim a repressão de patrões e governo. Com o golpe militar de abril de 1964, Campbell foi deposto e cassado, sendo preso por dois meses no DOPS e demitido do Banco do Brasil. Mesmo com as dificuldades de ordem financeira e a repressão policial, manteve seus vínculos com a militância sindical, sendo um dos organizadores da oposição que, em 1979, derrotou os dirigentes comprometidos com os patrões e os governos

militares. Anistiado em 1979, Campbell foi um dos fundadores do Departamento de Aposentados, vindo a falecer em 22 de abril de 1999. (CENTRO DE MEMÓRIA)

13 TOLEDO - José Toledo de Oliveira foi bancário do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Nascido em Uberlândia (MG) em 17 de julho de 1941, tinha menos de 20 anos quando ingressou no sindicato, passando a participar das lutas da categoria. Militante do PCB, Toledo foi ativista da comissão sindical do CREDIREAL, ajudando a editar o jornal Elo, onde assinava uma coluna fixa com o pseudônimo de “Sobral Siqueira”. Eleito diretor da Associação de Funcionários do CREDIREAL, sua chapa derrotou a que era apoiada pela direção do banco. Apesar da ditadura militar implanta pelo golpe de 1964, em julho de 1967 o sindicato dos bancários do Rio sedia a Quarta Convenção Nacional de Bancários e Securitários, que se posiciona contra as “leis de arrocho salarial” impostas pela ditadura, em defesa da estabilidade no emprego e da Previdência Social. Em novembro do mesmo ano realiza-se, também no sindicato, a Segunda Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais, da qual participam 169 organizações de trabalhadores urbanos e rurais de todo o país. Esta Conferência deflagrou a campanha nacional pela revogação das leis de arrocho salarial, que desde 1965 impediam que os reajustes salariais acompanhassem o custo de vida, e pela defesa de uma urgente Reforma Agrária. O ano de 1968 é marcado por forte polarização política e acontecimentos dramáticos. O movimento internacional de luta contra a guerra do Vietnã e as grandes mobilizações na Europa, sobretudo estudantis, repercutiram no Brasil, levando às ruas a campanha contra o arrocho salarial e pelas liberdades democráticas. Em julho daquele ano, realiza-se em São Paulo um Encontro Nacional de Bancários e Securitários, que aprova a “Carta de São Paulo”, denunciando que o golpe de 64 favorecera o domínio social, econômico e político do imperialismo norte americano no Brasil; as injunções do FMI; a Doutrina de Segurança Nacional como instrumento de violência e opressão contra trabalhadores, estudantes, intelectuais, etc. Os bancários aprovaram ainda a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Na medida em que o movimento popular crescia, a repressão invadia sindicatos, escolas, universidades e teatros. No Rio de Janeiro, o assassinato do estudante Edson Luis de Lima Souto no restaurante estudantil Calabouço, que gerou manifestações em todo o país, culminou com a passeata dos cem mil, que contou com a participação de diversos

segmentos da sociedade civil. É nesta conjuntura de radicalização que ocorre, no segundo semestre de 68, a eleição para a gestão 1968/71, onde se materializa a divergência entre as lideranças bancárias com o lançamento de duas chapas representando os setores mais combativos da categoria: uma encabeçada por Toledo, que passara a militar no PC do B, e outra por José de Andrade Guedes, que venceria a eleição. No final de 1968, a chamada “linha dura” do regime militar decreta o Ato Institucional número 5 (AI 5), recrudescente a repressão. Já no início de 1969, vários dirigentes sindicais são cassados, entre eles Roberto Percinoto, Degerando Ferreira e Augusto César do Sindicato dos Bancários. Em agosto daquele ano, Toledo trabalhava em sua seção no banco quando foi surpreendido por agentes do DOPS e levado preso. No mesmo mês são presos Percinoto (BEG), Auri Gomes (Lar Brasileiro), Hélio França e os irmãos Marcos e José de Carvalho (BB) e Marchesini (Holandês Unido). Toledo, Percinoto e mais três bancários foram transferidos para a prisão na Ilha das Flores, onde foram submetidos a humilhações e torturas. Levado a julgamento no Tribunal Militar, Toledo denunciou as torturas que sofreu e, após dois anos de prisão, foi absolvido. Uma vez em liberdade, optou pelo caminho da luta armada contra o regime, assumiu a clandestinidade e engajou-se na Guerrilha do Araguaia. Segundo depoimentos de militantes que lutaram no Araguaia, Toledo teria morrido em combate, significativamente no dia 7 de setembro de 1972, mas seu corpo até hoje não foi encontrado, engrossando a lista de “desaparecidos”. O jornal Elo, da comissão de funcionários do CREDIREAL, onde Toledo escrevia, trazia sempre em seu cabeçalho um trecho do poema “Canção do Tamoio”, de Gonçalves Dias: *“A VIDA É COMBATE/ QUE AOS FRACOS ABATE/ E AOS FORTES E AOS BRAVOS/ SÓ PODE EXALTAR”*. Pela coerência da vida de Toledo, este poderia bem ser seu epitáfio. (DEPARTAMENTO JURÍDICO)

14 AFFONSO CASCON – Bancário do Banco do Brasil e jornalista, dividiu sua luta entre a militância sindical e a produção de matérias jornalísticas de interesse dos trabalhadores. Foi colaborador do jornal e da revista Bancário, além do jornal do Departamento de Aposentados do Sindicato, o Bancário Veterano. Militante do Partido Comunista, Cascon trabalhou no jornal semanal Novos Rumos até sua extinção, por ocasião do golpe militar de 1964, quando foi preso e sofreu humilhações. Cassado e demitido do Banco do Brasil, fundou com outros bancários cassados, como, Humberto Campbell, Geraldo Magalhães e Walter Pompeu, uma

pequena empresa de venda de roupas, a SOLIBAN (abreviação de solidariedade bancária), como uma forma de enfrentarem as dificuldades financeiras a que foram submetidos. Anistiado, continuou militando e produzindo trabalhos jornalísticos, sempre engajado e atento às lutas da categoria. (SECRETARIA DE IMPRENSA)

15 AURÉLIO LOPES – Funcionário do Sindicato, onde ingressou na década de 30 ainda de calças curtas, Seu Aurélio, como era conhecido, trabalhou para a categoria por mais de 60 anos. Passou por diversas gestões no Sindicato, viu interventores entrarem e saírem, viveu períodos de democracia e ditadura, ocupações policiais, prisões de diretores e funcionários, greves e mobilizações. Conheceu derrotas e vitórias, mas sempre se posicionou com dignidade e com um sentido ético que fez com que, seja como office-boy, chefe do Departamento de Pessoal ou da Secretaria, ou como tesoureiro da entidade, até sua aposentadoria, em 1992, fosse respeitado por colegas e diretores pelos serviços que prestou à categoria com correção e dedicação. (TESOURARIA)

16 CAINAN DA COSTA FERREIRA – Iniciou como bancário no Banco Andrade Arnaud. Foi demitido, por motivos políticos, em 1961. Contratado como funcionário da Federação de Bancários do Rio e Espírito Santo, continuou atuando nas lutas da categoria, sendo preso em 1962 por atuar em um piquete. Militante do Partido Comunista, com o golpe de 1964, Cainan foi demitido pela intervenção, retornando à categoria nos anos 80 como funcionário da financeira Delfin. Com a falência do Grupo Delfin, passou a liderar o movimento dos trabalhadores demitidos que, após muita luta e dificuldades, conquistou, em 1983, sua admissão nos quadros da Caixa Econômica Federal. (ADMINISTRAÇÃO)

17 LUIZ CARLOS COCHRANE – Foi assessor de imprensa das duas primeiras gestões da CONTEC (1959/1963). Em fins de 63 é contratado pelo Sindicato e passa a produzir o jornal Bancário. Militante do Partido Comunista, com o golpe militar de 1964 é perseguido pelos interventores do Sindicato e levado a pedir demissão. Com a retomada do Sindicato em 1979, Cochrane retorna à imprensa do sindicato, onde contribui com sua competência e erudição, para a afirmação do jornal Bancário nesta nova fase de lutas pela democratização do país e

melhores dias para a categoria. (SALA DA SECRETARIA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL)

18 VILELA - Antonio Carlos Vilela foi bancário do Banco do Estado de São Paulo (BANESPA). Paulista de Taubaté, adotou o Rio de Janeiro como cidade e o Fluminense como time, sendo um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Articulação Bancária. Grande defensor da filiação do sindicato à da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que ocorreu em 1986, lutou também pela criação da Confederação Nacional dos Bancários (CNB), fundada em 1992, por entender que a CONTEC não correspondia mais aos desejos da categoria bancária. Um dos articuladores da aliança que viabilizou a chapa de oposição vitoriosa na eleição sindical de 1991, foi eleito secretário-geral do nosso Sindicato na gestão 1991/94, sendo reeleito para as gestões 1994/97 e 1997/2000. Destacada liderança na luta contra a privatização do Banespa, Vilela era respeitado por todos por seu equilíbrio e capacidade de formulação política, sempre solidário e dedicado às lutas dos trabalhadores, firme e obstinado, mas sem perder a ternura, jamais. (SECRETARIA GERAL)

19 NELSON PAULINO LOPES – Bancário da Caixa Econômica Federal, destacou-se na luta pela extensão da jornada de 6 horas e da sindicalização aos funcionários da CEF. Ativista incansável e aguerrido, “Nelsinho”, como era conhecido, foi eleito diretor do Sindicato na gestão 1988/91 e esteve até ao fim de sua vida comprometido com as lutas da classe trabalhadora. Faleceu no IV Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CONCUT) realizado em 1991, em Belo Horizonte – MG, durante uma intensa polêmica política ocorrida no congresso. (SALA DA SECRETARIA DE BASE)

20 AMÂNCIO RODRIGUES DOS SANTOS – Bancário do Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ), começou sua militância cedo, aos 16 anos, no PCB. No fim dos anos 60, rompe com o partido e ingressa na luta armada contra o regime instalado em 1964. Acusado de participação no seqüestro de um embaixador, foi preso pela ditadura militar entre 1970 e 1979, quando foi anistiado. Em 1980 ajuda a fundar o Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1991 integrou-se à

chapa de oposição vitoriosa nas eleições, sendo eleito por três gestões até 1997, quando viria falecer. (SALA DE REUNIÕES DO 22º ANDAR)

21 ESPAÇO IAPB – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários

- No ano de 1934 fizemos *nossa primeira greve*, onde a palavra de ordem era “*Bancário, ocupa teu posto*”. Se no ano anterior a força de nossa mobilização e a ameaça de greve levaram à conquista da *jornada de 6 horas*, desta vez banqueiros e governo pagaram pra ver, e viram: deflagrada no dia 6 de julho de 1934, a greve dura dois dias, parando os bancários de quase todas as capitais do país, e nova vitória é conquistada. Além de uma *estabilidade aos dois anos de trabalho* (que vigorou até 1943, quando a CLT passou a fixar em 10 anos para todos os trabalhadores), no dia 9 de julho o governo assina o Decreto 24.615, criando o *IAPB - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários*. Pelo projeto original do governo, a assistência médica não estava incluída como atribuição do IAPB, mas a luta dos bancários conquistou também a sua incorporação. Para se ter uma idéia da dimensão do Instituto, e levando-se em consideração só o Rio de Janeiro, o atual Hospital da Lagoa (na época o mais bem equipado da América Latina) e o Cardoso Fontes, assim como vários conjuntos residenciais, faziam parte do patrimônio construído pelo IAPB para atender às necessidades da categoria. O Sindicato lutou muito para garantir que bancários dirigissem o IAPB, que se tornaria um exemplo de administração de pensões, aposentadorias e assistência médica, sendo extinto em 1966 pela ditadura que se impôs após o golpe de 1964. (HALL DO 22º ANDAR)

22 ESPAÇO JORNADA DE 6 HORAS - Nos anos 30, tendo a fundação do sindicato como um marco, nossas principais bandeiras de luta eram *pela criação de uma caixa de aposentarias e pensões; salário mínimo profissional; jornada de seis horas e fiscalização do trabalho*. Naquele tempo, a jornada de trabalho do bancário era das 7h às 19h30min (zonas suburbana e rural), e das 7h30min às 18h30min (centro e zona urbana). Já no primeiro ano de existência oficial, o Sindicato contava com 1.480 sindicalizados, o que representava quase a metade dos trabalhadores em bancos no Rio de Janeiro. Em 1933, o jovem Sindicato Brasileiro dos Bancários, liderando uma campanha nacional pelo “horário higiênico”, desenvolve seu trabalho em três frentes: ao mesmo tempo que mobiliza a categoria nacionalmente, articula as negociações banco a banco com a pressão sobre o governo federal. Apoiados

ainda em fortes argumentos e pareceres médicos que mostravam que a categoria era vítima de várias doenças, como tuberculose e neurose, os bancários têm sua primeira vitória: pressionado pela ameaça de greve da categoria, o governo federal *assina o Decreto-lei 23.322, fixando a jornada de trabalho da categoria em 6 horas diárias, com 36 horas semanais*, pois a extinção do trabalho aos sábados só seria conquistada 29 anos depois, em 1962, por força da pressão da categoria pela aprovação do projeto do deputado Salvador Lossaco, ex-presidente do Sindicato de Bancários de São Paulo e fundador do DIEESE. Nossa fórmula? Unidade, Organização e Luta: este era o caminho. (HALL DO 20º ANDAR)

APÊNDICE 3 – TEXTOS ELABORADOS PARA PUBLICAÇÃO NO JORNAL BANCÁRIO, NO ANO DE 2005, ESCRITOS POR RENATO LIMA, COM A COLABORAÇÃO DE WALTER POMPEU E LUIZ VIÉGAS.

Como parte das comemorações dos 75 anos do Sindicato, o Jornal Bancário publicou uma série de artigos sobre a história do nosso sindicato e as lutas da categoria. Os textos, foram escritos por Renato Lima com a colaboração com Walter Pompeu e Luiz Viégas.

OS LOCAIS

Quem vê hoje nosso sindicato pode não imaginar as dificuldades e provações por que passou. A atual diretoria tem consciência que a inauguração de uma nova sede reformada, mais funcional e confortável, é mais uma conquista da categoria. Pois se hoje temos um sindicato representativo, consolidado como referência nacional para outras entidades de trabalhadores, respeitado na sociedade, com uma estrutura firme e administração transparente, temos também uma história de lutas e sacrifícios de várias gerações de bancários para nos orgulharmos, que é, certamente, nosso maior patrimônio.

Como dissemos, quem vê hoje nosso sindicato pode não imaginar as dificuldades e provações por que passou. Como pesquisou a historiadora Ana Santa Cruz, em sua primeira fase, ainda como Associação (e depois Federação) dos bancários, nossa entidade de classe funcionou numa sala pequena, que ficava no segundo andar do prédio de número 43 da rua Buenos Aires. Como a grana era curta, nosso único “patrimônio” era uma mesa, que foi comprada a prestação. Como não houvesse cadeiras para todos, a turma fazia o seguinte: no térreo do prédio da Associação, funcionava um bar e restaurante que encerrava seu expediente às 19:00 horas.

Assim, nos dias de reunião da associação, sempre marcadas para aquela hora, os bancários iam para o bar e esperavam o seu fechamento. Então, cada um pegava uma cadeira e ia para a reunião no segundo andar²

Podemos imaginar quanta disposição era necessária para, no calor do Rio de Janeiro, naquela era “pré-ar-condicionado”, quando bancário trabalhava de terno,

² OLIVEIRA, ANA LUCIA VALENÇA SANTA CRUZ, Sindicato e Sindicalismo Bancário, EDUR, Rio de Janeiro, 1998; Co-edição do SEEB/RJ e FEEB/RJ/ES.

gravata, colarinho-duro e ainda usava chapéu, subir com a cadeira às costas para as reuniões após o expediente (o que significava geralmente após uma jornada acima de oito horas, pois a jornada de seis horas, chamada à época de “horário higiênico”, só seria conquistada em 1933).

Eram mesmo tempos difíceis, em que os diretores por vezes tinham que tirar “dinheiro do próprio bolso” para viabilizar a manutenção da entidade recém criada.

Com o crescimento do quadro de associados, em 1930 a Federação muda para um conjunto de salas no terceiro andar de um prédio no número 19 da mesma rua Buenos Aires. No mesmo ano, faz nova mudança, desta vez para a avenida Rio Branco, ocupando o segundo andar do número 151.

No primeiro ano de existência da Federação (1930), foram organizadas a assistência médica e jurídica, criados dois cursos contabilidade e prática jurídico-comercial, instalada a biblioteca e organizado um torneio de jogo-de-dama e xadrez.³

Embora existissem sindicatos no Brasil desde o início do século XX, a primeira lei de sindicalização surgiu somente no ano de 1931. Com a regulamentação, o governo da época, pressionado pelas lutas dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que reconhecia a representação dos sindicatos, tentava criar normas para restringir a atividade sindical, colocando os sindicatos sob o controle do Estado. Os bancários estão entre as primeiras categorias a solicitar o reconhecimento oficial, passando a Federação a se chamar Sindicato Brasileiro dos Bancários, transferindo-se para novo endereço, no último andar do Edifício do Jornal do Comércio, na avenida Rio Branco, número 133, quarto andar.

Mas a nova sede não durou muito: no mesmo ano da inauguração, um incêndio consumiu todo o andar onde funcionava o sindicato. Abalados com as perdas sofridas, chegando alguns a pensar até na dissolução da entidade, a diretoria do sindicato se reuniu na noite seguinte ao sinistro, na sede da União dos Empregados do Comércio, e concluiu, segundo o número 14 do Jornal Bancário⁴:

Por que? Havíamos começado [...] sem um só níquel em caixa, e agora já possuíamos crédito bastante e um pequeno saldo em conta corrente, iríamos desanimar? Não! Nem que fosse necessário voltar a subir dois andares, como antigamente, com uma cadeira às costas.

³ Id.

⁴ Id.

Assim, o sindicato retomou suas atividades num salão emprestado na Rua da Quitanda, de onde se mudou para o terceiro andar da avenida Rio Branco, número 120, a histórica Galeria dos Empregados do Comércio. Neste espaço o sindicato ocupou três salas e passou a realizar as assembléias no Salão Nobre da Associação, local que até hoje usamos para nossas maiores assembléias, além de construir um restaurante onde os bancários sindicalizados tinham um desconto de 15% nas refeições, além de contar com mesas de bilhar e sinuca.

Mas é em 1943 que a diretoria decide investir, já contando com o recém criado imposto sindical, numa sede própria e compra dois andares do prédio da avenida Presidente Vargas, número 502, ainda em construção. Graças a um fundo formado pelo desconto de um percentual autorizado pela categoria sobre o abono conquistado na greve de 1946 pelo quadro de carreira, em 1948 a dívida já estava totalmente quitada.

E em 1956, o sindicato compra um terreno em Jacarepaguá, onde é construída a nossa sede campestre, viabilizada a partir de nova contribuição voluntária da categoria em 1958. Em 1960, o sindicato inaugurou a primeira sub-sede, no bairro de Madureira. A ela se seguiram as sub-sedes de Campo Grande, Copacabana e Tijuca, sendo que hoje o sindicato não mantém mais sub-sedes. Foram ainda adquiridos um andar no número 52 da rua Teófilo Otoni, onde hoje funcionam a Biblioteca e o Escritório Regional do DIEESE, e mais dois andares no mesmo edifício 502 da avenida Presidente Vargas.

NOMES E DATAS

Embora a data oficial de comemoração da fundação do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro seja o dia 17 de Janeiro, podemos dizer que nosso sindicato tem três datas diferentes de nascimento.

A primeira data a se considerar é a de 5 de novembro de 1929, quando um grupo de bancários funda a Associação dos Funcionários de Bancos do Rio de Janeiro, naquela época a capital do país. Já em janeiro do ano seguinte, mais precisamente no dia 17 de janeiro de 1930, a Associação dá lugar à Federação dos Bancários do Brasil, com o objetivo de estimular a organização nacional da categoria e unificá-la numa entidade única.

Mas é a partir da nova Lei de Sindicalização decretada pelo governo federal em março de 1931, que os bancários do Rio e de São Paulo vão solicitar o

reconhecimento oficial de suas entidades associativas, sendo substituída a denominação de Federação pela de Sindicato Brasileiro de Bancários, mantendo, no entanto, o objetivo inicial de representar a categoria nacionalmente.

O nome do sindicato mudaria novamente, desta vez por força de outra legislação sindical federal. Isso se deu em 8 de maio de 1941, quando o Sindicato Brasileiro de Bancários passa a se chamar Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Distrito Federal, nome que sofreria alterações após a mudança da capital para Brasília (em 9 de abril de 1973 – Estado da Guanabara), e com a fusão dos antigos estados do Rio e da Guanabara, adquirindo em 26 de dezembro de 1975 a denominação de Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Município do Rio de Janeiro.

E atualmente, com a inclusão da representação dos trabalhadores das financeiras, assumiu a denominação de Sindicato dos Bancários e Financeiros do município do Rio de Janeiro.

SETENTA E CINCO ANOS DE HISTÓRIAS

Tem um poema que diz que *“a história é um carro alegre/ cheio de um povo contente/ que atropela indiferente/ todo aquele que a negue”*. Pois quando revemos a história de nosso sindicato nestes 75 anos, tomamos consciência do que é capaz uma categoria de trabalhadores organizados. Enfrentamos um patronato que sempre utilizou seu poder econômico e político para multiplicar seus lucros, explorando os bancários e impondo suas diretrizes à toda a sociedade. Lutamos no nosso dia-a-dia, trabalhando em condições opressivas, submetidos à tensão de quem opera com muito dinheiro e passa por dificuldades para pagar as próprias contas.

Mas nunca nos entregamos, nem nos piores momentos, com o país sob ditaduras que interviam em nossa entidade de classe, prendiam nossos companheiros, tentavam nos dividir, quebrar nossa resistência, sempre respondemos, mesmo nas piores condições, com dignidade, criatividade, perseverança. Certos de que, como não há noite que dure para sempre, nossa luta e a unidade da classe, dos bancários com os demais trabalhadores, acabaria por prevalecer sobre a opressão, a exploração e a violência. Nosso caminho nunca foi fácil. Enfrentamos reveses, conhecemos o sabor da derrota em algumas lutas, mas sempre levantamos a cabeça e retomamos com renovadas forças e disposição

nossas lutas, defendendo e ampliando nossas conquistas e contribuindo na construção de um país e de um mundo mais digno, solidário e fraterno.

OS ANOS 30 - Primeiros Passos, Muitas Lutas, Grandes Vitórias.

Nos anos 30, tendo a fundação do sindicato como um marco, nossas principais bandeiras de luta eram *pela criação de uma caixa de aposentarias e pensões; salário mínimo profissional; jornada de seis horas e fiscalização do trabalho*. Naquele tempo, a jornada de trabalho do bancário era das 7 horas às 19:30 (zonas suburbana e rural), e das 7h30 às 18h30 (centro e zona urbana). Já no primeiro ano de existência oficial, o sindicato contava com 1480 sindicalizados, o que representava quase a metade dos trabalhadores em bancos no Rio de Janeiro. E em 1933, o jovem Sindicato Brasileiro dos Bancários, liderando uma campanha nacional pelo “horário higiênico”, desenvolve seu trabalho em três frentes: ao mesmo tempo que mobiliza a categoria nacionalmente, articula as negociações banco a banco com a pressão sobre o governo federal. Apoiados ainda em fortes argumentos e pareceres médicos que mostravam que a categoria era vítima de várias doenças, como tuberculose e neurose, os bancários têm sua primeira vitória: pressionado pela ameaça de greve da categoria, o governo federal assina o *Decreto-lei 23.322, fixando a jornada de trabalho da categoria em 6 horas diárias, com 36 horas semanais, pois o bancário trabalhava também aos sábados e a extinção do trabalho aos sábados só seria conquistada nos anos 60*.

Nossa fórmula? Unidade, Organização e Luta: este era o caminho.

No ano seguinte fizemos *nossa primeira greve*, onde a palavra de ordem era “*Bancário, ocupa teu posto*”. Deflagrada no dia 6 de julho de 1934, a greve dura dois dias, parando os bancários de quase todas as capitais do país. E nova vitória é conquistada: além de uma *estabilidade aos dois anos de trabalho, no dia 9 de julho o governo assina o decreto 24.615 criando o IAPB - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários*. O sindicato lutou muito para garantir que bancários dirigissem o IAPB, que se tornaria um exemplo de administração de pensões, aposentadorias e assistência médica, sendo extinto em 1966 pela ditadura que se impôs após o golpe de 64.

A Solidariedade

Foi também nestes primeiros anos de vida do nosso sindicato que os bancários se afirmaram como categoria consciente da importância da solidariedade entre os trabalhadores e de sua participação política. Estivemos à frente das lutas pela unidade e participação dos trabalhadores nos rumos do país, organizando a Confederação Sindical Unitária do Brasil, que foi dirigida pelo bancário Spenser Bittencourt. Com todas as dificuldades do momento, a Confederação lidera a luta pela instituição do Salário Mínimo, negociando com o governo, pressionando os políticos, organizando atos e paralisações por todo o país.

Repressão e Resistência

A partir de 35, aumenta a repressão policial sobre os trabalhadores. Intervenções em sindicatos, prisões e espancamento de trabalhadores, deportações e até assassinato de lideranças se tornam parte do dia-a-dia. Em julho daquele ano, nosso sindicato é invadido pela polícia e todos são presos. Destaca-se neste episódio a participação de uma bancária, Maria Francisca Moura, a primeira mulher diretora do sindicato, que se apresentou para ir presa em troca da liberação dos funcionários detidos.

Aproveitando o clima de terror implantado pelo governo, alguns bancários ligados ao movimento Integralista, versão brasileira do nazifacismo em ascensão na Europa, que haviam perdido a eleição para direção do sindicato no ano anterior, formam uma junta governativa para o sindicato. Recebem imediatamente apoio do governo e dos banqueiros, que elogiam a junta e apóiam sua atuação. Com um discurso anticomunista, que pregava a despolitização do sindicato e o incremento do assistencialismo, em apenas um ano de gestão o número de sindicalizados passa de 2.597 sócios em 1935 para 1.882 em 36, uma queda de quase 28%. Mas seus dias estavam contados: na primeira eleição, em 1937, a oposição formada por bancários de esquerda, comunistas e independentes, vence por esmagadora maioria, retomando o sindicato para a categoria. São retomadas as bandeiras de luta da categoria, mas a conjuntura ainda não é favorável e, em novembro daquele ano, Getúlio Vargas, com um golpe de Estado, implanta o que seria conhecido como o Estado Novo. Uma nova constituição foi decretada, abolindo os partidos políticos e fechando o Congresso Nacional. A oposição foi duramente perseguida e aumentada a repressão sobre os trabalhadores. Até as reuniões têm que ser autorizadas pela

polícia política, que coloca agentes dentro das entidades sindicais. Em 1939, nova lei regulamentando os sindicatos coloca mais restrições à ação sindical. A direção do sindicato, mesmo sob as novas condições restritivas impostas, procura manter o sindicato aberto à categoria, que responde retomando o nível de sindicalização, que passa dos 1.882 para 2.409 associados em 1939. Lutou também por manter a representação dos bancários do Banco do Brasil que, de acordo com o artigo 50 da nova lei, perderiam o direito de sindicalização. Esta luta também foi vitoriosa, consolidando em 1941, no novo estatuto de enquadramento, a manutenção da representação dos bancários do BB pelo sindicato.

SINDICATO 75 ANOS: A NOSSA HISTÓRIA

Resgate da memória

O Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro é hoje uma referência nacional para outras entidades representativas de trabalhadores. A estrutura dinâmica e a administração transparente são marcas de uma história construída através da luta e do sacrifício de várias gerações de bancários, o nosso maior patrimônio.

Além de estar reformando a sede, tornando-a mais moderna e eficiente, a atual diretoria do Sindicato está realizando um trabalho de resgate da memória e da história de nossa entidade. É esta trajetória que começamos a contar agora, nas edições das terças-feiras do jornal *BancárioRio*.

OS PRIMEIROS PASSOS

Como pesquisou a historiadora Ana Santa Cruz, em sua primeira fase, ainda como Associação (e depois Federação) dos bancários, nossa entidade de classe começou funcionando nos anos 30 numa sala pequena, que ficava no segundo andar do prédio de número 43 da Rua Buenos Aires. Como a grana era curta, nosso único "patrimônio" era uma mesa, que foi comprada a prestação. Como não havia cadeiras para todos, a turma fazia o seguinte: no térreo do prédio da Associação funcionava um bar e restaurante que encerrava seu expediente às 19 horas.

"Assim, nos dias de reunião da as-



Bancários reunidos na Galeria dos Empregados do Comércio, nos anos 30

mesmo ano, faz nova mudança, desta vez para a Avenida Rio Branco, ocupando o segundo andar do número 151.

"No primeiro ano de existência da Federação (1930), foram organizadas as assistências médica e jurídica, criados dois cursos (contabilidade e prática jurídico-comercial), instalada a biblioteca e organizado um torneio de jogo de damas e xadrez".²

Embora existissem sindicatos no Brasil desde o início do século XX, a primeira lei de sindicalização surgiu somente no ano de 1931, durante o governo de Getúlio Vargas, que chegou com a Revolução de 1930. Com a regulamentação, o governo da época, pressionado pelas lutas dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que reconhecia a representação dos sindicatos, passou a criar normas que colocavam os sindicatos sob o controle do Estado. Os bancários estão entre as primeiras categorias a solicitar o reconhecimento oficial, passando a Federação a se chamar Sindicato Brasileiro dos Bancários, transferindo-se para novo endereço, no último andar do Edifício do *Jornal do Comércio*, na Avenida Rio Branco, número 133.

¹ OLIVEIRA, ANA LUCIA VALENÇA SANTA CRUZ. *Sindicato e sindicalismo bancário: Rio de Janeiro: SEEB/SEEB/RJ/FEEB/RJ/ES, 1998.*

² Idem.

sociação, sempre marcadas para aquela hora, os bancários iam para o bar e esperavam o seu fechamento. Então, cada um pegava uma cadeira e ia para a reunião no segundo andar."¹

Podemos imaginar quanta disposição era necessária para, no calor do Rio de Janeiro, numa época em que não existia ar-condicionado, quando bancário trabalhava de terno, gravata, colarinho-duro e ainda usava chapéu, subir com a cadeira às costas para as reuniões após o expediente - e a jornada era de mais de oito horas, pois a jornada de seis horas só seria conquistada em 1933. Eram mesmo tempos difíceis, em que os diretores por vezes tinham que tirar "dinheiro do próprio bolso" para viabilizar a manutenção da entidade recém-criada.

Com o crescimento do quadro de associados, em 1930 a Federação muda para um conjunto de salas no terceiro andar de um prédio no número 19 da mesma Rua Buenos Aires. No

Fonte: Jornal Bancário - SEEB/RJ - Ano LXXV 1 e 2/3/2005 - Nº 3742.

A NOSSA HISTÓRIA - II

Bancários 75
Fazendo história!

A primeira sede própria

A entidade representativa dos bancários passou de Federação para se chamar Sindicato Brasileiro dos Bancários. Neste momento, a instituição transferiu-se para novo endereço, no último andar do edifício do *Jornal do Commercio*, na Avenida Rio Branco, número 133, quarto andar.

Mas a nova sede não durou muito: no mesmo ano da inauguração, um incêndio consumiu todo o andar onde funcionava o Sindicato. Abalados com as perdas sofridas, chegando alguns a pensar até na dissolução da entidade, a diretoria do Sindicato se reuniu na noite seguinte ao incidente, na sede da União dos Empregados do Comércio, e concluiu, segundo o número 14 do jornal *Bancário*:

"Por que? Havíamos começado (...) sem um só níquel em caixa, e agora já possuíamos crédito bastante e um pequeno saldo em conta corrente, iríamos desanimar? Não! Nem que fosse necessário voltar a subir dois andares, como antigamente, com uma cadeira às costas".

Assim, o sindicato retomou suas atividades num salão emprestado na Rua da Quitanda, de onde se mudou para o terceiro andar da Avenida Rio Branco, número 120, a histórica Galeria dos Empregados do Comércio. Neste espaço o Sindicato ocupou três salas e passou a realizar as assembleias no Salão Nobre da Associação, local que até hoje usamos para nossas maiores assembleias, além de construir um restaurante onde os bancários sindicalizados tinham um desconto de 15% nas refeições, além de contar com mesas de bilhar e sinuca.

Mas é em 1943 que a diretoria decide investir, já contando com o recém-criado imposto sindical, numa sede própria e compra dois andares do prédio da Avenida Presidente Vargas, número 502, ainda em construção. Graças a um fundo formado pelo desconto de um percentual autorizado pela categoria sobre o abono conquistado na greve de 1946 pelo quadro de carreira, em 1948 a dívida já estava totalmente quitada.

SEDE CAMPESTRE

Em 1956 o Sindicato compra um terreno em Jacarepaguá, onde é construída a nossa sede campestre, viabilizada a partir de nova contribuição voluntária da categoria em 1958. Em 1960, o sindicato inaugurou a primeira subsele, no bairro de Madureira. A ela se seguiram as subselede de Campo Grande, Copacabana e Tijuca, sendo que hoje o Sindicato não mantém mais subselede. Foram ainda adquiridos um andar no número 52 da Rua Teófilo Otoni, onde hoje funcionam a Biblioteca e o Escritório Regional do Dieese, e mais dois andares no edifício 502 da Avenida Presidente Vargas.



Fonte: Jornal Bancário - SEEB/RJ - Ano LXXV 8 e 9/3/2005 - Nº 3744.

SINDICATO: 75 ANOS DE HISTÓRIA III

Bancários 75
Fazendo história!

Da Federação dos Bancários ao Sindicato

Embora a data oficial de comemoração da fundação do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro seja o dia 17 de janeiro, podemos dizer que nosso sindicato tem três datas diferentes de nascimento. A primeira a se considerar é a de 5 de novembro de 1929, quando um grupo de bancários funda a Associação dos Funcionários de Bancos do Rio de Janeiro, naquela época a capital do país. Já em janeiro do ano seguinte, mais precisamente no dia 17, a Associação dá lugar à Federação dos Bancários do Brasil, com o objetivo de estimular a organização nacional da categoria e concentrá-la numa entidade única. Mas é a partir da nova Lei de Sindicalização decretada pelo governo federal em março de 1931 que os bancários do Rio e de São Paulo vão solicitar o reconhecimento oficial de suas entidades associativas, sendo substituída a denominação de Federação pela de Sindicato Brasileiro de Bancários, mantendo, no entanto, o objetivo inicial de representar a categoria nacionalmente. O nome do sindicato mudaria novamente, desta vez por força de outra legislação sindical federal. Isso se deu em 8 de maio de 1941, quando o Sindicato Brasileiro de Bancários passa a se chamar Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Distrito Federal, nome que sofreria alterações após a mudança da capital para Brasília (em 9 de abril de 1973 - Estado da Guanabara), e com a fusão dos antigos estados do Rio e da Guanabara, assumindo em 26 de dezembro de 1975 a denominação de Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Município do Rio de Janeiro. E atualmente, com a inclusão da representação dos trabalhadores das financeiras, adotou o nome de Sindicato dos Bancários e Financeiros do Município do Rio de Janeiro.



Ação da Polícia Militar contra bancários em greve

Fonte: Jornal Bancário - SEEB/RJ - Ano LXXV 15 e 16/3/2005 - Nº 3746.

APÊNDICE 4 – ENTREVISTA I

Ficha da Entrevista:

Nome: Luiz Viégas da Motta Lima

Endereço: Rua Domingos Ferreira, nº 28, apto. 904; Copacabana; Rio de Janeiro.

Telefone: 22560053.

Duração: 04 horas Local: Residência do próprio.

Data: 08/06/2006.

Nº de fitas: 02 (01 de 60 e 01 de 90 minutos)

Pesquisa e Roteiros: Renato Lima

Entrevistador: Renato Lima

Texto: data 23.06.2006

Conferência de Fidelidade: data: 15/06/2006

Leitura Final: data: 16/07/2006

Carta de Cessão: data 08/06/2006.

Número de páginas transcritas: 37

Observações:

LUIZ VIÉGAS DA MOTTA LIMA – Nascido no Rio de Janeiro, Viégas ingressou no Banco do Brasil em 1943, associando-se ao Sindicato dos Bancários - RJ em 1945. Desde então, destacou-se como militante ativo e assumiu várias funções, dentre elas: Presidente do Conselho das Comissões Sindicais do Banco do Brasil - RJ (1956-1960); Fundador e Presidente da Federação dos Bancários RJ-ES (1957-1964); fundador (1957) e Secretário-Geral (1960-1964) da Confederação Nacional dos Empregados em Empresas de Crédito – CONTEC. Cassado em 1964 pela ditadura, foi para o exílio e retornou ao país em 1965. Anistiado em 1979, retomou suas atividades político – sindicais, sendo ainda fundador e Secretário-Geral do Departamento de Aposentados do Sindicato dos Bancários - RJ (1981 até 2003); fundador e Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - COBAP (1985-1989); Presidente da Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro - FAAPERJ (1989-1991); É Delegado Representante da AAFBB junto ao Conselho de Representantes da FAAPERJ, do qual foi 1º Secretário (1991-2004); Assessor da COBAP (1989 até hoje) e da FAAPERJ (1991 até hoje). Representante dos aposentados do Grupo de Trabalho para Reforma da Previdência Social, criado por decreto do Presidente José Sarney (1986); Criador do Fórum Intersindical Permanente de Defesa da Previdência Social - FIPREV, que funcionou na Federação Nacional dos Urbanitários (1986-1996); Membro do Conselho Deliberativo (CODEL) da Associação dos Antigos Funcionários do Banco do Brasil - AAFBB (1976 até hoje); onde foi assessor da

Presidência no mandato de Petrônio Fernandes Gonçalves, Vice-Presidente do CODEL (1999/2004) e, atualmente, seu Presidente (mandato 2005/7).

Entrevista com Luiz Viegas da Motta Lima, realizada na residência dele em Copacabana em 08 de junho de 2006, por Renato Lima.

Fita I, lado A:

Renato: Vamos começar. (ajeitando o gravador) Bom, Viégas, você já conhece o roteiro que eu fiz. Tem uma parte em que a gente procura identificar a família, o passado, o que lhe influenciou culturalmente. E você podia falar um pouco disso, sem limite.

Viégas: Meu pai era um militante do Partido⁵, jornalista. Embora tivesse a recomendação de não se declarar comunista, né? Mas me confessou, eu menino ainda, e tal. Ele pediu reserva e disse que era membro do Partido. Eu acho que foi uma jogada pra testar as minhas condições de..., e eu não falei nada com ninguém. Tanto que, mais tarde, quando ele se revelou mesmo membro do Partido, na legalidade de 46, a minha mãe ficou muito, assim, enciumada, porque ele nunca tinha dito a ela que era do Partido. E quando soube, então, que eu, uma criança, um menino (ele falou isto comigo por volta ,eu devia ter uns 12 anos e eu nunca revelei). Acho que foi um teste que ele fez pra mim. Mas eu nasci envolvido nos problemas de partido, e tal.

Renato: Qual era o nome dele?

Viégas: Pedro Motta Lima. Foi diretor dos jornais da legalidade: Tribuna Popular, Imprensa Popular. Antes tinha sido d'A Esquerda, d'A Manhã, que foi fechada em 1935. Então, pra minha vida, a atividade política era uma coisa que estava dentro de casa, né? Embora eu não tivesse nenhuma atuação. No Colégio Pedro II, internato que eu fui durante 5 anos, havia muita luta entre democratas e integralistas. (Eu fui, de 35 a 39, colégio interno) Então, isso tinha, estes embates tinham lá dentro, e eu, lógico, me posicionava contra os integralistas, mas de uma maneira muito discreta,

⁵ Partido Comunista do Brasil – PCB.

até porque eu achava que não sabia nada a respeito, não tinha nenhuma formação teórica.

Renato: Era Integralistas versus Democratas?

Viégas: É. E houve uma época que era entre aliancistas, que foi de 35, Aliança Nacional Libertadora. E eram os comunistas por trás, quer dizer: participavam, mas era um movimento amplo a Aliança Nacional Libertadora. E era aliancistas e integralistas, e isso eu não me posicionava mais efetivamente, porque não tinha mesmo nenhum conhecimento mais aprofundado. Mas acompanhava a atividade do meu pai, e apoiava, e achava aquilo certo. Me formei assim. Tinha um detalhe interessante, que mostra a educação que a gente teve: quando nós éramos pequenos (sou eu e três irmãs, tudo com a diferença de 11 meses entre uns e outros, e tal, só a última que tem 1 ano e um mês de diferença), Nós éramos incapazes de dizer a um estranho qual era o nome do pai. “Como é o nome do seu pai?” A gente dizia: “papai”. E não se partia daí, não vinha, não tinha quem arrancasse o nome! E nós sabíamos o nome completo dele, sabíamos qual era a profissão dele e tudo, mas não dizíamos.

Renato: Desde de quantos anos isso?

Viégas: Isso desde de os cinco anos: cinco anos por aí, que me lembre, era isso aí: quatro, cinco anos. Desde pequeninos: aprendeu a falar, aprendeu a não dizer o nome do pai para pessoas estranhas. Então, essa militância me levou até, sempre com simpatias, acompanhei a 2ª guerra com torcida pró-aliados, simpatia pela União Soviética, a Revolução da Espanha pra mim foi um drama: eu torcia, como quase que uma paixão clubística, torcia pelos republicanos espanhóis. Então, a conotação dessa formação era essa. E, quando tive o primeiro emprego no Instituto dos Bancários (IAPB⁶), ainda em pleno Estado Novo, em 1940, e começou a haver reuniões, houve aqui um congresso em defesa do continente, o Tratado do Rio de Janeiro, que foi assinado, e eu encabecei (foi a minha primeira atividade política) um telegrama ao embaixador Osvaldo Aranha apoiando a posição de liberdade, de

⁶ Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários – IAPB.

formação americana contra, e veladamente já era contra o Eixo, contra a tentativa de surgimento do Nazismo e tal, e eu encabecei o telegrama.

Renato: O Osvaldo Aranha, nessa época, era o Ministro do Exterior?

Viégas: Era. E tive resposta, guardo essa resposta ainda hoje. Como funcionário do IAPB, Instituto dos Bancários, eu era funcionário e fiz isso.

Renato: Você entrou no IAPB em 40?

Viégas: Em 1940: dezembro de 40, ainda não tinha 18 anos, tinha 17 anos em 40, em dezembro de 40, e entrei, fiz um concurso lá, comecei a trabalhar como diarista. Fiz um concurso pela Hollerith (um lance de arquivos, de classificação, e tal), e fui trabalhar no cadastro do IAPB.

Renato: E até hoje em São Paulo chamam o contra-cheque de “holerite”!?

Viégas: De holerite, é! E o mais interessante é que a Hollerith está muito ligada à minha vida, porque mais tarde, no Banco do Brasil, eu vou fazer um curso na Hollerith e fui um dos primeiros funcionários da Direção Geral no serviço de mecanização, como naquele tempo falavam, precursor do computador.

Renato: É isso mesmo. Hollerith se escreve com “e” no fim?

Viégas: H-O, dois eles, E-R-I-T-H: Hollerith. Então, esse movimento foi o primeiro. Depois eu participei, sempre no IAPB (eu passei no IAPB dois anos e dois meses), e participei de passeatas pedindo a declaração de guerra, rompimento de relações com o Eixo, aquele movimento todo. Participamos, houve, eu me lembro que houve uma passeata ao Palácio do Catete, e nós fomos, funcionários públicos fomos incorporados, Getúlio apareceu na sacada...

Renato: O status de funcionário do IAPB era um status de funcionário público?

Viégas: Era autárquico, né? O IAPB era uma autarquia. Era uma coisa, portanto, para-estatal, né?. Autarquia, então a pessoa era admitida por concurso. Eu fiz esse concurso através da Hollerith, depois de um ano lá fui efetivado como mensalista do IAPB. Aliás, o que me levou para o Banco do Brasil foi que eu ganhava, como diária, tava ganhando vinte cruzeiros por dia e, de repente, depois de um ano, eu fui efetivado com quinhentos cruzeiros.

Renato: Por dia não, por mês, né?

Viégas: Por mês. E esses quinhentos cruzeiros por mês, com o desconto de 6% para a previdência, 30 cruzeiros, me deu uma redução salarial, porque antes eu era diarista e não tinha desconto nenhum. Então, dependendo do mês, eu podia ganhar até 520 cruzeiros, e passei a 470. Então fiquei desestimulado, e um colega que tinha trabalhado comigo, tinha o mesmo concurso e tinha ido pro Banco do Brasil, me aconselhou a ir para o Banco do Brasil, e eu fui.

Renato: Isso em que ano?

Viégas: Em 1942 eu fiz o concurso pro Banco do Brasil. Era época de blecaute, era época de guerra, então nós... Eu me lembro que uma vez tive que esperar o blecaute passar, porque era exercício de blecaute, para retornar a iluminação para eu poder pegar o bonde, para voltar para casa. Em 1943 é que eu entrei pro banco, em março de 43.

Renato: É a posse, como vocês chamam, né?

Viégas: É, a posse foi no dia 12 de março de 43. Aí é que eu passei a ser bancário. Mas, interessante, eu já tinha, no IAPB...

Renato: Relação com a categoria, não é?

Viégas: É: já tinha relação por que eu era esportista, e participava de olimpíada bancária, e o IAPB participava, tinha um clube, Probanc Esporte Clube. Probanc era o endereço telegráfico do IAPB.

Renato: Qual era a sua modalidade?

Viégas: Eu fazia atletismo, né? Melhor era a corrida de meio-fundo, 1000, 1500 metros. Mas eu era um esportista dedicado: se me chamassem para fazer outras provas eu fazia, inclusive dei um vexame muito grande, em plena tarde de sábado na piscina do Guanabara, para tirar um terceiro lugar, porque só tinham três concorrentes (risos), e me disseram que era fácil fazer 200 metros nado livre: eu nunca tinha competido em piscina, mas tinha espírito esportivo e entrei, caí n'água: cheguei de cachorrinho, mas cheguei em terceiro lugar, porque os dois que competiam eram "Fita –Azul" da natação da época, né?

Renato: Sei, Fita-Azul quer dizer?

Viégas: Os mais velozes. Eram o Demétrio Bezerra e Bezerra e o Orlando Novo Cavaleiro, eu nunca me esqueci.

Renato: Isso foi aonde? Em que ano?

Viégas: Isso daí deve ter sido no ano de 42, 41. Eu tinha 19 anos.

Renato: Você entrou pro IAPB menor?

Viégas: Eu entrei menor.

Renato: E era possível fazer, naquela época, concurso menor?

Viégas: Era possível. Eu já era reservista. É, talvez porque foi através da Hollerith.

Renato: Mesmo assim, era possível?...

Viégas: Era, era, eu mostrei capacidade e passei, inclusive em terceiro lugar no concurso, então...

Renato: O concurso não era pra Hollerith, era para o IAPB?

Viégas: O concurso era para trabalhar numa implantação de cadastro. Então o que é que ele requeria? Ele requeria noções de ordem alfabética; de colocação de, de lidar assim, por que eram coisas muito práticas, foi um concurso muito prático, de lógica, de resolução de problemas com rapidez e tal, e eu passei nesse concurso.

Renato: E aí você, a Hollerith organizou esse concurso, mas o concurso era para o IAPB.

Viégas: Para o IAPB, e eu fui servir como empregado indefinido, que até hoje eu não sei, mas eu tenho a impressão que o IAPB pagava, mas era em nome da Hollerith. Tanto que eu não tive o vínculo, nesse primeiro ano e dois meses eu não tive o vínculo empregatício. Não contei esse tempo para a aposentadoria posterior.

Renato: Com o IAPB?

Viégas: Nem com o IAPB nem com ninguém.

Renato: Então você era uma espécie de estagiário, o que se diz hoje estagiário?

Viégas: Eu era um “bóia-fria”.

Renato: Jovem, que trabalhava numa empresa que prestava serviço a outra...Já era um terceirizado?

Viégas: Era, era, um precursor disso. E eu não pensava em nada disso, porque jovem, né? Meu primeiro emprego, então. Isso arranjado por um médico que tinha me levado. Meu primeiro salário foi, justamente, como auxiliar desse médico num exame dos alunos do Colégio São José, na Tijuca, no Internato S.José. E eu ia ajudá-lo: eu fazia, tirava medida de altura, peso e alguma outra medida que ele me orientasse.

Renato: E você tinha quantos anos?

Viégas: Ah! Eu tinha 16, 17 anos, por aí. Aí eu ganhei uns trocados, ganhei uns 500 mil réis, naquele tempo.

Renato: E ele quem lhe disse: Ah! vai lá na Hollerith, e tal?

Viégas: E ele me pagou, e ele gostava muito de mim: era um homem que não tinha filho, só tinha filhas; morava na mesma rua que eu; a filha dele era colega da minha irmã no Instituto de Educação. E ele fez camaradagem e acabou sendo meu padrinho de casamento, por causa disso. Então, quando ele soube que haveria esse concurso para a Hollerith, que ele tinha um relacionamento, ele disse pra eu ir fazer. Eu era estudante do Colégio Pedro II; tinha completado o ginásio em 39; tava fazendo o complementar de Engenharia, então, tinha um bom nível de instrução. O Pedro II era um excelente colégio. Então, consegui fazer e passar. Agora, a insatisfação, então, me levou a me inscrever pra fazer concurso no Banco do Brasil.

Renato: E, sobre esse percurso acadêmico, depois do Pedro II, você fez?

Viégas: Depois do Pedro II eu tive uma grande desilusão, porque eu nunca tinha sido reprovado na minha vida, e cismava, não sei por que (até hoje eu não sei explicar direito), mas eu achava que queria ser engenheiro. E fui fazer o vestibular de Engenharia, na Escola Politécnica, no Largo de São Francisco. E fiz o concurso e não fui aprovado por falta de nota global. A princípio, fiquei em duas matérias: fiquei em Física e em História Natural, se não me engano. Consegui passar em segunda-época em História Natural, mas no diabo da Física não, mas cheguei a passar raspando, porque acho que ficaram com pena de mim, porque eu tive um acesso de amnésia na prova oral de Física: não me lembrei, me perguntaram: “Quais as unidades do Sistema CGS?”, e eu não soube responder. E sabia: isso eu sabia. Agora, Física eu nunca tinha aprendido, apesar do grande Colégio Pedro II, mas eu tive um professor que me desiludiu, que nunca me ensinou Física. Então isso...

Renato: Aí você não passou efetivamente para Engenharia?

Viégas: Não passei, não passei para Engenharia e isso me deu um abalo, e eu já estava, a essa altura, trabalhando no IAPB, já tava ganhado um dinheirinho razoável, embora ajudasse em casa, porque meu pai ainda estava exilado, ou na ilegalidade, Ele teve muita atuação clandestina no Brasil, então a gente tinha que ajudar em casa. Eu comecei a trabalhar cedo por necessidade, pra levar dinheiro pra casa...

Renato: Ele chegou a ser preso?

Viégas: Não, meu pai nunca foi preso, ele se 'apresentou-para': quando o Brasil rompeu relações com o eixo, os comunistas resolveram se apresentar ao governo dizendo que, como a proposta deles era a luta contra o fascismo, uma vez que o Governo tinha (é coisa romântica), uma vez que o Governo tinha declarado guerra à Alemanha nazista, que eles, então, vinham para colaborar com o Governo. E, por causa disso, ele foi para a Ilha Grande e cumpriu dois anos de prisão na Ilha Grande.

Renato: que ano foi isso: 40, 42?

Viégas: Isso aí, eu já estava no Banco do Brasil. Era 43, 44, por aí. Aí, ele saiu de lá e, também como uma tática do Partido que se levantou no meio dos jornalistas (que ele tinha muito prestígio, mais precisamente através da ABI⁷), um movimento..., que meu pai, mesmo na clandestinidade, mesmo no exílio, ele nunca deixou de ser eleito para o Conselho Deliberativo da ABI: era eleito sempre, reeleito. Então, os jornalistas, encabeçados por Herbert Moser, fizeram um pedido ao Getúlio, pedido de indulto. E depois de cumprir a pena dele (parece que era de dois anos e dois meses), mas antes de terminar, ele foi indultado. E saiu de lá, então, com a palavra de ordem de anistia: foi a primeira vez que se falou em "anistia política". Foi através dele: uma decisão partidária num almoço que foi realizado na ABI (ao recebê-lo indultado) pelo movimento dos jornalistas. Então, esta minha vivência de infância foi me vivenciando esses fatos todos. Então, de certa forma, era uma atividade política. Embora passiva, era uma atividade política. Aí, então, quando eu cheguei ao Banco do Brasil....

Renato: Passiva não foi, porque você participava de passeatas, encabeçava abaixo-assinados...?

Viégas: Eu estou dizendo na infância, na infância era passiva. Então, até chegar... Quando eu entrei no Colégio Pedro II, mesmo, era passiva. Quando cheguei no IAPB é que foi a primeira atuação já ativa....

Renato: Você dizia que se desestimulou em função de ter sido reprovado e aí você se dedicou mais ao emprego, etc. Mas depois você estudou?

Viégas: Quando eu entrei para o Banco do Brasil, eu tinha uma irmã que estava estudando contabilidade, e disse: você vai fazer contabilidade. A segunda irmã, tinha uma que já estava mais adiantada na contabilidade, já estava em via de se formar, e a outra entrou: você vai estudar comigo.....Eu estava fazendo CPOR⁸...

Renato: E era terceiro grau o curso de contabilidade?

Viégas: Na época, era considerado grau médio, hoje em dia é considerado nível superior. Hoje é a faculdade do Instituto de Contabilidade, ela tem um nome que está me faltando aqui, mas é do Sindicato de Contabilistas, ali na Rua Buenos Aires, mas antes era Instituto Brasileiro de Contabilidade. E o curso que eu fiz é considerado de grau superior. Eu já tinha no ginásio, mas fui fazer. Como fazia CPOR, como era na época da guerra, já estava trabalhando no Banco do Brasil, e um dos diretores era o João Lira, irmão do Roberto Lira, que era muito amigo do meu pai, ele conseguiu que eu fosse dispensado de presença. Mas eu tinha que ir fazer os exames. E estudava nos cadernos da minha irmã e ia fazer as provas. Em três anos eu fiz o curso de contabilidade, me formei em contador, mas estava trabalhando no Banco do Brasil, não estava pensando nisso. Muito mais tarde, em 1966, estudei na faculdade de Economia da UERJ (na época, UEG), formando-me em 1970. No Banco do Brasil, eu comecei a assuntar, ouvia falar no sindicato, não sabia bem o que era sindicato, mas comecei a freqüentar o sindicato, com muita

⁷ ABI – Associação Brasileira de Imprensa.

⁸ Curso Preparatório de Oficiais da Reserva – CPOR.

cautela porque, naquele tempo, eu sabia a crônica, eles falavam de pelegos, falavam em polícia, muito infiltrada dentro dos sindicatos, então eu ia assuntar as coisas, ver, e aparecer no sindicato.

Renato: Conhecia alguém que freqüentava?

Viégas: Não. Os colegas, às vezes um colega, mas eu ia por curiosidade.

Renato: Você ia sozinho?

Viégas: Eu ia sozinho, não tinha quem me induzisse. Era curiosidade mesmo.

Renato: Não era numa assembléia? Era no prédio do sindicato mesmo?

Viégas: Às vezes até em assembléias: eu ia lá e ficava olhando, e tal, mas não era filiado. Eu entrei para o banco em 43, e durante uns dois anos eu investiguei, eu namorei com o sindicato, viu? A sede do sindicato ainda era na Associação dos Empregados do Comércio, e eu ia lá. E ouvia falar muito em Olympio Mello, e fiz uma confusão com o outro Olympio Mello, pois existia o Olympio Fernandes Mello e o outro, Olympio Aquiles de Mello. Esse Olympio Aquiles de Mello, embora fosse até filiado ao Partido, mas era um cara meio maluco, tem episódios dele de cara meio “pancada”, né? E eu achava esquisito que aquele cara fosse um líder sindical. Mas, em todo caso, por ser líder sindical, eu tinha uma certa admiração por ele. E, enquanto eu estou assim, sou procurado por figura muito interessante: Newton Sampaio de Castro Diniz, que vem a ser, nem mais, nem menos, que o pai da Leila Diniz. Era colega de banco, homem já do Partido, militante do Partido, e viu aquele quadro novo, garoto novo olhando e freqüentando o sindicato, e ele veio falar comigo e se aproximou de mim e começou a me acompanhar. Aí, o Partido entrou na legalidade e o Diniz me convidou para ser membro do Partido.

Renato: E você já estava filiado ao sindicato?

Viégas: Não. Minha filiação ao sindicato foi posterior à ao Partido.

Renato: Você filiou quando ao Partido?

Viégas: Na legalidade, em 46. Não, foi em 44 ou 45. Não sei ao certo. Foi antes do sindicato. Eu sei que eu sou filiado no sindicato a partir de julho, 14 de julho (não posso esquecer por que é Bastilha, por acaso) de 1945. E era presidente do sindicato o Antônio Luciano Bacelar Couto, e secretário o Olympio Fernandes Mello. Ainda tenho a carteirinha assinada pelos dois. E o Diniz me levou para o Partido, mas antes, quando eu fui convidado, eu disse a ele que ia pensar, e fui conversar com o meu pai: o que ele achava? E o interessante foi a resposta do meu pai: “Não acho nada. Você é que tem que achar. Essas coisas, a própria pessoa é que tem que decidir. Você pensa, você veja, se é o que você acha que está certo, você faça, se não acha, não faça.” Eu achei interessante isso, por que ele nunca fez pressão pra gente seguir o exemplo. Aí, eu achei que devia entrar. E, naquele arroubo de legalidade do Partido, eu ia trabalhar com a foicezinha e o martelo na lapela, bonitinho, de prata. E aí, talvez o Diniz, ou um outro qualquer, me disse: “porque você não vai para o sindicato? Por que não entra também para o sindicato?” E aí eu já tinha conhecido o verdadeiro Olympio; já tinha visto uma figura muito interessante dos bancários, Vespasiano Lyrio da Luz, que era de banco particular: um negão alto, com uma voz de trovão, um orador espetacular! E esse rapaz era irmão de um ex-colega, contemporâneo do Pedro II – internato, que era muito amigo meu, Estevão, e eu não sabia que eram irmãos, que tinha sido presidente do Grêmio Literário Mello e Souza, do Colégio Pedro II. E eu era membro do Grêmio Literário, tinha entrado e tal. Então, foram essas coincidências. E eu entrei para o sindicato e comecei a freqüentar. E eu me lembro que, numa das grandes assembléias na qual eu participei, eu não falava, não tinha como falar: eu era um iniciante, eu ia mesmo ver, ouvir. Foi sobre a Constituinte: convocação ou não da Constituinte. Uma briga feia entre os comunistas mais trabalhistas que apoiavam a Constituinte, contra a “esquerda democrática”, bafejada pelo Carlos Lacerda e por outros que vieram a organizar o Partido Socialista. A “esquerda democrática” era a turma radicalmente antigetulista, e que não queria a Constituinte, pois achava que ela era um golpe de Getúlio para se perpetuar no poder. E os trabalhistas, ao contrário, queriam a Constituinte com Getúlio, criaram até o termo “queremista”, porque “queremos Getúlio”.

Fita I, lado B.

Viégas: Então, os trabalhistas defendiam a Constituinte e viam, de fato, a possibilidade de continuar o Getúlio. Agora, a posição dos comunistas e aliados era no sentido de uma Constituinte que tivesse plenos poderes, até que não se elegeesse nenhum poder executivo, para que a própria Constituinte, ela elegeesse, como um dos primeiros atos, um poder executivo vinculado à Constituinte. Essa era a idéia, não foi o que se deu, mas a idéia inicial era essa.

Renato: Você chamou os “socialistas democráticos” de direita ou era uma discussão no campo da esquerda? Trabalhistas, comunistas e “socialistas democráticos”?

Viégas: É, mas eu não sei até que ponto “esquerda”, porque era um negócio meio esquisito. Com essa passionalidade antigetulista, o cara acabava defendendo consignas, como acabou o Partido fazendo uma autocrítica, em determinada fase quando o Getúlio morreu, achando que tinha defendido até o capital estrangeiro, na época, por posições antigetulistas.

Renato: Mas e essa direita dos ruralistas, industriais, etc?

Viégas: A direita era mais clerical. A direita, na época, era caracterizada mais pela LEC – Liga Eleitoral Católica. Pelo menos no âmbito bancário, ela se caracterizava por esses membros: eram católicos radicais ortodoxos, que tinham o anticomunismo como bandeira. Então, no sindicato havia três correntes: essa, dos conservadores clericais, que às vezes chegavam a ponto de se transformarem em patronais, pois a aversão aos comunistas era tão grande que eles, para serem contra os comunistas, acabavam tomando posições patronais. Não que eles fossem patronais, mas acabavam apoiando. Os patrões se aproveitavam disso. Os getulistas e os comunistas, que não era especificamente os comunistas, mas uma militância mais de esquerda, que envolvia alguns socialistas.

Renato: Comunistas e aliados?

Viégas: É, comunistas e aliados. E, como o partido não estava ainda na legalidade nesse processo, não se definia muito. Só quando veio a legalidade, aí ficou bem caracterizado que era o Partido.

Renato: Mas a política era a do Partido?

Viégas: A política era uma política de frente, já retornando até um pouco àquela noção aliancista, já com uma divisão desse pessoal da “esquerda democrática”, alguns tinham sido aliancistas, alguns até comunistas, como o próprio Carlos Lacerda, né? E essa “esquerda democrática” acabou se transformando: uns foram para o Partido Socialista e outros foram criar a UDN.

Renato: E essa questão que você estava falando, da Constituinte, ela refletiu dentro do sindicato?

Viégas: Sim, a questão da Constituinte de 45 refletia dentro do sindicato.

Renato: Você falou dos trabalhistas, dos socialista-democráticos e dos comunistas. E essa direita clerical da LEC?

Viégas: Ela era contra a Constituinte, contra ter Constituinte, contra Getúlio, era um negócio assim. Por que queriam, em última análise, e foi o que acabou acontecendo, eles queriam preservar os poderes da Constituição de 37, outorgada, num novo executivo que administrasse o país durante o período da Constituinte. A tese dos comunistas era: todo poder à Constituinte para revogar imediatamente a Constituição de 37, e a Constituinte começar a ir elaborando leis, paralelamente à Constituinte, de forma a poder administrar com um executivo saído da própria Constituinte. Essa era a tese inicial.

Renato: Esse era o ano?

Viégas: Era 1944. Por que a Constituinte foi em 45, e 46 já é a proclamação da constituição. Getúlio convocou a Constituinte, por que o pleito... Toda essa luta era para convocar a Constituinte. Se não me falha a memória, foi em 43 que ele convocou a Constituinte, aliás, foi em 44. E a Constituinte se reuniu, houve a eleição. Não, a Constituinte se reuniu a partir de 46. É, foi em 45 que Getúlio convocou. Houve eleições simultâneas, e aí que não era o plano, houve eleições

simultâneas para Constituinte, um Congresso Constituinte, que, depois de encerrada a Constituinte, continuaria como Câmara e Senado. Então, foram eleitos senadores e deputados: foi quando o Prestes foi eleito senador e o Partido Comunista teve uma bancada com 14 membros, dentre eles José Maria Crispim, Jorge Amado, Osvaldo Pacheco⁹ (foram dois estivadores de Santos e o Osvaldo era um deles) e vários outros. E esse projeto teve o apoio dos trabalhistas, mas eles queriam a Constituinte com Getúlio, quer dizer: permaneceria o Getúlio como executivo e a Constituinte funcionando. Só que houve o golpe de 45 e o Getúlio foi destituído, entrou o José Linhares que era presidente do STF, e depois houve a eleição e o general Eurico Gaspar Dutra foi eleito. E era o candidato do Getúlio, por que o Cristiano Machado foi (até o termo) “cristianizado”, aquilo foi um balão-de-ensaio, mas o Dutra era o candidato do Getúlio. E o Dutra fez um governo horroroso, policial, violento! Deu um retrocesso tremendo, acabou cassando o registro do Partido, e tudo mais. Mas, esses foram os meus primeiros embates, no sindicato eu participei dessa assembléia, assistia as assembléias, esses embates e tudo mais, apoiando o problema da Constituinte.

Renato: Mas você nunca se candidatou em chapa nenhuma no sindicato, nestes anos todos?

Viégas: Não, nesse período não, só mais tarde. Mais tarde sim: eu fui candidato ao conselho fiscal, mas derrotado.

Renato: Em que ano?

Viégas: Isso foi já na década de 50 (dezembro de 1950). Após uma intervenção no sindicato: havia um processo desde 1946, quando foi destituída a diretoria do Couto e Olympio, e foi colocada uma intervenção no sindicato. Essa intervenção durou até janeiro de 1951.

⁹Os demais membros da bancada comunista eram: Gregório Bezerra, Alcedo Coutinho, Alcides Sabença, Agostinho Dias, Carlos Marighella, Gaudino Santos, Joaquim Batista Neto, João Amazonas, Mauricio Grabois, Milton Caires e Abílio Fernandes.

Renato: Desculpe, mas você pegou os integralistas no sindicato ou quando você chegou lá isso já havia passado?

Viégas: Não, já tinha passado. O integralismo foi na década de 30: anos 37, 38. Porque eles nunca tiveram prevalência nos bancários. Havia, às vezes, uma combinação de chapa mista, para evitar (dos comunistas e integralistas, fazendo uma espécie de revezamento, uma política de contemporização), para evitar que o sindicato ficasse sob intervenção do governo. Então, houve um tempo em que, todo ano havia mudança de presidente: era da corrente, e tal. Isso eu não conheço detalhe, assim, mas soube por me contarem.

Renato: Depois que você começou a militar no sindicato, que foi a partir de 46?

Viégas: É, 46, 45. Eu comecei a freqüentar o sindicato em final de 43, princípio de 44. Mas apenas freqüentava: ia lá, às vezes, ficava bordejando por lá. Tanto que dei pala ao Diniz para vir me procurar.

Renato: Aquela história do avião, que é de 42, você ainda não estava lá?

Viégas: Não, não me lembro. Não tomei conhecimento, nem nunca ouvi falar. Mas é fato: tava lá¹⁰ o Roberto Teixeira de Gouveia, deve ter sido na diretoria dele, porque, antes da diretoria do Couto, de 46, era presidente do sindicato (foi quando eu comecei a freqüentar) o Roberto Teixeira de Gouveia. Então, foi quando se deu esse negócio: foi em plena guerra.

Renato: Mas você dizia que foi candidato derrotado?

Viégas: Mas isso foi muito depois. A primeira função - eu comecei a participar ativamente do sindicato, já na campanha que desembocou na greve de 46: Eu, muito decidido, assim, interessado, comecei a ser uma espécie de estafeta. O pessoal dizia: "vai lá, leva esse recado ali; fala com o fulano". Um estafeta de

¹⁰ "tava lá o Roberto Teixeira de Gouveia" – Referência às fotos que encontramos no sindicato, datadas de 1942, de um avião numa espécie de solenidade com várias pessoas, nas quais Viégas, a meu pedido, identificou Roberto Teixeira de Gouveia, entre outros dirigentes históricos do sindicato.

confiança. Então, a direção, às vezes, estava reunida, e eu ficava lá, ouvindo, e diziam: “Viégas, vai lá, não-sei-que-e-tal”. Aí eu ia, fazia as ligações. Só pau mandado.

Renato: Duas coisas: até esse momento, na sua formação, você leu alguma coisa sobre marxismo? Sobre qual era a filosofia do Partido?

Viégas: Não. Engraçado: hoje eu sou um cara que não passo sem ler. Mas, quando jovem, eu tinha uma preguiça muito grande para ler. Era muito difícil eu pegar num livro. Eu li muito foi livros de Monteiro Lobato, na minha infância e princípio de juventude. Li quase toda a obra de Monteiro Lobato; li romances de aventura: Tarzã, Sherlock Holmes, Charlie Chang etc.

Renato: Robson Cruzoe, Charles Dickens?

Viégas: É, essas coisas assim. Isso. E muito também os Irmãos Grimm. Essas coisas eu lia e me interessava, mas coisas mais sérias não. Meu pai, uma vez, me deu de presente um livro: Diderot. E eu não consegui passar da página quinta: aquilo era muito enrolado para mim, muito pesado e eu acho que tinha dificuldade de leitura. Por algum defeito de formação, qualquer coisa, eu tinha dificuldade. Então, se era pra ler em voz alta, eu era um desacerto. Inclusive, eu era de uma timidez impressionante na infância, e tinha uma raiva tremenda de ser tímido. Comecei a me expor no Pedro II: eu mesmo criava problemas no internato para me expor. Para vencer a timidez.

Renato: Porque você participou, como você disse, do Grêmio Literário Melo e Souza. O que vocês faziam no grêmio?

Viégas: É, foi uma aventura. Para entrar para o Grêmio Literário, tinha que produzir uma peça: ou um romance, ou um conto, ou uma poesia. E eu fiz uma poesia. Lógico que foi sobre mãe, não é? Garoto, 12 anos, eu fiz minha poesia, e tenho até hoje guardada a poesia que eu fiz: “mãe – nome doce e sagrado/ que todos devem amar/ primeiro nome que disse/ quando aprendi a falar”. Um negócio assim.

Renato: E você a recitou?

Viégas: É, tive que recitar diante de todo o colégio, no salão nobre do colégio. Então, eu me lembro que o salão 'dançava' na minha vista, e eu não sei de que forma que eu consegui ler aquela poesia.

Renato: Era naquele Pedro II do centro?

Viégas: Era no internato, lá de São Cristóvão. No velho casarão, que não existe mais: pegou fogo. E aí eu comecei a criar problemas para ter que enfrentar. Então, já em 1939, eu já estava meio sem vergonha. Já era capaz de enfrentar.

Renato: Mas você falava mais do que lia?

Viégas: Ah, sim, sim: tranquilo.

Renato: Você é conhecido como um bom orador. Como um dos maiores oradores que a gente tem conhecimento. Eu já vi e sou testemunha disso. A leitura e essa facilidade como orador vieram depois, ou nesse tempo que você "desencantou"?

Viégas: Eu nunca me lembro de ter feito discurso por escrito, a não ser quando eu tive uma homenagem na Federação, que deram o meu nome ao auditório da Federação – você era diretor nessa época – e aquilo mexeu muito comigo. Então, eu fiquei com medo de não conseguir falar, emocionado, qualquer coisa, e redigi. E estava tão perturbado, que eu redigi – por sorte minha, eu tinha redigido com espaço três, bem espaçado assim, com letras grandes - e foi a minha sorte, porque eu estava tão perturbado, que esqueci os óculos no carro que eu deixei estacionado. A minha filha chegou a se oferecer para ler, e eu achei que não devia: eu mesmo tinha que ler. E, aos "trancos-e-barrancos", eu li. Mas eu nunca fiz um discurso lido. Era um desastre: se eu levasse um discurso para ler, eu acho que todo mundo dormia.

Renato: Então você começa a falar em público lá, depois de 39?

Viégas: Ah, muito depois. Eu comecei a desenrolar em 1946, na greve.

Renato: E a leitura? A leitura de documentos e outras coisas?

Viégas: Eu comecei a me impor a leitura. Comecei, primeiro, a me obrigar a ler um jornal por dia. E eu lia muito lentamente. Depois, eu me impunha a leitura de um livro. E, até hoje em dia (agora mais). Eu tenho lido até menos: até uma coleção, por exemplo, que foi da Globo “Os Imortais da Literatura Universal”, eu fiz questão de ler seguindo a numeração de cada livro, para não deixar de ler nenhum. E acabei lendo “Decameron”, que é uma coisa torturosa: no final é difícil de você ler. É, foi dureza, porque eram dez pessoas, cada uma contando dez histórias: você vê! Bota história nisso! Ainda por cima, com os entremeios do Bocaccio. Era um negócio duro, mas eu me impus. E eu já li bastante coisa: li, praticamente, a obra toda de José de Alencar, que tinha uma coleção também. Eu pego uma coleção e devoro.

Renato: E isso você acha que mexeu com a coisa de falar também?

Viégas: Não. De falar, não. De escrever, sim.

Renato: Você já falava, já tinha facilidade de falar?

Viégas: Tem uma coisa que mexeu com o falar, que foi o seguinte: eu não acredito em ninguém que fale sobre assunto que não conhece. Então, o que me fez ter desenvoltura de falar, foi procurar conhecer bem a matéria da qual eu ia falar. Disso eu sentia necessidade: a segurança. E além disso, deve ser um dote, uma coisa qualquer, um dom.

Renato: E o Partido cobrava?

Viégas: A mim, nunca cobrou.

Renato: Cobrava, por exemplo, Você falou assim: “eu escutava reuniões da direção”, mas você participava de uma base?

Viégas: É, participava de uma base.

Renato: E o que vocês discutiam nas reuniões de base?

Viégas: Olha, nós discutíamos muitas coisas, mas o Partido teve um período muito praticista.

Renato: E isso em que fase: 50, 40?

Viégas: A legalidade do partido era muito eleitoreira e praticista. Então, era negócio de “quantas bandeirolas, quantas pichações, quantos cartazes vamos colar”. Então, a discussão política era “*en passant*”, entendeu? Um negócio meio engraçado. Agora, de vez em quando tinha palestras, ativos. Mas aí era mais passivo: gente ia lá mais para ouvir do que para falar.

Renato: E, depois dessa fase da década de 40, na década de 50, que o partido entra de novo na ilegalidade, ele manteve ainda esse praticismo?

Viégas: Aí, como tinha a ilegalidade, a gente já discutia mais situações, o cenário internacional, o cenário político. Havia, inclusive, a prática de realização de ativos, conferências, onde a gente ficava em um sítio, por um, dois dias, dormindo e discutindo. Então, já havia mais debate.

Renato: Mais debates teóricos?

Viégas: É, tinha debate teórico. Embora as coisas não fossem muito aprofundadas: chegava aquela receita, e a gente não tinha capacidade para discordar. E as informações que a gente tinha, eram aquelas oficiais. E o acesso: hoje em dia, você tem uma gama de veículos, Internet, de várias coisas. E você, antigamente, era mais restrito. Então, você tinha os jornais: jornal estrangeiro era muito difícil você ter, e quem sabia idioma estrangeiro é quem lia.

Renato: Você dominava algum outro idioma?

Viégas: Não: eu sou analfabeto em português, de forma que não domino nenhuma outra língua. A única coisa que eu leio e entendo bem é o espanhol, até porque fui, numa determinada fase da vida, obrigado a ter como idioma o espanhol, então, fazia o meu “portunholzinho” e lia. Nunca deixei de ler o espanhol, esbarro num ou noutro termo. Francês e inglês eu aprendi no ginásio, mas nunca consegui dominar: tenho noções, às vezes ouço uma frase, leio um período, e algumas coisas tiro por dedução, não tenho conhecimento. Agora, o resto foi na prática mesmo, foi no duro de ter que debater, ter que convencer. Você ter que falar para assembléias de 2 mil, 3 mil, cinco mil pessoas, se você não der a entonação necessária, se você não é muito objetivo nas suas colocações, você não convence ninguém.

Renato: E teve alguma preparação para isso, do tipo curso de oratória?

Viégas: Nunca. Foi tudo experimental, foi tudo na prática mesmo. E, eu tenho a impressão que a grande escola que eu tive se chamou Internato do Colégio Pedro II. Porque ali eu perdi a vergonha, pois eu era um tímido.

Renato: E você ficou lá por?

Viégas: Cinco anos: de 35 a 39, inclusive. Depois eu tive mais dois anos no Pedro II externato. E acabei sendo orador de turma. E foi por escrito, porque, naquele tempo, em 41, ainda a era ditadura, o discurso do orador da turma tinha que ser submetido ao diretor do colégio. Então eu tive que escrever. E ganhei: foi um concurso para saber quem seria o orador. Então, eu era da engenharia, tinha a turma de direito e a de medicina. E apareceu um candidato na turma de direito e outro na de medicina. E nós estávamos assistindo, com a turma de engenharia, o concurso de oratória com os professores, para dizer quem era o melhor orador. Quando terminaram os dois oradores, eles perguntaram: “não tem ninguém na engenharia?” Aí a turma: “tem que ter um: - vai Viégas! Vai Viégas!” E eu era despachado, aí, eu cheguei lá e disse: “olha, eu nem sabia que ia haver concurso de oratória, mas faz-de-conta que nós estamos na solenidade, então eu vou fazer aqui um discurso como faria na solenidade”. E: pá-pá-pá...Fiz aquele negócio, e aí a turma bateu palmas. E o veredicto dos professores foi o seguinte: “todos os três são muito ruins. Mas, dos três, o menos pior é o da engenharia”. E eu, aí, fui orador, e tive que me convencer

que era orador. E isso me deu um trabalho danado, porque eu tive que escrever o discurso, e com cuidado, porque naquela época era uma época dura ainda da ditadura. Você não podia nem falar contra o nazifacismo! Era 1941: você não podia falar em ideais de liberdade, de democracia.

Renato: Mas você, nesta época, ao fazer o discurso, se recorda de que quis fazer isso?

Viégas: Eu entrei na brincadeira.

Renato: Não, se você quis falar contra o nazifacismo? Você lembra disso?

Viégas: Quis. Lembro, porque, inclusive, meu pai estava clandestino, mas lá em casa. Ele estava lá em casa, porque, normalmente, ele não ia para essa casa onde a gente morava. Era uma casa alugada em nome da minha avó. Então, eu mostrei a ele o esboço do discurso, e tinha umas coisas assim que eu desejava dizer. Então, foi difícil porque eu tive que arranjar metáforas. E isso foi difícil, porque, em 41, eu estava com 18 anos, por aí. Então, um jovem de 18 anos ter que dizer coisas por metáforas é complicado. Agora, eu tive muitos desafios também na minha vida.

Renato: Você estava no científico? Chamava científico?

Viégas: É, só que tinha o clássico e o científico. Eu fiz o científico, que era de engenharia. E, o mais interessante é que, uma das coisas da minha vida: eu sempre fui muito questionado, primeiro, porque sempre fui ateu. Então, até como menino de colégio, às vezes professoras diziam: “mas você não acredita em Deus? Nenhum Deus?” E eu: “Não”. Elas não entendiam como é que eu não aceitava, não pensava em Deus. Então isso foi, de certa forma, eu tenho para mim, que isso foi um exercício a que me forçaram a me explicar. E para mim era muito desagradável isso, mas, no fim, eu já fazia com tranquilidade, sabe? E eu me lembro que, no Pedro II, eu estava estudando à noite, e tinha um professor de sociologia, ou psicologia (que foi até aquele Boaventura Cunha, um que foi padrinho daquela índia Diacuí, que casou com um sertanista): esse cara era engraçadíssimo, porque ele era meio místico, espiritualista, e, quando descobriu um rapaz de 17/18 anos, convicto da

inexistência da alma (a gente quando tem 17/18 anos tem convicções, não tem dúvidas). E eu era convicto do meu ateísmo.

Fita II, lado A. (continuação da entrevista, mesmo dia e local)

Viégas: Como eu estava dizendo: esse professor me espicçou muito. Engraçado, na minha vida toda, por causa desse ateísmo e, depois, mais tarde, por causa das minhas posições políticas, eu era freqüentemente questionado. Talvez isso aí tenha sido um bom exercício para desenvolver a capacidade de explicar. Então, hoje, por exemplo, eu noto, nas coisas que eu escrevo, nas coisas que eu falo e tudo mais, uma preocupação até meio didática.

Renato: Qual era o nome dele mesmo?

Viégas: Boaventura Cunha. Era uma figura interessante: Amazonense, e era uma figura interessante. Me obrigou, com 17 anos, a discutir com ele que era um sociólogo, ou um psicólogo. Bom, mas ele me fez bem.

Renato: Você me disse, ainda há pouco, que morava na Tijuca e estudava em São Cristóvão, é isso?

Viégas: Eu, quando entrei para o Pedro II, morava no Leme, na, hoje, rua Princesa Isabel. Até novembro de 35, quando a minha casa teve que ser fechada: com a revolução de 35, meu pai teve que sair, se homiziar, e a casa foi fechada, e nós ficamos na casa de parentes.

Renato: Sempre no Rio?

Viégas: Sempre no Rio. Até princípios de 36, quando alugamos, então, na rua Maria Amália, uma casa na Tijuca, ali perto da rua José Higino (perto da velha Hanseática, da cerveja Cascatinha), e a casa era em nome de minha avó. E nessa época, justamente, em 35 eu tinha feito o primeiro ano, internato, eu passei os outros quatro anos indo só nas férias e nos finais de semana para casa. O restante passava no colégio. E saí de lá para casar, em 46. Então, passei dez anos morando lá na Tijuca.

Renato: E em 46 você veio para cá?

Viégas: Não. Em 46, quando eu casei, fui morar em Laranjeiras. Consegui um apartamento no segundo andar, sub-solo, e fiquei lá até 54. Saí, outra vez, para a Praça Verdun.

Renato: Perto de onde eu moro.

Viégas: É, eu morava na rua Nossa Senhora de Lourdes: foi o primeiro apartamento próprio que eu comprei, na rua Nossa Senhora de Lourdes, que desemboca ali na Barão do Bom Retiro, já na altura da delegacia de polícia.

Renato: Teve uma delegacia e, atrás, tinha um supermercado Peg-pag, não é isso? Mas essa delegacia acabou.

Viégas: É. Ali já é Barão do Bom Retiro, não é?

Renato: É. Teve um cinema lá.

Viégas: Barão do Bom Retiro, Praça Verdun, o Largo do Grajaú.

Renato: E ela vai até a linha férrea.

Viégas: Vai até o Engenho Novo. Eu fazia muito isso. Agora, quando eu estava na Tijuca, eu andava muito pro Engenho Novo, porque eu fiz o serviço militar em Campinho, numa unidade do exército: era tiro-de-guerra.

Renato: Você fez o CPOR?

Viégas: Primeiro eu fiz o serviço militar, em 40: fardado mesmo de soldado, a diferença era um friso branco que tinha na gola verde-oliva. O apelido era “coleiro-de-gola”: como tinha o “caçador-de-rolinha”, que era o tiro-de-guerra cáqui, o nosso era “coleiro-de-gola”. E, nessa época, em 40, eu fazia o serviço militar de tarde e estudava, de noite, no Pedro II da rua Larga, já no complementar. E muitas vezes eu

descei fardado de soldado: uma farda que tinha sido de um sujeito barrigudo e baixinho, e ficava uma coisa horrorosa em mim. Fiz serviço militar, depois é que eu fui fazer o CPOR, porque eu queria ir para a guerra. Pedi para ir para a guerra!

Renato: Isso era em que ano?

Viégas: Em 43, que eu entrei para o Banco do Brasil fardado de CPOR. Em 43 e 44 eu fiz o CPOR: eram dois anos de CPOR e, quando eu concluí, fiz um documento pedindo para seguir para o “front”.

Renato: Mas aí a guerra já havia acabado?

Viégas: Mas em 44 ainda não: estava terminando.

Renato: Acabou em 45 e você fez o CPOR em 43 e 44. Aí, fez um requerimento para engajar?

Viégas: Fiz (o documento) e entreguei na solenidade de declaração de oficial: eu e mais uns ‘loucos’ como eu.

Renato: Mas não chegou a ser convocado? Você incorporou alguma vez, ficou no quartel?

Viégas: Não, porque eu fiz o serviço militar num quartel, mas era do tiro-de-guerra: não dormia.

Renato: Esse serviço militar de Campinho era tiro-de-guerra?

Viégas: Era, era um tipo de reservista chamado “Unidade-quadros”, na nomenclatura do exército. Era reservista: a gente jurava à bandeira quando terminava e recebia o certificado de reservista. Eu fui para o CPOR e, quando saí do CPOR, como a minha classificação foi nos primeiros lugares (era uma turma muito grande, então eu fiquei em trigésimo lugar, qualquer coisa assim), mas foi um contingente que ainda foi chamado para fazer estágio, tanto que eu fiz estágio como aspirante na Vila Militar:

eu era de artilharia e, na Vila Militar, fiz estágio como aspirante e fui promovido a segundo-tenente.

Renato: Quando você desengajou estava como segundo-tenente?

Viégas: É. Mas eu não fui considerado pracinha porque estava na Vila Militar, mas quem estava em Deodoro, no anti-aéreo, foi considerado. Quem estava aqui em Copacabana, no forte, também foi. Mas eu não fui considerado ex-combatente por causa disto.

Renato: Nesta época do exército (bom, você entrou para o Partido depois), mas você não teve contato com nada de política quando estava fazendo o CPOR, por exemplo?

Viégas: Não, mas o engraçado é o seguinte: quando eu estava fazendo o CPOR, meu pai estava preso na Ilha Grande.

Renato: E eles sabiam?

Viégas: Olha: se sabiam nunca me falaram nada. Mas eu não ia fardado lá. Mas eu conhecia aquela turma toda que tinha lutado na Espanha, inclusive o Marighella¹¹. Eu ia visitar o meu pai e conheci essa turma.

Renato: Tinha acesso?

Viégas: Tinha: era uma época de uma relativa liberdade na Ilha Grande, e os presos políticos tinham direito a receber a família, tinham construído até uma casa lá para hospedar as visitas das famílias dos presos.

Renato: Isso foi em 43?

Viégas: É, 43/44, por aí. Eu estava ainda no CPOR e conheci essa turma toda lá. E tinha um coronel, que tinha sido comandante de artilharia na Espanha: era o major

Costa Leite, tinha sido coronel na Revolução Espanhola, no Exército Republicano, na Brigada Internacional, e ele tinha sido um dos últimos a evacuar a Espanha, garantindo a saída dos demais combatentes para a França. Ele era major no Brasil, mas lá na Espanha ele foi coronel. Era militar mesmo.

Renato: E estava preso com seu pai?

Viégas: É, porque ele tinha sido destituído do exército em 35. Então, ele e mais outros militares que eu conheci lá: o Agildo Barata¹² estava lá nesta época também.

Renato: Ele era tio do Barata (Ronald dos Santos Barata)?

Viégas: Ele era pai do Agildo Ribeiro (ator), mas acho que não tem parentesco com o Ronald Barata. Eu conheci o pai do Ronald Barata.

Renato: O apelido dele era “Português”?

Viégas: Ele não era português, mas, se tinha esse apelido, era porque ele trabalhava no Banco Português do Brasil. Ele era uma grande figura.

Renato: Diziam que intelectualmente também, que ele um cara com formação sofisticada.

Viégas: Também. Foi um dos meus mestres no sindicalismo: um cara muito paciente.

Renato: Qual era o nome dele mesmo?

Viégas: Blagden Barata. Ele tinha um outro nome...

Renato: É, eu tenho: nós fizemos um texto de homenagem à ele, lembra?

¹¹ Carlos Marighella – Deputado Federal eleito pelo PCB em 1946.

¹² Agildo Barata Ribeiro – Capitão do exército, liderou, em 1935, o levante do 3º Regimento de Infantaria.

Viégas: Lembro. Esse era uma grande figura: não era orador, mas organizador e tinha muita paciência com os quadros novos. Eu vi com a paciência com que ele me explicava as coisas, me ensinava, quase paternal. Eu gostava muito dele.

Renato: E (voltando) foi nessa situação de visitar seu pai que você conheceu aquelas figuras?

Viégas: Conheci essas figuras. E o mais engraçado é que com esse major, a gente cantava o hino da artilharia, que eu já tinha aprendido aqui, e ele dizia até que o hino da artilharia brasileira tinha sido copiado de uma música marcial alemã. E ele cantava comigo, lá: dizia “nós somos companheiros de armas”, aquelas brincadeiras.

Renato: E ele era do Partido?

Viégas: Não sei.

Renato: Porque lá estava todo mundo misturado, não é?

Viégas: É. Ele estava junto dos aliancistas. Mas ele era um cara que tinha feito a Revolução da Espanha. Inclusive eu conheci essa figura do “maqui”, o que morreu agora com noventa e tantos anos¹³.

Renato: Sei, fundador do PT,

Viégas: É, fundador do PT, uma figura deliciosa, esse eu conheci lá também. Uma figura notável.

Renato: Eu pensei que você estava falando daquele que perdeu a mão, que lutou na guerra e foi do Comitê Central do Partido.

Viégas: Não, esse foi o último Secretário Geral, mas esse foi convocado e foi para a guerra, fez a Campanha da Itália. Foi condecorado como herói de guerra.

¹³O nome que não lembramos era o de Apolônio de Carvalho.

Renato: Ele não lutou na Espanha?

Viégas: Não, eu acho que não. Salomão Malina?

Renato: É.

Viégas: Não, ele era muito novo. A Espanha foi em 33. Em 33 eu tinha dez anos e o Malina não era dez anos mais velho do que eu.

Renato: Não era?

Viégas: Eu acho que não. Eu estou com 83 e o Malina morreu noutro dia, não é? Eu acho que ele não fez 90 anos. Agora, ele perdeu a mão em tarefa do Partido: ele tinha que dar instrução sobre armamento e tiraram o gancho de uma granada e, para evitar que explodisse, ele levantou, qualquer coisa assim.

Renato: Eu já ouvi uma versão diferente: que ele estaria numa reunião, havia lá armamentos, alguém tirou o pino de uma granada e ele correu com ela para fora e a granada explodiu na mão dele.

Viégas: É: ele sacrificou a mão para salvar os companheiros. Essa minha versão do fato, creio que li no livro do próprio Malina: "O último secretário geral". Não pude verificar porque doeie o livro à biblioteca da AAFBB. Era outra figura. E mão direita, hem? O Salomão já tem uma luta focada mais no problema dos judeus, porque ele era judeu. Aliás, o Odilon Niskier lançou um livro que resultou num trabalho que mostra a colonização judaica. Se quiser, lhe empresto.

Renato: Foi lançado no ASA? Eu tenho uma amiga que me convidou, mas eu não pude ir no dia.

Viégas: Eu também não fui: tive uma crise de coluna.

Renato: Tensão?

Viégas: Pode ser: eu tive uns problemas na associação com um presidente que nos traiu. Mas vamos lá.

Renato: Quando chegou no meio da década de 50, início da década de 60, você sistematicamente ocupou posições no movimento sindical, não é?

Viégas: Sim, mas sem ser por eleição. Porque, não sei precisar, eu tenho até isso anotado (no final de 1950): havia uma intervenção que se eternizava (desde 1946) e o Lauro Jurandir de Castro Leão, que foi uma figura também, ele aceitou ser interventor, aceitou participar como secretário geral numa junta de intervenção, numa junta governativa, com o Ayres Alves de Barros, que tinha sido um ex-presidente do Sindicato, e mais um outro como tesoureiro¹⁴, e ele aceitou com uma condição: a de que haveria uma eleição livre. Então, ele aceitou isso e, de fato, impôs ao Ministério. A princípio nós nem entendemos essa atuação dele e, mais tarde, é que viemos entender que foi positiva, porque ele conseguiu o compromisso e realizou as eleições. Só que, na época, exigia-se atestado de ideologia para participar de eleição sindical. E a minha chapa era bastante cor-de-rosa para não pedir atestado de ideologia. Até por questão de princípios. Eu era, nesta chapa, candidato ao Conselho Fiscal, e a chapa era encabeçada pelo Francisco Trajano de Oliveira.

Renato: Em que ano era?

Viégas: Não sei precisar, mas era em 53, 54, por aí assim. Eu tenho anotado num cartãozinho. A eleição foi, exatamente, em dezembro de 1950. Mas nessa eleição concorreram três chapas, e, lógico que a nossa chapa...

Renato: Essa era a encabeçada pelo Huberto? A dele foi em 54.

Viégas: Não, o Huberto foi muito depois. Se o Huberto foi em 54, o mandato era de dois anos, 52, 50. A primeira foi em 50, portanto. Deve ter sido em 50. E foi eleito um cara...

Renato: Esse Lauro Jurandir Leão era o Leão que eu conheci no Departamento dos Aposentados?

Viégas: Era, o Leão tinha uma consciência de trabalhador: ele foi integralista, porque ele era sargento do exército, foi excluído do exército, tanto que depois ele foi anistiado e recebia proventos de capitão ou tenente do exército, porque ele tinha sido excluído como integralista. E depois, na legalidade do Partido em 45, ele entrou para o Partido. Porque ele era um nacionalista. Agora, quando o Partido passou para a ilegalidade, ele se retirou, porque na ilegalidade ele não participava. E ele era interessantíssimo, porque ele foi fidelíssimo aos bancários, aos trabalhadores de uma forma geral, e aos bancários em especial. Foi eleito delegado do IAPB no Rio de Janeiro, no Distrito Federal, naquele tempo. E, então, naquela eleição eu fui candidato, e tiramos o segundo lugar. Eram as três chapas com as três tendências: a clerical, que foi a que ganhou; a nossa e, depois, a outra, que era dos trabalhistas. Depois, numa segunda eleição, nós chegamos a fazer uma aliança com os trabalhistas, mas, ainda assim, perdemos também essa segunda eleição. Por que? Porque insistimos (nós éramos sectários, ainda estávamos sob o espírito do Manifesto de Agosto, aquele negócio todo) em botar o pessoal 'puro-sangue'.

Renato: E você se lembra o ano do Manifesto?

Viégas: O Manifesto de Agosto é de 48, logo depois da cassação do Partido. E, na segunda eleição, ainda nos apresentamos com Francisco Trajano de Oliveira na cabeça, e vários outros. Dessa eu não participei. De todos, o mais tênuezinho era cor-de-rosa: tudo figurinha carimbada. No terceiro, aí nós aprendemos e tivemos uma autocrítica muito grande

Renato: Nesta segunda foi comunistas mais PTB?

Viégas: É, parece que houve uma unidade com os trabalhistas.

Renato: E a chapa que ganhou foi a clerical?

¹⁴ O nome do tesoureiro da junta governativa era Mario Gomes. O ano, 1950.

Viégas: Foi a clerical. Não havia ainda PTB, porque ainda era ditadura, os partidos ainda não estavam formados.

Renato: Getulistas?

Viégas: É. Trabalhistas getulistas. Agora, nesse período, aconteceu uma coisa muito interessante: é que, por orientação do Manifesto de Agosto, dizia que tinha que acabar com o peleguismo (aquela mesma besteira que agora fizeram com CNB e outras coisas mais), largar o sindicato e ir fazer uma organização independente, paralela. E nós fizemos a organização com o que havia de liderança no meio bancário: todos os grandes líderes bancários fomos fazer. Nos reuníamos numa sede do jornal “O Radical”, daquele jornalista George Galvão, ali na Avenida Rio Branco, perto ali do Banerjão, onde tem aquele triângulo com aquela ruazinha, antigamente se chamava Travessa Chile, hoje eu não sei. Como é o nome daquela ruazinha onde tinha o Banerjão?

Renato: Rua da Ajuda.

Viégas: Onde tinha o “Cineac-Trianon”: pois aquele “ferro-de-passar” ali, na “ponta do ferro”, no segundo andar, tinha a sede do Jornal “O Radical”, que era do George Galvão, que foi deputado trabalhista. Ele colocou à nossa disposição, para a gente organizar o Centro Democrático dos Bancários, parece-me. Não sei bem se o nome era esse. Eu sei que todas as grandes lideranças estavam nesse Centro Democrático dos Bancários, e nós não conseguimos sensibilizar. Sensibilizávamos nas assembléias do sindicato, onde todos votavam conosco, porque a nossa proposta era justa. Mas ir para organização paralela, não conseguimos. Até fazermos autocrítica, foram quatro anos que passamos tentando incrementar essa associação e ela “não colou”.

Renato: Quatro anos, de quando a quando?

Viégas: De 50 a 54, por aí.

Renato: Então quando vocês concorreram já estavam fazendo isso? Porque você disse que participaram de uma chapa em 50 e depois em 52.

Viégas: É. Nesta de 52, acabou ficando como presidente o Agostinho de Carvalho Perriraz. Ele era funcionário do Banco do Brasil, individualmente uma pessoa decente, mas era um “pau-mandado”. Ele era mais professor de oratória e coisas assim do que dirigente sindical. E era um “pau-mandado”: ouvia muito o que o Ministério do Trabalho dizia, mesmo com a influência de Jango. Nós realizamos uma eleição e apresentamos uma chapa já ampla, aí com o Huberto Menezes Pinheiro na cabeça. Isso em 56.

Renato: Mas, só para fechar essa questão, e o sindicato paralelo? Em 50 e 52 vocês concorreram, apresentando chapas, ao sindicato oficial?

Viégas: Nesse interregno de quatro anos, nós tentamos emplacar essa associação.

Renato: Mas vocês continuavam no sindicato participando?

Viégas: Continuávamos no sindicato participando e íamos para o outro também, tentando organizar o sindicato independente do Ministério do Trabalho e tudo mais. Mas a turma “não deu a menor pelota”: nós não conseguimos ter nem 500 associados.

Renato: E a autocrítica disso?

Viégas: A autocrítica foi na eleição que a gente apresentou a chapa do Huberto. E aí, qual foi o critério para a formação da chapa? Qual o cara mais estimado em cada banco? O mais lutador. Independente de posição partidária. E essa chapa foi eleita, e havia duas outras chapas de oposição. Então, não deram posse a essa chapa. E o Perriraz disse que não ficava nem mais um dia além do mandato dele. Aí, ele concordou em convocar uma assembléia, e a assembléia, então, elegeu uma junta governativa provisória, constituída pelos representantes das três chapas: eram o Palhano, o Xerez e (aquele outro sem-vergonha, policial, do Comércio e Indústria de Minas Gerais, como era mesmo o nome dele? Eu tenho anotado) Luiz Henrique Knoller. O Palhano era da chapa vencedora – naquele tempo nós chamávamos

nosso movimento de Unidade Democrática – UD; o Xerez era dos trabalhistas, que acabaram aliados a nós, depois, na etapa seguinte; e o outro era o Knoller. O Palhano como presidente, o Xerez como secretário e o Knoller como tesoureiro, porque eles representavam as duas outras chapas, com o compromisso de lutar para dar posse à diretoria eleita. Então, a função dessa junta governativa, foi de empossar a diretoria eleita. Paralelamente a isso, nós fizemos um acordo com essas duas chapas perdedoras. Que eles se reunissem e trouxessem um nome, que nós apoiáramos como candidato à lista tríplice para a indicação do presidente do IAPB. E eles, aí, vieram com o nome do Enos Saddock de Sá Mota, que foi indicado por nós, em chapa tríplice, e aceito pelo Juscelino, porque era o pior dos três: Em chapa tríplice, você pode estar certo que o indicado é sempre o pior dos três!

Renato: Esse Enos Saddock era dos clericais?

Viégas: Era. Tinha sido interventor no Sindicato. De família militar e com simpatias pelo integralismo. Então, vieram com o nome dele e o pacto foi esse: nós apoiávamos ele para ser da lista tríplice e eles apoiavam a posse da diretoria eleita. Aí fizemos uma frente única nessa e também participava da junta governativa. Foi um acordão, mobilizou todo mundo, um negócio bem discutido. E isso tudo era discutido dentro do sindicato. Havia uma preocupação muito grande com a participação de massa. Tanto que essa chapa eram os mais queridos de cada banco, dentre os bancos principais. A única coisa que nós perguntávamos era: qual é o comportamento sindical desse cara? Então, não tinha o viés político-partidário. Foi uma autocrítica muito grande, que nos levou à uma amplitude que, ao final, em 64, nós (a UD) já elegíamos a diretoria com 70%, 80% dos votos. E nós conseguimos a sindicalização de quase 80% dos bancários. O nível de sindicalização era altíssimo, com essa política ampla. E isso foi um grande ensinamento. Tanto que, quando eu assisti, no retorno da anistia, aquela politização partidária dos sindicatos, com designação: “fulano de tal porque é da corrente tal”, isso eu até hoje não engulo. Eu acho isso uma estupidez da maior grandeza, sabe?

Renato: Esta é uma questão central no que a gente está conversando. Por exemplo: o Partido, então, tomou uma posição de investir no sindicato como um espaço de disputa, evidentemente política, mas não partidária. Isso como opção da política do

Partido. Mas, internamente, como é que o Partido resolvia a questão? Porque o Partido continuava existindo, continuava tendo a militância lá dentro do sindicato, muitos eram diretores do sindicato.

Viégas: É, a maioria dos dirigentes era comunista.

Renato: E aí: quando reunia no Partido (porque o Partido era clandestino), quando reuniam, as bases do Partido discutiam o quê? Como era, por exemplo, uma pauta?

Viégas: Quando se discutia sindicato, se discutia uma orientação que o sindicato estaria tomando, se ela representava ou não interesse dos trabalhadores. Para você ver que isso não era pacífico, nós chegamos a ser criticados dentro do Partido porque nós éramos “sindicaleiros”. Houve essa crítica.

Renato: Por exemplo: as bases do Partido discutiam muito a ação sindical?

Viégas: Também.

Renato: O que discutiam que não era da ação sindical?

Viégas: A política nacional; a política internacional; os candidatos do Partido; as greves dos demais trabalhadores; uma solidariedade que se precisava prestar; orientação: se era justo ou não fazer as organizações paralelas, paralelas não: horizontais, porque havia verticalização sindical. Então, o Partido recomendava que os militantes atuassem. Porque, a diferença era que, em vez de aparelhar o Partido e dar ordem para o sindicato, os comunistas de determinado sindicato tinham ativos para os quais eram convocados, e recebiam orientação de como se portar, qual era a compreensão do Partido a respeito de sindicato.

Renato: Me diz uma coisa: o ativo era uma reunião...

Viégas: Dos comunistas do setor, por exemplo: metalúrgicos tinham várias bases de várias empresas, que é organização por empresa. Podia até ter metalúrgico que era de organização de bairro. Para discutir os problemas dos metalúrgicos no sindicato,

se faziam ativos, onde os militantes metalúrgicos eram convocados por suas bases, e iam para discutir com a direção regional, distrital ou até nacional, dependendo da importância do assunto, para discutir qual a posição mais justa da categoria dos trabalhadores que fosse com a visão revolucionária, com uma posição progressista, uma coisa assim: uma orientação que não fosse conservadora, que não fosse apelegada, essa era a discussão que se travava.

Renato: E essa questão da organização horizontal, vertical, como você ia dizendo, qual era a orientação nesse sentido?

Viégas: Era a orientação no sentido de que fosse feita a horizontal também. Sem invalidar ou destruir a vertical. Da mesma forma como se discutiu a central sindical. Sempre foi uma visão do Partido, em todas as épocas, de que era útil haver uma central sindical para coordenar as lutas comuns da classe trabalhadora. Mas nunca se impôs - nunca não: a gente nunca deve dizer “nunca”, porque sempre havia uma ou outra direção mais sectária que às vezes queria forçar a barra – mas toda vez que se forçou a barra e se criou um organismo falso, como esse que nós levamos à prática e que não emplacou, dávamos “com-os-burros-n’água”, não dava certo. Agora, qual era a visão de sindicato? Sindicato é uma organização primária da classe trabalhadora, para que eles tenham consciência das suas características de classe e possam entender uma luta maior, política, que é travada dentro dos partidos. Mas, na visão que nós tínhamos, a luta sindical era fundamentalmente econômica e social, que fosse, de fato, sentida pela coletividade, e que isso iria ensinar que ele lutasse pelas suas respectivas reivindicações, sem conteúdo político-partidário nenhum, sem ideologia política nenhuma. Nessa luta, nós acreditávamos (e, ainda hoje, eu acredito) que muitos companheiros se desenvolveriam para entender que não bastava lutar só pela solução social e econômica: havia a necessidade da tomada do poder. Aí, era uma questão de partido. Então, aqueles caras que se desenvolviam, e havia gente que tinha essa preocupação até como tarefa do Partido, de estar atento àqueles companheiros que mais se destacavam, àqueles companheiros de massa que começavam a fazer formulações, do tipo: “não, isso só não basta, é preciso que a gente consiga ser ministro”. Aquelas coisas assim: “precisa ser deputado federal”. Então, esses caras eram procurados de uma forma mais de conversa, e íamos conversar com ele sobre

problemas políticos, saber se ele, algum dia, tinha lido algo de Marx, se sabia da existência do Partido Comunista ou de socialismo. Essa era uma tarefa dos recrutadores, que atuavam no meio do sindicato, mas sem botar plaquinha nem banquinha, sem partidarizar o sindicato. Pelo contrário, nós não admitíamos nenhuma característica oficial. Eu vi, noutro dia, dentro do sindicato dos bancários, uma banca que era do PT, outra do PSTU. Isso é uma loucura, não tem que botar banca de jeito nenhum: pega os caras e leva para dentro do Partido. E esse era o nosso entendimento, e deu certo. Tanto que nós começamos a organização você conheceu o Paulo de Tasso Miranda Lemos? Companheiro de Partido, morreu de câncer: morava até aqui, do meu lado. Ele foi dirigente da base em 64: foi um dos responsáveis pelo meu exílio.

Renato: Ele era da base do Banco do Brasil? Não me lembro de tê-lo conhecido.

Viégas: Ele não era de massa, não aparecia, tinha até dificuldade de falar. O irmão dele, Fernando, que também era do Banco do Brasil, era simplesmente do “Clube da Lanterna”: andava com uma lanterninha na lapela e era fã do Carlos Lacerda. Quando ele começou a freqüentar o sindicato, era um cara honesto, um cara interessado, sentia que havia necessidade de melhoria de condições de trabalho e tudo mais, mas era fã do Lacerda, acreditava naquelas coisas todas. Mas aí, o Fernando começou a se envolver nas questões sindicais, porque era um cara interessado, e gostava da gente e foi se aproximando. Era leitor assinante da Tribuna da Imprensa do Carlos Lacerda. Ele era lacerdista, votava com o Lacerda. Nessa luta, quando começou, ele começou a ler as notícias que a Tribuna da Imprensa dava a respeito da campanha do sindicato, que ele estava vivenciando, e ia verificando que eram distorcidas. Aí, chegava e dizia: mas que diabo, quem é que está orientando isso? Quem é o repórter? Às vezes ia falar com o repórter da Tribuna e dizia: vocês noticiaram isso, mas não teve nada disso.

Continuação: Fita II, lado B.

Viégas: Então, esse procedimento fez com que o Fernando Lemos se desligasse do “Clube da Lanterna”. Nunca o irmão tinha conseguido, só na base do Marxismo e tal, não tinha conseguido nada. O Fernando passou a ser simpatizante, e só não entrou para o Partido em função de uma crítica (muito interessante) que ele fazia. Ele dizia

assim: “Não, eu não entro para o Partido ...(Ele tinha controle para não gaguejar. O irmão, Paulo, era gago mesmo. E o Fernando fazia um esforço muito grande para não gaguejar) ...(porque) eu sou muito nervoso e não agüentaria essa pressão que vocês sofrem no Partido. Então, eu não aceitaria isso porque não me sinto em condições pessoais de aceitar”. E a gente dizia: “mas o seu irmão é muito mais nervoso do que você e está dentro do partido”. E ele respondia: “É, mas eu sou menos louco que ele”. Então, tem duas críticas muito interessantes, a outra era do Palhano, que dizia: “Eu prefiro ser massa boçal e soberana”. E não queria a disciplina do Partido, preferindo ser aliado, e ele era um grande aliado, mas nunca aceitou a filiação ao Partido.

Renato: Dizem que numa época ele teria aceitado?

Viégas: Não: ele foi esquematicamente levado para dentro do Partido pelo Diniz, que era um arregimentador, tinha uma preocupação de organizar o Partido, e disse: “Poxa Palhano, você aceita tarefas, você contribui, você participa com a gente de discussão, você é um membro do Partido, rapaz!”. Aí chegou e escalou ele: “Não, você vai se reunir com a base tal”. E ele foi duas vezes lá, quiseram colocá-lo como Secretário Político da base, ele disse: “vocês são doidos: eu mal estou chegando vocês já querem me colocar como Secretário Político?”.

Renato: Parece aquela piada do Groucho Marx, que dizia: “eu não me associo a um clube que me aceite como sócio”.

Viégas: É, exatamente. Então era mais-ou-menos por aí. E, recentemente, teve uma do Jaguar, que parece que disse que: “no Brasil, nem a esquerda é direita”.

Renato: Então vamos suspender por aqui, porque já são 22:34 horas. A gente suspende por aqui e depois continua, certo?

Viégas: Está certo, vamos marcar outro dia então.

Fim da entrevista realizada em 8 de junho de 2006.

APÊNDICE 5 – ENTREVISTA II

Ficha da Entrevista:

Nome: Edmílson Martins de Oliveira

Endereço: Rua Doutor Leal, nº 526, apto. 101; Engenho de Dentro; Rio de Janeiro.

Telefone: 22893272

Duração: 04 horas

Local: Rua Garcia Vasquez, 129 – Água Santa, Rio de Janeiro.

Data: 26/06/2006.

Nº de fitas: 02 (60 minutos cada)

Pesquisa e Roteiros: Renato Lima

Entrevistador: Renato Lima

Texto: data – 29/06/2006

Conferência de Fidelidade: data: 04/07/2006

Leitura Final: data: 08/07/2006

Carta de Cessão: data – 26/06/2006.

Número de páginas transcritas: 24

Observações:

EDMÍLSON MARTINS DE OLIVEIRA – Nascido no Ceará em 1938, Edmílson mudou-se para o Rio de Janeiro em 1960. Trabalhou no Banco de Crédito Real de Minas Gerais em 1960 e 1961 e, em 1962, no Banco do Estado da Guanabara (BEG). Ingressou em 1963 no Banco do Brasil, por onde se aposentou. Participou da direção do Sindicato de Bancários do Rio de Janeiro nos mandatos de 1968/1971, como suplente do Conselho Fiscal; mandato 1971/1974, como Presidente do Sindicato. Quatro meses após a posse, o sindicato sofreu nova intervenção do Ministério do Trabalho e Edmílson foi cassado e preso. Retornou à direção do sindicato em 1979, quando a categoria elegeu uma chapa de oposição aos representantes da intervenção, como membro efetivo do Conselho Fiscal. Edmílson é ativo militante católico, casado com Maria José e pai de quatro filhos, professor de Português e Literatura e autor do livro “Bancários: Anos de Resistência (1964 – 1979)”.

Entrevista com Edmílson Martins de Oliveira, que contou também com a participação de sua esposa Maria José, realizada em 26 de junho de 2006 na residência do casal em Água Santa, por Renato Lima.

Fita I, lado A:

Renato: Hoje conversaremos sobre o fato de você ser um cearense do Crato, casado com a Maria José, e iremos até onde você quiser.

Edmílson: Pois é, então eu vou começar seguindo mesmo esse roteiro que você nos mandou, falando de socialização; posição da família no processo de formação, religião, influências etc. Vou começar pela minha história de vida: Sou lá do Ceará, nasci na roça, bem no sertão, no polígono das secas, num lugar chamado Ipueiras, município de Milagres, cidadezinha perto de Crato. E lá vivi, até os 12 anos de idade, na roça, distante inclusive da cidadezinha de Milagres, duas horas de viagem a cavalo, pois, naquela época, os meios de transporte eram o burro, o jegue. Então, a gente gastava duas ou três horas para chagar na cidade. E o meu pai era um homem do trabalho: ele adorava o trabalho. Pobre e de família pobre, camponês nascido de família também camponesa, a vida dele era o trabalho na roça. E ele adorava o trabalho na roça; ele acreditava no trabalho na roça; ele até dizia assim: “Se todo mundo ficar na cidade, quem é que vai plantar pras pessoas comerem?” E minha mãe falava: “mas a gente precisa estudar, os meninos precisam estudar também”, e ele dizia “Não, a gente tem que trabalhar. Primeiro, porque a gente não tem condições para eles estudarem, a gente não tem condições de ir para a cidade para eles estudarem, então, todos têm que trabalhar aqui”. Mas a situação era tão difícil na roça, no campo, era seco, não chovia, e nós éramos dezessete filhos.

Renato: Quantos homens e quantas mulheres?

Edmílson: Treze homens e quatro mulheres. Até agora morreu um só, com 81 anos. E, na roça, nós trabalhávamos muito, mas não havia resultados. Meu pai tinha uma pequena gleba de terra no meio do latifúndio. Então, havia uma pressão terrível do latifúndio para tirar a gente de lá. E meu pai trabalhava, pedia empréstimo no Banco do Brasil para plantar, plantava, mas as chuvas não vinham: perdia tudo e ficava devendo, com dificuldades. Assim, meus irmãos mais velhos foram saindo de lá: uns vieram para São Paulo, para Mato Grosso, para trabalhar no algodão.

Renato: Eles foram trabalhar em outros estados, mas também na agricultura?

Edmílson: É. E assim foram sumindo. Mas um dos meus irmãos resolveu ir para a cidade do Crato, onde uma tia morava há uns quarenta quilômetros da cidade, na

roça. E meu irmão resolveu ir para lá, para trabalhar na roça durante o dia e, à noite, ir estudar na cidade. E fez isso: esse meu irmão, Agostinho, começou a fazer o primário com 20 anos. E foi assim que ele acabou se estabelecendo na cidade, arrumou um emprego numa loja, se formou como “guarda-livro”, que naquela época era como se chamava o contador ou técnico em contabilidade. Certa vez ele foi lá onde nós morávamos, eu tinha uns 11 ou 12 anos e já estava alfabetizado: sabia o “a,b,c”, lia, escrevia o nome, e ele me viu tentando escrever e lendo as coisas que apareciam, e resolveu me levar para Crato: “Vamos para lá, você vai estudar, e tal”. Eu tinha 12 anos e comecei a estudar lá. Quando eu fiz 16/17 anos, arrumei emprego em lojas de comércio e, mais tarde, um emprego num banco particular: comecei a ser bancário em 1958.

Renato: Você lembra o nome do banco?

Edmílson: Era o Banco de Crédito Comercial, um banco lá do Ceará que hoje não existe mais: foi encampado por outros. Passei numa prova e fui trabalhar nesse banco. Nesta altura, 58, 59, eu me formei como Técnico em Contabilidade na Escola Técnica de Comercio da Associação dos Empregados do Comércio de Crato. Formei-me em 59 e, eu e meus colegas contemporâneos lá de Crato, tínhamos uma perspectiva de mudar de vida, de melhorar, e estudávamos. Como havia poucos concursos naquela época nessa região, todos sonhávamos em prestar concurso para o Banco do Brasil, mas nunca aparecia o concurso por lá. E esse meu irmão, depois, veio para o Rio de Janeiro e daqui me escreveu, dizendo que viesse também, porque aqui havia mais perspectivas, mais possibilidade de concursos, e eu vim também. Larguei o banco, que era um banco particular, regional, local, e o salário muito baixo, e como eu já tinha essa visão de progredir na vida, ter um emprego mais estável, meu sonho era entrar para o Banco do Brasil. O sonho da moçada daquela época era o Banco do Brasil, principalmente os que não podiam cursar Medicina ou Engenharia, essas profissões que só quem tinha dinheiro podia fazer. Então, eu vim para o Rio de Janeiro.

Renato: E isso foi em que ano?

Edmílson: Foi em março de 1960. Escrevi para o meu irmão e disse que vinha em março. Aí, comecei a me preparar e, quando eu fui comprar a passagem de ônibus, um rodoviário me disse: “Olha, está complicada a viagem, as estradas estão ruins com as chuvas e os ônibus estão levando de 15 a 20 dias para chegar no Rio de Janeiro”. E eu estava ansioso para vir e decidi que tinha que ir de avião, mas não tinha dinheiro. Pedi a meu pai, que também não tinha, mas disse que ia pedir emprestado: fez um empréstimo no Banco do Brasil e me deu o dinheiro. Três dias antes de partir, eu mandei um telegrama para o meu irmão: “Tal dia, a tal hora, eu estarei chegando aí no aeroporto Santos Dumont”. Mande o telegrama e vim, crente que meu irmão tinha recebido o recado. Não conhecia nada aqui: a maior cidade que eu conhecia era Crato. Peguei um avião em Crato (da empresa Real) que levou 10 horas para chegar ao Rio. Saí de lá às 9 horas e cheguei no Santos Dumont às 20:00 horas: um mundo completamente estranho para mim. Procurei meu irmão e nada. Eu vinha com um jornalista de lá que já morava aqui: trabalhava na Agência Nacional. Ele ficou preocupado e, a partir do endereço que eu tinha, procurou numa lista telefônica e telefonou para um telefone próximo, de um vizinho, e meu irmão foi chamado. Isso já eram 9 horas da noite e meu irmão chegou ao aeroporto às dez da noite. E foi assim que eu cheguei ao Rio para “ganhar a vida”, como se dizia.

Renato: E ele morava aonde?

Edmílson: Em Todos os Santos, onde eu fui morar também, na casa dele. Lá em Crato eu ganhava salário mínimo e ele disse que aqui eu ganharia mais em qualquer emprego. Continuei a estudar, sempre com o objetivo de passar para o Banco do Brasil. Como não tinha dinheiro para pagar um curso, eu estudava sozinho, numas apostilas, que eram feitas em São Paulo para o concurso do BB: eram quatro livros com Inglês e Francês e, na parte de matemática, havia mil problemas para resolver. Naquele tempo o concurso pedia Francês e Inglês e caíam dez problemas de matemática, além de Português e Contabilidade: eu decorava aquilo tudo, estudava sozinho e, ainda lembro, resolvi aqueles problemas todos quatro vezes (chegava ao final e recomeçava tudo). Fiquei quatro anos em cima daquilo (o tempo de uma faculdade). Mas levei seis meses para arranjar um emprego por aqui. Já estava até ficando desanimado, até que arrumei um emprego numa empresa, mas apareceu um concurso público para o Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Fiz o concurso,

passsei e fui trabalhar na Rio Branco, onde trabalhavam, naquela época, o Toledo e o atual senador João Alberto. Sabe quem é ele?

Renato: Não.

Edmílson: Ele era sindicalista, de esquerda, organizava um jornalzinho de banco com o Toledo, agitava muito, o pessoal antigo o conheceu. Aí veio o Golpe de 64, não sei se ele foi demitido. Depois ele voltou para o Maranhão, juntou-se à família do José Sarney e se lançou na política: ainda hoje é afilhado do Sarney, já foi eleito deputado Federal, Governador e hoje ele é senador pelo PMDB. Mas, voltando, depois fiz concurso para o banco do estado, o BEG (Banco do Estado da Guanabara), e trabalhei na ag. de Campo Grande e depois na avenida Rio Branco, na matriz.

Renato: Em que ano?

Edmílson: Bom, Trabalhei em 60 e 61 no Banco de Crédito Real e no BEG em 62. Aí veio o concurso para o Banco do Brasil e eu entrei em 63.

Renato: Mas, voltando às influências:

Edmilson: Penso que a gente sempre sofre várias influências pela vida, e a primeira é, geralmente, a da família. O meu pai era uma pessoa assim: super exigente em termos de honestidade; trabalhador que acreditava no trabalho como um valor. Acho até que, naquela época, se ele tivesse noção do marxismo, certamente seria um marxista, pelo valor que dava ao trabalho. Mas ele não tinha essas noções, não tinha instrução escolar quase nenhuma, aprendeu a ler, a escrever e a contar com o pai dele. Mas tinha essa visão de vida, valorizava o trabalho, um sentimento de dignidade humana e solidariedade. Certo dia, até, eu trabalhava no banco lá em Crato fazendo cadastros e fui pedir, no Banco do Brasil, a informação cadastral dele, e veio lá, num dos históricos: "Homem bom, muito generoso, tão bom que, às vezes, faz negócios com prejuízos para ajudar a outros". E eu guardei isso: ele era intransigente quanto à dignidade do homem, a correção, o valor da palavra empenhada: ele pedia dinheiro emprestado e, sem nada escrito, no período

combinado ele ia lá e pagava. E eu acho que isso fez a minha cabeça: valores como solidariedade, respeito à dignidade humana, generosidade, conciliação. Meu pai era sempre chamado para resolver pendências dos vizinhos. O avô dela, da Maria José, também era assim.

Maria José: É, o meu avô materno. Ele era lá de Minas, de Santa Bárbara do Oeste. Antigamente era assim, não é? As pessoas que tinham um pouco mais de projeção na comunidade (o professor, o padre, um advogado), eram chamadas para arbitrar as questões na comunidade. O nome dele era Tomás Martins e era filho de italianos.

Edmílson: Então, o meu pai era assim, intransigente em relação à questão da honra, era também muito negociador, conciliador, tinha liderança na região dele, era respeitado. E eu acho que herdei um pouco disso dele: negociador, conseguia entrosar as pessoas, uma espécie de liderança, muito respeitado naquela região, a intransigência na defesa dos direitos. Eu me lembro que os outros pequenos proprietários da região foram vendendo, as suas glebas para os latifundiários e ele acabou ficando sozinho, a gleba de terra que ele comprou acabou ficando espremida entre as terras dos grandes latifúndios. Aí, o dono do latifúndio tentou comprar a terra dele, mas ele não vendeu, com aquela preocupação de ficar para os filhos, para ganharmos nossas vidas. Mas esse latifundiário, quando não conseguia comprar, ia tomando “na marra”, passando cercas. Ele tinha poder e muitos reclamavam, mas não adiantava nada. E assim ele fez com meu pai: passou a cerca numa parte do terreno. Meu pai reclamou, mas não adiantou, foi uma peleja na justiça, mas, como eles dominavam a justiça local, não adiantou nada e meu pai acabou perdendo. E, como eles sentiram que foi fácil, passaram outra cerca que tomava quase dois terços do terreninho de meu pai. Aí, meu pai mandou meu irmão mais velho dar um recado para esse latifundiário: “diga a ele que, amanhã, nós vamos lá derrubar a cerca e quem mais for para lá”. Meu pai tinha um rifle velho, nem sei se aquilo atirava. No dia seguinte, ainda de madrugada, meu pai pegou o rifle e algumas foices e machados, juntou os filhos maiores de quinze anos e foi, decidido, para derrubar a cerca. Eu, entusiasmado, queria ir também, mas fiquei com os outros menores e minha mãe. E eles foram lá, derrubaram a cerca e não apareceu ninguém para impedir. Eu lembro que, essa decisão de garantir os seus direitos, isso me marcou muito. Voltando aqui para o Rio, 1960, eu já andava meio

desanimado com aquela dificuldade de arranjar emprego. Cheguei em março e em julho ainda não tinha arrumado nada. Falava para o meu irmão e, um dia, ele me levou a uma reunião dos Congregados Marianos, congregação a qual ele pertencia e que tinha um grupo de jovens muito animado que se reunia depois da missa de domingo. Chegamos à missa, sete horas da manhã, e realmente havia um grupo de jovens que recebia as pessoas que chegavam e chamando para a reunião depois da missa. E nós fomos: havia uns trinta jovens e teve uma palestra onde o palestrante falou da mudança do mundo, na transformação da sociedade, do dever que todos tínhamos de trabalhar para mudar a sociedade para melhor, mais justa, com mais igualdade entre as pessoas.

Fita I, lado B:

Edmílson: Enfim, se falava da necessidade de trabalhar pela transformação do mundo, do papel que todos temos nesse sentido, sobretudo os cristãos e pessoas de boa-vontade. E aquele pessoal novo que estava lá participava, fazia perguntas e falavam que as congregações marianas da Igreja Católica foram fundadas por grupos de jovens, em Roma, que estavam preocupados com as mudanças sociais no mundo, e que fundaram essas congregações para se preparar, para se mudarem e mudar o mundo também. E o papo foi por aí. Nesse dia, eu me lembro que saí entusiasmado, cheio de vontade. E, a partir daí, começou mudar a minha visão de vida: eu, que tinha vindo para o Rio para “ganhar a vida”, arrumar um emprego e um salário bom, entrar para o Banco do Brasil, já fiquei um pouco estremecido e minha visão de vida começou a mudar. Já não bastava mais ter um bom emprego, tinha mais alguma coisa, aquilo que mexeu comigo naquela reunião. E, a partir daí, eu comecei a participar das reuniões, dos movimentos, debater as questões colocadas. E, para completar, veio o Concílio Ecumênico Vaticano Segundo, que veio “botando pra quebrar”, exigindo mudanças no mundo.

Renato: Era baseado na encíclica “Rerum Novarum” ou “Mater et Magistra”?

Edmílson: A encíclica “Rerum Novarum” é de Leão XIII, de 1894. Aí, veio o Concílio Ecumênico, com o Papa João XXIII, em 1962 ou 1963, lembrando a “Rerum Novarum”, com a “Mater et Magistra”, “Pacem in Terris”, abrindo a Igreja para o mundo.

Renato: Esse Papa tinha umas posições muito interessantes.

Edmílson: É, ele marcou uma época, não só para Igreja Católica, mas para o mundo.

Renato: Ele retomou um rumo para a Igreja num momento complicado, não é?

Edmílson: É, abriu a Igreja para o mundo, pois o Papa anterior, o Pio XII, era muito ligado no céu e desligado dos problemas da terra. E o João XXIII veio ligando a Igreja ao céu e à terra, dizendo que é preciso que a gente cuide disso aqui. E esse Concílio Ecumênico veio em um momento em que havia muitas tentativas de mudanças no mundo: a Revolução Cubana, com Fidel Castro; o assassinato de Kennedy; Martin Lutherking; os questionamentos contra a guerra do Vietnã. Isso tudo estava nesse bojo e influenciou toda a juventude daquela época. E aquele momento me influenciou muito e, a partir daí, eu fiquei mais voltado para a questão social. E, ainda no Banco de Crédito Real, eu já comecei a entrar no movimento sindical.

Renato: Foi levado por alguém?

Edmílson: Ninguém me levou, foi o próprio momento. Isso foi em 1960, 1961 e o Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro já estava bem atuante. Eu me lembro que a greve de 61 ou 62 mexeu muito, eu participei, as assembléias eram no salão do Automóvel Clube, e foi então que eu me associei ao Sindicato. E havia todas essas lideranças: o Palhano, Olympio de Melo, o Humberto Campbell, o Pereirinha, o Viégas. Havia um grupo muito atuante do Credireal, com o Toledo e o João Alberto também. A atuação desses companheiros me influenciou muito. E esse foi também o momento da transição do Jânio Quadros para o João Goulart: O Jango toma ou não toma posse; impede, não impede. Se discutia muito isso.

Renato: No Sindicato?

Edmílson: Não, dentro dos bancos. Mas o Sindicato, naquele momento, estava bem integrado nos movimentos políticos. Apoiava a posse do Jango, contra o golpismo. Eu ainda não tinha participação sindical, mas os panfletos do sindicato chegavam lá no banco. O sindicato tinha uma atuação bem de frente. Você falou da questão de

visão de mundo: na verdade, aquelas lideranças daquele momento, da década de 60, que já vinham da década de 50, era uma liderança muito conscientizada politicamente. Estes que citei, por exemplo, e outros daquele tempo, eram lideranças que não faziam sindicalismo simplesmente no sentido do sindicato ser um órgão reivindicador de salário. Havia um sentido muito mais amplo do movimento dos trabalhadores: viam o sindicato como um instrumento de transformação da sociedade e não simplesmente para garantir emprego e salário. Isso funcionava, mas não era o principal. Tudo tinha que estar ligado a um sentido maior da sociedade: da dignidade do trabalho; do respeito à dignidade do trabalhador. O trabalhador, sendo a mola da produção e da construção da sociedade, tinha que ser respeitado como parte desse contexto, tinha que ser valorizado. Também se defendia muito, naquela época, a participação do trabalhador na gestão da empresa, eu me lembro. Então, toda essa efervescência política, desde a Revolução Cubana até a luta pela posse de João Goulart - porque eles queriam dar o golpe ali, o golpe de 64 era para ser dado ali, na renúncia de Jânio Quadros, impedir a posse de João Goulart – havia todo um clima, com o movimento dos trabalhadores rurais, as Ligas Camponesas, sobretudo em Pernambuco, com Francisco Julião. Havia uma grande efervescência, inclusive com a atuação da Igreja Católica, que tomava posição firme, a partir da ala mais progressista, liderada por Dom Élder Câmara, que incentivava a participação e a organização dos trabalhadores, no campo e nas cidades. E nós éramos influenciados por aquele momento, muitas lideranças sindicais, inclusive em outras categorias, surgiram a partir daquela efervescência política. Noutro dia, eu comentava com o Jorge Couto, que aquelas greves bancárias que nós vivemos eram movimentos não só de reivindicação de salário e por melhorias nas condições de trabalho: eram movimentos de conscientização política. Muitas lideranças surgiram nos piquetes. Hoje se paga pessoas para fazer piquete. Naquela época os trabalhadores se engajavam nos piquetes, no nosso caso bancários, e muitas lideranças surgiram nos piquetes, como o Percinoto, por exemplo.

Renato: E como isso se realizava: pela ação de estar nos piquetes, conversando com os outros, ou havia alguma que o sindicato fazia para atrair as pessoas, distribuindo, por exemplo, algum documento; fazendo alguma discussão; pessoas do sindicato que se dedicavam mais a atrair as novas lideranças?

Edmílson: Quando se preparava uma greve, pois a greve era preparada com antecedência, com a participação das comissões sindicais organizadas dentro dos bancos. O Banco do Brasil, por exemplo, tinha uma comissão sindical que tinha umas 250 pessoas; o BEG também tinha uma muito atuante; o Banco de Crédito Real e outros. E, quando se decidia uma greve, antes passava por uma discussão interna em todas as comissões e, nessas discussões, a orientação da direção sindical – porque a direção sindical não era simplesmente a diretoria, porque a diretoria dirigia o sindicato com todas essas comissões de base - antes ouvia esse pessoal todo. Eram verdadeiras assembleias para discutir antes de decidir uma greve e, nessas condições, se debatia a necessidade da organização para a greve ser vitoriosa, como uma necessidade para o crescimento do movimento dos trabalhadores. E, geralmente, nos piquetes, para os quais os bancários eram convidados a participar, em cada piquete havia um coordenador, uma pessoa politizada, com essa visão de organização, de atrair as pessoas. Eu me lembro que o Percinoto contava que o Arildo Dória coordenava o piquete onde ele participava. E o trabalho não era só de conscientizar os trabalhadores do piquete, mas também a população sobre o porquê da greve, de sua justeza. Daí, a denúncia dos banqueiros, dos altos lucros, das tramóias: se fazia um verdadeiro trabalho político nos momentos de greve. O pessoal ia passando e se empolgava, o bancário acabava se integrando aos piquetes, era uma coisa impressionante. E foi nessa efervescência política que surgiram muitas lideranças. E isso também me influenciou, como a muita gente que surgiu naquele momento. Mas com o golpe de 64, quando a repressão veio baixando o cacete, muita gente que surgiu naquele momento, que estava participando, se recolheu por causa do medo. E as lideranças que não se recolheram, que continuaram participando de alguma forma, foram exatamente os que tinham mais visão política, mais consciência ideológica. O Viégas, por exemplo, um marxista de corpo e alma, ideológico, com uma visão de mundo ampla. Como eram o Palhano, o Campbell, o Toledo, e muitos outros. Eu não tinha essa visão marxista da vida, mas tinha a visão cristã que, em muitos casos, se assemelha à marxista. O pessoal sempre me convidava para entrar para o Partido – na década de 60 o Partido era clandestino, mas existia – e eu sempre alegava: Primeiro, eu não sou marxista. Ideologicamente eu sou cristão – existe aquela pequena diferença entre a espiritualidade e o ateísmo, que, naquele tempo, era mais forte. Mas não é por isso não: eu estou satisfeito com a minha condição de cristão, porque acho que

o que a filosofia cristã me oferece para a mudança do mundo se iguala com a que vocês também defendem. Na verdade, o que nós defendemos é a mesma coisa: defendemos um mundo mais justo; com igualdade entre as pessoas; com respeito à dignidade; uma sociedade onde não haja patrão nem empregado, não é isso? Então eu não preciso entrar para o Partido para estar lutando junto. E eles me davam razão e não insistiam mais. E vamos andar juntos porque defendemos as mesmas coisas. Eu acho que algumas diferenças são muito teóricas. Na prática, no contexto da luta por um mundo melhor – eu já tinha essa visão – isso de fé e ateísmo não atrapalha muito não. Eu conversava com meus amigos do Partido, que essa visão que existia sobre os marxistas que os taxava de ateus, contra Deus, contra a família, contra a espiritualidade. Eu, simplesmente, não via isso: eram preocupados com as pessoas, tinham famílias bem estruturadas, cuidavam uns dos outros. Isso era tudo mentira e o pessoal tinha uma filosofia, tinha consistência. E é isso que se defende na Igreja Católica: a necessidade do preparo interior para você poder superar as dificuldades da realidade do mundo. Quem não tem essa visão de vida transcendental – e o marxismo é transcendente, porque todas as filosofias de vida, preocupadas com a transformação do mundo são transcendentais, mesmo que diga que não tenha Deus, mas ela é além do humano, do simplesmente material. E eu dizia para o meu amigo Fagundes: “Não há nada mais transcendental que o marxismo. Um marxista é tão transcendental quanto um cristão”. Porque, por exemplo, agüentar o que o Che Guevara agüentou, enfrentar aquele estilo de vida que ele assumiu, que ele optou, como ele agüentou, e dar a própria vida. Eu tenho um filho que é funcionário da justiça, é também sindicalista, e dizia que o Guevara era mais herói do que Cristo. E eu falo: “aí você já está exagerando!”. Mas ele largou sua posição, largou um cargo de ministro em Cuba, para se dedicar à revolução continental, que ele acreditava, e ir lutar nas selvas da Bolívia. Isso é ser transcendentalista. Eu argumentava isso com alguns camaradas: ninguém agüenta fazer uma coisa dessas se não tiver um ideal transcendental. Então, esse pessoal teve essa época que favoreceu.

Renato: Você quer dizer a conjuntura dessa época, como você descreveu?

Edmílson: É, a conjuntura. Tinha um companheiro do Banco do Brasil, o Roberto Martins, que se dedicava ao movimento sindical, ele coordenava o pessoal do

Partidão no Sindicato dos Bancários. E ele tinha uma capacidade de trabalho impressionante: o jornal Bancário, que hoje é feito todo eletronicamente, ele, o José Rodrigues e o Imbiriba (Antonio Imbiriba da Rocha), os três faziam todo o jornal. A gente até colaborava, escrevíamos um artigo ou outro, mas eram os três que faziam tudo mesmo.

Renato: E eles eram diretores do Sindicato?

Edmílson: Não, nenhum deles. O Imbiriba era do Banco da Amazônia (Basa) e foi, antes de 64, Deputado Estadual lá no Pará, acho que pelo PTB. Depois do golpe ele veio para o Rio de Janeiro. E, tanto ele como o Roberto Martins, nunca quiseram ser diretores do Sindicato. Na verdade, eles atuavam como assessores da diretoria na minha gestão.

Renato: Mas em que condições? Eles tinham liberação dos bancos? Recebiam pela assessoria que prestavam?

Edmílson: Não, eles não eram remunerados nem tinham liberação dos bancos. Cumpriam o expediente nos bancos em que trabalhavam e depois iam para o sindicato. Os diretores também não recebiam nada, eram só liberados para o trabalho sindical.

Renato: Mas o Sindicato tinha essa figura de assessor no quadro funcional?

Edmílson: Não. Eles estavam assessores para nos ajudar, porque eram mais experientes politicamente.

Fita II, lado A:

Renato: Você dizia que essas pessoas não eram funcionárias do sindicato; que atuavam como assessores como uma forma de militância.

Edmílson: É, pela sua experiência sindical, seu conhecimento, visão de mundo, eles ajudavam a diretoria. Então, o Roberto Martins, o Imbiriba e o José Rodrigues faziam o jornal Bancário: eles tinham uma capacidade de trabalho muito grande. Esse José

Rodrigues, por exemplo, era poliglota: sabia Inglês, Francês, Russo, Alemão, latim e grego. Ele era do Banco Ítalo-Belga e era um estudioso: vivia estudando. Tinha uma visão muito forte de sindicalismo e política e era o revisor do jornal, além de fazer a coluna “De banco em banco”, muito lida e apreciada pelos bancários. Eles três faziam o jornal; revisavam as matérias; levavam para a gráfica e acompanhavam a impressão até de madrugada. E eles já faziam isso antes da minha gestão: desde a direção anterior, a do Guedes, que eles assessoravam a diretoria do sindicato. O Zé Rodrigues era um bravo. Ele enfrentava a direção do Banco Ítalo-Belga, com suas arbitrariedades, sozinho e, fiel às suas convicções, morreu vítima da opressão dos banqueiros e da ditadura. O Zé Rodrigues merece a homenagem da categoria bancária. Se a geração de hoje o conhecesse o admiraria muito.

Renato: Mas você vinha falando daquela conjuntura anterior, quando você e outros começaram a se formar sindicalmente: como foi isso?

Edmílson: Eu dizia que aquela efervescência do movimento sindical do início da década de 60 influenciou muito na minha participação. Isso e as mudanças na orientação da Igreja Católica, o incentivo do Concílio Vaticano II pela participação dos cristãos na mudança do mundo, nos movimentos sociais, sindicais e populares. E foi assim que eu me conscientizei e iniciei a minha atuação, me aproximei do movimento sindical e comecei a ter uma participação mais de frente, pois, até aquele momento, (1961, 62) eu era sindicalizado e participava das greves, mas não tinha muito envolvimento. A partir de 1963 é que eu comecei a participar das assembléias, das reuniões de banco, do sindicato. Mas, aí, veio o Golpe de 64, as perseguições e a debandada geral: Palhano e Viégas foram para o exílio; Pereirinha e Campbell foram presos. Daqueles que tinham uma atuação mais de frente, os que não se exilaram foram presos. O Olympio de Melo o único que não foi preso nem se exilou, mas, acho que, por ele ter sido Juiz Classista no Tribunal Superior do Trabalho, é que não fizeram nada com ele. Mas, mesmo assim, também não pode ter mais atuação nenhuma. Então esse pessoal todo foi banido do movimento, restando uma militância que não estava à frente da direção do sindicato: aquela militância dos piquetes, das comissões sindicais de banco, que, por não estarem à frente do sindicato, não eram muito visados pela repressão. Então, Degerando, Fagundes,

Jorge Couto, Percinoto, Barata, José Rodrigues, além do pessoal mais ligado à direita, como eram o Laécio, o Cardoso, o Guedes.

Renato: Estes também se organizavam como católicos lá no sindicato?

Edmílson: Sim, mas era um grupo mais conservador. Alguns eram anti-comunistas.

Renato: Havia algum outro grupo de católicos mais progressistas que atuavam organizadamente no sindicato?

Edmílson: Atuando organizadamente, não. No Sindicato dos Bancários, atuando organizadamente só os católicos mais conservadores, mais à direita: eles se organizavam em torno da Associação de Bancários Católicos.

Renato: Que já vinha de uma tradição mais antiga, não é?

Edmílson: É, era mais antiga. Eles tinham uma capacidade extraordinária de reunir bancários católicos. Todo ano, no dia de *Corpus Christi*, essa Associação, onde estavam o Guedes, o Laécio, o Alceu João Batista, Xerez, Cardoso e outros, reunia 10 mil bancários na Igreja da Candelária para fazer a Páscoa dos Bancários: tinha uma missa e todos comungavam. Mas, naquela época, eu já criticava essa prática de vivência cristã, que não se comprometia em nada com a mudança do mundo, da sociedade. Assumiam, simplesmente, essa coisa muito ritualística.

Maria José: Obrigatória, não é? Isto é, é um mandamento da Igreja Católica: confessar e comungar pelo menos uma vez por ano, na Páscoa da ressurreição.

Edmílson: É, obrigatória e superficial, sem compromisso de mudança. A igreja progressista, a igreja realmente comprometida com Cristo, sempre disse que Cristo foi crucificado justamente por seu compromisso com o mundo, com a humanidade, com as mudanças. E foram aqueles que não aceitavam mudanças na sociedade daquela época que o mataram. Como matam até hoje, como mataram o Che Guevara e matam muitos até hoje. Nós já criticávamos muito isso: não tem sentido ser católico, comungar e ir à missa todo domingo e não se comprometer com a mudança da sociedade: é uma contradição. E nessa época eu já criticava isso: esse

peçoal que se diz cristão, que vai à Candelária, descomprometido com o movimento sindical para mudar a história dos trabalhadores, dos bancários. Eu dizia aos meus companheiros da Igreja: quem eu vejo participar são os marxistas, que são ateus, mas participam de corpo e alma.

Maria José: Mas nessa época já havia, como o bispo de São Paulo, Dom Evaristo, cristãos comprometidos.

Edmílson: É, havia, mas no Sindicato, o que havia mais organizado eram os conservadores.

Maria José: E o Edmilson, como militante cristão lá no Sindicato, atuava sozinho.

Edmílson: E, depois de 64, os que restaram da militância sindical eram aqueles formados nos piquetes, que se reaglutinaram e pressionaram para que houvesse eleição, pois o sindicato estava sob intervenção. Foi exatamente depois do golpe de 64, com a intervenção, que entrou esse pessoal ligado à Associação de Bancários Católicos, como o Alceu João Batista. Ele não apareceu como interventor, mas influenciou na indicação dos interventores, porque ele era liderança desse movimento. E o Guedes estava junto desse grupo. Mas em 66, depois do golpe, havia ainda alguma margem de atuação dos movimentos sociais, até pelas contradições e disputas internas entre os grupos que apoiaram o Golpe de 64: Entre os militares e os civis; entre os grupos de pressão, Lacerda. Então, diante da pressão, eles concordaram em estabelecer uma eleição. Aí, se formaram duas chapas: Uma encabeçada pelo José de Andrade Guedes, onde entraram o Alceu João Batista, o Zimmerman, o Laécio, esse pessoal mais conservador. E uma outra, do pessoal da esquerda, era encabeçada pelo Jales Assunção. Tanto o Guedes quanto o Jales eram do Banco do Brasil. Quando houve a eleição, a categoria votou em peso na chapa mais progressista, porque os componentes da outra chapa não tinham tradição sindical na categoria: eles nunca ocuparam direção sindical, nunca ganharam uma eleição na categoria. Mas, terminada a eleição, como eles viram que iam perder, o delegado do trabalho mandou anular a eleição, sem sequer permitir a abertura das urnas para a contagem dos votos. Anulada a eleição, esse mesmo delegado regional do trabalho chamou os representantes das duas chapas e disse: só vai ter nova eleição se houver chapa única. Não pode haver disputa, vocês têm que se acertar. A questão, então, era garantir a presença dessa direita na direção do

Sindicato. Naquele momento houve muita discussão, muitas divergências, mas depois de uma avaliação de ordem mais política, mais geral, de que não tinha como enfrentar a ditadura “no peito e na raça”. Ia morrer todo mundo, pois eles vieram para ficar, pelo menos por algum tempo. E se chegou à conclusão de que era melhor compor do que manter o Sindicato sob intervenção. E fomos negociar a chapa com o pessoal da direita.

Renato: Nessa época não houve divisão no campo da esquerda?

Edmílson: Não, a esquerda estava unida, junta. Naquela época a hegemonia era do PCBão. Além do Partidão, havia o PCBR, do Marighella e o PCdoB, que ainda eram muito fracos, não tinham atuação nos bancários. O Toledo, depois, foi para o PCdoB, mas ele era sozinho. As divisões vieram depois, mas as discussões de fundo já estavam colocadas. Se avaliou muito sobre se nós tínhamos condições para fazer um enfrentamento mais aberto à ditadura. E os militantes da Igreja Católica - como o pessoal da Ação Católica Operária (ACO), da Juventude Operária Católica (JOC), da Juventude Universitária Católica (JUC), os bispos mais progressistas - chegamos à conclusão, inclusive, de que não tínhamos condições para dar passos mais ousados. Como o povo não estava preparado para esse enfrentamento, não adiantava as lideranças radicalizarem que acabariam indo à frente sozinhos. Vão “levar pau” sozinhos. Precisávamos é construir a resistência, ver os caminhos que poderíamos tomar. Nós dizíamos: “vamos ter de engolir muitos sapos”. E optamos por negociar com nossos adversários para não ficarmos isolados do povo, que é o que interessava à ditadura. Decidimos que não íamos perder nosso espaço junto ao povo, junto à categoria bancária, que iríamos continuar nosso trabalho, mais devagar, mas consistente. E fomos negociar a chapa, chamamos todo mundo e fomos negociar. Nessa época eu não participava diretamente dessas negociações, mas o pessoal me contava. Tinha o Fagundes, companheiro muito valoroso nesta década de 60. Ele é pouco valorizado, mas foi um cara importantíssimo: dedicado, aguerrido, participante nessas horas de dificuldades. Trabalhávamos na mesma agência e conversávamos sobre tudo. Ele era um cristão marxista. Era espírita, até hoje é. E me colocava por dentro de tudo. As duas partes negociaram e concordaram no seguinte: o Jales e o Guedes, que encabeçavam as duas chapas, concordaram em não vir como cabeça de chapa. O grupo do Guedes apresentou o

Ney Pimenta, o Cardoso, e o Orlando Freitas Gomes. E o nosso pessoal colocou o Roberto Percinoto e o Mauro Cavalcante. Nessa época a executiva era composta por cinco diretores. O mandato era de dois anos, gestão 67 a 68. A intervenção, feita em 64, tinha se prolongado até esse ano de 66. Essa chapa toma posse no final de 66, em dezembro, fruto dessa conciliação. Então, a militância dos dois grupos se juntou para assessorar essa diretoria, que era pouco experiente.

Fita II, lado B:

Edmílson: Então, como eu dizia, essa diretoria, que era encabeçada pelo Ney Pimenta, era frágil. E o pessoal resolveu acompanhar, de perto, a atuação dela. Então, nós fazíamos reuniões semanais no Sindicato com todo mundo para monitorar e assessorar a gestão dessa diretoria. E discutia-se desde os problemas da categoria até as questões administrativas. E cada um queria dar sua opinião, as reuniões eram intermináveis, acabavam tarde. Mas as questões discutidas, as propostas, acabavam não sendo encaminhadas pela diretoria, onde o grupo deles, que era menor e menos representativo, tinha maioria. E o Percinoto, o Mauro e o Degerando, que estava liberado pela Federação, mas fazia trabalho de base lá no Sindicato, se destacavam por sua atuação. Eles saíam para a rua, com a bandinha, iam de porta em porta visitando os bancos, no centro e nos bairros. E, nessa época, isso era uma atuação fantástica.

Renato: Você me falou de um caso de desfalque no Sindicato, como é essa história?

Edmílson: Eu não vou citar nomes, mas era pessoa do Sindicato, ligada a esse grupo mais conservador, que, como se descobriu e comprovou, havia desviado um dinheiro do sindicato. E o caso foi apurado, o sujeito reconheceu, assumiu a culpa, disse que pagava e tal. Mas, e aí? O quê fazer com ele? Esse era o impasse: ele é denunciado, expulso da direção e demitido, com a declaração da diretoria que o afastava por roubo ou então a gente negocia com ele, que paga o que deve ao Sindicato e renuncia. O problema era que, se fosse denunciado, teria que ser comunicado o motivo à Delegacia Regional do Trabalho, o que certamente abria espaço para o Ministério decretar nova intervenção na entidade e afastando a diretoria toda por corrupção. Além disso, os banqueiros também poderiam se aproveitar disso para demitir o bancário e desmoralizar o Sindicato. Então, optou-se

pela negociação com ele, que ressarcia o sindicato e se exonerou. Mas você não cite nomes, por favor.

Renato: Claro. A descrição da situação é que é interessante.

Edmílson: É, muito interessante, pois o que importava ali era manter o espaço da categoria. A questão deixou de ser moralista para ser política.

Renato: Você cita no seu livro a realização de uma Convenção dos Bancários em julho de 1967, e a Segunda Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais, em novembro do mesmo ano, ambas no Sindicato dos Bancários. E geralmente não se tem idéia de que o movimento sindical, nessa época, realizasse grandes Encontros. Você pode nos falar um pouco disso?

Edmílson: É, eu tenho, inclusive, algumas matérias de jornais sobre esse assunto. Como você sabe, o Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro era uma referência nacional, não só para os bancários. Aqui, no Rio, era o centro dos acontecimentos políticos e culturais naquela época.

Renato: Como esses Encontros eram nacionais, como vocês se relacionavam com a delegação de São Paulo? Havia lideranças importantes que vinham de lá?

Edmílson: Havia muita colaboração, mas, depois do golpe de 64, São Paulo passou um período meio apagado em termos de movimento sindical.

Renato: Em 1968 também houve uma Convenção Interestadual da Federação e um Encontro Nacional, em julho, realizado em São Paulo. Havia muitos Encontros nessa época, mesmo depois do Golpe de 64?

Edmílson: Sim, porque, como eu falei, entre 66 e final de 68 houve um período de efervescência política e cultural, pois a ditadura ainda não estava consolidada. Foi justamente o AI5, decretado em dezembro de 1968, que consolidou a ditadura, como se diz, “o golpe dentro do golpe”, quando assume o grupo mais linha-dura do General Médici. Mas, neste período de 1966 até final de 68, houve muita

efervescência política: os estudantes organizaram a famosa “Passeata dos Cem Mil”, o movimento de trabalhadores se manifestando nacionalmente, etc. A Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), por exemplo, foi fundada neste período, num congresso realizado, inclusive, lá no nosso sindicato.

Renato: Você também cita em seu livro que, em 71, três anos depois do AI5, já na sua gestão no sindicato, vocês faziam reuniões por banco com a participação de 60, 70 bancários. Como foi isso?

Edmílson: Pois é, a explicação é a seguinte: quando acabou aquela gestão de 1967 a 68, houve uma mudança nos Estatutos do Sindicato e o mandato passou a ser de três anos: 1968 a 71. Então, o pessoal fez um acordo com o José de Andrade Guedes, que, apesar de ter apoiado o golpe, estava desencantado com o regime e se afastou daquele grupo e se aproximou do nosso grupo. Então, o pessoal chamou ele para encabeçar uma chapa, mas, agora, com mais nomes comprometidos com o movimento sindical mais atuante. Assim, continuavam o Mauro, o Percinoto, o Degerando. Entrou uma indicação do Auri do Banco Lar Brasileiro, que era o Manoel Messias, o Fagundes, o Augusto César, do Banerj. Eu já entrava aí, como Suplente do Conselho Fiscal, com a Maria Emília. Ainda foi uma composição, onde o Laécio, o Sodré e o Ney Pimenta também participavam, mas agora sem expressão na chapa. Foi uma composição melhorada, mas o presidente ainda tinha muito poder, o Guedes era muito hábil, e manipulava. Era um período difícil, pois havia muita infiltração de gente do aparato repressivo nos sindicatos, inclusive o nosso. E o Sindicato foi se burocratizando.

Renato: Como era isso?

Edmílson: Por exemplo: assuntos relativos aos funcionários, se gastavam reuniões e mais reuniões discutindo a questão. O Guedes manipulava, com o poder da presidência que ocupava, e o pessoal ficava atolado na burocracia e o movimento junto à categoria ficava em segundo plano. Dessa forma, foi uma gestão relativamente tranquila, mas sem muita ação sindical. A gente fazia muitos Encontros, mas era só coisa de cúpula, não repercutia na base.

Renato: Mas nesses Encontros tinha disputas de projetos políticos, de visões de mundo?

Edmílson: Tinha sim, mas era tudo muito misturado, tinha muito policial infiltrado, ficava todo mundo “pisando-em-ovos”, pois ninguém sabia quem era quem. Os movimentos estavam todos infiltrados pelo SNI. Mas aquela diretoria do Guedes, que nós achamos que poderia ser um passo à frente, foi muito complicada, controlada pela burocracia. E, para agravar ainda mais a situação, no primeiro semestre de 69, logo depois da decretação do AI5, destituíram o Percinoto, o Degerando e o Augusto César. E em agosto do mesmo ano, são presos pelo DOPS o Percinoto, o Auri, o Toledo, o Hélio França, os irmãos Marcos e José de carvalho e o Marchesini, todos nos locais de trabalho. E, com isso, o pessoal mais consistente da diretoria ficava perdido quanto à atuação no sindicato: levava para o grupo discutir, mas o momento era mesmo difícil. O Fagundes, por exemplo, começou a ter umas crises de vômitos. Foi ao médico e ele perguntou como estava no trabalho. Quando ele contou, o médico falou que, como ele estava trabalhando naquele clima, sempre contrariado, tendo que “engolir sapos” o tempo todo, os sapos que ele tinha que engolir estavam voltando, era a forma dele colocar para fora aquilo tudo por que estava passando no sindicato.

Renato: Foi isso que estimulou o pessoal a articular a sua chapa, em 1971, com um perfil mais sólido?

Edmílson: É. Dentro da relatividade das coisas, com um perfil melhor. O Fagundes, o Péricles e o Jorge Couto pressionavam por uma composição melhor, mas quem viria como cabeça de chapa? O presidente, como nós vimos, era um cargo fundamental, mas não havia um nome viável naquele quadro. Aí, sugeriram o meu nome e o pessoal da esquerda toda aceitou. Aí o Fagundes chegou no banco e me falou: olha, nós chegamos à conclusão que o melhor nome para cabeça de chapa é o seu. E eu levei um susto: “mas eu não tenho condições, não tenho experiência para assumir isso não”. E fui lá, numa reunião, onde eles colocaram a situação: “olha, nós precisamos de um cabeça de chapa que amplie, que não seja visado, que tenha capacidade de diálogo e seja correto e respeitado. E, nessas condições, achamos que o melhor nome é o seu”. Eu coloquei meus argumentos, então veio a pergunta:

“pois então, qual é o nome que você sugere, dentro desse perfil que nós traçamos?”. Como eu não tinha a resposta, acabei sendo convencido a aceitar aquele enorme desafio. E fomos eleitos para o mandato de 1971 a 1974 com uma expressiva votação da categoria (cerca de 70% dos votos). Mas o Ministério do Trabalho impediu que o Jorge Couto, o Degerando, o Nelson Ferreira Pedrosa, o Vitoriano Xerez, o Péricles, o Nilson Tavares e o Fagundes tomassem posse. Isso foi um baque, mas, mesmo assim, nós tomamos posse. Com um presidente pouco conhecido e com o expurgo dos mais ligados à esquerda, os conservadores e os órgãos de repressão, penso eu, deviam achar que não havia mais riscos de ter uma direção que incomodasse, sobretudo depois de alguns anos sem problemas com o Sindicato dos Bancários, devido aos fatos que já mencionei. Mas, quando começamos nosso mandato, e tiramos a seguinte estratégia: Levantamos algumas ações que o Sindicato havia ganhado na justiça do trabalho e que os banqueiros, acobertados pela política econômica do regime, não cumpriam, e fomos cobrar das direções dos bancos. Com a resposta dos bancos, positiva ou negativa, fazíamos boletins e íamos aos locais de trabalho, conversando com os bancários e convocando os companheiros para reuniões na sede do Sindicato. O resultado é que, de janeiro a fevereiro, período em que não há campanha salarial, conseguimos realizar reuniões por banco com a presença de 50 a 60 bancários, apesar de todo o medo causado pela repressão. Organizamos o Sindicato e “botamos o bloco nas ruas”. Tudo que acontecia nos bancos, o sindicato estava lá: demissões, perseguição de trabalhador, trabalho fora do horário, até bebedor quebrado, o sindicato se fazia presente. Visitávamos as agências e departamentos, víamos as condições de trabalho do pessoal e, quando havia alguma irregularidade, denunciávamos e procurávamos as direções dos bancos, cobrávamos soluções dos banqueiros, da Delegacia do Trabalho e das autoridades, como você poderá ver mais detalhadamente no meu livro. Assim, eles devem ter percebido que cometeram um erro de avaliação ao dar posse àquela diretoria. E, quatro meses depois da nossa posse, o Sindicato sofreu nova intervenção. Eu, Imbiriba, Xerez e o Roberto Martins fomos presos e os demais diretores destituídos.

Fim da entrevista realizada em 26 de junho de 2006.

APÊNDICE 6 – ENTREVISTA III

Ficha da Entrevista:

Nome: Ivan Martins Pinheiro

Endereço: Rua Pereira da Silva, nº 696 apto. 302; Laranjeiras; Rio de Janeiro.

Telefone: 81416698

Duração: 03 horas

Local: Rua Teotônio Regadas, 66/402 – Centro (Sede do PCB)

Data: 03/07/2006.

Nº de fitas: 02 (60 minutos cada)

Pesquisa e Roteiros: Renato Lima

Entrevistador: Renato Lima

Texto: data 05/07/2006.

Conferência de Fidelidade: data: 10/07/2006

Leitura Final: data: 13/07/2006

Carta de Cessão: data - 03/07/2006.

Número de páginas transcritas: 15

Observações:

IVAN PINHEIRO – Carioca nascido na Boca do Mato em 1946, Ivan Martins Pinheiro é funcionário aposentado do Banco do Brasil e advogado. Iniciou sua militância política no movimento estudantil, onde foi diretor do grêmio estudantil do Colégio Pedro II e do Centro Acadêmico Luiz Carpenter (CALC) da Faculdade de Direito da UERJ. Foi militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) e, em 1976, ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB), onde hoje ocupa a função de Secretário Geral. Em 1978 foi candidato à presidência do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, num processo eleitoral histórico que durou um ano e dez meses. Após duas eleições anuladas pelo Ministério do Trabalho, na terceira a chapa de oposição, com expressiva votação, foi reconhecida vitoriosa e Ivan conduzido à presidência, na gestão 1979/82. No primeiro ano de mandato os bancários entraram em greve e o Sindicato sofreu nova intervenção. A intervenção durou setenta e quatro dias e a diretoria eleita foi reconduzida. Liderança sindical com projeção nacional, em 1980 Ivan foi eleito Secretário Geral da Intersindical do Rio de Janeiro e da comissão organizadora da 1ª Conferência Nacional da Classe trabalhadora (CONCLAT), realizada em 1981, ano em que foi eleito para o Secretariado da Comissão Nacional Pró-CUT. Participou da chapa que venceu as eleições para o Sindicato dos Bancários, gestão 1982/85, como Delegado Efetivo representante junto à Federação. Foi candidato a deputado federal em 1986; a prefeito em 1996; a

vereador em 2000 e, agora em 2006, é novamente candidato a deputado federal, sempre pelo PCB.

Entrevista com Ivan Martins Pinheiro, realizada na sede do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 03/07/2006, por Renato Lima.

Fita I, lado A:

Renato: Bom, como conversamos anteriormente e você viu no roteiro que eu elaborei, podemos iniciar falando sobre como você se aproxima do movimento sindical. O que lhe traz para o movimento sindical?

Ivan: É interessante o seguinte: foi tudo muito por acaso. Primeiro, porque a minha formação política se deu, lá pelos 14/15 anos, no Colégio Pedro II, onde eu era periferia de uma base do PCB no Pedro II da Zona Norte, que tinha como próceres três grandes quadros, que estavam entre os melhores quadros do movimento secundarista do Rio de Janeiro daquela época, que eram o Louzada, o Carlos Alberto Muniz, nosso amigo, e o Rodolfo da Motta Lima, parente do Viégas. Eles se revezavam na presidência do Grêmio do colégio, que tinha eleições anuais, e eu gostava muito da política deles. Na época o PCB era único nessas políticas e eu ia aos congressos da AMES (Associação Municipal de Estudantes Secundaristas) e outros, assim como soldadinho, para votar e, se tivesse briga eu também estava junto. Havia muita disputa com o pessoal da Igreja.

Renato: E com o pessoal do Colégio Militar?

Ivan: É, mas aí era outro tipo de briga, que não era por política. Com o pessoal da Igreja Católica, a turma da JEC, JOC e JUC, a disputa era política. Mas, nesse tempo, eu comecei a ler mais, e eles organizavam grupos de estudo, e eu fiquei muito influenciado pelo livro do Gorki, “A Mãe”, de tal forma que, até hoje o personagem central do livro não saiu da minha cabeça. Lemos também A Origem da Família, do Estado e da Propriedade Privada, do Engels e participamos de grupos de estudos. Então, veio o golpe de 1964 e corta tudo. Saí do Pedro II e ingressei na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e dei vazão à minha vocação de estar lutando contra a ditadura participando o movimento estudantil. Lá, fui do Centro Estudantil Luis Carpenter da Faculdade de Direito, onde

havia uma disputa ideológica com a direita que era muito forte, até porque o Direito é uma disciplina da preservação do Estado burguês, portanto propicia a disputa ideológica entre a esquerda e a direita, que existe até hoje no ambiente estudantil.

Renato: E ainda tem a situação que vários cargos no aparelho do Estado, inclusive na polícia, exigem a formação em Direito, certo?

Ivan: Certo, e existem também muitos estudantes de famílias tradicionais, o que se soma a isso. E uma coisa que me chamou atenção agora, e eu nunca havia falado, é que eu entrei para o Banco do Brasil, em 1964, por acaso. Eu era um garoto de 18 anos, com pais de classe média-média, e eu queria um dinheiro para passar os fins de semana, ter mais independência, e fui fazer a prova e passei. Mas todo ano eu achava que seria bancário só por mais um ano. Todo aniversário de banco que eu fazia, vinha aquela autocrítica: ano que vem eu não vou ser mais bancário. Eu queria mesmo é ser advogado criminal ou jornalista, mas o que eu queria mesmo era fazer a revolução no Brasil, achava que poderia ajudar a fazer a revolução. Desde garoto sempre tive o sentimento de ficar do lado dos oprimidos, de ter ódio do opressor, e isso se manifestava em todas as minhas atitudes ao longo da vida: meu negócio era esse. E eu achava o sindicato um horror, achava o PCB, que eu não encontrava desde o movimento secundarista, um horror de reformismo, com aquela política de Frente Democrática. Então, eu não entrava para sócio do sindicato porque não via futuro em ser bancário, nunca imaginei que fosse me aposentar como bancário. E num momento também em que eu achava que não adiantava lutar, sem perspectiva até de participar numa eleição, porque eu não tinha contato com ninguém do sindicato; não se podia lutar por aumento salarial, porque havia o índice oficial. Um bom estudo para se fazer seria pegar, de 64 a 69, e verificar, porque eu tenho a impressão de que nos acordos dos bancários não houve alteração de uma única cláusula. Não havia conquistas, era só repetir o acordo do ano anterior e aplicar o reajuste pelo índice oficial que o governo mandava e eu acha aquilo um horror. Então, ainda no ambiente estudantil, eu me articulei com o pessoal do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), e passo a atuar fora do movimento estudantil. Mas o mais incrível é que eu fui eleito presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro em 1979, tendo sido bancário a partir de 13 de agosto de 1964, data em que tomei posse no Banco do Brasil, e só tendo me filiado

ao Sindicato em 1976. Imagine só: doze anos como bancário sem ter sido sindicalizado! Mas isso tem explicação: primeiro, porque eu nunca admitia que faria carreira como bancário. Segundo, a partir do meu envolvimento com o MR-8, a organização é que decidiu que eu não deveria ser sindicalizado em função do tipo de atuação que eu deveria desempenhar. Eu precisava parecer um cidadão pacato, um pequeno burguês casado e com filhos, funcionário do Banco do Brasil não-sindicalizado. Eu não ingresso no MR-8 pela Faculdade nem pelo ambiente de trabalho, mas pela influência de amigos, que foram o Francílio, hoje presidente do Sindicato dos Professores, do Laércio Cabral Lopes, que é físico e do Raymundo de Oliveira, que era um amigo do MR-8. Minha base no MR-8 foi, durante muito tempo, eu, Francílio, Laércio, Maurício e Ana Chapiro, professores também, e o Raymundo, que também participava de reuniões conosco. Quando entrei para o PCB, em 1976, a primeira coisa que o Partido fez foi mandar que eu me sindicalizasse.

Renato: E como foi esse ingresso no PCB?

Ivan: Foi até engraçado: naquela época, o Laércio foi o primeiro a sair da base do MR-8, por entender que aquela política “foquista” estava errada antes de nós. Eu já andava “com aquela minhoca na cabeça”, mas não havia ainda evoluído para isso. O Laércio saiu, foi para o PCB e ficou me conquistando com publicações, como a “Voz Operária”, e acabou me ganhando para entrar para o PCB. Não me lembro exatamente o ano, 1975 ou 1976. Chamei o Laércio e disse: me rendi! Fiz uma avaliação e conclui que a política do PCB para derrotar a ditadura é que está correta. E ele falou: então, vou encaminhar o seu pedido. O partido fazia uma investigação sobre a pessoa que queria ingressar e isso levou algum tempo, que me pareceu uma eternidade. Um dia ele me procurou e disse que eu fui admitido e que eu seria procurado por alguém da base do PCB no Banco do Brasil, que estará com uma certa revista e fará tal pergunta. Dias depois fui procurado na seção onde eu trabalhava pelo Péricles Salomão que, você se lembra, trabalhava com o Jamir Firmino Pinto: com aquela cara de comuna, a revista debaixo do braço, falou a senha combinada e nós descemos para tomar um café.

Renato: Nesta época, 1974/75, em São Paulo, houve aquele problema com a direção do PCB e esse cuidado todo com a segurança era justificável, certo?

Ivan: Sim, um terço do Comitê Central havia sido assassinado recentemente. Em função disso, segundo eu soube, haviam duas bases separadas no setor bancário: uma “contaminada”, correndo risco das pessoas serem presas, formada pelos militantes que respondiam a Inquérito Policial, como o Percinoto, Barata, Fagundes e outra dos não contaminados, que foi a primeira das quais eu participei. Participavam dessa base, além de mim, o Villarinho, Mario Sérgio, Teresa, que depois veio a ser minha mulher, Solange, João Henrique e o ‘Careca’ Antônio Timóteo da Costa, do Citibank. Havia essa base, que era assistida pelo Geraldão ou o irmão do Mário, que não me lembro o nome, mas hoje é um prócer do PT aqui no Rio. E, para não parecer coisa do Partido, funcionava como uma articulação sindical e as reuniões eram na casa do Edimílson Martins, que era católico e um cidadão acima de qualquer suspeita. As reuniões eram realizadas do lado de fora, no quintal da casa, para que todos vissem.

Renato: Ele lhe conheceu antes da sua relação com o Partido?

Ivan: Conheceu na campanha do Lysâneas Maciel, nós éramos da coordenação da campanha, em 1974, quando eu ainda era do MR-8 e o grupo do Tônico apoiava o Lysâneas. Mas depois eu entrei para o PCB e o Edmílson não sabia que eu já estava no Partido. Mas quando eu fui para o Sindicato esse pessoal estava impossibilitado de se candidatar e acabou sobrando para mim. Fui indicado como candidato à presidência do Sindicato, o que me surpreendeu, mas eles me ajudaram, deram várias dicas, e eu virei candidato à presidência sem ser sindicalista. Sindicalizei-me em 1976 e dois anos depois já tenho que falar em assembleias, na Campanha do Panelão, em 1978. Minha virtude foi ter aceitado e ter me tornado realmente um sindicalista. Mas minha preocupação sempre foi muito mais política e, por isso, eu topei o desafio de conquistar o Sindicato para o Partido, porque vislumbrava a possibilidade de transformar aquele Sindicato numa central de luta contra a ditadura, por justiça social. Eu já tinha uma formação, era suficientemente esclarecido para saber que o Sindicato era diferente do Partido, no que pese as pressões no sentido do aparelhamento da entidade sindical pelo partido político. Pode ser que minha formação e história de vida tenham ajudado, mas o fundamental é que elas se combinavam com a política do Partido, de que o

importante era a luta contra a ditadura. Assim, sempre que na hora de uma polêmica que opunha uma questão sindical a outra de ordem política, nós sempre optamos pela segunda, e era aí que dava problemas com os “sindicalistas” e com o “esquerdismo”.

Renato: Eu lembro que na Campanha do Panelão, eu era novo de banco e não tinha ainda atuação sindical, mas ia às assembléias e via você disputando com a direção do Sindicato, que era muito atrasada, as assembléias eram dirigidas pelo Laécio, presidente da Federação, que era o único daquela turma que tinha firmeza e um certo diálogo, e você tinha cancha: disputava, negociava, falava nas assembléias.

Ivan: Mas essa cancha vem lá das minhas experiências no movimento secundarista, do Pedro II, e depois da Faculdade de Direito. Aliás, eu pensava em ser advogado criminalista, para defender pobre, ou jornalista, para denunciar rico. Apesar de querer levar a faculdade a sério, eu vivia enfiado nas coisas do movimento estudantil e não conseguia fazer um curso de Direito bom, sempre fui um aluno de resultados: precisava de nota 5 na prova para passar, ia no ônibus dando uma lida nos livros e pronto.

Renato: Desde o início da sua atuação no sindicato, em 1977, que você é considerado um excelente orador: no movimento estudantil você já falava em público?

Ivan: Falava em público, fazia agitação nas ruas. Acho que é daí que vem essa cancha.

Renato: Você foi assumiu como presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro em um momento riquíssimo, quando o movimento sindical brasileiro estava se reconstruindo, no bojo da retomada das lutas e greves, como as do ABC paulista. Aqui no Rio de Janeiro, o Sindicato jogava um papel preponderante e você acabou se destacando, sobretudo no primeiro CONCLAT, mas no segundo também, como uma figura de proa do movimento nacionalmente respeitado. Como você chega a esta situação?

Ivan: Bom, foi tudo muito rápido. Mas penso que isso se deve, primeiro, ao peso político que o Sindicato tinha naquela época, regional e nacionalmente, e que talvez não tenha hoje. Isso não porque nós não estejamos na direção, mas porque a realidade é outra, a categoria é outra: houve muitas mudanças no sistema produtivo; a eficácia de nossas greves atualmente é nenhuma; a categoria diminuiu de tamanho. Nossa posse mostra (é só verificar nas fotos da posse de 1979), que aquele era um momento especial, não parecia que estava tomando posse uma simples diretoria de um sindicato de bancários: aquela posse foi um encontro de democratas. Parecia que a frente democrática havia conquistado uma posição importante, as pessoas tinham essa percepção de que o mandato viria a ser um diferencial na luta contra a ditadura, e foi. Essa foi a marca principal daquele mandato (1979-1982) e do seguinte (1982-1985), quando o Sindicato dos Bancários do Rio funcionou como uma “Central das Lutas Democráticas”. Nós dávamos apoio a tudo o que somasse na luta contra a ditadura, e com divergências internas, porque os mais ‘atrasados’ nos criticavam, diziam que o Sindicato deveria ser só para os bancários, etc. Então, o diferencial foi o momento, que coincidiu com a inflexão da ditadura: acabara de acontecer a volta dos exilados, com a anistia (1979); as greves no ABC; o declínio da capacidade da ditadura de aplicar a legislação repressiva.

Renato: Mas eles até que tentaram, com a intervenção no Sindicato em função da greve de 1979, certo?

Ivan: Tentaram, mas acabou gerando um movimento de solidariedade impressionante, pois o Sindicato já era tratado como uma conquista da frente democrática. Nos ficamos afastados cento e poucos dias e voltamos à direção. Já não existia mais espaço para as torturas, pois já havia acontecido as mortes do Manoel Fiel Filho e do Wladimir Herzog no DOPS de São Paulo; o ABC se levantando. Até 77, não haviam eleições e, quando haviam, as direções progressistas não conseguiam tomar posse, mas, naquele momento, houve uma abertura sindical no Brasil, naquele período da anistia, e eles foram abrindo aos poucos as eleições sindicais. No Rio, em todas elas esse campo onde o PCB tinha peso ganhou. Primeiro foi o Sindicato dos Médicos; depois o dos professores, com o Monrevi; o Caó, no Sindicato dos Jornalistas, e assim nós fomos construindo a Intersindical do Rio. Outra questão era que o PCB, frente às outras organizações,

ainda era forte por aqui. No início da década de 80, e a I CONCLAT foi em 1981, apesar de não sermos tão fortes assim nacionalmente, mas com o que tínhamos mais a nossa política de alianças, essa sim poderosa, nos possibilitou uma dimensão maior.

Renato: Essa política de alianças tem haver com a política de frente e pela atuação nas entidades de massa, tirada no Congresso do PCB de 1966/67?

Ivan: Sim, nós estávamos colhendo os frutos dela, pois, durante a ditadura, nós estávamos atuando nas entidades de massa, mesmo com dificuldades. Veio a abertura, quem é que estava lá? Os outros estavam fazendo “focos”, chegaram atrasados. O PCB estava ali, no corte-e-costura, no jogo de biriba, perto das massas, e saiu ganhando. Naquele momento o Partido tinha o Metalúrgico de Santos, alguns sindicatos importantes aqui no Rio e muitos aliados, o que ampliava nosso peso no movimento sindical. Quando a política é boa, você não precisa ter a maioria: com dois militantes numa diretoria já faz uma diferença grande. E o Sindicato dos Bancários simbolizou tudo isso: aquela posse de 1979, com grande expressão política e um mandato voltado para as questões nacionais foram se somar ao fato de que, no passado, o Sindicato foi um espaço em que o PCB formou grandes quadros, como o Viégas; Cascon; Campbel; Huberto Meneses Pinheiro; o Aloísio Palhano, que não era do Partido, mas era próximo; o Olympio. Então, naquela posse, parecia que se estava reconquistando um território das mãos da ditadura: aquela festa, uma posse linda! O Edmilson, por exemplo, não ficou quatro meses como presidente. A razão que deram para cassá-lo foi uma comemoração, interna, do primeiro de maio. Um debate com Franco Montoro, o subversivo! Talvez a diferença entre essa geração, que assumiu o Sindicato nos anos 90 e aquela que assumiu na década de 80, é que nós assumimos no avanço das lutas democráticas e com preocupações políticas maiores que as da geração de 90 que, quando entraram, essa questão da ditadura já estava resolvida. Penso também que a geração que vem a partir de 1990, foi influenciada pela vitória ideológica do neoliberalismo, esse pessoal tem outros valores, mais próximo ao sindicalismo de resultados, de parceria, são menos socialistas do que a gente era, talvez.

Fita I, lado B:

Ivan: No início dos anos 80, as diferenças apareciam, por exemplo, na organização das comemorações do Primeiro de Maio. O PCB levava suas bandeiras: Pelas Liberdades Democráticas; Assembléia Nacional Constituinte, etc. E vinham os 'esquerdistas' dizendo que não: Tem que cobrar o reajuste salarial, a Greve Geral, etc. Claro que entravam todas, mas as importantes para nós, naquele momento, eram as de ordem política, para resgatar o Estado de Direito e derrotar a ditadura. Depois que as campanhas democráticas no Brasil começaram a dar certo, a burguesia resolveu se apropriar daquelas bandeiras, mas, no início, era a esquerda quem articulava e construía, sozinha, as articulações para as mudanças. Na luta pelas eleições diretas; pela constituinte; contra o governo Collor. Depois é que virou moda, até a Rede Globo foi obrigada a aderir. O início da campanha das Diretas, aqueles 'atinhos' aqui no Rio, em frente à Câmara de Vereadores, eu acho que o Sindicato dos Bancários bancou aquilo tudo: "o que é necessário? Deixa com a gente!" Como os outros sindicatos não possuíam a mesma visão, a mesma política e nem os recursos materiais e a estrutura que nós tínhamos, nós nos dispúnhamos a bancar. Hoje eu acho que a campanha salarial mais produtiva, com os maiores resultados que nós já obtivemos na história do sindicalismo bancário, em número de cláusulas e percentual de reajuste real, foi a de 1979. Aquela proposta que nós rasgávamos já eram acima do INPC. Hoje, em 2006, com doze anos de desindexação salarial, o que já forma uma geração de sindicalistas que disputam o INPC, porque a vida é assim. A partir de 1994, com o Fernando Henrique, ele desindexou os salários. Mas antes, o movimento sindical tinha a reposição pelo INPC como obrigatória, e as campanhas salariais eram para disputar o que viria acima disso. Mas depois, tudo passou a ser negociado. Então, em 1979 - você já era diretor do Sindicato?

Renato: Não. Participei do mandato 1982-1985.

Ivan: É mesmo. Aquela campanha de 1979, que começou com uma proposta de reajuste de 3% e foi a 16% ou 18%, em que eu rasguei a primeira proposta dos banqueiros e joguei para o alto, como saiu nos jornais da época, isso era acima do INPC, significava um aumento real de 16% ou 18% e o esquerdismo querendo greve! Você não estava nessa assembléia, mas foi uma coisa dramática.

Renato: Eu já participava das assembléias, pois já era bancário desde 1977. Não tinha atuação sindical, mas militava no movimento estudantil.

Ivan: Então você deve se lembrar: eles jogavam moedas em nós, chamavam-nos de pelegos. E era um sindicato que unia a luta pela democracia à luta salarial.

Renato: E então, em 1979, fomos à greve.

Ivan: Fizemos dois dias de greve, uma quinta e uma sexta-feira. Sofremos intervenção e a categoria perdeu muitos militantes.

Renato: Você considera que seria correto ter aceitado aquela proposta de 1979?

Ivan: A situação era a seguinte: aquela proposta era, raciocinado friamente, muito boa. Só que a categoria estava num nível de radicalização que valia a pena ela ter experimentado a greve. Numa reunião grande do Partido na véspera da assembléia decisiva, que foi em 13 de setembro de 1979, eu, o Zola e alguém mais, que eu não lembro, fomos contra. Na reunião, havia umas 50 pessoas em minha sala, decidiu-se que nós tínhamos que nos posicionar contra a greve. Fui voto vencido, mas encaminhei. E até hoje eu tenho dúvidas de qual era a melhor alternativa. A intervenção durou apenas cem dias porque, no processo, ficou comprovado nos autos que a diretoria do Sindicato foi contra a decretação da greve, mas respeitou a decisão da assembléia. Eu não sei se nós tivéssemos defendido a greve, voltaríamos tão rapidamente. Também não sei se valeria a pena não voltar. Era uma decisão difícil aquela, que envolvia uma grande carga emocional. Mas a ditadura jogou para a realização da greve. Houve lances muito estranhos naquele momento. Naquele dia 12 de setembro de 1979, estávamos reunidos na minha sala na rua Teóphilo Otoni, a sala cheia de gente, aquela fumaceira de cigarros, tocou o telefone e era a secretária do então Ministro do Trabalho, Murilo Macedo. Ele veio ao telefone e disse algo assim: “Tudo bem Ivan Pinheiro? Parabéns pela sua liderança. Mas você sabe que não pode haver greve e, se houver greve amanhã, infelizmente, apesar de eu simpatizar muito com você e admirar sua liderança, serei forçado a decretar a intervenção no sindicato. Mas, para evitar esses contratempos, eu tenho uma proposta para lhe apresentar”. Já passava das 23:00 horas; eu perguntei: “qual

a proposta, Ministro?” E ele respondeu: “Você suspende a assembléia de amanhã...” E eu apartei: “Mas Ministro: como é que eu vou suspender uma assembléia convocada de um dia para o outro?” E ele continuou: “Mas isso é fácil: eu falo com emissoras de TV e elas colocam inserções, durante todo o dia de amanhã (que seria 13 de setembro de 1979), dizendo que a assembléia está suspensa por uma semana para negociações”. E disse que queria marcar uma reunião, para o dia seguinte lá no Ministério, com os seguintes nomes listados: Ivan Pinheiro, pelo Rio; Olívio Dutra, de Porto Alegre; Augusto, de São Paulo e um dirigente de Belo Horizonte, que era cristão de esquerda, uma excelente figura que não lembro o nome. Nós, presidentes desses quatro sindicatos, tínhamos uma articulação para entrarmos em greve juntos, em 1979. Mas houve duas rupturas, contra a opinião das lideranças, que foram Porto Alegre, onde a greve saiu no início de agosto, e Belo Horizonte, onde saiu no início de setembro. Isso quebrou a nossa perspectiva de construir uma unidade que, se ainda não seria nacional, seria dos maiores centros financeiros. Então, eu liguei para os três: Olívio e Augustão opinaram que nós não deveríamos topar; já o companheiro de Minas ficou em dúvida. Liguei para o Ministro e disse que não daria, que agradecíamos o empenho dele, mas que aquilo pegaria muito mal, afinal nós lutávamos pela liberdade e autonomia sindical, mas que ele poderia ajudar convencendo os banqueiros a melhorarem a proposta até a assembléia do dia seguinte. Ele, então, pediu uns parâmetros de uma proposta palatável, e eu sinalizei que, entre outras coisas, a questão estava nos pisos: se acrescentasse algo em cada piso já seria um bom sinal. No dia seguinte, eu soube que o Theóphilo de Azeredo Santos, presidente do Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro, teria um encontro com o Ministro. A assembléia foi na Galeria dos Empregados do Comércio: salão lotado, bancários tomando a rua em frente, aparelhagem de som para fora, eu tive que falar de cima da mesa. Essa foi a assembléia mais dramática que eu já participei. Antes da assembléia, lá pelas 18:30 horas, nós estávamos na Teóphilo Otoni e aparece o Theóphilo de Azeredo, acompanhado por dois guarda-costas, e diz: “tudo bem? Vim cumprimentar o presidente” – ele havia sido meu professor na Faculdade de Direito. E me entrega um envelope lacrado, dizendo que era a proposta final, mas que eu não abrisse com ele presente, pois não haveria negociação. E foi embora rápido. Quando eu abri o envelope, vi que eles haviam reduzido em todos os pisos, com relação à proposta

anterior. Este fato me fez acreditar, mais ainda, que eles queriam mesmo nos empurrar para a greve. E deu no que deu.

Renato: E como foi o desfecho?

Ivan: A greve foi decretada; paramos numa quinta e sexta-feiras, 14 e 15 de setembro de 1979; a intervenção foi decretada, junto com um Mandato de Prisão; fiquei na casa do Marcelo Cerqueira; e, na terça-feira, durante o julgamento do dissídio na DRT, o Theóphilo de Azeredo Santos aceita a proposta que havia sido rejeitada na assembléia, mas com os pisos anteriores. Nós, já afastados, orientamos o advogado do Sindicato, que era o Celso Soares, a fazer o acordo nos autos e não deixar o dissídio ir a julgamento. Como interventor no Sindicato foi indicado o Marcelo Neiva, que havia estudado Direito comigo e era colega de banco. Nós achamos que ele seria um canalha, dadas as circunstâncias. A intervenção passou de cem dias e o Banco do Brasil abriu um processo interno para me demitir, mas não foi à frente. Durante a intervenção, nós reuníamos a diretoria na Federação e tentávamos tocar as coisas de lá. Mas alguns funcionários, dentre eles o Elso e a Julieta, me procuravam e diziam que o interventor estava bem intencionado, queria ajudar, mas eu não me convencia. Depois da intervenção eu tive que reconhecer que eles estavam certos: o cara ajudou mesmo. Um exemplo: na véspera da greve, nós fizemos uma reunião do Comando de Greve, onde estávamos eu, o Zola, a Fernanda Carizio, o Cyro, que era muito novinho, a Bete, do MR-8, e outros. Então, resolvemos sacar algum dinheiro e distribuir pelos membros do Comando para pequenas despesas durante a greve. E os vales ficaram no cofre do Sindicato. Certo dia, recebo um envelope contendo os vales e um bilhete: era interventor e dizia para, da próxima vez, a gente tomar mais cuidado e não deixar “rabo”.

Renato: Naquele momento haviam questões colocadas no movimento sindical relativas aos projetos políticos, que vão desembocar na discussão sobre a fundação da CUT e repercutirão nas eleições do Sindicato, em 1985. Como foi isso?

Ivan: Para mim, nas eleições de 1985 nós fomos vítimas de uma política correta. A meu ver, o PCB errou na dose e no ‘time’ de uma política que era, no essencial, correta. Errou na dose e na hora de fazer uma inflexão. No momento em que surgem

o PT e a CUT, nós já devíamos ter feito essa inflexão, mas erramos ao considerar que o avanço do movimento de massas poderia atrapalhar a transição. E, pelo contrário, dialeticamente ele poderia antecipar o fim da ditadura. Porque era um ator novo entrando em cena, a classe operária, as greves, etc. No livro do Hércules Correia a transição democrática é tratada como se fosse uma 'cristaleira'. Eu concordava que ela era mais importante que greves ou aumentos, mas não que as greves, os aumentos, atrapalhassem a transição, eu achava que ajudavam. E essa era a discussão no interior da Comissão Política Nacional. E o Hércules Correia ficava tentando apagar os incêndios. Havia uma esquizofrenia no interior do próprio PCB. O jornal Voz da Unidade e o Correio Sindical de Unidade, no período que vai de 1979 a 1983: pareciam dois partidos. A Seção Sindical, via Correio Sindical, chamando para a Conclat, falando das greves, de greve geral. E os editoriais do Voz da Unidade, dizendo que não era hora para confrontações, etc. A questão da CUT, na Conclat de 1981, nós jogamos o maior peso, ajudamos. O primeiro Estatuto, por exemplo, foi feito na Piedade, onde eu morava: passei dias estudando estatutos de várias centrais de outros países e adaptando à realidade do Brasil. Levei para a Seção Sindical do Partido, que deu idéias. E foi esse estatuto, com alterações, mas aproveitando aquela base que nós elaboramos, que foi para o Congresso de São Bernardo que fundou a Central. A Comissão Pró-Cut funcionava numa sala do Sindicato dos Bancários, coordenada por mim e pelo Jorge Bittar, do Sindicato dos Engenheiros. Eu vivia em função daquilo, com aquela camisa que estampava "Conclat: Rumo à CUT"; vendendo os 'botons'. Nós, os militantes sindicais do Partido que estávamos envolvidos naquilo, não tínhamos nenhuma dúvida de que estava certo criar a CUT naquele momento. A idéia, discutida entre os dirigentes sindicais do PCB e os do que viria a ser o PT, era de que, com a criação da Comissão Nacional Pró-Cut, nós já estaríamos criando a CUT. Havia resistências, os pelegos eram contra, mas acabou que a Executiva Nacional do PCB lançou uma resolução considerando inoportuna a criação da CUT, que o importante era a transição, que ela não seria única, etc. E puxamos as outras forças, que estavam sob nossa influência, jogando a questão para o próximo Conclat, empurramos de 1981 para 1983. E no segundo Conclat foi difícil. A questão das Oposições Sindicais também atrapalhou muito, com aquele artigo oitavo, houve muito golpe para tirada de delegados no Brasil todo. A Conlutas vai pelo mesmo caminho: eu estive lá no congresso deles, como representante do PCB, e vi: cada cabeça, um delegado. O

cara é sócio de um sindicato e já se credencia como delegado por uma oposição sindical, e o sindicato aparece como representado. Em 1983 também houve isso, e atrapalhou bastante.

Renato: Em termos de projeto político, quando a CUT é fundada, nós tivemos mudanças no movimento bancário carioca. Em 1985 o PCB perde o Sindicato: houve o racha do Partido, com a saída do Pereirinha e do Barata com a questão do Prestes, entraram para o PDT e se tornaram cutistas.

Ivan: É verdade. Naquela eleição, se o Barata tivesse ficado conosco, o resultado poderia ser outro, pois, no Banerj desequilibrou, nós perdemos em todas as urnas.

Renato: E é um ex-militante do PCB, o Barata, que vem encabeçando a outra chapa, numa composição com a Convergência Socialista e setores do PT.

Ivan: E com uma orientação que não é mais de frente, agora o 'Sindicato é pra Lutar'; fazer a luta de classes, entendida como campanhas salariais aguerridas, com percentuais altos; o sindicato também recruta para a revolução, sindicato e partido misturados: uma confusão enorme, tudo muito ruim, um economicismo só.

Renato: Hoje em dia se discute muito no movimento sindical a questão da organização do trabalho, a reestruturação da produção, os impactos tecnológicos, etc. Essas questões eram colocadas?

Ivan: Essas questões não existiam.

Renato: Questões relativas às condições objetivas de trabalho, etnia, orientação sexual, mulheres?

Ivan: Nem questões relativas à saúde do trabalhador eram priorizadas naquele período. Eu penso que tudo isso entrou na pauta a partir das modificações pro que passou o mundo do trabalho com a introdução das novas tecnologias. Naquela época, eu acho, não havia grandes mudanças tecnológicas. Os bancos viviam, basicamente, de depósito de retirada de dinheiro físico, o que, mesmo após a

introdução dos CPDs, facilitava a ação nas paralisações: naquele tempo, nossas greves tinham grande eficácia.

Renato: Relativamente a hoje, em função das diversas modalidades de transações eletrônicas?

Ivan: Sim, isso dificulta muito.

Renato: E que projeto de sindicato você vislumbra para essa nova realidade?

Ivan: Veja só, não é o Sindicato Cidadão do Amaral. Para não colocando nomes, nosso sindicato era político, no sentido amplo da palavra. Tinha mais preocupação com o Brasil; com o mundo; com a democracia; com liberdade; com justiça social; com as leis, fazia 'lobby' no parlamento; com a defesa da previdência, etc. O sindicato do PSTU era o sindicato economicista, da revolução, da luta de classes.

Fita II, lado A:

Ivan: O Sindicato Cidadão, não sei se isso é uma tendência nacional, mas quem formulava era o Amaral, era, a meu ver, um rebaixamento do sindicato político, mas possuía aspectos melhores que o 'classista'. O nosso sindicalismo, quando eu digo que era político, é porque, no que pese ele não confundir sindicato com revolução, mas tinha um discurso socialista: o sindicato é importante para atuar politicamente, mas o fundamental é mudar a sociedade para uma sociedade socialista, isso estava incorporado no nosso discurso. O sindicato cidadão sempre me soou como uma proposta para reformar o capitalismo: reconhece que o capitalismo é irreversível, mas que ele é ruim porque nem todos somos cidadãos completos. Então, desde que seja respeitada a nossa cidadania, não tem problema haver a 'mais-valia'. Então, tem diferenças. Agora, o chamado sindicalismo classista não tem mediação com nada, é a revolução permanente, o sindicato é um instrumento de fazer a revolução. Isso, na prática, exclui os outros, porque o sindicato passa a ser um espaço para quem é revolucionário, para quem é classista.

Renato: A campanha eleitoral dos bancários em 1985 foi muito polarizada: houve um nível de discussão que extrapolou ao das propostas e passou para o pessoal. Como você viu essa questão?

Ivan: Eu penso que aquele nível de campanha, muito centrada em ataques pessoais (nos documentos da chapa de oposição, em 1985, Ivan era tratado como 'Ivanponi', numa alusão a Volponi, personagem mafioso de novela da época), era, até aquela campanha, uma coisa inédita no movimento bancário. E eu também não tinha conhecimento de uma campanha com a aquele nível em outras categorias. Mas nós perdemos aquela eleição na política mesmo. Fazendo um balanço daquela gestão, penso que fizemos um bom mandato, que a categoria gostava da nossa gestão. Nós perdemos quando eles conseguiram que a nossa chapa, a chapa 1, fosse identificada como a chapa do da CGT do Joaquinzão; a chapa do Moreira Franco; do Miro Teixeira. E a chapa 2 como sendo a chapa da CUT; do Lula; do Brizola. "Sindicato é pra lutar" versus "sindicato pra conciliar"

Renato: Havia na sociedade, naquele momento, um forte sentimento mudancista também, onde o fato de se apresentar como oposição também fazia diferença, certo?

Ivan: É, e foi uma derrota que ninguém esperava: nós formamos a chapa com parte da oposição, pessoas ligadas ao PT, como o pessoal da Imaculada, Rui, Luiz Carlos do Banco do Brasil; formamos a chapa a partir de prévias por banco e conformamos a nossa chapa numa convenção da categoria. Então, nós imaginávamos que eles fossem aparecer como divisionistas. No Banerj eu penso que o que pegou não foi que o Barata fosse mais representativo do que o Percinoto, afinal ambos tinham um prestígio construído no mesmo referencial. Penso que a questão que pegou foi Brizola versus Moreira Franco. Eles conseguiram colar esses rótulos e nós, sobretudo a partir do resultado no Banerj, perdemos a eleição ali.

Fim da entrevista realizada em 03 de julho de 2006.

APÊNDICE 7 – ENTREVISTA IV

Ficha da Entrevista:

Nome: Cyro Garcia

Endereço: Rua Professor Manoel de Abreu, nº 705, apto.504; Vila Isabel; RJ.

Telefone: 38085478

Duração: 03 horas

Local: Av. Presidente Vargas, 502/ 15º andar (Sede da CUT-RJ)

Data: 04.07.2006

Nº de fitas: 01 (60 minutos)

Pesquisa e Roteiros: Renato Lima

Entrevistador: Renato Lima

Texto: data: 07/07/2006

Conferência de Fidelidade: data 17/07/2006

Leitura Final: data: 20/07/2006

Carta de Cessão: data – 04/07/2006

Número de páginas transcritas: 15

Observações:

CYRO GARCIA – Mineiro de Manhumirim, Cyro Garcia nasceu em 26 de outubro de 1954 e, ainda criança, veio morar no Rio, no bairro de Vista Alegre. Ingressou no Banco União Comercial (que foi encampado pelo Itaú), no ano de 1973 e começou sua atividade sindical em 1976, ano que entrou para o Banco do Brasil, na Frente de Oposição Sindical Bancária (FOSB). Participou do processo eleitoral de 1978, onde inicialmente seu grupo deu apoio crítico à chapa de oposição encabeçada por Ivan Pinheiro. Após a anulação do pleito pelo Ministério do Trabalho, seu grupo concorreu com chapa própria nas duas outras eleições. Participou do Comando de Greve de 1979, tendo destacada atuação no movimento de resistência à intervenção e de retomada do Sindicato. Encabeçou uma das chapas de oposição na eleição de 1982 e foi eleito vice-presidente no mandato 1985/88. Na eleição seguinte para o Sindicato, mandato 1988/91, foi eleito presidente da chapa vitoriosa. Com destacada atuação sindical e política, Cyro foi fundador do PT e da CUT, integrando a direção executiva da central por quatro mandatos. Fundador da tendência Convergência Socialista, Cyro é hoje da Direção Nacional do Partido Socialista Unificado (PSTU), partido pelo qual é candidato à Câmara dos Deputados nas próximas eleições de 2006.

Entrevista com Cyro Garcia, realizada na sede da CUT-RJ em 04/07/2006, por Renato Lima.

Fita I, lado A:

Renato Lima: Bem, você já conhece o roteiro. Você é mineiro, certo?

Cyro Garcia: Sou mineiro de Manhumirim e nasci em 26 de outubro de 1954.

Renato Lima: E como é que você se aproxima do Sindicato?

Cyro Garcia: Comecei a minha atividade sindical em 1976, em plena ditadura militar ainda. Eu já era bancário desde 1973 (trabalhava no Banco União Comercial, que foi encampado pelo Itaú), mas eu não tinha nenhuma consciência sindical, me aproximei do sindicato pela questão assistencial: eu era bancário e tinha o odontológico, que era famoso, era bom e barato, porque você não pagava sendo sindicalizado. Tem até coisas, assim, engraçadas olhando hoje: houve um 1º de maio (eu não tinha nenhuma consciência o que era um 1º de maio) e eu participei de um 1º de maio com minha mãe, meu pai, minha família inteira. Foi um passeio pela Barca da Cantareira, com sanduíche, Coca-cola e banda do Carequinha, aquela coisa bem alienada. E eu fui com a galera toda e não tinha nenhuma consciência de nada. Em 1974 eu entro para a faculdade (sou formado em Direito na UFRJ), já era bancário. Na faculdade que eu começo a ter os primeiros contatos. Eu me lembro que a primeira reunião política que eu participei foi na casa do Hélio Fernandes Filho, que saiu candidato pelo MDB, dito “autêntico” naquela época. Ele era estudante da escola e a galera me convidou. Eu já tinha uma coisa assim, uma participação meio alternativa, pelo teatro.

Renato Lima: Teatro da universidade?

Cyro Garcia: É. Eu tinha um grupo de teatro amador, com meu irmão e minha irmã. Meu irmão até hoje vive disso: ele trabalha na Lona Cultural de Vista Alegre, é diretor de teatro lá, dá aula de dança e tal. E nós tínhamos um grupo, que era o Grupo Quebra-Cabeça, e fazíamos teatro amador. Então, quando eu entro para a faculdade, eu também organizo lá um grupo de teatro com algumas pessoas, que é o TRALD - Teatro de Resistência dos Alunos de Direito. Isso foi no quarto período, eu não lembro exatamente, na UFRJ, e começou lá pelos anos 76/77, estes teatros

de resistência do movimento estudantil. Mas, a primeira vez que eu tenho, assim, consciência de que nós vivíamos numa ditadura (e isso é muito importante para mim), foi no pré-vestibular, por intermédio de um grande professor, na opinião de todos, que foi o Aquino. Fui aluno do Rubem Aquino e do Luís Sergio, que hoje dá aula no São Vicente de Paula. Eles dois eram meus professores, e foi com o Aquino e com Luís Sergio que eu comecei a me tocar do mundo que eu vivia, pois até então eu não conhecia muito isso. Interessante porque eu já havia tido uma oportunidade de conhecer: na minha adolescência eu morei em Vista Alegre (vim para o Rio de Janeiro com sete anos e cresci em Vista Alegre) e tinha dois vizinhos que, em um dado momento da vida, me deram uns toques, tipo: fazer teatro. Diziam: “ah, é muito importante fazer teatro; é muito importante ler”. Mas uma coisa assim (a gente era garoto) muito genérica. E, certa vez, eles me deram um monte de livros e sumiram, entendeu !? Eles me deram um monte de livros e, eu me lembro, foi a primeira vez que eu tive contato com a Literatura Russa: me apaixonei por Gorki, Dostoievski, Tchecov, Tolstoi e passei a ler. Isso teve muita importância na minha formação, ainda que fosse uma coisa assim, muito solta. Mas isso foi forjando em mim uma consciência socialista, desse mundo. Até porque, na verdade, parte desses autores era de socialistas, não socialistas científicos, mas era aquele Movimento Populista lá da Rússia, os “*narodniki*”, aquela coisa. Mas é uma literatura maravilhosa, e falava das contradições, e eu fui tomando contato com isso. Então, certo dia, eles se mandaram e eu não soube o porquê. Dali a alguns dias eu fiquei sabendo: eles haviam sido presos. E o mais engraçado é que eles foram presos como assaltantes de automóvel. Na rua em que morávamos foi um choque aquilo: aqueles meninos que a gente conhecia, de repente, presos: viraram ladrões de automóveis! Só mais tarde eu viria a ter consciência do que eles realmente eram: que o problema era que eles faziam parte da resistência armada, da guerrilha urbana. Reencontrei com eles na fundação do PT (pois eu fiz parte da fundação do PT), aí, já com outra cabeça. Mas resgatar aquilo lá atrás: como pode? Eles eram meus vizinhos de porta mesmo, assim: era a minha casa, tinha a casa de uma portuguesa, que era a D. Maria, e tinha a casa deles. A mãe deles era espanhola; o pai deles morreu atropelado na Voluntários da Pátria, em Botafogo; eram o Francisco e o ... (deu branco aqui no outro). Mas foi assim: eu teria tido essa oportunidade, mas eles ficaram muito na deles de fazer uma discussão muito reservada, e eu era muito novo também. Mas, com certeza, aqueles toques, mesmo sutis, e a literatura que eles me deram (antes

de caírem fora, porque a barra deve ter pesado pra eles, e eles se mandaram), teve um significado importante para mim, apesar de tudo ser muito inconsciente. Aí, conscientemente, foi com o Aquino e com o Luís Sergio, pelas aulas deles. Um dia, depois da aula, perguntei ao Aquino.... Não, acho que foi ao Luís: Luís, queria lhe fazer uma pergunta: então, pelo que eu estou entendendo, nós vivemos numa ditadura? É isso? E ele: “É, nós vivemos numa ditadura”. Cara, foi um choque pra mim, pois eu pensava que a gente vivia em plena democracia. Não entendia nada; não entendia nada mesmo! Aí, quando veio a escola.... Mas, na verdade, o meu contato com o Sindicato foi quando eu passei para o Banco do Brasil. Eu entrei para o Banco no Brasil em janeiro de 1976. Aí, quando você vai para o Banco do Brasil você muda de vida! E eu comecei a fazer coisas que eu nunca tinha feito na vida: fui fazer inglês, fui fazer curso de francês na “Aliança”. E, na Aliança Francesa, eu conheci um companheiro do Banerj, que fazia também francês: o “Toninho”. E ele era amigo da Glória.

Renato Lima: Mas como foi essa aproximação?

Cyro Garcia: O Antonio Carlos me passou um jornal clandestino, de um movimento de oposição, que era a FOSB - Frente de Organização Sindical Bancária, ou Frente de Oposição Sindical Bancária. Ele me passou aquele jornal; eu li, achei muito legal e me identifiquei com aquilo, e falei: “queria conhecer esse pessoal”. E ele disse: “quer mesmo?” Respondi: “quero, quero sim”. Aí ele falou que teria uma festa em Campo Grande. E eu respondi: “Vamos embora!” E lá fui eu para Campo Grande. A festa era na casa da Glória: foi quando eu conheci a Glória Vargas, a Glória e a Lídia Vargas, na festa da na casa dela. Lá, eles me apresentaram toda a galera que já era da “Liga Operária”. Eu não tinha nenhuma noção, nem da existência da Liga Operária, de nada disso. Mas essa galera atuava na FOSB, a Frente de Oposição Sindical Bancária (Isso mesmo, Frente de Oposição Sindical Bancária), que era, na verdade, uma frente também clandestina, mas era uma frente da “Liga Operária”, que era uma organização clandestina.

Renato Lima: A “Liga Operária” era hegemônica nessa Frente?

Cyro Garcia: É. A “Liga Operária” era hegemônica nessa Frente. Então, lá estavam a Glória, a Lídia, o Peninha, o Thiago, o Sérgio Balaciano e o Cleber. São essas as pessoas que eu me lembro, mas havia outras... o Helder também estava.

Renato Lima: Inês, que era do Banerj?

Cyro Garcia: Inês era do estudantil: era da Liga, mas Inês não militava no sindical. As coisas eram muito estanquizadas, você nem sabia quem era ou não. Você, às vezes, encontrava com uma pessoa numa passeata e via, aquela pessoa, com a mesma palavra de ordem que você estava defendendo. Mas você não tinha noção se aquela pessoa fazia parte da sua organização. Com o tempo, com a experiência, você começa a perceber: “aquele cara ali é meu companheiro!” Mas não havia esse contato, era tudo muito estanquizado por conta da questão da segurança. Inês, por exemplo, mais tarde é que eu fiquei sabendo que ela era da mesma organização.

Renato Lima: Mas ela, depois, foi trabalhar no Banerj?

Cyro Garcia: Ela foi para o Banerj, mas ela era do movimento estudantil: Ponto de Partida. Era outra coisa, lá da UFRJ. Bom, aí eu acabo entrando primeiro, em 1976, para a “Frente”, para a FOSB, e fico ali na Oposição Bancária. E eles começam a tentar me ganhar para a “Liga Operária”: o Balaciano, que era o cara encarregado pela minha cooptação. Eles descobrem que eu sou um cara que faço teatro, um cara articulado: Direito na UFRJ, grupo de teatro. E é interessante que tinha uma disputa também com o MR8, só que na Faculdade, porque o “oito” tinha um peso na Faculdade.

Renato Lima: O Paulo Miranda?

Cyro Garcia: É, o Paulo Miranda, o Arnaldo, todos os dois foram do Banco do Brasil. O Arnaldo é até hoje funcionário do Banco do Brasil. Acho que agora está só advogando, sei lá. Mas a militância sindical acabou me atraindo muito mais. Fazendo muito mais a minha cabeça. E começamos a organizar jornaizinhos por sessão. Então, você tinha, por exemplo, em Fugar, que era Fundo de Garantia, você tinha o “Fugareiro”. Em Pisep, tinha “Pisepsiu”. Eu fiz o “Balancete” na minha

agência. Aonde tinha um militante, a gente fazia um jornalzinho local, e foi muito legal. Isso foi em 1977, 1978, porque, em 1978 eu já venho para a Agência Centro, e eu fiz isso lá em Vicente de Carvalho: foram os meus dois primeiros anos de Banco. Então, é bem 1977, mesmo, 76/77. Era uma grande organização de base mesmo, que, com todo o trabalho, super clandestino, nós fazíamos. E nós tínhamos vários jornais: o Peninha, tinha o Peteca, na Agência Tiradentes (o Peninha era da agência Tiradentes); o Thiago tinha o Fugareiro no Fugar, Thiago e Balaciano, pois eles eram do Fugar. Eu tinha o Balancete, junto com alguns companheiros que organizaram comigo, lá na Agência Vicente de Carvalho. Tinha o “Pisepsiu”, que era da galera do Pisep, acho que era até o Jorge, esse que agora está na Previ.

Renato Lima: Pacheco, que era do MEP?

Cyro Garcia: Isso, Jorge Pacheco, que era do MEP, acho que ele trabalhava no Pisep. E o MEP passou a integrar esse movimento conosco. Tanto que ele mudou de nome, passando a se chamar MAOSB – Movimento Amplo de Oposição Sindical Bancária: Amplo, porque passou a organizar as duas correntes. E aconteceu de o MEP cair: o MEP cai em 1977. Então, a coisa chega muito perto da gente, porque a nós militávamos juntos: a Fernanda, o Errol, Robertinho Valente, Sonia Valente, nós estávamos todos os dias juntos, no Banco. Mas, é aí que eu dou o meu salto de qualidade. Quando eles caíram, eu já estava entrando de férias (calhou de eu já estar com férias marcadas para julho, 1977), e pensei em ficar longe daquela situação. Mas não consegui permanecer lá, em Minas. E pensei: “não, pode estar acontecendo alguma coisa com meus companheiros”. Voltei e entrei para a Liga Operária. Foi assim, nesse momento adverso, que eu voltei e liguei para o Balaciano e disse: “Quero falar com você, porque decidi entrar para o Partido”. E entrei de cabeça, passando logo a ser uma das principais figuras públicas, que eram, até então, o Thiago e o Peninha. Mas, até pelas minhas características, eu já entro falando nas assembléias, na Campanha do Panelão, em 1978. Foi uma campanha importante, que marcou muito para nós, porque nós tínhamos uma política diferenciada e acabamos capitulando na assembléia de aprovação do acordo, pela pressão. É lógico que a pelegada instrumentalizou uma galera, pois eles tinham a jagunçada deles. Mas havia pessoas do movimento mesmo, por exemplo, do Credito Real, como o Amaro, o Jucão: pessoas que eu conheço até hoje, e gosto, como o

Jucão, mas que eram pessoas que não possuíam consciência de nada, e eles jogavam com o economicismo, faziam aquele terrorismo.

Renato Lima: E eles eram mais velhos também, certo?

Cyro Garcia: Eram, isso mesmo, e nós éramos um choque para eles: com aqueles cabelos grandes, as barbas.

Renato Lima: E até o modo de vestir chocava?

Cyro Garcia: Chocava: muitos diziam que eu não tinha cara de funcionário do Banco do Brasil, eu ouvia isso. E, então, nós acabamos capitulando nessa assembléia. Foi muito complicado para nós, depois fomos até encher a cara no “Maguina”, famoso bar que nós freqüentamos durante uns vinte anos.

Renato Lima: Mas capitularam porque?

Cyro Garcia: Porque nós tiramos uma linha de defender contra o acordo, mas não tivemos força para defender, pois a assembléia era esmagadoramente pelo acordo e os caras chegavam, assim, perto da gente e diziam: “Se chegar lá no microfone...”, entendeu? Ameaçavam, cada armário! Mas nem tanto por isso, pois isso a gente já nem ligava, quem lutava contra a ditadura, mas era o problema mesmo da assembléia, porque nós sabíamos que íamos entrar em choque.

Renato Lima: E quem dirigia essa assembléia era o Laécio?

Cyro Garcia: Era o Laécio, sim, mas o pessoal da oposição tradicional do PCB também estava com eles, pela aprovação do acordo, avaliando que já era um avanço, e nós estávamos contra sozinhos, isolados naquela assembléia. Aí, nós acabamos capitulando: aconteceram ameaças, mas foi realmente pela pressão: era uma assembléia de massa, a Galeria lotada, não como seria em 1979, na greve, mas a Galeria estava lotada.

Renato Lima: Esse movimento foi realmente grande, pegou mesmo na categoria. Eu já era bancário desde 77, nessa época não atuava no Sindicato, mas foi o primeiro movimento do qual eu participei: a luta pelo “Panelão”.

Cyro Garcia: É, uma campanha de massa e nós éramos muito jovens. Ali foi o nosso “batismo de fogo”, mas nós nos reprovamos naquele batismo. E, aí, pensamos: “da próxima vez, não vamos mais capitular”. E a próxima veio em seguida: foi a greve de 1979. Durante a campanha o PCB incendeia, mas, na hora H, puxa o carro, e a gente não: nós defendemos a greve e ganhamos a assembléia. Foram duas defesas para cada lado, e os oradores foram: o Thiago e eu, pela entrada em greve, contra o Zola e o Ivan, pela não entrada em greve. Ali eu tenho a primeira grande decepção, ou a primeira grande experiência, com a política reformista, de conciliação, de traição do PCB: eles fecham o Sindicato; levam os cartazes (e isso é atribuído, pelo que sei, ao Degerando, que não era do Partidão, mas era da área de influência) de “Estamos Em Greve” para a Sede Campestre e fazem uma fogueira com os cartazes. Eles trancaram o Sindicato e o Comando de Greve teve que se instalar na escadaria da Assembléia Legislativa: nem sindicato nós tivemos.

Renato Lima: Você lembra quem fazia parte do Comando de Greve?

Cyro Garcia: Ironicamente, no Comando estávamos eu, o Zola, o Ivan, Thiago, Peninha, a Fernanda: esse era o principal comando. Mas havia um outro, em que estavam a Glória, a Lídia, entre outros, que funcionou também. O problema foi que, logo de cara, nós recebemos um mandato de prisão e tivemos que nos esconder.

Renato Lima: Você foi para a casa do Marcelo Cerqueira com o Ivan?

Cyro Garcia: É, eu me lembro nós, primeiro, passamos uma noite na casa do Marcelo Cerqueira, com o Ivan, e, depois, a gente vai para casa do pai de um militante, lá em Senador Câmara, e lá ficamos eu, Thiago, Fernanda e Peninha. Nós quatro ficamos lá, na Zona Oeste, e os outros, Zola, Ivan, não sei para onde foram. Quando veio a Heloneida Studart, veio num comboio, com José Eudes, Marcelo Cerqueira e outros, para levar-nos para a assembléia do Confiança, onde, hoje, é a quadra do Salgueiro. E, me lembro, havia um cara que me ajudou a sair do carro: e

estava meio assustado, muita gente, e vou participar da assembléia. E, anos depois, eu vou prestar depoimento referente àquele inquérito (porque abriram um inquérito na polícia, no DPPS), e um dos policiais fala para mim: “você se lembra que um cara lhe ajudou a sair do carro para ir para a assembléia? Pois é: era eu!” Para você ver como era o nível de infiltração policial no nosso movimento: um policial foi lá, como se fosse um bancário, me receber na comitiva que estava me dando segurança. Eu achei isso até engraçado. Mas nós não fomos presos: no final do segundo dia a greve acabou por ser suspensa, pois era insustentável. Aquela greve tinha condições de continuar, de ser vitoriosa, pois a greve no Rio Grande do Sul foi vitoriosa: levou quatorze dias e é quando surge o Olívio Dutra, e foi a mesma greve.

Renato Lima: Mas aqui, dizem, o governador Chagas Freitas mandou deslocar a repressão da greve dos metalúrgicos para a dos bancários. Você acha que a repressão influiu?

Cyro Garcia: Teve repressão, sim. Eu me lembro, por exemplo, do piquete do Banco do Brasil na Primeiro de Março, foi uma coisa linda: todo mundo de mãos dadas, cantando o Hino Nacional. Mas, para mim, o principal foi não ter tido sustentação: toda a organização que nós fizemos foi traída pelo PCB, descaradamente, abertamente. A partir, obviamente, de uma análise que eles fizeram da conjuntura, de que aquilo poderia recrudescer, fechar mais para o movimento. É claro que a traição deles tem haver com uma análise de conjuntura, não foi porque eles quisessem destruir o movimento, ou prejudicar os bancários, mas, objetivamente, foi o que eles fizeram. E, depois, foi difícil segurar aquela barra: logo em seguida veio uma onda de demissões, que eles atribuíram a nós, que tivemos que passar muito tempo explicando que não foi porque nós tivéssemos sido irresponsáveis. E, ainda, houve uma campanha de calúnias contra mim, dizendo que eu havia defendido a greve porque estava de férias, mas isso era uma mentira deslavada: método stalinista mesmo, de fazer da mentira método de luta política, coisa que, lamentavelmente, existe no movimento de montão. Mas, ali, foi a minha primeira experiência, e eu vi o que era ser um trotskista: inventaram que eu estava de férias e isso pegou.

Renato Lima: Isso saiu escrito em algum documento?

Cyro Garcia: Não, escrito em lugar nenhum, foi no 'boca-a-boca'. E eu tive que me explicar nos lugares em que chegava, pois os companheiros me cobravam: "Que história é essa?" E eu faltei todos os dias; abriram inquérito administrativo no Banco do Brasil; fui enquadrado na Lei de Segurança Nacional, e fiquei com aquela pecha. Foi a minha primeira experiência com o método da calúnia, coisa que eu tive que aprender a conviver ao longo da minha vida, e descobri que o movimento operário tinha se degenerado de tal forma, que isso já era uma prática de determinados setores para fazer a luta política. Isso marca uma ruptura nossa com o Partidão, porque, até então, nós participávamos juntos: da luta pela retomada do Sindicato da pelegada; a primeira chapa do Ivan que, embora não a integrássemos, nos apoiamos criticamente, esta história que está no livro do Edmilson. Mas, depois, começam as nossas diferenciações.

Renato Lima: Por uma questão de projetos diferenciados?

Cyro Garcia: Sim. Os projetos começam a entrar em conflito.

Renato Lima: A partir daí vocês têm uma articulação com o pessoal que vem com o projeto do chamado "Novo Sindicalismo"? A questão passa a ser mais de uma disputa de projetos nacionais?

Cyro Garcia: Exatamente. Nós tínhamos uma articulação com o pessoal da Anampos (Associação Nacional de Movimentos Populares e Oposições Sindicais); participamos do Entoes (Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical); do ENOS (Encontro Nacional das Oposições Sindicais). Então, nós participávamos de todos esses encontros e já tínhamos uma outra linha. Começamos a nos construir, também, a partir de uma análise de que não havia mais riscos de permanência da pelegada, e isso também é muito importante.

Renato Lima: Em 1978/79 houve três eleições: na primeira vocês estavam juntos com a "Oposição tradicional", segundo vocês denominam, contra a "chapa da pelegada"; já no segundo pleito, vocês lançaram uma chapa separada, que disputou

com as outras duas; e, na terceira votação, mantiveram a chapa separada, que também disputaria com as demais.

Cyro Garcia: Isso mesmo. Mas, quando nós decidimos lançar a nossa chapa, tínhamos uma avaliação de que a pelegada já não apresentava mais riscos: fruto do ascenso, os dias deles já estavam mais que contados e nós não estávamos colocando nada em risco. Ali, nós já estávamos querendo, sim, afirmar um projeto, mesmo sabendo que o escoadouro natural da votação iria para a Oposição Tradicional, para o PCB, mas nós já começaríamos, ali, a afirmar uma discussão de projetos nacionais, como você bem colocou, e tendo convicção de que não estávamos dividindo nada. Digo isso porque toda a campanha do PCB era em cima da divisão: diziam que nós estávamos dividindo, e que essa divisão poderia colocar em risco a retomada do sindicato, podendo favorecer o retorno da pelegada, etc. Mas nós tínhamos a convicção de que não era assim, tanto que, no último pleito, eles ficaram em primeiro lugar e nós em segundo, pois a oposição já era amplamente majoritária. A verdade é que os caras já haviam cumprido o ciclo deles: José Luis, no Sindicato, e o Laécio, na Federação, este já se reciclando, com mais jogo-de-cintura, fazendo pontes, era mais esperto.

Renato Lima: Lembra que era ele quem dirigia as assembléias do Sindicato?

Cyro Garcia: É, era ele quem as dirigia, pois o José Luis não conseguia, era desacreditado e o Laécio era mais esperto, mais articulado.

Renato Lima: Ele hoje assessora o Mataroma, presidente do Sindicato dos Comerciários.

Cyro Garcia: Ele ainda está vivo, é? Bom, mas, em 1982, nós lançamos uma chapa contra a chapa do PCB e conseguimos 40% dos votos, por aí, e, para nós, foi uma votação muito expressiva. E nós já estamos dentro do PT, e essa é outra grande diferença, pois o PCB foi radicalmente contra a fundação do PT, se mantendo dentro do PMDB e achando que o PT era uma aventura divisionista.

Renato Lima: Em 82 você concorre como cabeça-de-chapa pela primeira vez?

Cyro Garcia: Não, em 82 foi o Thiago.

Renato Lima: Mas em 79 foi o Thiago; em 85, o Barata e, em 82, eu acho que já foi você, não?

Cyro Garcia: É, pode ter sido, mas eu não me lembro bem, vamos conferir. Pode mesmo ter sido eu, porque, em 82, eu fui também candidato a Deputado Estadual pelo PT: obtive 3.225 votos, o que era muito voto para o PT daquela época. É verdade, acho que fui eu mesmo, até porque o Thiago não gostava muito de ser candidato.

Renato Lima: E o Thiago, não foi ser metalúrgico em São Paulo?

Cyro Garcia: O Peninha foi ser professor em São Paulo. É, o Thiago foi também.

Renato Lima: Depois, o Thiago tentou voltar, parece que estava com problemas de saúde.

Cyro Garcia: É, ele teve uns problemas de saúde, descambou totalmente e acabou por se suicidar: isso foi realmente uma grande perda, pois ele era uma pessoa muito inteligente. Hoje, se eu estou aqui, devo ao Thiago, que contribuiu muito. Ele e o Peninha, que morreu também, mas de uma doença, quando militava como professor em São Paulo. Mas ficou essa geração: eu, Glória, Lídia, Balaciano.

Renato Lima: Quando você iniciou sua militância, as lideranças do grupo ao qual você se filiou eram, no movimento bancário, o Thiago e o Peninha. Até porque o Balaciano, que também era do grupo, falava pouco em público. E, aí, você e a Glória Vargas, do Banerj, passaram a cumprir este papel, como novas lideranças?

Cyro Garcia: É, foi assim mesmo.

Renato Lima: É por isso que eu acho que, em 82, já foi você o candidato.

Cyro Garcia: É, acho que, em 1982, fui eu mesmo o candidato à presidência pela nossa chapa.

Renato Lima: Mas, você ia dizendo que, naquele momento, surge uma delimitação de projetos?

Cyro Garcia: Pois é: a primeira delimitação foi a fundação do PT; depois, houve o racha da Conclat (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras), em 1981.

Renato Lima: Vocês participaram do Primeiro Conclat?

Cyro Garcia: Participamos, todos juntos, e foi uma luta. O Sindicato dos Bancários do Rio chamou uma assembléia para tirar os delegados ao I Conclat, dentro dos critérios estabelecidos, e tem uma disputa pela vaga entre eu e Imaculada, que era uma militante do Banco do Brasil (ela era da Ala Vermelha), muito respeitada. Ela, infelizmente, parou de militar em função de um acidente de ônibus, quando retornava de um encontro sindical em Belo Horizonte. E ela não conseguiu mais se recuperar totalmente, a pesar de, hoje, estar até bem, recuperou a memória, mas para a militância ela não voltou mais. Mas, e isso é muito importante, no movimento bancário, sempre houve uma tendência reformista; uma tendência mais a esquerda e um grupo no meio, centrista: no início, quem fazia esse meio de campo entre nós e o PCB era o MEP, mas com mais proximidade conosco. Depois, foi a Ala Vermelha, justamente com a Imaculada, que tinha um peso grande.

Fita I, lado B:

Cyro Garcia: Como nós já tínhamos um peso muito forte, os agrupamentos, como o MEP, Ala Vermelha, Movimento Comunista revolucionário (MCR), também se agrupavam contra a nossa hegemonia. E a Imaculada era uma grande liderança desse setor. Tanto era, que o Ivan falava que, se tivesse alguma coisa importante, se descêssemos a Primeiro de Março eu, ele e a Imaculada, estava garantida a mobilização, porque era a sinalização da unidade. Mas, aí, estávamos disputando a mesma vaga, eu e a Imaculada, e cada um poderia votar em dois nomes: na primeira votação, empatamos; na Segunda, empatamos novamente; até que, na

terceira votação, alguém que estava votando no nome dela e no meu, votou só no meu, e eu ganhei por um voto.

Renato Lima: Na assembléia?

Cyro Garcia: Na assembléia. E, então, eu fui, como delegado, para o Conclat e a Imaculada, infelizmente, não foi. Mas o critério era este, e nós estávamos disputando como delegados de base. E é interessante como os meus caminhos se cruzam com os do Ivan: o Ivan é uma das grandes figuras do Conclat, junto com o Lula, Jacó Bittar, Olívio, Gushken. E ele era o principal nome do Rio de Janeiro: tinham o Jorge Bittar, dos Engenheiros; o Luciano, dos Radialistas; o Caó, dos Jornalistas; o Abdias, metalúrgico de Niterói, mas eram categorias menores. O Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro estava ainda nas mãos da pelegada, se reciclando, mas, assim mesmo, a categoria bancária tinha mais expressão, e o Ivan era, sem dúvida, uma liderança nacional e, no Rio, inconteste. Mas, no Conclat, ele está presidindo uma das plenárias e, quem é escolhido como relator desta plenária? Justamente eu, que era da oposição bancária do Rio. Fui indicado pelo Rossi, que havia disputado, recentemente, pela oposição metalúrgica, o Sindicato de Metalúrgicos de São Paulo, e havia sido recebido pelo Papa, aquilo tudo. Quando se discutiu a indicação do relator, a plenária se manifestou em coro: "Rossi!, Rossi!". Mas ele declinou e disse: eu indico aquele companheiro ali, e perguntou o meu nome, e disse, indico o Cyro. E a plenária inteira gritando: "Cyro!, Cyro!" E não houve mais discussão: indicação do Rossi não se discutia! E ficou assim: na presidência da plenária, o Ivan, diretor do Sindicato, e na relatoria, Cyro, da oposição do mesmo sindicato. Aquilo foi muito simbólico. Então, tivemos a fundação do PT; depois o Conclat; a eleição para o Sindicato, em 82, nós em chapas diferenciadas; a fundação da CUT, e as divergências vão se consolidando. Penso que, em 85, nós já estávamos nos marcos da CUT e, nesta manifestação - faltava um mês para a fundação da CUT - as experiências com o PCB foram se acelerando.

Renato Lima: Foi na manifestação da Greve Geral, em 21 de julho de 1983, na Cinelândia?

Cyro Garcia: É, nessa manifestação, que foi de massa e o Ivan não conseguiu falar. Então, quando a gente vai para a eleição de 1985, no Sindicato, isso foi uma coisa que pesou. Porque essa greve aconteceu, a greve de 21 de Julho de 83, e foi no pique dela que foi fundada a CUT, logo depois, em agosto. E, eu acho, que o PCB fez uma opção política completamente equivocada, ao longo da década de 80, pois um quadro do porte do Ivan acaba caindo no ostracismo, simbolizando uma política de conciliação de classe, de opções equivocadas por não acompanharem a evolução da luta de classes. E ele acaba personalizando isso e, parece que, o Partido atribui a ele a derrota nos Bancários, em 1985, porque eles acham que perderam para eles próprios. É lógico que eles eram os favoritos, e o Ivan tentou fazer tudo certo: cooptou um setor da oposição, que era o MUD (Mudança e Democracia), que era o pessoal do Luiz Carlos 'Correntinha' e do Rui Roosevelt, (que, naquela época, estava na DS (Democracia Socialista), mas tinha sido da liga Operária (depois, Convergência Socialista) e, atualmente, está na Articulação), e, o Ivan, tentou fazer um processo com eleições prévias na base, mais representativo, mas ignorou a conjuntura, que já estava colocada, aberta, a CUT já era uma realidade.

Renato Lima: Você acha que o descolamento do pessoal que saiu do PCB com o Prestes também somou para isso? Porque vocês também fizeram um movimento de ampliar, atraindo este pessoal para uma aliança que, normalmente, não acontecia, certo?

Cyro Garcia: Mas com toda a certeza, a vinda deles para a CUT facilitou, pois era a chapa era da CUT: o Meneguelli veio aqui para fazer nossa campanha. Era uma chapa que marcava uma divisão de projetos nacionais, distintos e categóricos. Havia, então, estes dois projetos: um que se afirmava, que se tornou hegemônico ao longo da década de 80, e que passou por transformações dentro dele próprio, mas é hegemônico até os dias de hoje. Estão aí o Lula e o PT, que vão, talvez, para um segundo governo, que começaram a se gestar a partir dali. E nós somos parte integrante deste projeto, que era um projeto em disputa na década de 80.

Renato Lima: E como você caracterizaria este projeto? O que era o central neste projeto?

Cyro Garcia: Eu, inclusive, coloco isso na minha tese de Mestrado: ainda que hoje, lamentavelmente, não seja mais assim, o grande lance do surgimento do PT foi a ruptura com a política de conciliação de classe que o PCB sustentou ao longo de sua trajetória, desde o seu surgimento, em 1922. Por conta de uma análise das etapas da revolução brasileira, pois o PCB sempre teve uma avaliação de que era necessário, primeiro, consolidar a revolução democrática; a questão da aliança com os setores progressistas da burguesia, como questão estratégica na luta contra o imperialismo e as oligarquias, mas que era uma política de conciliação de classes, que o PT, ao surgir, rompe. No início do PT, esta questão da independência política, da independência de classe, é uma coisa muito categórica. O PT, depois, foi se modificando, mas isso, naquele momento, era o que estava colocado. Então, para mim, o categórico é essa ruptura. E a CUT, que também não foi conseqüente até o fim, mas surge na luta pela liberdade e autonomia sindical, que é uma ruptura com a estrutura sindical; a questão da independência política em relação à burguesia e governos. E essas eram, para mim, as questões centrais. E o PCB, que vinha reafirmando a política tradicional deles, de conciliação, não percebe este momento. Para mim, o grande salto da fundação do PT e da CUT é este: consolidar um projeto que aponta a independência política dos trabalhadores como questão central para a sua libertação, sua emancipação. Coisa diferente é que, ao longo de sua trajetória, este projeto, que não era homogêneo, pois dele participavam setores vindos da guerrilha; da igreja; setores do movimento sindical que se reciclaram, pois parte dos “autênticos” foram forjados dentro da estrutura sindical, como o próprio Lula; setores de esquerda, como nós, os trotskistas, que não participamos da guerrilha e já viemos com uma visão crítica acerca do processo de resistência armada. E, no primeiro momento, existe realmente uma disputa política aí, mas, com a fundação da Articulação dos 113”, eles passam a consolidar um campo. E, a pesar da mudança de atores, já existia aí uma visão mais estratégica, que se torna mais ou menos flexível devido às variações conjunturais, e, naquela época, havia uma conjuntura que empurrava o PT para a esquerda e, ao longo da década de 80, a face principal do PT é, para mim, a face da independência. A partir das eleições de 88, quando ele começa a ganhar prefeituras, a se adaptar ao regime, aí ele começa a fazer parte do aparelho burguês e essa coisa vai começando a mudar. E o salto é com o Congresso de 1991: ali o PT muda, dá um salto de qualidade com a consolidação de

um projeto, que se torna de fato hegemônico no PT, encabeçado pela Articulação. E este projeto, que é também social-reformista, começa a virar a correlação: o nosso grande lema, que era “Sindicato é para Lutar”; sindicato é de classe, sindicato classista, passa a dar lugar ao “Sindicato Cidadão”, conceito que dilui as fronteiras de classe, pois o conceito de cidadania é diferente do conceito de luta de classes, na medida em que todo mundo é cidadão: eu e o banqueiro, que é tão cidadão quanto eu. E esse é o centro da disputa, em 91, com o Fernando Amaral (eleições do SEEB/RJ, para o mandato 1991/94), quando ele vem com aquela história de “Sindicato Cidadão”, e nós com o “Sindicato é para Lutar”: aí se inicia uma outra disputa. E disputa, também, de projetos nacionais antagônicos. Resumindo, penso que, em 85, nós ganhamos as eleições do Sindicato em função dessas questões que expus; em 1988 nós consolidamos essa hegemonia, comigo na presidência, e passamos a ser, de fato, a corrente hegemônica aqui nos bancários e, embora minoritária, com um peso importante na CUT. Eu fui membro da Executiva Nacional da CUT por três gestões, e para entrar na Executiva não era fácil, tinha que ter respaldo de fato. E houve momentos, e o Congresso de 91 expressou bem isso, em que a CUT se divide ao meio, praticamente.

Renato Lima: E vocês saíram do PT em qual ano?

Cyro Garcia: Em 1992, na ocasião do “Fora Collor”: nós quebramos o centralismo do PT, que votou contra esta palavra de ordem, e fomos fazer a campanha do “Fora Collor”. Por isso fomos expulsos e, depois, em 1994, formamos o PSTU.

Renato Lima: Tenho mais duas questões: Como você viu a entrada na pauta sindical das discussões sobre os reflexos da introdução de novas tecnologias? E eu queria que você comparasse as novas lideranças que vieram, obviamente, da categoria, os novos militantes sindicais da década de 80 com os da década de 90. Você acha que há alguma diferença?

Cyro Garcia: As lideranças da década de 80 expressavam aquele momento: da luta contra a ditadura; contra a estrutura sindical; pela autonomia e independência política em relação a governos e partidos políticos. E essa história de que a década de 80 foi a “década perdida”, mas, na verdade, nós conseguimos adiar a

implantação do Neoliberalismo aqui no Brasil, que já vinha sendo implementado no mundo desde o final da década de 70, com a Margaret Thatcher, o Reagan, e, depois, vai se consolidando com a social democracia européia, com o Mitterrand, etc. Mas, no Brasil, ainda estava refletindo o momento anterior, de resistência, de ascenso: 12 milhões de grevistas; algumas greves gerais que, se não paralisaram como nos países europeus ou na Bolívia, foram movimentos sociais fortes. Houve, também, a campanha presidencial do Lula, em 89, que expressou exatamente isso: como ele conseguiu ir para um segundo turno, não o Lula de hoje, de conciliação com o capital, gerente do capital, mas um Lula que tinha um discurso contrário, e ele vai para o segundo turno. E foi porque ele representava toda essa geração. Mas, naquele momento, essas questões não estavam colocadas para nós. Aquele era um momento de negar: negar a ditadura e afirmar bandeiras como Pela Estatização do Sistema Financeiro; Pelo não Pagamento da Dívida Externa, que eram bandeiras comuns a todos os sindicalistas ligados à CUT, faziam parte do programa da Central e do PT. Foram mudando depois. Penso que duas coisas foram decisivas na mudança do perfil das lideranças: primeiro, a queda do Leste, que deixa a esquerda no mundo inteiro meio perdida, meio “sem-pai-nem-mãe”, com muitos fazendo coro com o Fukuyama, dizendo que o socialismo tinha acabado também, e isso pegou fundo, inclusive internamente no PT. Por outro lado, até pela falta de um paradigma rival ou alternativo, vimos a consolidação do neoliberalismo. É aí que começa essa discussão da superação do fordismo pelo toyotismo; da introdução das novas tecnologias; automação; reestruturação produtiva, enfim, toda uma série de questões que vieram nesse bojo, nessa mudança macro do capitalismo, que acaba por interferir aqui também. Então, um setor que se sentiu meio órfão com a história do fim do socialismo, passou a comprar esse discurso: já que não tem mais socialismo, agora se trata da humanização do capital, é o capitalismo humanitário. E existem algumas pessoas que se tornaram ícones desse discurso, como Gushken, que fala que esse negócio de anti-imperialismo já acabou, pois não temos mais parceiros no mundo. E diz que temos que buscar parcerias dentro desse campo, tornando-o mais saudável para os trabalhadores, mais palatável. E boa parte dessas lideranças adotaram este discurso.

Renato Lima: E na base, quando você vai fazer algum trabalho de base junto aos bancários, você sente alguma mudança?

Cyro Garcia: Eu sinto que, com a derrota do Lula para o Collor, o neoliberalismo, mesmo que meio atabalhoadamente, começa a vir para cima da gente. As campanhas contra o funcionalismo público, pelas privatizações, começam a atingir a massa. Assim, as correntes mais centristas se juntam ao pessoal do PCB, que estava na oposição, e começam a fazer o discurso do diálogo: agora é a hora do diálogo, pois o confronto já passou. E, aí, entra a história do Sindicato Cidadão, que começa a ter eco na massa. Paralelamente a isso, há erro nosso que, no início da década de 90, fizemos algumas avaliações de conjuntura erradas e nos descolamos desse movimento e continuamos como se não houvesse acontecido a queda do leste, a derrota do Lula, e continuamos com a mesma “receita”, e fomos nos descolando do movimento da base. A base, que também faz sua análise de conjuntura, sacou que, se não deu Lula, deu Collor, e o cara está vindo para cima. Nos bancos públicos, que eram maiores, havia o Banerj, por exemplo, mas também nos bancos privados, o pessoal percebeu que a coisa não seria fácil, e isso abre espaço para esta política de diluição da luta de classes, da busca do novo sujeito social, da não centralidade mais da classe operária, por isso a questão da cidadania, existe toda uma discussão teórica. Eu sinto essa mudança numa parcela dos dirigentes sindicais, que acabam comprando esse discurso, e isso está por traz das lutas internas na CUT e no PT, e têm haver com essas derrotas, que a classe entende como derrota. Nós até não pensamos que a queda do aparato stalinista tenha sido uma derrota, e, sim, uma vitória, pois, durante décadas, traiu e abortou várias revoluções. Assim como foi nosso embate com o PCB, que era o representante político deles aqui no nosso país. Mas isso foi percebido pela esquerda e apropriado pelos setores que assumiram este discurso. Paralelamente, ocorre uma mudança do perfil da categoria bancária, com as terceirizações, demissões em massa, automação a rodo, os bancos públicos se modificando também. Aliás, o setor público foi privatizado e foi desse setor que saíram grandes lideranças para o PT: metalurgia, telefonia, entre tantos outros. E a mudança no perfil da classe é um fato, e estes setores hegemônicos do PT e da CUT querem ser parceiros da política de privatizações do governo Fernando Henrique, via fundos de pensão. Ela não teria tido o mesmo êxito se a postura da Previ, por exemplo, fosse outra. E nós, funcionários, via sindicalistas ligados ao PT, já co-dirigíamos os fundos de pensão: Petros, Telos, Previ, etc. Eu me lembro que, quando a Previ entrou no

consórcio que comprou a Vale do Rio Doce, lançou um jornalzinho com a mesma palavra de ordem que nós usávamos na luta em defesa da Vale, e eu fiquei indignado. Ao longo da década de 90, estes setores abandonam questão da independência de classe, a perspectiva de enfrentamento com o capital, a passam a ser sócios minoritários. E isso tem eco na base, que também está sofrendo com as demissões, terceirizações, etc. Mas também tem espaço para o nosso projeto, como prova nossa inserção em várias categorias importantes. É um projeto minoritário, mas tem espaço, não fazemos só propaganda, não falamos para nós mesmos, como uma seita, ele dialoga com o movimento de massa. Mas, lamentavelmente, a maioria dos outros setores abriram mão dele.

Fim da entrevista realizada em 04 de julho de 2006.

ANEXO – CÓPIA DAS CARTAS DE CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL.

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu CYRO GARCIA
(nacionalidade) BRASILEIRA, (estado civil) SOLTEIRO
(profissão) BANCAÍRO / PROFESSOR, (CPF nº) 333.183.517-72
(Carteira de Identidade) 3.182.668-2, emitida pelo I.F.P.
domiciliado e residente na cidade RIO DE JANEIRO, bairro VILA ISABEL,
Rua PROF. MANUEL DE ABREU, 7
nº 705/504, declaro ceder a Renato Costa Lima Filho, RG nº 3362002.2/IFP-RJ, sem
quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena utilização do
depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao mesmo, que fica autorizado a
utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou em
parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos,
com a ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

Local e data: RIO, 04/07/06

Nome do depoente: Cyrol Garcia

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu EDMILSON MARTINS DE OLIVEIRA
(nacionalidade) BRASILEIRA, (estado civil) CASADO,
(profissão) APRESENTADO, (CPF nº) 028134751-34
(Carteira de Identidade) 1618684, emitida pelo I.F.P.,
domiciliado e residente na cidade RIO DE JANEIRO bairro EN,
Rua Dr. Leal, s/n,
nº 526/101 declaro ceder a Renato Costa Lima Filho, RG nº
3362002.2/IFP-RJ, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos
patrimoniais e financeiros, a plena utilização do depoimento de caráter
histórico e documental que prestei ao mesmo, que fica autorizado a utilizar,
divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou
em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo
para fins idênticos, com a ressalva de sua integridade e indicação da fonte e
autor.

Local e data: 26 de junho de 2006

Nome do depoente: Edmilson Martins de Oliveira

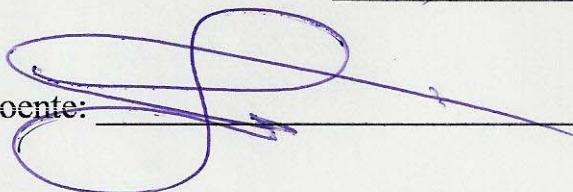
CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu IVAN MARTINS PINHEIRO,
 (nacionalidade) BRASIL, (estado civil) DIVORCIADO,
 (profissão) ADVOGADO, (CPF nº) 022056532/68
 (Carteira de Identidade) 17512, emitida pelo OAB-RJ,
 domiciliado e residente na cidade RJ, bairro LOURANÇAS
 Rua PEREIRA DA SILVA, 696/302,
 nº _____, declaro ceder a Renato Costa Lima Filho, RG nº
 3362002.2/IFP-RJ, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos
 patrimoniais e financeiros, a plena utilização do depoimento de caráter
 histórico e documental que prestei ao mesmo, que fica autorizado a utilizar,
 divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou
 em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo
 para fins idênticos, com a ressalva de sua integridade e indicação da fonte e
 autor.

Local e data:

03/07/06

Nome do depoente:



CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu Luiz Viégas da Motta Lima,
(nacionalidade) brasileiro, (estado civil) casado,
(profissão) aposentado, (CPF nº) 030.487.737-72
(Carteira de Identidade) 4393-3, emitida pelo CRC-RJ,
domiciliado e residente na cidade Rio de Janeiro, bairro Copacabana,
Rua Domingos Ferreira,
nº 28 ap. 904, declaro ceder a Renato Costa Lima Filho, RG nº
3362002.2/IFP-RJ, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos
patrimoniais e financeiros, a plena utilização do depoimento de caráter
histórico e documental que prestei ao mesmo, que fica autorizado a utilizar,
divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou
em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo
para fins idênticos, com a ressalva de sua integridade e indicação da fonte e
autor.

Local e data: Rio, 8 de junho de 2006.

Nome do depoente:

Luiz Viégas da Motta Lima

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS:

Entrevistas:

GARCIA, Cyro. Entrevista concedida a Renato Lima em 4 de julho de 2006. Duração: 03 horas, número de fitas: 01 (60 minutos), número de páginas transcritas: 18.

LIMA, Luiz Viégas da Motta. Entrevista concedida a Renato Lima em 08 de junho de 2006. Duração: 04 horas, número de fitas: 02 (01 de 60 e 01 de 90 minutos), número de páginas transcritas: 37.

OLIVEIRA, Edmílson Martins de. Entrevista concedida a Renato Lima em 26 de junho de 2006. Duração: 04 horas, número de fitas: 02 (60 minutos cada), número de páginas transcritas: 24.

PINHEIRO, Ivan Martins Pinheiro. Entrevista concedida a Renato Lima em 3 de julho de 2006. Duração: 03 horas, número de fitas: 02 (60 minutos cada), Número de páginas transcritas: 17.

Periódicos

Jornal Bancário – Acervo SEEB – Década de 1930 a década de 1990.

REVISTA LUTAS SOCIAIS. NEILS: Núcleo de Estudos sobre Ideologias e Lutas Sociais – Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, nº 1 – 2º semestre de 2006.

REVISTA SOCIEDADE E ESTADO. Trabalho: Crise e Reconstrução, nº 2, jul/dez. 1996, Universidade de Brasília.

REVISTA SEEB/CAMPINAS E REGIÃO. 1985 – 2005: 20 anos de mobilização nacional dos bancários. Publicação Especial, julho/2005.

Publicação especial – Sindicato 70 anos – Bancários-Rio 2000. Edição e Texto final: Maria Helena Guimarães Pereira (jornalista). Colaboraram na pesquisa: Luiz Viégas da Motta Lima; Antonio Pereira da Silva Filho; Roberto Percinoto; Roberto Rodrigues; Maria Emília Barbosa; Jorge Couto; Ivan Pinheiro; Cristina Santiago; Nilza Tavares e Walter Sterne Pompeu.

BIBLIOGRAFIA

OBRAS CITADAS:

ALVES, Giovanni. O Novo (e precário) Mundo do Trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000). Revista de Sociologia e Política, nº.19, Curitiba: nov. 2002.

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Coleção Mundo do Trabalho, Boitempo Editorial/SP, 3ª edição, 2000.

Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez Editora – Campinas/SP: Editora da Unicamp, 7ª edição revista e ampliada, 2000.

(Org.) Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. Coleção Mundo do trabalho, Campinas: Boitempo Editorial, 1997.

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito da História. Tese 6.

Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre Literatura e História da Cultura. São Paulo; Brasiliense;

BEYNON, Huw. As Práticas do Trabalho em Mutação, In: Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos. ANTUNES, Ricardo - Org. – Boitempo Editorial – São Paulo, 1997.

BLASS, Leila Maria da Silva. Estamos em Greve! – Imagens, Gestos e Palavras do Movimento dos Bancários São Paulo, ed. Hucitec/Sindicato dos Bancários de S. Paulo, 1992.

BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização Global: O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. IN: PODER E DINHEIRO - Uma economia política da globalização. TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (organizadores). Editora Vozes, Petrópolis – RJ, 1997.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX. 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem: A elite política imperial. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981;

CARVALHO NETO, Antonio Moreira de. Relações de Trabalho e Negociação Coletiva na Virada do Milênio: estudo em quatro setores dinâmicos da economia brasileira. Belo Horizonte: Vozes, IRT, PUC Minas, 2001.

CARVALHO NETO, Antonio Moreira de e CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de (orgs.). Sindicalismo e Negociação Coletiva nos Anos 90. Belo Horizonte: IRT, PUC Minas, 2000.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Reorganização das Relações de Trabalho no Brasil. A flexibilidade é a única alternativa? IN: Sindicalismo e Negociação Coletiva nos anos 90

DIEESE (org). Emprego e Desenvolvimento Tecnológico: Brasil e contexto internacional, São Paulo, 1998.

DIEESE (org). Emprego e Desenvolvimento Tecnológico: Artigos dos pesquisadores, São Paulo: Cesis, 1999.

DIEESE (org). Trabalho e Reestruturação Produtiva: 10 anos de linha de produção, São Paulo, 1994.

DIEESE (org). Emprego e Desenvolvimento Tecnológico: processos de integração regional, São Paulo, 1999.

DIEESE. Pesquisa: “Perfil Sócio-Ocupacional dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Município do Rio de Janeiro. Coordenadora Geral: GONZAGA DE OLIVEIRA, Sonia Maria. SEEB-RJ, Julho/2000.

DIEESE (org). O Rosto dos Bancários no Município do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001. Mimeo.

FONTANA, Josep. História: análise do passado e projeto social. São Paulo: Edusc, 1998.

HIRATA, Helena. Os Mundos do Trabalho: convergência e diversidade num contexto de mudança dos paradigmas produtivos. In: Empregabilidade e educação: novos caminhos no mundo do trabalho. São Paulo, PUC/Rhodia, 1997.

GRAMSCI, Antônio. Concepção Dialética da História. 2º edição, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Introdução ao Estudo da Filosofia do Materialismo Dialético, mimeo.

IANNI, Octávio. O Colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro: 3ª edição, Civilização Brasileira, 1975.

JINKINGS, Nise. O Mister de Fazer Dinheiro. São Paulo: Boitempo, 1995.

Trabalho e Resistência na “Fonte Misteriosa”. São Paulo: Ed. Unicamp, 2002

MARX, Karl. O Capital – Crítica da Economia Política. Livro I. Coleção Os Economistas, 2ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

O Rendimento e suas Fontes. In: Os Economistas, 2ª Edição, São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e Sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955/1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MATSUSHITA, Konosuke. In: Qualidade (TQC): Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia. CAMPOS, Vicente Falconi. Fundação Christiano Ottoni. Escola de Engenharia da UFMG, Rio de Janeiro: Bloch, 1994

MENDONÇA, Sônia Regina de e FONTES, Virgínia. História do Brasil Recente: 1964 – 1992. Série Princípios, 4ª edição, São Paulo: Editora Ática, 2001.

MINELLA, Ary César. Hegemonia e Controle Financeiro no Capitalismo Contemporâneo. In Oficina: “O Poder do Dinheiro na Sociedade Atual” – Fórum Social Mundial, Porto Alegre/RS, 2001.Mimeo.

Globalização Financeira e as Associações de Bancos na América Latina. Civitas, v.3, nº2, jul.-dez. 2003.Mimeo.

Grupos Financeiros e Associações de Classe do Sistema Financeiro. In MENDONÇA, Sônia Regina de. O Estado Brasileiro: Agências e Agentes. Rio de Janeiro: Eduff/Vício de Leitura, 2005.

OLIVEIRA, Edmílson Martins de. Bancários: Anos de Resistência 1964 – 1979. Rio de Janeiro: SEEB-RJ, 2004.

POULANTZAS, Nicos. As Lutas Políticas: o Estado, condensação de uma relação de forças, in O Estado, o Poder, o Socialismo. São Paulo: Ed. Graal, mimeo.

SANDRONI, Paulo (Org). Novo Dicionário de Economia, São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

SALERNO, Mário Sergio. Reestruturação Industrial e Novos Padrões de Produção. Revista São Paulo em Perspectiva, Fundação SEADE, v.6. n.3. pág.100 – 108, julho/setembro 1992.

Reestruturação Produtiva e Sindicatos. In: XVII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú/MG. 22 – 25 outubro, 1993.

SANTA CRUZ, Ana Lúcia, Sindicato e Sindicalismo Bancário. Seropédica - RJ, Editora da UFRRJ e Sind. dos Bancários do Rio de Janeiro, 1998.

SEGNINI, Liliana. A Liturgia do Poder: Trabalho e Disciplina. São Paulo: EDUC, 1988.

TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (org). Poder e Dinheiro – Uma economia política da globalização. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1997.

THOMPSON, Edward Palmer. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Orgs.: NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sergio. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

UMEDA, Masao. As Sete Chaves para o Sucesso do 5S. Escola de Engenharia da UFMG, Belo Horizonte: Fundação Christiano Ottoni, 1997.

OBRAS CONSULTADAS:

BALTAR, P. E. A.; DEDECCA, C. S. e HENRIQUE, W. (1993). Mercado de Trabalho e Exclusão Social no Brasil. In Crise e Trabalho no Brasil. Campinas, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. Vidas Desperdiçadas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
O Mal-Estar da Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Ensaio Sobre o Capitalismo no Século XX. São Paulo: Editora Unesp e Unicamp: Instituto de Economia, 2004.

BOITO JR., Armando; TOLEDO, Caio Navarro de; RANIERI, Jesus José e TRÓPIA, Patrícia Vieira (Orgs.). A Obra Teórica de Marx: Atualidade, Problemas e Interpretações. São Paulo: Editora Xamã, 2000.

BRESCIANI, Luís Paulo. Da Resistência à Contratação: tecnologia, trabalho e ação sindical no Brasil. Série Indústria e Trabalho, vol. 3, São Paulo: CNI e SESI/DN, 1994.

CNB-CUT. Dez Anos de Lutas, Conquistas e Sonhos. CNB-CUT, São Paulo, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). Usos & Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

GIDDENS, Anthony. A Terceira Via e seus Críticos. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GUTTMANN, R. How Credit Money Shapes The Economy: the United States in a global sistem. M.E. Sharpe, Armonk, New York, 1994.

HIRST, Paul & Thompson, Grahame. Globalização em Questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade. Trad.: BRANT, Wanda Caldeira. Coleção Zero à Esquerda, Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1998.

KUMAR, Krishan. Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Trad.: JUNGSMANN, Ruy. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

MARX, Karl. O Capital – Crítica da Economia Política. Livro I, II, III. Coleção Os Economistas, 2ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1985.
O Rendimento e suas Fontes. In: Os Economistas, 2ª Edição, São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MATSUSHITA, Konosuke. In: Qualidade (TQC): Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia. CAMPOS, Vicente Falconi. Fundação Christiano Ottoni. Escola de Engenharia da UFMG, Rio de Janeiro: Bloch, 1994

MENDONÇA, Sergio. et aliii (1998) Ação Sindical no Brasil. In: Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação Seade, vol.12, n.º 1.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Classes, Poder e Estado no Brasil. In: O Estado Brasileiro: Agências e Agentes, Rio de Janeiro: Eduff e Vício de Leitura, 2005.

Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento. 3ª edição, Rio de Janeiro: Graal, 1989.

MORAES, Reginaldo. Neoliberalismo – De onde vem, para onde vai? . São Paulo: Ed. SENAC, 2001. Série Ponto Futuro; 6.

NORONHA, E.G. Greve e Estratégias Sindicais no Brasil. In: NORONHA, E.G.; ELIAS JR., J.; GEBRIN, V. (1998) Explicações para um ciclo excepcional de greves: o caso brasileiro. Chicago: LASA 98, mimeo.

OLIVEIRA, M. A. Notas Sobre a Crise do Novo Sindicalismo. In: Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação Seade, 1998, vol.12, n.º 1.

PINHO, Diva Benevides & VASCONCELLOS, Marco A. S. de. Manual de Economia, 4ª Edição, São Paulo: Saraiva, 2004.

RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicalismo e Política: a trajetória da CUT. São Paulo: Ed. Scritta, 1997.

SANTANA, Marco Aurélio e RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). Além da Fábrica: Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social. Coleção Mundo do Trabalho. Campinas/SP: Boitempo Editorial, 2003.

SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo – Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional. 4ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

TAVARES, Maria da Conceição. Destruição Não Criadora: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada. Rio de Janeiro: Ed, Record, 1999.

VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. Coleção Estudos Brasileiros, 3ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

WOOD, Ellen M. e FOSTER, John B. (orgs.). Em Defesa da História: Marxismo e Pós-Modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.